

UEM

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

EDSON BARBOSA DA SILVA

**REPRESENTAÇÕES EDUCATIVAS NOS SERMÕES DE ANTÔNIO
VIEIRA (1640-1656)**

EDSON BARBOSA DA SILVA

**MARINGÁ
2018**

2018

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**REPRESENTAÇÕES EDUCATIVAS NOS SERMÕES DE ANTÔNIO
VIEIRA (1640-1656)**

EDSON BARBOSA DA SILVA

**MARINGÁ
2018**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO

**REPRESENTAÇÕES EDUCATIVAS NOS SERMÕES DE ANTÔNIO VIEIRA
(1640-1656)**

Tese apresentada por EDSON BARBOSA DA SILVA, ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientador:

Prof. Dr. CÉLIO JUVENAL COSTA

MARINGÁ – PR
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586s Silva, Edson Barbosa
Representações educativas nos sermões
de Antônio Vieira (1640-1656) / Edson Barbosa da
Silva. - - Maringá, 2018.
176 f.

Orientador: Prof. Dr. Célio Juvenal Costa.
Tese (doutorado)- Universidade Estadual de
Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e
Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2018.

1. Educação. 2. Vieira, Antônio. 3. Educação -
Brasil Colônia. 4. Sermões. 5. Representações. I.
Costa, Célio Juvenal, orient. II. Universidade Es-
tadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas,
Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em
Educação, 2018. III. Título.

CDD 21. ed. 370.92

EDSON BARBOSA DA SILVA

**REPRESENTAÇÕES EDUCATIVAS NOS SERMÕES DE ANTÔNIO VIEIRA
(1640-1656)**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Célio Juvenal Costa (Orientador) – UEM

Prof. Dr. José Maria de Paiva – UNIMPEP – Piracicaba - SP

Prof. Dra. Conceição Solange Bution Perin – UNESPAR

Prof. Dr. Sezinando Luiz de Menezes – UEM

Prof. Dr. João Paulo Pereira Coelho – UEM

Prof. Dr. Reginaldo Aliçandro Bordin – UNICESUMAR –
Maringá (Suplente).

Prof. Dra. Karla Maria Silva – UEM (Suplente)

Data de aprovação: 28 de maio de 2018

Dedico este trabalho

À Jane minha amada e companheira de todas horas. Aos meus filhos: Dandara, Edson e Helena.

A admiração é filha da ignorância, porque ninguém se admira senão das coisas que ignora, principalmente se são grandes; e mãe da ciência, porque admirados os homens das coisas que ignoram, inquirem e investigam as causas delas até as alcançar, e isto é o que se chama ciência (VIEIRA, 2015).

SILVA, Edson Barbosa da. **REPRESENTAÇÕES EDUCATIVAS NOS SERMÕES DE ANTÔNIO VIEIRA (1640-1656)**. 2018. 176 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018. Orientador: Célio Juvenal Costa.

RESUMO

Representações educativas nos sermões de Antônio Vieira (1640-1656), constitui o objeto da presente tese. Ela surgiu como resultado das atividades desse pesquisador no magistério superior, especificamente nas relações pedagógicas com os educandos, em que as questões sobre os entendimentos emergiram como decisivas para que esta pesquisa viesse à luz, e encontrou nos sermões de Antônio Vieira (1608-1697), algumas respostas para essas questões. O tema enfrentado foi os usos das representações educativas nos sermões de Vieira, durante a Restauração Portuguesa (1640-1656). Essas representações são entendidas como mediações. Como Vieira fez usos das representações educativas para atingir os seus objetivos? Essa questão é perseguida durante todo a pesquisa. Para responder a ela, recorreremos à história e seus condicionantes, bem como às relações dialéticas enfrentadas por Vieira no decorrer das suas atividades políticas, religiosas e pedagógicas. Analisaremos somente os sermões desse período em que Vieira faz uso dos termos presença, ausência e representação, articulando-os ora separados, ora unidos de forma complementar, e ora em oposição para superação. Segundo ele: “a presença para ser presença há de ter alguma coisa de ausência”. Para melhor desenvolvimento e compreensão desse objeto durante a pesquisa, utilizamos as contribuições de Norbert Elias (1897-1990) e Henri Lefebvre (1901-1991), mas bebemos em outras fontes, outros pensadores. Os diversos usos das representações perpassam a pesquisa, como: palavra, proposição, comparação e imagens. Vários Sermões foram analisados, mas dois Sermões tiveram um destaque: o Sermão da Sexagésima e o Sermão do Espírito. O primeiro trata da arte de ensinar com o uso de cinco representações educativas: a pessoa, a ciência, a matéria, o estilo e a voz. O segundo trata das dificuldades do ensino com o uso de quatro representações: todos educam, educação como arte, deixar de ser o que era e o ensinar como obrigação. A finalidade do uso das representações educativas nos sermões objetivam a mudança de comportamento pela educação no mundo vivido.

Palavras-chave: Representações; Educação; Antônio Vieira; Sermões.

SILVA, Edson Barbosa da. **EDUCATIONAL REPRESENTATIONS IN THE SERMONS OF ANTÔNIO VIEIRA (1640-1656)**. 176 f. Thesis (Doctorate in Education) - State University of Maringá, Maringá, 2018. Supervisor: Célio Juvenal Costa.

ABSTRACT

Educational representations in the sermons of Antônio Vieira (1640-1656) are the basis of the discussion enrolled in the present thesis. This subject emerged as a result of pedagogical practices in high education, specifically due to a pedagogical relationship with students, leading to questions that were answered with the help of Vieira's sermons (1608-1697). The theme discussed was the use of educational representations in Vieira's sermons during the Portuguese Restoration War (1640-1656). These representations are known as mediations. The issue pursued throughout the research was: How did Vieira make use of educational representations to achieve his goals? In order to answer this question, history and its determinants were analyzed, as well as the dialectical relations confronted by Vieira in the course of his political, religious and pedagogical activities. Only the sermons of the period in which Vieira uses the terms *presence*, *absence* and *representation* were analyzed. These terms were sometimes articulated separated, sometimes together complementing each other and, sometimes, confronting each other. According to Vieira, "the presence to be presence will always have something of absence". Besides all the theory selected for this essay, theoretical notes from Norbert Elias (1897-1990) and Henri Lefebvre (1901-1991) were taken into consideration for the better development and comprehension of this investigation. The different uses of representations may be observed along the research as: *word*, *proposition*, *comparison* and *images*. A lot of sermons were analyzed, but two of them were highlighted: *Sermão da Sexagésima* and *Sermão do Espírito*. The first one deals with the art of teaching through the use of five educational representations: *the person*, *the science*, *the matter*, *the style*, and *the voice*. The second deals with the difficulties of teaching and present four different representations: *everyone can educate*, *education as art*, *stop being what it was before*, and *teaching as an obligation*. The purpose of the use of educational representations in sermons is to change the behavior by education.

Key-words: Representation; Education; Antônio Vieira; Sermons.

SILVA, Edson Barbosa da. **REPRÉSENTATIONS ÉDUCATIVES DANS LES SERMONS D'ANTÔNIO VIEIRA (1640-1656)**. 176 f. Thèse (Doctorat en éducation) - Université d'État de Maringá. Superviseur: Célio Juvenal Costa. Maringá, 2018

ABSTRAIT

Les représentations éducatives dans les sermons d'Antônio Vieira (1640-1656), sont l'objet de la présente thèse. Il est venu à la suite des activités de cette chercheur dans l'enseignement universitaire, en particulier dans la relation pédagogique avec les étudiants, où les questions sur l'esprit a émergé comme décisif pour cette recherche est venu à la lumière, et a trouvé dans les sermons de Antonio Vieira (1608-1697) , quelques réponses à ces questions. Le thème était l'utilisation des représentations éducatives dans les sermons de Vieira, pendant la Restauration Portugaise (1640-1656). Ces représentations sont comprises comme des médiations. Comment Vieira avez-vous-il utilisé les représentations pé dagogiques pour atteindre ses objectifs? Ce problème est poursuivi tout au long de la recherche. Pour y répondre, nous nous tournons vers l'histoire et de ses contraintes, ainsi que les relations dialectiques rencontrées par Vieira dans le cadre de leurs activités politiques, religieuses et éducatives. Nous allons analyser seulement les sermons de la période où Vieira utilise la présence de termes, l'absence et la représentation, l'articulation de la manière complémentaire bien distincte, bien unie, et parfois en opposition à surmonter. Selon lui: "la présence à la présence aura quelque chose d'absent". Pour un meilleur développement et la compréhension de cet objet lors de la recherche, nous utilisons les contributions de Norbert Elias (1897-1990) et Henri Lefebvre (1901-1991), mais nous avons bu d'autres sources, d'autres penseurs. Les diverses utilisations des représentations passent par la recherche, comme : le mot, la proposition, la comparaison et les images. Plusieurs Sermons ont été analysés, mais deux sermons étaient un moment fort: le sermon sur la soixante et le sermon sur l'Esprit. Le première traite de l'art de l'enseignement à travers l'utilisation de cinq représentations pédagogiques: la personne, la science, la matière, le style et la voix. La deuxième traite des difficultés d'enseignement avec l'utilisation de quatre représentations: tous éduquer, éducation artistique, pas ce qu'il était et d'enseigner comme une obligation. Le but des utilisations des représentations éducatives dans les sermons est de changer le comportement par l'éducation dans le monde vécu.

Mots-clés: Représentations; Éducation; Antônio Vieira; Sermons.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 AUTORREPRESENTAÇÃO DE VIEIRA NA HISTÓRIA	38
1.1 ASPECTOS BIOGRÁFICOS DE ANTÔNIO VIEIRA: FORMAÇÃO E ATIVIDADE	38
1.1.1 A retórica de Vieira e o inimigo da restauração: o Santo Ofício	60
1.1.2 Vieira: conflitos da atividade diplomática pela Europa.....	69
1.1.3 Vieira: atividade missionária no Maranhão e Grão-Pará	71
1.1.4 Vieira: últimas vitórias e derrotas com o Santo Ofício	73
1.1.5 Vieira: educação para a escravidão negra sim, indígenas não	75
1.2 OS OLHARES DOS LEITORES DAS OBRAS DE VIEIRA NO BRASIL.....	77
1.2.1 José Maria de Paiva, olhar do educador	78
1.2.2 Sezinando Luiz de Menezes, olhar do historiador	80
1.2.3 João Adolfo Hansen, olhar das representações nas letras.....	83
1.2.4 Alcir Pécora, olhar das letras: sacramento	87
2 A PRESENÇA DE VIEIRA NA RESTAURAÇÃO PORTUGUESA E NA AMÉRICA PORTUGUESA.....	91
2.1 A PRESENÇA/AUSÊNCIA: RESTAURAÇÃO DE PORTUGAL	91
2.2 A PRESENÇA/AUSÊNCIA DE VIEIRA E A IGUALDADE NOS TRIBUTOS NA RESTAURAÇÃO	95
2.3 A PRESENÇA/AUSÊNCIA DE VIEIRA E A <i>ORBIS CHRISTIANUS</i> : RELIGIOSIDADE	105
2.4 A PRESENÇA/AUSÊNCIA DE VIEIRA NA POLÍTICA DA RESTAURAÇÃO	110
2.5 A PRESENÇA/AUSÊNCIA DE VIEIRA: PADROADO RÉGIO NO REINO PORTUGUÊS.....	121
2.6 A PRESENÇA/AUSÊNCIA DE VIEIRA DEFENDENDO O REI ATÉ DEPOIS DA MORTE	124
2.7 A PRESENÇA/AUSÊNCIA DE VIEIRA NA CORTE PORTUGUESA TRAZ RISCOS	130

3 AUSÊNCIA/PRESENÇA/REPRESENTAÇÕES COMO MEDIAÇÕES	135
3.1 AUSÊNCIA/PRESENÇA/REPRESENTAÇÃO NO SERMÃO DA SEXAGÉSIMA .	136
3.1.1 Sermão da Sexagésima e o problema a ser superado para ensinar	140
3.1.2 As representações como mediadoras para o ensino no Sermão da Sexagésima .	145
3.2 AS REPRESENTAÇÕES DO ENSINO NO SERMÃO DO ESPÍRITO SANTO.....	151
3.2.1 Sermão do Espírito Santo e os problemas a serem superados para ensinar	153
3.2.2 As representações como mediadoras para o ensino no Sermão do Espírito Santo	157
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	167
REFERÊNCIAS	170

INTRODUÇÃO

A presente tese é resultado das atividades desse pesquisador no magistério superior, especificamente nas relações pedagógicas com os educandos, em que as questões sobre os entendimentos emergiram como decisivas para que esta pesquisa viesse à luz, e encontrou nos sermões de Antônio Vieira algumas respostas para essas questões.

Outro aspecto que merece destaque, são as contribuições do Laboratório de estudos do Império Português (LEIP) ancorado na Universidade Estadual de Maringá (UEM), sob a liderança de uma dupla espetacular como pessoas e pesquisadores: Célio Juvenal Costa e Sezinando Luiz de Menezes, que constituem a alma de um grupo de estudiosos em vários níveis de formação dos departamentos de história e educação desta Universidade, que contribuíram para o aprofundamento dessa pesquisa.

Os usos das representações educativas nos sermões de Antônio Vieira (1608-1697), durante a Restauração Portuguesa (1640-1656) constituem o objeto de estudo desta pesquisa. As representações educativas são entendidas aqui como mediações. De que forma Vieira fez usos das mediações (representações) educativas para atingir os seus objetivos? Essa é a questão fundamental a ser perseguida durante todo o trabalho. Para responder a essa questão, recorreremos à história e seus condicionantes, bem como às relações dialéticas, enfrentadas por Vieira no decorrer das suas atividades políticas, religiosas e pedagógicas. Tal recorte histórico e epistemológico se faz necessário pela longa produção na atividade missionária e intelectual desse educador luso-brasileiro. Analisaremos somente os sermões desse período em que Vieira faz uso dos termos presença, ausência e representação, articulando-os ora separados, ora unidos de forma complementar, e ora em oposição para superação. “A presença para ser presença há de ter alguma coisa de ausência” (VIEIRA, 2015, t. II, v. VII, p. 390).

A tese a ser demonstrada é que Vieira faz uso das representações educativas como mediação, ou seja, a estrutura que perpassa todos os mais de 200 sermões é basicamente a mesma: uso de representações educativas como mediação. O nosso entendimento sobre representações vai além de uma simples substituição de presença/ausência ou ausência/presença, é no sentido de mediação. Essa mediação é o resultado da dialética triádica hegeliana nas relações entre presença/ausência/representação ou representação/ausência/ presença para aproximação do mundo vivido (no sentido real da existência histórica) em oposição ao mundo concebido (no sentido ideológico de

descolamento da realidade ou interpretativo, pensado). Para melhor desenvolvimento e compreensão desse objeto durante a pesquisa, utilizaremos as contribuições de Norbert Elias (1897-1990) e Henri Lefebvre (1901-1991), mas beberemos em outras fontes, outros pensadores.

O uso nas representações

Antes de entrarmos diretamente na análise dos sermões, dessas “[...] joias literárias destinadas prioritariamente à oralidade do púlpito, o mais influente meio de comunicação da época” (MARQUES, 2015, t. II, v. I, p. 9) e expressão máxima de uma forma de educação de modo geral para os seus interlocutores no século XVII na América Portuguesa e em Portugal, esclarecemos que entendemos por uso, no caso das representações, a compreensão do filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein (1889-1951) no seu livro **Investigações filosóficas**, publicado em 1947, cuja temática versa sobre a elucidação do conceito uso da linguagem, de significação, de compreensão, de representação, entre outros. Objetivo dessa obra é demonstrar as superstições criadas pela própria linguagem e as possibilidades de neutralizar os efeitos, os seus enfeitiçamentos, revelando o funcionamento a partir do seu uso. “A filosofia é uma luta contra o enfeitiçamento do nosso entendimento pelos meios da nossa linguagem” (WITTGENSTEIN, 1984, p. 54). Acabar com as superstições e enfeitiçamentos da linguagem é impossível, por sua própria natureza, somente podemos elucidar os mal-entendidos por meio do mau uso dos termos. “Mal-entendidos que concernem ao uso das palavras; provocadas, entre outras coisas, por certas analogias entre as formas de expressão em diferentes domínios da nossa linguagem. Muitos deles são afastados ao se substituir uma forma de expressão por outra” (WITTGENSTEIN, 1984, p. 50). Portanto, o uso das palavras, das representações é fundamental ora para elucidar, ora para dificultar o entendimento no processo de ensino dos interlocutores.

No nosso caso, não seguiremos tal objetivo de elucidação, mas somente buscaremos esclarecer os usos das representações no mundo vivido por Vieira, descrever como elas ocorreram e a luta pelo seu esclarecimento por meio de substituição por expressões de linguagem mais exatas em determinado jogo de linguagem contextualizado, como forma de síntese resultante da relação dialética triádica. Fazemos isso em todo momento no nosso cotidiano, assim como Vieira fez nos sermões e com frequência, possibilitando tornar a

educação mais objetiva para o propósito estabelecido. Com isso, poderemos perceber que o uso das representações educativas de Vieira pode ser muito útil para que possamos aperfeiçoar as nossas ações pedagógicas no presente momento da nossa história.

O uso exato na aplicação de palavras, termos e representações evitando as más interpretações na comunicação, cujo veículo é a linguagem, necessita ser demonstrado. Vieira defendia a tese de que o sermão só pode ter um tema e todos os ouvintes deveriam saber, ou seja, conhecer os objetivos é condição fundamental para que os educandos possam fazer as conexões necessárias para a compreensão do que está sendo comunicado. Retomaremos isso mais adiante.

Uma fonte principal de nossa incompreensão é que não temos uma visão panorâmica do uso de nossas palavras. - Falta caráter panorâmico à nossa gramática. - A representação permite a compreensão, que consiste justamente em ‘ver as conexões’. Daí a importância de encontrar e inventar *articulações intermediárias*. O conceito de representações panorâmica é para nós de importância fundamental. Designa nossa forma de representação, o nosso modo pelo qual vemos as coisas. [...] A filosofia não deve, de modo algum, tocar no uso efetivo da linguagem; em último caso, pode apenas descrevê-lo (WITTGENSTEIN, 1984, p.56).

Vieira faz diversos usos das representações educativas, buscando sempre uma exata compreensão do tema proposto, onde quer que estivesse: quer fosse em um palácio em Lisboa, quer fosse em uma tribo indígena no Grão-Pará ou Maranhão. Apresentamos, neste momento, apenas quatro usos: palavra, proposição, comparação e imagens¹. Mas ele faz muitos outros usos de representações que veremos no decorrer do trabalho, mas esses quatro constituem a base fundamental de todos os outros.

Primeiro uso de *representações* acontece com as *palavras* que são utilizadas como um jogo, o movimento das peças nesse jogo são palavras que ganham sentido a partir do uso em determinado contexto. “Nesta imagem da linguagem encontramos as raízes da ideia: cada palavra tem uma significação. Esta significação é agregada à palavra. É o objeto que a palavra substitui” (WITTGENSTEIN, 1984, p. 9). Se fizermos muitas substituições de *palavras*, ora com um sentido, ora a mesma *palavra* com outro sentido, poderão ou não levar os ouvintes, os leitores ao mau entendimento das mensagens que quer comunicar. Portanto, a *palavra*, que é um signo (sinal de referência), pode ser usada nas metáforas, analogias e

¹No decorrer da pesquisa utilizaremos esses termos e a representação em itálico para chamar atenção do leitor para o sentido que estamos usando, ou no sentido em que Vieira utilizou sob o nosso ponto de vista, mas não em citações bibliográficas.

alegorias com determinada finalidade, algo que Vieira também faz com maestria na língua portuguesa e expressa nos sermões, mas sempre com muito cuidado e buscando precisão no seu uso.

Diríamos isto, por exemplo, se soubéssemos que o uso dos signos desta ou daquela maneira fosse ensinado aos homens que usam essa linguagem. [...] Aprende-se o jogo observando como os outros jogam. Mas que se joga segundo esta ou aquela regra, porque um observador pode ler essas regras nas *práxis* do jogo, como uma lei natural que as jogadas seguem (WITTGENSTEIN, 1984, p. 34).

Segundo uso das *representações* é com *proposições*, aforismos são afirmações que causam um impacto nos ouvintes como forma de impressionar e atrair a atenção, como se fosse um golpe. O aforismo é uma afirmação breve que causa um espanto levando o interlocutor à reflexão sobre sua vida ou sobre a vida de outrem, podendo ser um santo da Igreja Católica, um teólogo, filósofo ou simplesmente uma orientação educativa. Para muitos filósofos, inclusive Vieira, o espanto ou admiração é a filha da ignorância e a mãe da ciência². Essa admiração diante dos impactos é uma estratégia na oratória que Vieira fez uso frequente. Provocar impactos é uma *representação* nos sermões que causaram uma impressão positiva nos educandos e levando-os à reflexão sobre si mesmos e sobre a realidade por eles vividas, o sermão deveria levar o interlocutor a tremer, ser incomodado, sair descontente com a pregação.

Com efeito, se a significação é o *uso* que fazemos das palavras, então não tem sentido falar de um tal ajustamento. Ora, *compreendemos* a significação de uma palavra quando ouvimos ou pronunciamos; nós a apreendemos de golpe; e o que apreendemos assim é algo realmente diferente do ‘uso’ que se estende no tempo! (WITTGENSTEIN, 1984, p. 60).

Terceiro uso das representações que destacamos que possibilita certa exatidão na

² Aristóteles na *Metafísica*, livro II, dá destaque a admiração como início da filosofia. Vieira no Sermão da Ascensão de Cristo Senhor Nosso, provavelmente em 1647, vai na mesma direção e reforça essa tese. “Dizem os Filósofos que a admiração é filha da ignorância e mãe da ciência. Filha da ignorância, porque ninguém se admira, senão das coisas que ignora, principalmente se são grandes; e mãe da ciência, porque admirados os homens das coisas que ignoram, inquiram, e investigam as causas delas até as alcançar, e isto é o que se chama ciência, Como filha da ignorância, me ensinará a mesma admiração a perguntar; e como mãe da ciência, a responder: posto que tão alta seja a segunda parte, como profunda a primeira” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 196).

compreensão para uma visão panorâmica da linguagem é fazer *comparações*, como um modelo, um paradigma, um critério para que a nossa comunicação não caia no vazio, na pura abstração conceitual, ou no chamado mundo concebido. Demonstraremos como Vieira fez em diversos sermões de bom uso das *comparações* para estabelecer conexões do mundo vivido dos ouvintes com passagens bíblicas e experiências da história e cultura portuguesa de formas diversas para contextos e momentos históricos diferentes.

Só podemos evitar a injustiça ou o vazio de nossas afirmações, na medida em que apresentamos o modelo como aquilo que ele é, ou seja, como objeto de comparação – por assim dizer, como critério - ; e não como pré-juízo, ao qual a realidade deva corresponder (WITTGENSTEIN, 1984, p. 57).

Quarto e último uso das *representações* que fez Vieira foi com as diversas *imagens* de forma geral: educativa, política, religiosa, social, cultural entre outras. A *imagem* possibilita uma projeção para alguém a fim de que seja aplicada a partir do seu espírito, no caso do século XVII é de acordo com a *orbis christianus*, ou seja, uma visão de mundo buscada por todo o cristianismo e catolicismo, que era a realidade vivida naquele momento pela sociedade de modo geral. As *imagens* constituem também uma visualização mental em forma de um exemplo para torná-lo presente, quer seja como um problema, quer seja como a solução para uma dificuldade, quer seja um momento da abstração para avançar na reflexão diante dos ouvintes no mundo vivido.

Reconhecemos evidentemente para isto duas espécies diferentes de critérios: por um lado, a imagem (de qualquer espécie que seja) que em qualquer momento paira em seu espírito; por outro lado, a aplicação que ele – no decorrer do tempo – faz desta representação. [...] Imagem e aplicação podem colidir? Ora, elas podem colidir na medida em que a imagem nos leva a esperar um emprego diferente; porque os homens em geral fazem *esta* aplicação *desta* imagem (WITTGENSTEIN, 1984, p. 62).

Fazer uso das *representações* como *imagens* não significa que uma *imagem* seja uma representação, assim como palavra, proposição e comparação. “Uma representação não é uma imagem, mas uma imagem pode corresponder a ela” (WITTGENSTEIN, 1984, p.106). Para que isso ocorra é necessário que haja uma correspondência, uma ligação direta que indique quer seja de forma ostensiva, quer seja de forma descritiva da imagem com a representação. Essa correspondência é a significação entre a palavra, ou proposição, ou

comparação que designa claramente o objeto ou objetos. Sem essa ligação ou associação faz com que uma coisa seja ela sem significação alguma com a palavra ou imagem, portanto, sem sentido algum, como por exemplo: envio-lhe uma foto ou imagem sem nome ou legenda de alguém ou algum lugar que se parece com dois lugares, ou duas ou mais pessoas. O que isso significa? Nada, pois não há conexão alguma. Nos sermões, Vieira tem muito cuidado com as associações de ideias, conexões com o tema proposto e a sua realidade correspondente ao caso específico, o casuísmo próprio do método jesuítico para o ensino.

As representações educativas

O termo representação é de origem medieval e vem do latim, *repraesentatio* que significa fazer presente alguém ou alguma coisa ausente, mesmo uma ideia ou imagem, por intermédio da presença de um objeto (FALCON, 2000). A escolástica medieval explicou esse termo por meio de um equivalente: “*Stare pro*” (estar no lugar de). Portanto, esse termo tem uma trajetória no decorrer da história e com diversas compreensões no seu significado. Guilherme de Ockham (1285-1347), nesse período, distinguia três significados fundamentais.

Representar tem vários sentidos. Em primeiro lugar, designa-se com este termo aquilo por meio do qual se conhece algo; nesse sentido, o conhecimento é representativo, e representar significa ser aquilo com que se conhece alguma coisa. Em segundo lugar, por representar entende-se conhecer alguma coisa, após cujo conhecimento conhece-se outra coisa; nesse sentido, a imagem representa aquilo de que é imagem, no ato de lembrar. Em terceiro lugar, por representar entende-se causar o conhecimento do mesmo modo como o objeto causa o conhecimento (OCKHAM apud ABBAGNANO, 2007, p. 853).

O termo representação foi entendido também como sinônimo de signo. John Locke (1632-1704) em 1690 utilizou o termo *semeiotiké* para designar uma “doutrina dos signos”, considerava signo e representação como conceitos sinônimos. O lógico e linguista americano Charles S. Peirce (1839-1914) definiu a semiótica como a teoria geral das representações (GAMBARATO, 2005). Esse termo constitui há muito tempo o fundamento para diversas teorias como a semiótica, as ciências cognitivas e a sociologia.

Para o sociólogo Émile Durkheim (1858-1917), o conceito de representação está vinculado à noção de representações coletivas. Classificou-as como um sistema de símbolos

através do qual a sociedade se torna consciente de si mesma. “Existe em nós duas consciências [...] A primeira só representa nossa personalidade individual e a constitui; a segunda representa o tipo coletivo e, por conseguinte, a sociedade sem a qual não existiria” (DÜRKHEIM, 1990, p.76). As representações significam as leis, a moral, os costumes, as instituições políticas, as práticas pedagógicas, todas as formas de vida coletiva. Na sua concepção o indivíduo sofre pressão das representações dominantes na sociedade, sociedade que pensa ou exprime os sentimentos individuais. As representações sociais não são necessariamente percebidas como tais pelos indivíduos. Elas conservam a marca da realidade social onde nascem, mas também possuem vida independente, reproduzem-se e se misturam, tendo como causas outras representações e não apenas a estrutura social.

Henri Lefebvre (1901-1991) apresenta o termo *representação* numa perspectiva filosófica e sociológica diferente tanto de Dürkheim quanto dos demais sociólogos clássicos. No seu livro **La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones**. Sintetiza seis significações do entendimento e uso semântico do termo *representação* utilizado nas mais diversas áreas do conhecimento até o momento atual.

1. *Significación científica* del término: una curva representa un fenómeno físico de varios parámetros, etcétera. 2. *Significación política*: un diputado representa un territorio y sus habitantes, en la democracia parlamentaria – el sindicato ‘representa’ a los trabajadores de una empresa o de un grupo de empresas -, etcétera. 3. *Significación ‘mundana’*: hacerse representar en una ceremonia, estar em representación, o sea ser el espectáculo, etcétera. 4. *Significación comercial*: hay representaciones tal casa, que colocan los productos de tal compañía. 5. *Significación estética*, a su vez plural: un cuadro representa una escena histórica o un paisaje; una compañía teatral da representaciones; una obra de teatro representa tal escena histórica, tal carácter, etcétera. 6. *Significación filosófica*, la más amplia, sin duda la más importante y la que da la clave de las demás. Invade el pensa el pensamiento filosófico desde Kant, sin por ello definirse claramente. Para la filosofía moderna, la representación no es ni la verdad ni el error, ni la presencia ni la ausencia, ni la observación ni la producción; sino algo intermedio (LEFEBVRE, 2006, p. 18).

A compreensão da *representação* como intermediação ou mediação merece a nossa atenção devido ao uso na educação na atualidade, mas não constitui uma novidade na história da educação e na América portuguesa. Vieira demonstra como fazer bom uso educativo da *representação* como mediação nos sermões de modo geral, mais especificamente como resultado da relação entre presença/ausência e ausência/presente nas diversas ocasiões do ano litúrgico da Igreja Católica (início com o advento no mês dezembro e seu fim na festa

de Cristo Rei no mês de novembro de cada ano), que perpassasse os principais eventos do cristianismo e político do reinado português no qual Vieira estava envolvido. Para os jesuítas da Companhia de Jesus no século XVII, não há distinção entre atividade educativa, religiosa e política, as ações humanas fazem parte do agir no mundo vivido em sua totalidade. Os integrantes da Companhia de Jesus eram formados para enfrentar e prevalecer diante de todos os desafios da realidade concebida pela cristandade na evangelização. O enfrentamento de tais desafios era fundamentado na formação educacional dos jesuítas, que buscava acompanhar de perto toda produção intelectual e científica não somente na Europa como nos outros continentes, através de cartas, publicações de obras, debates nos encontros da Companhia de Jesus e nos Colégios, portanto um jesuíta, como Vieira, era um homem que acompanhava de perto as produções literárias do seu tempo.

A mediação como representação

O uso da mediação, segundo H. Lefebvre, é resultado da relação entre presença/ausência ou ausência/presença uma vez que os termos possuem uma relação dialética com o mundo vivido. Os termos ou conceitos são delimitados pelo entendimento, podendo ser também um pensamento, ou uma figura, ou um objeto, ou uma imagem, ou uma expressão gestual que aplica a algo no mundo vivido. O primeiro fundamento desta dialética foi percebido por Baruch Espinosa (1632-1677), filósofo holandês filhos de cristãos novos (judeus convertidos) portugueses. Ao afirmar algo, um objeto, uma figura ou um termo estamos determinando algo. “Esta determinação, portanto, não pertence ao ser da coisa, mas indica o seu não-ser. Portanto, a figura é apenas a determinação e a determinação é negação” (ESPINOSA, 1979, p. 392).

Esse é o fundamento dialético do termo *representação* que foi desenvolvida posteriormente por Georg W. F. Hegel (1770-1831) na dialética triádica e H. Lefebvre é partidário dessa análise ao desenvolver o seu entendimento da relação e entre presença/ausência/representação, mas todos como mediação. A determinação de algo é sempre para outro, assim como a negação, ambos (determinação e negação) se movendo para um terceiro termo. O terceiro termo ocupa um intervalo como mediador, é o intermediário que contém os elementos dos anteriores, no caso do jogo de linguagem da presença e ausência para referir-se as diversas situações do mundo vivido no qual está

envolvido.

Añadamos la presencia de la ausencia. Lo cual engendra un intervalo, un entre [...]. La versión optimista declara que permite a la vez la historia y la educación; esta doble actividad práctica ocuparía el hiato y se esforzaría por colmar el abismo [...]. La versión pesimista declara que el abismo no puede ni colmar ni salvarse (LEFEBVRE, 2006, p. 24).

A relação gerada, no caso da presença, é por contradição, ao determinar-se gerando a ausência, parece não constituir um problema na sua compreensão: dificuldade está exatamente em compreender como ela será superada, apesar de o termo superação traz em si necessariamente os elementos anteriores daquilo que foi superado, mesmo se esses elementos sofrerem modificações no processo. Portanto, a superação não é eliminação, mas modificação conservando os elementos daquilo que foi modificado, traduzido na *representação*. Assim ocorre com a presença/ausência que resulta na *representação*. A *representação* sempre traz consigo presença e ausência juntas.

El Mismo se ‘representa’ a través del Otro – el sujeto a través del objeto -, lo real a través de lo ideal [...]. Esto significa que el Mismo no puede *presentarse* a sí mismo; [...] sin pasar por la prueba del otro, de la ausencia [...]. No puede prescindir de la representación (LEFEBVRE, 2006, p. 183).

A *representação* como conceito nunca é absoluta, ao descrevê-la sempre fica algo não descrito ou a ser descrito. Não dizer o que não é, através da descrição ou qualquer outro tipo de demonstração, significa que tem algo a ser dito e o mundo vivido exige o ir para outro, por fazer parte do mesmo. “Sin embargo, todo ser real mantiene o pierde su identidad a través de los conflictos y contradicciones” (LEFEBVRE, 2006, p.100). As contradições, motor da dialética, revelam que a presença nunca é absoluta, como também não são a ausência e a *representação*. A *representação* por sua vez gerará múltiplas novas *representações* resultados da relação dialética que nunca chegará a um fim.

A presença diante de ausências

A presença é a situação, o momento, o problema fundamental a ser resolvido, o instante em que ocorre no mundo vivido com suas relações e, também, relações de

contradições, ou seja, o que está aí. Como diz Paiva (2012) acontece que tudo simplesmente está, e nada há de imóvel. Daí a *re-presentação*. Ela reflete, pois, há dependência em relação aos que a constroem e, por outro lado, o *estado* ativo, vivencial do significado. Ao mesmo tempo, as contradições circunstanciais que se presentifica e exterioriza-se através de termos, conceitos, imagens entre outros, sempre acontecem diante de alguém. A presença não exige somente um pensamento ou abstração, mas ação.

Instantes y momentos. Dos modos de la presencia y de la ausencia. Los *instantes*. Rasgadura, fractura. Entrada brusca de alguien o de algo (acontecimiento, intuición). Superficie rota. Brote. [...] Los *momentos*: lo que está en instancia y se precipita. Los relámpagos, lo que traspasa. Ritmo: allegro. Los *momentos*: lenta maduración que culmina, desarrollo que se envuelve, regresa a su génesis y la vuelve a captar, com el trabajo de la memoria y la paciencia de los conceptos. Ritmo: por lo general adagio (LEFEBVRE, 2006, p. 292).

A presença também se manifesta nos seus contrários: na ausência e nos elementos para a *representação*. Além de trazer os elementos do passado sintetizado de alguma maneira na presença. “Ya no hay futuro ni pasado, porque el presente recupera la historia y la brinda, porque el porvenir se acoge com una esperanza” (LEFEBVRE, 2006, p. 293). Esta recuperação da presença em uma situação, de um momento do passado e com possibilidade de antecipação do futuro quer seja com otimismo, quer seja com pessimismo, multiplica-se de inúmeras maneiras no cotidiano, depende do uso dela segundo as suas intenções e finalidades. Vieira fez uso das presenças, das ausências e *representações* com propósitos educacionais, políticos e religiosos tanto nos textos como diante dos seus espectadores nas pregações. E só faz bom uso quem tem domínio sobre tais ferramentas de trabalho pedagógico, Vieira demonstra esse bom uso a todo momento nos sermões.

A presença se impõe de forma imperativa numa situação determinada e traz em si inúmeros elementos, como por exemplo, a ausência e a *representação* que a caracteriza. “En efecto, la distancia, la separación, el alejamiento, el silencio, la ausencia, también definen unas situaciones” (LEFEBVRE, 2006, p. 291). A situação também define a presença, faz com que os ecos das ausências sejam percebidos, ora por gestos e imagens, ora por palavras escritas e faladas nas proposições.

Há uma presença contínua na mente das pessoas, podendo ser chamada de visão de mundo, elementos constitutivos de uma cultura pela educação e pelos costumes, religiosidades e tradições de um povo num determinado período da história. “La presencia,

psíquicamente, se alcanza por vários caminos: la *impregnación* (durante la infancia y la adolescencia, o sea durante “la educación”) y la *elección* (más tardía, aceptando más o menos lúcidamente un riesgo)” (LEFEBVRE, 2006, p. 283). Essa presença cultural também não é absoluta a todos os integrantes da sociedade. Além do mais, os elementos culturais podem fazer-se presente com mais ou menos intensidade em determinados momentos e situações para as pessoas.

A ausência para representar

A ausência é algo que precisa ser demonstrada por meio de palavras, frases diante dos ouvintes, quando estas forem entendidas conscientemente ou não como falta de presença. A ausência pode ser desde um objeto, de pessoas, de momentos, de situações, de sentimentos, de ideias entre outros elementos de modo geral. E também, como aquelas coisas ou elementos que não são o eu ou não estão em mim de forma total ou parcial. “En este marco se sitúan las conciencias individuales y sus representaciones, mezclas de ausencia (los objetos son el no yo) y de presencia (los objetos no son sino la presencia a sí mismo del sujeto)” (LEFEBVRE, 2006, p. 157). A ausência/presença constitui um estado, uma situação em que há um desconforto/conforto nas consciências individuais ou coletivas sobre a mesma situação que pode ser identificável ou traduzido pelas *representações*.

Nesse sentido, cabe às *representações* educativas a função de fazer um jogo de linguagem por meio das palavras ditas ou escritas, som, imagens ou formas de modo geral, para orientar os educandos na identificação dos sinais da ausência/presente naquele momento para o objetivo do qual se quer atingir. “El espacio así concebido se define como juego de las ausencias y de las presencias, representadas por la alternância de las sombras y de las claridades” (LEFEBVRE, 2006, p. 288). Vieira faz uso de um jogo de linguagem com termos presença/ausência/representação nos sermões, livros e cartas como finalidade educativa. Porque as *representações* podem revelar as presenças e as ausências e, inclusive superando-as tendo em vista o objetivo que se quer naquele momento.

As *representações* através da repetição, imitação e compreensão dos termos ou imagens impregnam na mente dos indivíduos fazendo com que eles presentifiquem naquela situação, como se fosse um ato de fé. Evidentemente que tal uso das *representações* com finalidades educativas não era exclusividade de Vieira. Outros jesuítas da Companhia de

Jesus também faziam, mas nenhum no século XVII fazia com maestria como ele.

A educação mediada

A educação é entendida, nesse caso, de forma mais abrangente do que aquela restrita a sala de aula, apesar de Vieira ter exercido a profissão de professor em sentido restrito por mais de dez anos na América Portuguesa, como necessidade social do ser humano de se formar e informar para exercer plenamente as suas potencialidades. A educação é uma aprendizagem da forma de ser naquele momento no século XVII e de acordo com aquelas possibilidades diante do mundo vivido. Portanto, ela é concebida como um meio pelo qual a sociedade transmite seus princípios e valores, dentro de um espaço humano, social, histórico, econômico e cultural. Na educação as trocas simbólicas, os padrões culturais, as práticas de religiosidades e as relações de poder acontecem.

Além da transmissão de elementos culturais de modo geral, a educação é, sobretudo, orientação para que desenvolvendo o pensamento modifique as ações dos ouvintes. A educação mediada por *representações* tem como objetivo modificar os seres humanos para que modifiquem os seus espaços no mundo vivido. Assumimos, com isso que, uma vez que modificamos uma parte tem-se a possibilidade de modificarmos o todo do comportamento dos seres humanos no meio em que vive. “[...] A modificabilidade é transmitida para o ser humano por meio da mediação pela qual o mundo é mediado para ele e cria ferramentas e as condições prévias necessárias para ser modificado” (FEUERSTEIN, 2014, p. 53).

Os mediadores de qualidade na aprendizagem desempenham uma função primordial na orientação para mudança positiva de comportamentos. As mediações de Vieira são um exemplo disso, devido ao enriquecimento cultural e da intencionalidade dos sermões para com os ouvintes quer seja das pessoas simples, como os indígenas, os escravos, os colonos, os religiosos e os integrantes da sociedade de corte da Europa.

Estes mediadores enriquecem os seres humanos não apenas com o conhecimento, mas com estruturas de pensamento. Esta interação única entre seres humanos acontece naturalmente no curso do desenvolvimento, mas não acontece sempre (FEUERSTEIN, 2014, p. 52).

Sem dúvidas há mediações de má qualidade que prestam um desserviço à formação cultural dos ouvintes, porque não tornam as pessoas melhores, mas há algumas de muita

qualidade que precisam ser estudadas detalhadamente e ressaltadas na história da educação.

A qualidade da mediação é decisiva no processo de aprendizagem de qualquer ser humano. Segundo Reuven Feuerstein (1921-2014)³ são necessários alguns parâmetros para distingui-las, “[...] que são responsáveis pelo caráter universal do fenômeno de modificabilidade humana, para a plasticidade que caracteriza o ser humano” (FEUERSTEIN, 2014, p.82). Ele estabelece três parâmetros como necessários para que tenhamos a garantia da qualidade da mediação, são os seguintes: intencionalidade e reciprocidade, transcendência e a mediação de significado. Adiantamos que os três parâmetros estão presentes nos sermões de Vieira, como mediador, para tornar seus ouvintes modificáveis.

Primeira mediação para garantir a qualidade é a *intencionalidade e reciprocidade* no processo de aprendizagem. A *intencionalidade* é feita na medida em que o mediador usa expressões específicas e objetivas para que tenham controle sobre o pensamento e entendimento dos ouvintes, por exemplo: “quero que ouça o que estou dizendo”. “A sexta é hoje, que no ano presente, e nos dois passados me ouvis pregar este mesmo mistério” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 244).

Prestem atenção nesse aspecto, entre outras. Com isso a atividade de ensinar tem a possibilidade de atingir os objetivos propostos pelo educador. Intenção e reciprocidade dão novo espírito de vida à interação entre o mediador e o mediado. Toda atividade se torna uma oportunidade de mediação, da mais simples a mais complexa (FEUERSTEIN, 2014, p. 85).

Sabemos que a *intencionalidade* em si ou sozinha não é suficiente e exige outros elementos pedagógicos, mas é uma forma de melhorar a mediação.

Segunda mediação para garantir a qualidade é a *transcendência* (ir além de), na medida em que ações ou atividades (ações contínuas) do mediador junto ao mediado os leva a fazer conexões e criam uma grande diversidade de possibilidades para as ações para o bem ou para o mal na relação entre o ser humano e o mundo vivido. A interação mediada entre o ser humano e o mundo vivido faz com que aconteça a “humanização” na cultura e criam, ao

³ Feuerstein foi um educador de nacionalidade Romena e Israelense, criador da Teoria da modificabilidade cognitiva estrutural, a teoria da experiência da aprendizagem mediada. Feuerstein foi formado na Universidade de Paris e Universidade de Genebra, assistente de Jean Piaget e André Rey, e sofreu influências de Vygotsky e outros educadores e filósofos: Sócrates, Platão, Aristóteles, Hegel e Marx que resultam nas suas teorias, principalmente a partir dos trabalhos com crianças judias sobreviventes do Holocausto Nazista espalhadas pelo mundo, principalmente as que foram para a Palestina, que se tornara posteriormente em Israel.

mesmo tempo, necessidades culturais novas muito diferentes daquelas necessidades primárias que viviam. Para que haja a “humanização” dos educandos faz-se necessário que as mediações sejam boas para o todos: quer seja ações individuais, que seja ações coletivas. Caso contrário, só teremos convencimento político desejado pelo mediador. Um exemplo disso, são as exigências da religiosidade na vida dos novos convertidos, não só através dos sacramentos, como todos os aspectos contidos nas exigências doutrinárias e de consciência moral, contidos no *orbis christianus*.

A mediação da transcendência não se relaciona, portanto, apenas a generalização, conceitos e funções abstratas. Mais que isso, não depende também da consciência explícita dos envolvidos na interação mediada (do mediador ou mediado). A necessidade de sair e ir além da situação imediata de sobrevivência cria expressões e técnicas operacionais que se transmitem para gerações futuras e garantem sua continuidade. Por meio da mediação de transcendência, culturas vão muito além das necessidades individuais, imediatas e físicas de sobrevivência, objetivos que no nível do grupo são parte de seu coletivo espiritual (FEUERSTEIN, 2014, p. 88).

Essas novas necessidades culturais criadas são resultados da mediação de aprendizagem que elevam o nível de consciência potencializando um alto desenvolvimento do ser humano nos mais diversos aspectos da sua existência.

Terceira mediação é do *significado*. A mediação de *significado* faz com que sejam criados mecanismos racionais de convencimento que geram forças motivacionais e emocionais que impulsionam a ação e atividades melhoram a qualidade dos comportamentos.

O significado faz com que a mensagem do mediador seja entendida e racionalizada, também para extensão e aplicação para além da situação imediata. Ela levanta a necessidade de o receptor da mediação olhar para significados mais profundos (FEUERSTEIN, 2014, p. 89).

Ao olhar para os significados de forma mais profunda, sob a orientação do mediador, o mediado começa a fazer associações e conexões entre os eventos e fenômenos do mundo vivido no qual está inserido para melhor compreendê-los.

A propensão mediada do indivíduo por buscar e construir significado para a sua vida é o fator e força dirigente das transformações e desafios que serão realizados, porque transições e mudanças durante a vida requerem que a pessoa adapte as novas situações aos significados que foram dados a situações anteriores na vida (FEUERSTEIN, 2014, p. 91).

A atuação de Vieira como mediador no processo de orientação pedagógica durante a sua atividade nas diversas áreas, além do uso das *representações* com mediações *intencionalmente* articuladas, momentos privilegiados para serem usadas naquele mundo vivido, visto de uma forma global. E, com isso, possibilitaram com que a sua contribuição na religiosidade ganhasse a qualidade tão desejada pelas instituições religiosas da Igreja Católica Romana e pela corte portuguesa naquele período.

Esse aspecto vai se tornando mais claro na medida em que compreender que educação, no século XVII, na América portuguesa, era a expressão da forma como os seres humanos estavam organizados para a produção da vida material, e estavam sob a responsabilidade da Companhia de Jesus, os Jesuítas. Os Jesuítas, congregação religiosa Católica, à que pertencia Vieira, recebe autorização de funcionamento do Papa Paulo III em 1540, e do Concílio de Trento (1545-1563) veio a responsabilidade de propagar a fé, não de forma exclusiva, os ideais culturais e práticos dos dogmas estabelecidos por esse Concílio. Esta foi uma resposta às mudanças que estavam ocorrendo na Europa, principalmente, devido à Reforma Protestante. A preocupação central da Igreja Católica era a formação religiosa e social dos cristãos, indígenas, escravos e cristãos novos (judeus convertidos ao cristianismo), a partir de uma nova pedagogia religiosa de evangelização.

Os sermões como mediação em Antônio Vieira

A expressão máxima dessa nova forma de educação estabelecida pela Igreja Católica nesse período eram os sermões. “O púlpito transformou-se no último baluarte da liberdade de expressão e a importância atribuída aos sermões, não só na tarefa de educar e regular os comportamentos considerados aceitáveis” (MARQUES, 2015, t. II, v. II, p. 11). Os sermões, no caso de Vieira são uma peça literária organizada em pequenos capítulos de mais ou menos 10 subdivisões, contendo uma estrutura lógica organizada para convencimento dos interlocutores, essa estruturação se repete em todos. “Desenvolvia o ‘discurso’ em círculos **Não** concêntricos, em espiral, como se segurasse na mão, por um fio que nunca largava um papagaio de papel e o fizesse voar, a seu bel-prazer, ao sabor do vento” (GARCIA, 2015, t. II, v. V, p. 16). Nele o pregador procura se aproximar do auditório dirigindo-lhe perguntas que ele mesmo, o autor, responde. A tese defendida por Vieira é que o sermão deve ter um

único tema, por exemplo, no **Sermão da Sexagésima**, que é o prólogo dos mais de 200 sermões escritos e pregados por ele, o tema é a “Parábola do semeador”, tirada do Evangelho segundo São Lucas: *Semen est verbum Dei* (A semente é a palavra de Deus). O sermão sob o ponto de vista pedagógico, pode ser comparado, com as devidas proporções e peculiaridades, a uma aula.

Os sermões de Vieira não se restringiam apenas aos temas teológicos, tratavam de assuntos da vida social, moral, política entre outros. Isso era comum no entendimento dos jesuítas que não faziam distinções de espaços ou dos lugares de ensino e religião, assim como não faziam distinções entre política e religião. Porque o objetivo é a evangelização, conversão dos ouvintes através da mudança do comportamento, quer seja no ambiente pequeno de uma sala de aula do colégio, quer seja daqueles que estavam no auditório das Igrejas e Capelas reais. “E se quisesse Deus que este tão ilustre, e tão numeroso auditório” (VIEIRA, 2015, t. II, v. II, p. 44). Vieira faz a distinção no **Sermão da Sexagésima** entre o sermão de ensino e convencimento. Porém, ambos são educativos e estão contidos dentro do objetivo da missionação da Companhia de Jesus. Devido ao sucesso das pregações de Vieira, alguns sermões começaram a ser distribuídos, uns em manuscritos e outros impressos, a partir de 1642, poucos com a autorização de Vieira. O primeiro tomo dos sermões publicado por Vieira foi em 1679, o tomo II em 1682, os outros tomos da *Editio Princeps* (1679-1748) muitos saíram na sequência ou com poucos intervalos, mas a revisão completa de todo conjunto dos sermões (onze tomos publicados em vida e quatro póstumos) aconteceu somente nos anos finais de sua vida no Brasil. A revisão para a publicação dos sermões foi uma forma de Vieira fazer uma revisão histórica dos seus pensamentos e ações durante a sua existência.

Todavia, desde 1642, tinham corrido em folhetos avulsos alguns sermões, com reedições, que aliás Vieira não menciona na *Lista ou Carta de Guia* [...]. Dentre os que ‘andam impressos com o nome do Autor em várias línguas’, ‘os próprios, e legítimos, e quais os alheios e supostos’. Quanto a certos conjuntos de algumas dezenas de sermões distribuídos por três partes ou volumes, editados em Madrid nos anos de 1662, 1664 e 1678, faz o jesuíta críticas pertinentes (MARQUES, 2015, t. II, v. I, p. 31).

Nesse sermão, Vieira usa de uma *representação*: ensinar, pregar, é como semear. Traçando paralelos entre a parábola bíblica sobre o semeador que semeou nas pedras, nos espinhos, na estrada e na terra. Vieira critica o estilo de outros pregadores contemporâneos.

Examina a responsabilidade do pregador, considerando sua pessoa, sua ciência, a matéria e o estilo de seus sermões e sua voz. No sermão, o autor interessava saber o motivo da pregação católica estar surtindo pouco efeito entre os cristãos. Depois de muito argumentar, Vieira conclui que a culpa é dos próprios padres. Ainda nesse sermão, Vieira procura criticar outros pregadores que utilizavam o púlpito como tribuna política.

Vieira ensinava que “o sermão há de ser duma só cor, há de ter um só objeto, um só assunto, uma só matéria”. É a regra da unidade do discurso persuasivo. Um olhar mais profundo mostra que o autor vai além do objetivo da catequese, adotando atitude crítica da codificação da palavra. E expôs o método que adotava nos seus sermões:

1. Definir a matéria a que ser utilizada no discurso;
2. Dividi-la em partes para melhor compreensão;
3. Confirmá-la com a Escritura para falar com autoridade argumentativa;
4. Confirmá-la com a razão, demonstrá-la como acontece em cada caso;
5. Amplificá-la, fazendo *representações* através de exemplos e respondendo às objeções, aos "argumentos contrários";
6. Tirar uma conclusão e persuadir, aconselhar, orientação de ações.

A influência dos sermões na sociedade devido a sua atualidade nas questões econômicas, políticas, morais, educativas e religiosas de todo o reino português e dos ouvintes fazia com que fossem pedidos cópias dos borrões ou papelinhos, como Vieira costumava referir aos seus escritos, pelos integrantes da corte portuguesa e pelos religiosos para uma reflexão mais detalhada. Portanto, os sermões ganhavam uma dimensão política e tinham um alcance muito além dos ouvintes no momento em que eram pregados.

A atualidade e importância de matérias que abordava, se ouvidas ou chegadas ao conhecimento da corte – referentes, por exemplo, ao lançamento de tributos, fundação das companhias comerciais, mudança de processos judiciais da Inquisição contra judeus e cristãos-novos, delatados por judaizantes, de cujo apoio econômico e financeiro o reino necessitava na difícil conjuntura restauracionista, etc -, podiam levar ministros e membros do Conselho de Estado a solicitar-lhe os borrões dos respectivos discursos para detida leitura (MARQUES, 2015, t. II, v. I, p. 32).

O nosso objetivo com **Sermão da Sexagésima** (1655) é demonstrar como Vieira se utiliza de *representações* (através da Bíblia e da tradição da Igreja, dos Santos Padres da Igreja e Filósofos, tais como Aristóteles, Platão, Cícero e outros) e como que essas mesmas *representações* constituem uma parte importante no processo pedagógico para os casos

específicos, de modo mais detalhado, o que se convencionou chamar de casuísmo (utilização de algo como um instrumento para uma finalidade em específico e num determinado contexto) bem empregado pelos Jesuítas em diversas situações com os indígenas, escravos, cristãos e novos cristãos. No jogo simbólico, verificaremos em cada um dos pequenos capítulos dos sermões, as possibilidades de estabelecer relações pedagógicas objetivas no processo de catequização.

O outro sermão a ser destacado na análise detalhada a seguir no trabalho, é o **Sermão do Espírito Santo** (1657). Pregado no Maranhão, trata da temática das dificuldades da educação e da luta em defesa dos indígenas diante da colonização da América portuguesa. A pergunta que move a argumentação desse sermão é semelhante àquela que é motor no **Sermão da Sexagésima**: por que são tão poucos os sucessos na conversão? E afirma a importância do pregador, mesmo diante das dificuldades, porque o pregador possui a tarefa de ensinar aquilo que definiu o Espírito Santo. Os argumentos pedagógicos utilizados em forma de *representações* de Vieira estão vinculados à atividade representativa do Espírito Santo.

Porque para aprender não basta só ouvir por fora, é necessário entender por dentro. Se a luz de dentro é muita, aprende-se muito: se pouca, pouco: se nenhuma, nada. O mesmo nos acontece a nós. Dizemos, mas não ensinamos, porque dizemos por fora; só o Espírito Santo ensina, porque alumia por dentro (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 245).

As dificuldades na instrução dos Índios e as comparações com outros povos são enfrentadas, e não são poucas, mas possuem especificidades apontadas da seguinte forma: “Primeiramente, pela qualidade da gente; porque a gente destas terras é a mais bruta, a mais ingrata, a mais inconstante, a mais avessa, a mais trabalhosa de ensinar de quantas há no mundo” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 249). As dificuldades não se impõem pela resistência dos indígenas em assimilar o ensinamento sacro, mas pela mesma facilidade que tem em desaprender o aprendido.

Há nações naturalmente duras, tenazes e constantes, as quais dificulzosamente recebem a Fé, e deixam os erros de seus antepassados; resistem com as armas, duvidam com entendimento, repugnam com a vontade, cerram-se, teimam, argumentam, replicam, dão grande trabalho até se renderem; mas uma vez rendidos, uma vez que recebem a Fé, ficam nela firmes, e constantes como Estátuas de mármore, não é necessário trabalhar mais com eles. Há outras nações pelo contrário (e estas são as do Brasil) que recebem tudo o que lhes ensinaram com grande docilidade e facilidade, sem argumentar, sem replicar, sem duvidar, sem resistir; mas são estátuas de murta, que levantando a mão e a tesoura o jardineiro, logo perdem a nova figura, e tornam à bruteza antiga e natural, e a ser mato como dantes eram. É necessário que assista sempre a estas Estátuas e mestre delas, uma vez que lhe corte o que vicejam os olhos, para que creiam o que não deem ouvidos às fábulas de seus antepassados; outra vez que lhe decepe o que vicejam as mãos e os pés, para que se abstenham das ações e costumes bárbaros da Gentilidade. E só desta maneira, trabalhando sempre contra a natureza do tronco e humor das raízes, se pode conservar nestas plantas rudes a forma não natural e compostura dos ramos (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 253).

As dificuldades em ensinar os indígenas estão no mal uso das *representações* e não na inviolabilidade das consciências dos indígenas, manifestada na aparente inconstância em reter as informações e conhecimentos apresentados pelos educadores e exigir atividades contínuas de manutenção do aprendizado. Vieira demonstra com clareza e muito rigor como fazer um bom uso das *representações* no complexo processo de educação e missão naquela sociedade.

As *representações* educativas são algo claro no entendimento de Vieira, que têm como referência de instrução e demonstração os sacramentos, inclusive os sete sacramentos da Igreja Católica (batismo, crisma, confissão, ordem, unção dos enfermos, casamento, e o mais importante de todos, a eucaristia) conforme fica claro, esse último, no Sermão do Santíssimo Sacramento de 1652. Os sacramentos da Igreja Católica fazem com que a ausência de Cristo seja presentificada diante dos olhos e da fé dos seus seguidores em cada instante em que são realizados. O jogo entre presença/ausência, ausência/presença é comum na vida concreta e espiritual, ou seja, na mente dos seus seguidores servindo de instrumento para que os seus sacerdotes possam exercer uma educação continuada durante toda a vida religiosa. As vezes esse jogo acontece não de forma explícita para os interlocutores, mas está implícito nos sacramentos e percebidos através das *representações*.

Assim o entendem comumente os intérpretes deste lugar; e as mesmas palavras do Texto o declaram com grande propriedade, porque não dizem que o Cordeiro estava morto como vivo, senão vivo como morto: *Stantem tanquam occisum*. Isto é o que cremos própria e distintamente, e o que nos ensina a fé no mistério do Sacramento. A palavra *tanquam* significa representação e não realidade: e o mesmo Cristo sacramentado, que na realidade está no Sacramento tão vivo como no céu, no mesmo Sacramento, por representação, está tão morto como na cruz. Por isso as palavras da consagração na Hóstia põem o corpo como dividido do sangue, e no Cálix o sangue como dividido do corpo, tudo em significado da morte, na qual (e nenhum modo sem ela) se aperfeiçoa, e consuma o sacrifício (VIEIRA, 2015, t. II, v. VI, p. 188).

Dez anos antes desse sermão, no Sermão das Quarenta Horas, pregado em 1642 na Igreja de São Roque, em Lisboa, Vieira segue o mesmo entendimento sobre o termo *representação* e faz o uso semelhante em quase todos os sermões, ou seja, segue o mesmo *modus operandi*. O sacramento é claramente uma *representação* que serve como medição.

Todos os santos padres, sem exceção alguma, dizem que, assim como do lado de Adão dormindo tirou Deus a costa, de que formou a Eva, assim do lado de Cristo morto saíram os Sacramentos, de que formou sua Esposa, a Igreja. Mas entre esses mesmos sacramentos houve uma grande diferença, porque os outros sacramentos saíram do lado de Cristo simbolicamente, e só em representação; o Santíssimo Sacramento do altar saiu em realidade (VIEIRA, 2015, t. II, v. VI, p. 161).

Esse sacramento é a *representação* em forma de Hóstia, utilizado como um “[...] alimento suavíssimo das almas, pelas mesmas portas do sentido do gosto: *Et deosculer te*” (VIEIRA, 2015, t. II, v. VI, p.148). Os sacramentos são *representações* que estão ligadas necessariamente com o mundo vivido e entram no indivíduo pelos sentidos, pela faculdade do gosto, ou seja, a *representação* é uma forma de colocar-se entre a fé e a vida: presente (fé) e ausente na vida (não fé ou pouca fé) das pessoas, é a mediação. E ao mesmo tempo, ele presentifica Jesus Cristo em corpo e sangue suprimindo uma ausência na alma das pessoas de pouca fé ou alimento da fé.

No início do fragmento, acima ele afirma: “Todos os santos padres” compartilham do mesmo entendimento sobre essa *representação*, e são exemplos de mediadores no uso deste instrumento mais importante de todos: o sacramento da Hóstia ou Eucaristia. Isso é feito de três maneiras a partir dos efeitos diante dos olhos, segundo Vieira (2015, t. II, v. VI, p. 149)

[...] A respeito da Sua presença sacramental, como causa, considerava nela três efeitos particulares, tão maravilhosos, como novos. O primeiro, ver o mesmo Sacramento exposto, e manifesto e que saísse fora dos sacrários, donde está encerrado: *Ut inveniam te foris*. O segundo, que o fim de se desencerrar, e aparecer em público, fosse novo invento [...]. O terceiro, suspirar, e desejar ardentemente que acabasse já de vir ao Mundo o Autor desta grande obra, duvidar quem seria: *Quis mihi det?*

No entendimento de Vieira, as *representações* educativas têm uma força capaz de fazer com que as pessoas, uma vez que compreenderam e viram com seus olhos, mudem necessariamente o seu comportamento, porque a fé fez algo invisível ser visível, concreto, capaz de ser submetido aos sentidos, tornando de certa forma em algo indiscutível tanto as pessoas letradas, quanto para os Indígenas, os escravos negros africanos, os cristãos novos e o povo em geral.

Ainda nesse mesmo sermão, Vieira segue descrevendo como essa *representação* com um discurso educativo tem o poder, por meio do seu mediador (no caso, o próprio Vieira), cravar no entendimento dos ouvintes. “Saiu fora de Si, para estar dentro de mim”.

Suporte teórico de Lefebvre e Elias

Para melhor compreensão da tese nas seções seguintes, utilizaremos de forma mais incisiva as contribuições teóricas dos já mencionado Norbert Elias (1897-1990), nasceu em Breslau-Polônia, estudou medicina, filosofia e psicologia nas Universidades de Breslau e Heidelberg. Em seguida trabalhou com Karl Mannheim, em Frankfurt. Abandonou a Alemanha nazista devido a perseguição aos judeus em 1933 e fixou residência na Inglaterra, onde foi professor de sociologia na Universidade de Leicester (1945-1962). Entre seus trabalhos mais conhecidos estão **O processo civilizador** (2 v. publicados em 1939), **A sociedade de indivíduos** e **A sociedade de corte**, entre outros. A vasta produção sociológica passou a ser conhecida como sociologia processual, tratando de temas como redes sociais, poder, habitus, interconexões sociais na sociedade entre outros. Elias demonstrou como os padrões europeus pós-medievais de violência, comportamento sexual, funções corporais, etiqueta à mesa e formas de discurso foram gradualmente transformados pelo crescente domínio da vergonha e do nojo, atuando para fora de um núcleo cortesão das cortes, entre outros. Os textos de Elias tornaram a ser conhecidos tardiamente, a partir de 1969 e aos poucos estão sendo conhecidos no Brasil.

E também das contribuições de Henri Lefebvre (1901-1991), foi um filósofo marxista e sociólogo francês. Estudou filosofia na Universidade de Paris, onde se graduou em 1920. Teve intensa militância política no Partido Comunista Francês. A sua produção foi extensa (mais de 70 livros), abrangendo análises do marxismo no século XX à luz dos textos do próprio Marx, mantendo intenso debate com grandes filósofos de sua época, como Sartre. Criticava os *althusserianos* por apagar a ação dos sujeitos no processo de comunicação. Segundo ele, fatores importantes como a vivência dos receptores foram esquecidos. Seus debates sobre o marxismo o levaram a separar os textos produzidos sobre Marx dos seus leitores. Segundo Lefebvre, muitos marxistas mataram a dialética, travando o movimento histórico pela consolidação do Estado e pelo pessimismo. No Brasil, ele é mais conhecido pelas contribuições na sociologia da geografia, apresentando rigorosas reflexões sobre a sua tese que o espaço é social, ou seja, é socialmente produzido. Influenciou os grandes estudiosos da geografia contemporânea, como Milton Santos.

No seu livro **La presencia y la ausencia: Contribución a la teoría de las representaciones**, H. Lefebvre busca trilhar um caminho diferente para a teoria das representações. Essa busca acontece a partir de um colocar-se entre os dogmatismos e ceticismos, entre as profecias apocalípticas e as nostalgias das concepções anteriores. Esse novo entendimento parece ser uma ferramenta importante para revelar objetivamente as práticas educativas de Vieira.

Além do esclarecimento do termo representação como mediação, H. Lefebvre faz um resgate histórico desta categoria na história da filosofia, destacando as contribuições no período moderno, especialmente as contribuições de Hegel, Kant e críticas ao uso desta categoria no marxismo e com as possibilidades do próprio marxismo resgatá-la. Hegel foi quem primeiro utilizou a mediação na dialética triádica, mas a fez de forma idealista, necessitando ser corrigida pelo mundo vivido. Apesar de disso, Hegel foi quem melhor elaborou uma teoria muito próxima do filósofo judeu holandês de origem portuguesa Baruch Espinosa (1632-1677), em que a *representação* é uma etapa, ou um nível, ou momento do conhecimento, uma mediação que precisa passar por ela e pode sempre retornar ou retomar a partir de reflexões (LEFEBVRE, 2006, p. 23). Essa é a grande contribuição de Lefebvre em sua obra. Portanto, podemos usar das *representações* educativas como ponto de partida para nossas reflexões, e retorná-los como meio de correção, caso não atinja os objetivos educacionais estabelecidos a partir do mundo vivido.

A outra contribuição teórica de destaque vem de Elias com seus referenciais a partir das análises sociológicas. Nas obras já mencionadas, em que nos apropriamos de algumas categorias para elucidar os conflitos no período em que Vieira viveu na corte em Portugal: figuração, poder, sociedade de indivíduos, interdependência, hábito e sociogênese, entre outros.

Aprendemos a entender melhor o contexto social de nossa própria vida quando nos aprofundamos no de pessoas pertencentes a uma outra sociedade. A investigação da sociedade de corte revela, com mais clareza do que se estudássemos apenas nossa própria sociedade, que nossa escala de valores constitui um elo na corrente de interdependências a que estamos submetidos (ELIAS, 2001, p. 93).

Na obra **A sociedade de corte**, Elias mostra como acontece a configuração dessa sociedade em que

[...] homens interdependentes que tornavam possível, e até aceitável, o seu governo centralizado nas mãos de um único homem. [...] O lento processo de transformação da vida feudal para a corte foi resultado de uma luta pelo monopólio do poder (COSTA, 2013, p. 251).

Isso fez com que as cortes europeias tornassem uma configuração ímpar na história e extremamente importante para compreendermos como os seres humanos no século XVII agiam, as suas visões de mundo, e compreendermos os seus desejos, seus papéis sociais, educativos e, principalmente, as relações de poder naquele mundo vivido. Vieira compreendeu claramente essa configuração social e soube como ninguém, desde o primeiro encontro com o rei Dom João IV, conquistar espaço e respeito diante dos integrantes daquela sociedade de corte.

[...] Alguém que não pode mostrar-se de acordo com seu nível perde o respeito da sociedade. Permanece atrás de seus concorrentes numa disputa incessante por status e prestígio, correndo o risco de ficar arruinado e ter de abandonar a esfera de convivência do grupo de pessoas de seu nível e status (ELIAS, 2001, p. 86)

As relações entre indivíduo com a pluralidade de pessoas e com ela mesma “[...] não é nada clara em nossos dias. Mas é frequente não nos darmos conta disso, e menos ainda do porquê” (ELIAS, 1994, p. 7). Se nos dias de hoje encontramos dificuldades de compreender as relações entre indivíduo e sociedade, que dirá no século XVII, Elias apresenta referenciais

nesta relação que nos possibilita analisar o olhar de Vieira sobre as relações dos quais estava envolvido e, além disso, perceber as limitações das suas ações como pessoa estabelecidas pela própria convivência com seus pares e adversários. Outro aspecto relevante é que Elias esclarece e amplia, alarga os termos para podermos ter elementos para um olhar diferente daqueles apresentados pela sociologia clássica (Comte, Marx, Dürkheim, Weber, entre outros).

É incomum falar-se em uma sociedade dos indivíduos. Mas talvez isso seja muito útil para nos emanciparmos do uso mais antigo e familiar que, muitas vezes, leva os dois termos a parecerem simples opostos. Isso não basta. Libertar o pensamento da compulsão de compreender os dois termos dessa maneira (ELIAS, 1994, p. 8).

Nesse sentido, as análises de H. Lefebvre como sociologia da mediação e N. Elias com a sociologia relacional ou processual se complementam formando um todo com contradições, algo comum sob o ponto de vista teórico, mas também harmônico na totalidade do objeto em questão acrescentam olhares muito peculiares na compreensão desta pedagogia complexa e intensa de Vieira durante o período da restauração do Império Português. A tentativa de união dessas sociologias: o primeiro com bases no marxismo crítico, e a segundo com a perspectiva de alargamento conceitual das sociologias clássicas e das filosofias modernas, já foram realizadas por diversos pesquisadores e continuam visto que ambos então se firmando como teóricos que contribuem nas diversas abordagens no campo da educação, geografia, sociologia, história, ciência política e filosofia.

Os passos a serem seguidos

A segunda seção como autorrepresentação tem objetivo apresentar como Vieira reflete o seu tempo histórico e a sua visão da presença/ausência ou ausência/presença dos projetos político e econômico, o Padroado e a expansão evangelizadora da Igreja Católica na América Portuguesa, sendo mais presença que ausência. “A presença para ser presença há de ter alguma coisa de ausência” (VIEIRA, 2015, t. II, v. VII, p. 390).

Ainda, nesse primeiro momento, apresentaremos aspectos biográficos da formação educativa do padre Antônio Vieira, e compreender as suas influências em meio à história da América Portuguesa. Por sua longa trajetória de vida e intensa atividade política diplomática,

social e missionária educativa, tivemos que delimitar a pesquisa na sua formação e seus feitos desde a chegada a América portuguesa até a restauração do Império português, 1640 até a morte de dom João VI em 1656, quando Vieira estava com 48 anos de idade, e meses depois, em 1657, prega o **Sermão das Exéquias do Augustíssimo Rei Dom João IV** e o **Sermão do Espírito Santo**, finalizamos o nosso recorte histórico de análise dos sermões pregados e escritas exclusivamente nesse período.

A restauração do Império Português foi o marco que estabeleceu o fim da União Ibérica (1580-1640) nesse período Portugal era governado pela Coroa Espanhola. Com a restauração o governo de Portugal voltou para as mãos dos Braganças por meio de dom João IV, para muitos o legítimo herdeiro do trono. Esse período foi marcado pela busca de reconhecimento da nova monarquia junto aos governos europeus, à Sé Apostólica de Roma, dos próprios portugueses que eram fiéis à dinastia espanhola e daqueles que não estavam convencidos da capacidade de governança do novo rei diante da falta de recursos econômicos, risco de invasão estrangeira na América portuguesa e em Portugal entre outros problemas.

Em seguida, demonstraremos o entendimento de alguns dos principais leitores do padre Antônio Vieira, sob o nosso ponto de vista e de forma muito resumida, nesse mesmo período. Evidentemente que esses leitores José Maria de Paiva, João Adolfo Hansen, Sezinando Luiz de Menezes e Alcyr Pécora estão vivos e contribuem de forma significativa a compreensão desse personagem da história da educação. Essa forma muito resumida desses estudiosos de Vieira, foi uma escolha por questões objetivas de tempo, mesmo sabendo dos riscos de tal escolha e, sabendo que há muitos outros estudiosos de Vieira que merecem ser destacados que faremos num outro momento. Mas esta escolha se faz necessário pela longa trajetória do nosso investigado e, principalmente, do porquê de seus leitores terem levado a sério as suas pesquisas e deixado um legado importantíssimo para as novas gerações para a construção ou solidificação de uma identidade cultural que se tornará o Brasil que tentamos conhecer.

A seção seguinte visa apresentar como estavam presentes/ausentes e, com muita clareza, para Vieira, os projetos de Portugal como Império e nação para o mundo cristão, o *orbis christianus*, mas não para os outros que de alguma forma participavam direta ou indiretamente desses projetos, e eram parte integrante da colonização viabilizavam parcialmente os aspectos: econômicos, cultural, a legitimação política da restauração, a religiosidade cristã católica e a evangelização por meio da educação. Procuraremos

apresentar a luta de Vieira em presentificar esses projetos perante a sociedade portuguesa, demonstrando a sua viabilização, a sua implantação. Todo esse processo, evidentemente, gerou muitos conflitos, visto que o todo da sociedade portuguesa, de modo especial, a sociedade de corte, não estava convencida da viabilidade desses projetos. Os conflitos principais que aconteceram na corte portuguesa, durante a permanência de Vieira de 1641 até 1656, com as suas idas e vindas ao Brasil, constituem os elementos fundamentais para compreendermos o uso das *representações* educativas por Vieira nesse período.

Os conflitos na corte estão subordinados aos condicionamentos históricos, dentre eles estão o Padroado, o mercantilismo, a política, a religiosidade e a educação. Ainda nesse momento, demonstraremos alguns usos das *representações* educativas realizadas pelo padre Antônio Vieira nos vários sermões, mas esses usos no sentido da articulação dialética entre presença/ausência ocorrerá de forma mais detalhada nos momentos seguintes desta pesquisa. As análises dos usos das *representações* seguirão até o Sermão das Exéquias do rei Dom João VI, no ano seguinte da sua morte, pregado em 1657 no Maranhão, durante as atividades educativas de Vieira.

Na seção seguinte são evidenciadas as análises dos usos das *representações* nos sermões a partir da relação dialética entre presenças/ausências. O maior destaque estará nas *ausências*, mesmo nas presenças temos necessariamente ausências e vice-versa. Essa relação dialética é iniciada com o primeiro, **Sermão da Sexagésima**, que é considerado pelo autor o mais importante e o colocou como o primeiro na ordem de publicação, afirmando na introdução: “Este Sermão servirá de prólogo para os demais sermões da quaresma” (VIEIRA, 2015, t. II, v. II, p. 48). Foi proferido na Capela real de Lisboa em março de 1655, logo depois de uma viagem ao Maranhão. Nesse sermão, Vieira usa de uma *representação* traçando paralelos entre a parábola bíblica sobre o semeador que semeou nas pedras, nos espinhos, na estrada e na terra. Vieira critica o estilo de outros pregadores contemporâneos seus. Vieira examina a culpa do pregador.

Ainda nessa seção faremos a análise do **Sermão do Espírito Santo**, pregado no Maranhão, trata da temática das dificuldades da Educação e da luta em defesa dos Indígenas e da sua dignidade. Os seus ouvintes são os jesuítas que iriam para missão no dia seguinte, as famílias cristãs, os indígenas e o povo em geral. Esse sermão é um prenúncio das dificuldades com o ato de educar, não somente com os Indígenas, mas com todos aqueles que amam este ofício de tocar de algum modo na alma das pessoas pelo conhecimento para torná-los pessoas melhores no mundo vivido.

Com esse preâmbulo da nossa tese, esperamos ter cumprido a missão de dar segurança para o leitor e estabelecer alguns parâmetros para que possamos olhar a imensa obra de Vieira com o devido cuidado que merece. Além do mais, esperamos ter apresentado um panorama do trabalho como um todo e dos principais entendimentos que temos de alguns conceitos tidos como fundamentais em questão.

1 AUTORREPRESENTAÇÃO DE VIEIRA NA HISTÓRIA

Neste momento, apresentaremos alguns aspectos da formação e a multiplicidade de atividades do padre Antônio Vieira no decorrer dos seus 89 (oitenta e nove) anos de existência no século XVII. A ancoragem e proximidade dos acontecimentos só é possível devido ao fato de que o próprio Vieira foi obrigado, por exigência do Tribunal do Santo Ofício, falar de si, a autorrepresentar toda a sua trajetória de vida intelectual, educador profissional, atividade política e religiosa como jesuíta, para se defender das acusações dos seus opositores.

Essa autorrepresentação concisa, justifica-se pelo fato de muitos ouvirem falar do Padre Antônio Vieira Ravasco, mas poucos conhecem os seus feitos, as suas contribuições para legitimar o Império Português, após a restauração a partir de 1640 e as atividades como educador na América Portuguesa e em Portugal. A autorrepresentação é uma das formas de revelar o quanto ele contribuiu e interferiu na vida dos seus ouvintes e na política, de modo específico na corte portuguesa, na Companhia de Jesus e na América Portuguesa até o fim de sua vida.

1.1 ASPECTOS BIOGRÁFICOS DE ANTÔNIO VIEIRA: FORMAÇÃO E ATIVIDADE

A escrita no curso da vida (bio+grafia) desse estudioso, político e educador, o padre Antônio Vieira, esteve *presente* de forma decisiva em episódios da história da América Portuguesa, mas continua *ausente* na vida de muitos brasileiros e portugueses hoje. Fala-se e estuda-se pouco sobre padre Antônio Vieira. Por isso, faz-se necessário *representá-lo* e, assim, recordá-lo para compreendermos alguns aspectos da sua influência na cultura, na religiosidade do Brasil e no nosso modo de ser como nação luso-brasileira. Ao situar historicamente o padre Antônio Vieira, estamos tornando presente o contexto histórico, político, educativo e socioeconômico da América Portuguesa da primeira metade do *Seiscentos*.

Antônio Vieira Ravasco, assumiu somente como Antônio Vieira⁴, como era

⁴Muitos acabam chamando-o de Antônio Vieira e às vezes Antônio Ravasco Vieira, na realidade, o correto é Antônio Vieira Ravasco, assim como o irmão, Bernardo Vieira Ravasco. “O fato de

chamado, nasceu em 6 de fevereiro de 1608, ou seja, durante a União Ibérica (1580-1640), pelo desaparecimento do rei dom Sebastião, que não deixou herdeiros. Portugal passou a ser governado por Filipe II, rei da Espanha, que passou a usar, para Portugal, Filipe I. Vieira era filho de Cristóvão Vieira Ravasco e Maria de Azevedo, e nasceu na rua dos Cônegos, perto da Sé de Lisboa. A mãe era filha de Brás Fernandes, armeiro da Casa Real e teve, como dote, a promessa régia de um emprego de Justiça ou Fazenda, fato vulgar na época. O emprego, no entanto, era no Brasil. O pai, Cristóvão Vieira Ravasco, nasceu em Santarém, filho de Baltazar Vieira Ravasco⁵, natural de Moura, distrito de Beja, provavelmente um criado do conde de Unhão.

Cristóvão foi soldado nas armadas do rei, mas ascendeu na escala social. Letrado, embora não tenha cursado a universidade, passou a viver em Lisboa como escrivão do desembargo dos agravos, seção suplicação, um dos três tribunais seculares do reino, ao lado do Desembargo do Paço e da Mesa da Consciência das Ordens (VAINFAS, 2011, p.19).

Cristóvão era funcionário de terceiro escalão da Justiça régia e, ao se casar com Maria de Azevedo, pôde usufruir do dote. Antes do casamento, “Cristóvão Ravasco servira nas armadas e fora por dois anos escrivão das devassas dos pecados públicos da cidade de Lisboa” (AZEVEDO, 2008, t. I, p. 21).

Os pais de Vieira eram pessoas de poucas posses financeiras na sociedade portuguesa, sem serem nobres ou de origem cristã nova. Tanto a mãe como o pai sabiam ler e escrever⁶, algo difícil de ser encontrado nas sociedades quinhentista e seiscentista, e que podiam ser úteis de diversas maneiras para a estrutura real, que agraciava algumas pessoas com títulos

Antônio Vieira lamentar não ser chamado como Antônio Ravasco. A única evidência da presumida rejeição de Vieira pelo nome Vieira encontra-se no seu depoimento ao Santo Ofício, nos anos 1660, quando disse ‘que a ele chamavam’ de Antônio Vieira, ao invés de assumir que aquele era mesmo o seu nome” (VAINFAS, 2011, p. 21).

⁵Duas testemunhas arguidas pelo Santo Ofício confirmam que a avó paterna de Vieira era mulata e não “mulher nobre”. A primeira testemunha, senhora muito idosa, foi dona Francisca de Távora e Castro, esta sim, nobre de cepa, viúva do primeiro conde de Unhão, a quem o avô e o pai de Vieira serviram como criados. Dona Francisca contou que o avô de Antônio Vieira era “homem de muita gravidade”, isto é, muito sério, não obstante ter mantido relações com “uma mulata”, com a qual tivera um filho, Cristóvão Vieira Ravasco, pai de nosso personagem (VAINFAS, 2011, p. 23).

⁶Aprender a ler e escrever com a mãe, Maria de Azevedo, gerou desconfiança por parte do Santo Ofício no processo de acusação de Vieira. “Apesar de ser padeira, a mãe de Vieira sabia ler e escrever, qualidade rara entre mulheres e homens da época, com exceção dos cristãos-novos. Uma padeira que sabia ler e escrever a ponto de educar o filho, como ele mesmo admitiu, deve ter nascido em família apegada às letras, como eram as famílias de cristãos novos” (VAINFAS, 2011, p. 25). Mas o Santo Ofício, por mais que tentasse provar a ligação de Vieira com os cristãos novos, não conseguiu nenhuma evidência.

de fidalguia de pouco valor, mas úteis a todos. Um exemplo disso se encontra está

[...] nos registros da Chancelaria de Dom João IV consta ainda uma portaria, de 17 de julho de 1643, pela qual o rei concedia o hábito de cavaleiro da ordem de Cristo para o pai de Vieira ou para o futuro marido de Maria de Azevedo, irmã mais nova de Vieira (VAINFAS, 2011, p. 21).

De posse do dote de escrivão do Tribunal de Relação da Bahia, Cristóvão Vieira Ravasco foi, antes da família, para o Brasil em 1609 (ano da criação do Tribunal), porém, antes da partida, a família mudou-se para uma casa melhor, na cidade baixa, freguesia dos Mártires, perto do convento de São Francisco e das casas do conde de Vila Franca. “Nos quatro anos em que viveu somente na companhia da mãe, Antônio foi menino recluso [...] que começou muito cedo a ensiná-lo a ler e escrever” (VAINFAS, 2011, p. 26). Em 1612, Cristóvão regressou a Lisboa, dois anos depois voltou com a família para a Bahia e reassumiu o posto em 1614 no Tribunal da Relação. Lisboa contava com aproximadamente 120 mil habitantes. Já os habitantes da Colônia, na década de 1580, giravam em torno de 60 mil, considerando-se os moradores ou vizinhos, mas os censos da população na Colônia eram poucos e imprecisos. O número de 100 mil moradores só seria alcançado em 1640.

No Brasil, a família foi alojada numa casa modesta, lugar próximo da atual praça Castro Alves, que naquela época ficava fora dos muros da cidade de Salvador. “A cidade [...] abrangia cerca de doze freguesias, havia cerca de 3 mil vizinhos portugueses, 8 mil indígenas e 3 a 4 mil escravos africanos. Em 1583 trinta e seis engenhos de açúcar faziam a riqueza da colônia” (AZEVEDO, 2008, t. I, p. 22); em 1612 os engenhos já chegavam a 50 e, a 80 em 1629⁷. A cidade de Salvador foi fundada em 1549, era capital da capitania particular de Francisco Pereira Coutinho, devorado pelos indígenas Tupinambás em 1547, passando a ser domínio da Coroa portuguesa; era organizada, no final do século XVI, a partir de duas praças, hoje localizadas na “cidade alta”, a praça da Casa dos Governadores, e a praça do Terreiro Jesus, onde ficavam a igreja e o colégio dos jesuítas. Igrejas em que Vieira pregaria muitos sermões e muitos deles levam o mesmo nome delas.

⁷Dados do livro *Cultura e Opulência do Brasil*, escrito por Antonil, em 1710, e que fora convidado pelo Padre Antônio Vieira para vir da Itália para Brasil em 1689, inclusive, foi seu secretário quanto Vieira se tornou provincial no Brasil. Segundo Antonil, a Bahia, nesse período, possuía cerca de 146 engenhos de açúcar, o maior número de engenhos numa capitania do Brasil.

Delas se irradiavam as ruas longitudinais, grandes artérias da cidade: a chamada rua *Direita*, atual rua Chile, pois ficava à direita do palácio ou rua dos Mercadores (nicho de cristãos-novos), que se entendia à Sé de Salvador; a rua da Ajuda, onde ficava uma das principais igrejas baianas, a Nossa Senhora da Ajuda; [...] Entre ladeira, igrejas e ruas da Bahia, a infância de Antônio parece ter sido, também ela, tortuosa (VAINFAS, 2011, p.33).

Com seis anos de idade, no ano de 1614, assim como os demais filhos dos colonos, Vieira ingressou no Colégio Jesuíta em Salvador, centro principal de formação da intelectualidade da Colônia.

Ali recebeu Antônio Vieira, [...] além da escola de primeiras letras para a infância, e do ensino teológico para os alunos já recebidos na Ordem, havia as classes preparatórias de artes e humanidades para os externos. (AZEVEDO, 2008, t. I, p. 22).

Vieira é descrito por muitos biógrafos⁸ como um aluno medíocre que tinha dificuldades para escrever e memorizar até acontecer o famoso “estalo de Vieira”, descrito pelo seu primeiro grande biógrafo, André de Barros. A trajetória de Vieira para chegar ao Colégio de Salvador, realizada dos seis aos 15 anos de idade, ajudou no “estalo de Vieira”.

Antônio costumava ir ao Colégio, no Terreiro de Jesus, atravessando todo o povoado após transpor a porta de São Bento; no caminho, detinha-se na Sé, ainda em construção, diante dos sete altares da Virgem, para orar à Senhora das Maravilhas. Sofria muito na escola pela dificuldade no aprendizado. A palmatória devia ser diária, sendo ela um costume do ensino inaciano para disciplinar os estudantes, [...] nisso começa a lenda, o menino Antônio rogava diariamente à Virgem para que o livrasse da nuvem que obscurecia seu entendimento. Teria sido numa dessas ocasiões de grande fervor que o menino Antônio se viu tomado de forte dor de cabeça, como se lhe tivessem golpeado o cérebro por dentro, chegando a pensar que morreria ali mesmo. Mas não era a morte que se anunciava, senão o toque prodigioso da Virgem, que atendendo a seus intermináveis apelos, deu-lhe à luz da razão perfeita. No mesmo dia, em classe, o menino Antônio já era outro. Pediu para participar dos exercícios de retórica aplicados pelos padres, saindo-se com brilho nas disputas, para o espanto e regozijo dos mestres, que o trataram doravante como um prodígio, um gênio. O ‘estalo de Vieira’ se resume a isto (VAINFAS, 2011, p.34).

⁸Dentre eles, podemos destacar o primeiro grande biógrafo: André de Barros (1675-1754), padre jesuíta e um dos primeiros acadêmicos da Academia Real da História Portuguesa no palácio dos duques de Bragança; o português Francisco Alexandre Lobo (1763-1844), bispo, professor de teologia em Coimbra e secretário de Estado; o maranhense João Francisco Lisboa (1812-1863); João Lúcio de Azevedo (1855-1933), historiador português e que escreveu uma das mais completas biografias do padre Antônio Vieira.

É normal que toda e qualquer criança, quando sai de um ensino doméstico com mãe e vai para um colégio, com grau de exigência muito elevado, principalmente com o método inaciano, cheio de cartilhas, tenha dificuldades para se adaptar, ao contrário dos colegas já acostumados ao ambiente. Além do mais, Vieira já possuía conhecimentos muito acima dos demais meninos. É possível que o “estalo de Vieira” fosse somente um “espanto” metodológico do ensino, que, uma vez compreendido e visto como o melhor para aquela exigência pedagógica histórica, passou a ser um valiosíssimo instrumento de aprendizagem.

Vieira e outros meninos sofreriam as influências dos padres professores que procuravam inculcar e seduzir os alunos para a vida religiosa, visto que este era um dos objetivos da Companhia de Jesus com os colégios, além de formar quadros para a atividade missionária, selecionando os filhos dos colonos, entre outros. Aos 15 anos de idade, em 05 de maio de 1623, Vieira fugiu de casa, contrariando os desejos dos pais, que tinham outro projeto de vida para o filho foi recebido de braços abertos pelo reitor, padre Fernão Cardim, para ingressar na Companhia de Jesus e, no dia seguinte, iniciou o noviciado.

O noviciado de dois anos possibilitou a Vieira alicerçar sua formação religiosa baseada nos **Exercícios Espirituais** de Loyola (1548). O noviciado era um período para o iniciante na vida religiosa, com muitas provações para se verificar se era apto a pertencer à Companhia, sem relações com o mundo exterior, com exceção de um estágio pastoral⁹. Procurava-se sempre melhorar a memória, para se decorar os textos bíblicos, e treinar o raciocínio lógico. Além de exercícios de declamação e postura. Recebiam instruções de boas maneiras, lições de como usar as mãos e a voz, aulas sobre o modo de olhar, de se vestir e de rir (VAINFAS, 2011, p. 37).

Esses subsídios de mudança de comportamento para a civilidade¹⁰, além de ajudar a

⁹Este influenciou muito na tomada de decisão de ser missionário da Companhia. “Esse primeiro estágio da vida de noviço deixou nele impressão profunda e que jamais se havia de apagar. Pareceu-lhe a catequese a digna ocupação de quem, como ele, se sentia abrasado do amor divino e da sede de sacrifício [...]. Na aldeia do Espírito Santo nesses primeiros dias de encanto místico, que eram o noivado do seu espírito com a vida devota, vendo os padres na tarefa, sentiu-se tocada da vocação. [...] O estudo das línguas em que tinham de se dirigir aos bárbaros, conversos e por converter, era especial tarefa dos noviços. O tupi-guarani, que chamavam a língua geral do Brasil, e que o grande Anchieta fizera a primeira gramática, usava-se comumente, como o latim, nas casas dos Jesuítas” (AZEVEDO, 2008, t. I, p. 26).

¹⁰Erasmus de Rotherdam, em *De civilitate morum puerilium*, de 1530, e Norbert Elias, no *Processo Civilizador*, revelam como a humanidade fez a passagem dos comportamentos, ditos “incivilizados”, para os civilizados. “A postura, os gestos, o vestuário, as expressões faciais – este comportamento ‘externo’ de que cuida o tratado é a manifestação do homem interior, ‘inteiro’.

refinar, a aguçar o olhar de observação e atenção, de modo geral, possibilitavam influenciar e impressionar as pessoas, desde as mais simples até as mais letradas, e, de modo especial, no meio político-diplomático e nas cortes europeias, inclusive os reis e papas, na sua atividade religiosa e política, que viria nos próximos anos. O noviciado era o momento de fazer a educação das vontades,

[...] prepará-la para as supremas renúncias expressas nos três votos: obediência, pobreza e castidade; sobretudo obediência como a conhecida frase dos estatutos a impõe: igual à do cadáver que não reage nunca, *perinde ad cadáver* (AZEVEDO, 2008, t. I, p. 24).

Com 17 anos de idade, em 1625, Vieira fez os primeiros votos na Companhia de Jesus. No ano seguinte, foi enviado para o Colégio de Olinda, em Recife, onde permaneceu por três anos.

Antes dos votos, Vieira recebe a incumbência de escrever a **Carta Ânua**, de 1624, relatório anual detalhado das atividades missionárias e dos principais fatos que ocorreram na província jesuítica e que deveriam ser de conhecimento de todos os seus integrantes espalhados pelo mundo. O costume da Companhia de Jesus era escolher um sacerdote com reconhecido talento para tal tarefa dar preferência a um estudante noviço demonstra o enorme prestígio que o jovem Vieira gozava perante o provincial e os demais membros da Companhia no Brasil. Logo na primeira linha o escolhido revelava que não tinham acertado na escolha pela leveza e precisão dos dados no relato da guerra e demais atividades e apreço com os membros da Companhia de Jesus no Brasil.

A 8 de maio de 1624 apareceu na costa a armada holandesa da Companhia Ocidental, sob o comando de Jacob Willekens, que no dia seguinte se apossou da Bahia. A defesa foi miserável, o pânico da população extraordinário. Debalde o bispo D. Marcos Teixeira, capitaneando um grupo de clérigos armados, saíra, com o primeiro aviso de se aproximar o inimigo [...] notou os acontecimentos na *Carta ânua* de 1626 para o Geral (AZEVEDO, 2008, t. I, p. 39).

Segundo relato do próprio Vieira, em sua defesa perante o Tribunal do Santo Ofício, entre outros elementos que aparecem no mesmo, merece destaque o fato de que Vieira tinha ciência das suas capacidades e das responsabilidades conferidas a ele.

Erasmus sabe disso e, vez por outra, o declara explicitamente: ‘Embora este decoro corporal externo proceda de uma mente bem construída não obstante descobrimos às vezes que, por falta de instrução, essa graça falta em homens excelentes e cultos’ (ELIAS, 2011, v. I, p. 66).

Confesso, contudo que se me pode replicar, que ainda em seguimento de outros Autores, não era esta empresa para um homem tão idiota, como eu agora tenho acabado de conhecer que o sou. Mas esta culpa tivera em parte meus prelados, os quais de idade de dezessete anos me encomendaram as *Ânuas da Província*, que vão a Roma historiadas na língua latina (VIEIRA, 2015, t. III, v. IV, p. 439).

Excepcionalmente, essa carta foi escrita um ano depois dos acontecimentos, por força das circunstâncias, no interior das casas e colégios da Companhia no Brasil. As colônias portuguesas, assim como a metrópole, estavam vivendo o período da União Ibérica (1580-1640), governada pela dinastia espanhola dos Habsburgos. A carta foi o início de uma carreira meteórica de Vieira dentro da Companhia no Brasil e já revelava o estilo elegante e culto da descrição dos acontecimentos daqueles dois anos de atividades missionárias e da primeira invasão holandesa na Bahia.

Ainda que a guerra algumas vezes não impede a pena com que se exprimem os sucessos dela, contudo, é ela outras vezes tal (como está em que nós achamos) que tudo perturba e não dá lugar a escrituras; pelo menos as que são mais largas, e requerem tempo e algum descanso. Por esta razão, até agora se não escreveu nem mandou ânua a Vossa Paternidade [o padre Superior Geral da Companhia de Jesus], desde o ano de 1624 para cá [...]. Pelo que sou forçado a dar a Vossa Paternidade conta nesta do que sucedeu nos dois anos de 1624 e 1625 [...]. Com a luz do dia seguinte apareceu a armada inimiga, que repartia em esquadras vinha entrando. Tocavam-se em todas as naus trombetas bastardas a som de guerra, que com o vermelho dos pavese vinham ao longe publicando sangue. Divisavam-se as bandeiras holandesas, flâmulas e estandartes, que ondeando das antenas e mastaréis mais altos desciam até varrer o mar com tanta majestade e graça que, a quem se não temera, podiam fazer uma alegre e formosa vista. Nesta ordem se vieram chegando muito a seu salvo, sem lho impedirem os fortes, porque, como o porto é tão largo, tinham lugar para se livrar dos tiros [...]. Aliviava-nos tudo a alegria, que tínhamos, de estar de posse da cidade e do Colégio, senão quando, a 26 de maio, chegaram trinta e três ou trinta e quatro velas holandesas, em socorro dos que já se tinham entregue. Demos graças a Deus por as desviar e deter, de maneira que, se chegassem antes de nossa armada, então custaria muito mais sangue a restauração da cidade, e nos alegramos muito, cuidando que nos acrescentasse Deus Nossa Senhor à mercê passada com nos dar segunda vitória no mar, depois da primeira que se houvera na terra (VIEIRA, 2015, t. I, v. I, p. 119, 137).

Após o noviciado, já podendo ser professor na Companhia de Jesus, Vieira foi enviado ao Colégio de Olinda para desempenhar a função de mestre de retórica, conforme relato dele próprio:

[...] De idade de dezoito anos me fizeram mestre de primeira, aonde ditei, comentadas, as tragédias de Sêneca, de que até então não havia comento; e nos dois anos seguintes comecei um comentário literal e moral sobre Josué e outro sobre os Cantares de Salomão em cinco sentidos (VIEIRA, 2015, t. III, v. IV, p. 439).

Ele seguiu exatamente o que preconizava o programa do Ratio Studiorum, o currículo dos jesuítas, adotado oficialmente a partir de 1599, cuja base utilizada foi o *modus parisienses*. Vieira se destacava dentro Companhia de Jesus e sua fama como aluno brilhante já chegava às outras casas e colégios espalhados pelo mundo, através da comunicação jesuítica.

O plano de estudos seguido nos seus colégios contemplava os cursos de Letras, Filosofia e Teologia. O primeiro era o mais elementar e dividido em Gramática, Humanidades e Retórica. O objetivo deste ensino era o domínio da expressão oral e escrita da língua latina. O ensino da Gramática distribuíam-se por três classes (inferior, média e superior) (FERREIRA, 2014, p. 61).

Em Olinda, foi mestre de retórica no curso de Humanidades por três anos, até 1629, e há poucas informações sobre essa atividade docente, somente as relatadas pelo próprio Vieira. A atividade docente de retórica possibilitou a Vieira exercitar “[...] a faculdade de descobrir os meios de persuasão sobre qualquer questão dada” (ARISTÓTELES, 2005, p. 96), algo que se tornará muito útil para atividades tanto no campo político quanto no missionário e em geral no uso das palavras.

Ora, como as provas por persuasão se obtêm por estes três meios, é evidente que delas se pode servir quem for capaz de formar silogismos, e puder teorizar sobre os caracteres, sobre as virtudes e, em terceiro lugar, sobre as paixões (o que cada uma das paixões é, quais as suas qualidades, que origem tem e como se produzem). De sorte que a retórica é como que um rebento da dialética e daquele saber prático sobre os caracteres a que é justo chamar política (ARISTÓTELES, 2005, p. 97).

Os estudos de retórica ocupavam um lugar especial na formação, além de um tempo considerado longo para o seu aprendizado “nos Colégios jesuíticos, a Retórica ocupava quatro horas por dia, duas pela manhã e duas à tarde” (HANSEN, 2000, p. 26). A Retórica contribuiu para que Vieira e os padres da Companhia de Jesus tivessem grande influência nas atividades políticas e missionárias no mundo, exercendo atividades como:

[...] conselheiros de príncipes, confessores de reis, rainhas e nobres das nações católicas da Europa, os inicianos precisavam exercer com vigor e constância a arte de persuadir. Em face da Reforma e das novas correntes de pensamento que o Renascimento desencadeará em toda parte (BOSI, 2011, p. 16).

Nas obras produzidas por Vieira, os recursos de retórica são facilmente reconhecidos desde o início dos primeiros sermões até os últimos, tanto no sentido político, quanto no religioso e no pedagógico, para convencer e converter o seu público. O estilo barroco já se faz presente nos sermões.

Caracterizado pela dualidade entre o homem e Deus, entre o terreno celestial, o pecado e o perdão, o Barroco é o primeiro estilo da produção literária brasileira. Nosso jesuíta [Vieira] faz largo uso de expressões latinas e repetições de ideias por metáforas (BULÇÃO, 2008, p.11).

Outro aspecto a ser destacado da influência da atividade na docência de retórica foi o aperfeiçoamento das formas argumentativas para as diversas situações que adviriam nas suas atividades políticas e religiosas. Além do mais, “[...] aprimorou seu latim com leitura de Virgílio, Ovídio e Cícero; estudou Teologia Moral com base em *Cursus Conimbricensis*, livro-texto sobre os ‘casos de consciência’” (VAINFAS, 2011, p. 38). O latim era a língua oficial dos documentos, livros, cartas e nos encontros dos membros da Companhia de Jesus em todo o mundo.

De volta à Bahia, em 1630, Vieira iniciou os sete anos de estudos de preparação em Filosofia e Teologia até 1636. A ordenação como sacerdote da Companhia ocorreu em 1634, mas a primeira pregação aconteceu em 1633 durante a quaresma, ou seja, antes de ser ordenado padre.

[...] Indo estudar Filosofia de idade de vinte anos, no mesmo tempo compus uma **filosofia própria**; e passando à Teologia, me consentiram os meus prelados que não tomasse apostila, e que **eu compusesse por mim as matérias**, como com efeito compus, que estão na mesma Província, onde de idade de trinta anos fui eleito **mestre de Teologia**, o que não prossegui por ser mandado a este Reino na ocasião da restauração dele (VIEIRA, 2015, t. III, v. IV, p. 439).

A filosofia era *ancilla theologiae*¹¹ (como serva da teologia), seguindo com rigor a

¹¹Nas Constituições da Companhia de Jesus, a parte IV diz que “[...] as ciências mais importantes são a teologia e a Sagrada Escritura. Mas para aprofundar nelas são necessários os estudos filosóficos e científicos”. O entendimento da filosofia como estudo preparatório permanece até os

orientação do **Ratio Studiorum** da Companhia de Jesus. Na Filosofia

[...] a parte mais importante era a lógica. Disputava-se em latim sobre tese que se desarticulavam em número infinito de proposições secundárias. O exercício que se realizava ora particularmente nas aulas, ora com solenidade, em presença dos professores e às vezes de convidados de graduação, era verdadeiramente o triunfo do silogismo (AZEVEDO, 2008, t. I, p.45).

Além da lógica, o programa de disciplinas versava sobre física, metafísica, matemática, econômica, filosofia natural, cosmografia, entre outras. O estudo da lógica estava organizado no primeiro ano de filosofia, o último estava destinado à ética, especificamente, à ética aristotélica.

O estudo fazia-se em geral nas apostilas copiadas pelos discípulos. Vieira recusou-se a essa servidão fácil do entendimento; contentava-se de assistir às preleções, e do que ouvia, lia, e pensava por si, redigiu para seu uso um curso de filosófico. O mesmo fez quando chegou à teologia. Não se julgue, todavia, que reclamando independência na forma de estudar, mostrou ambição de novidades quanto aos princípios, o que aliás a regra da casa lhe não consentiria. Satisfazia-se de poder mover-se livre em terreno de antemão demarcado [...]. Toda a Vida intelectual de Vieira, com os voos do seu gênio, desvairado às vezes, coube dentro da ortodoxia da Ordem. É incerto que, consoante ao plano dos estudos da Companhia, o *Ratio Studiorum*, no Colégio da Bahia houvesse as disciplinas de grego e hebraico (AZEVEDO, 2008, t. I, p. 47).

No ensino da filosofia nos Colégios da Companhia de Jesus predominavam a escolástica, fato expresso no **Ratio Studiorum**, que era seguido à risca em todos os colégios.

A doutrina ensinada deve ser sólida e segura, qualidades reunidas pelo ensinamento de Santo Tomás de Aquino, em teologia, e pelo ensinamento de Aristóteles, corrigido pelo mesmo Santo Tomás de Aquino, em filosofia (ZANFREDINI, 2012, p. 60).

Mas isso não significa que Vieira não estivesse acompanhando as discussões e textos

dias de hoje na Companhia de Jesus. “A fé não é um grito irracional, e se queremos comunicá-la temos que estar sempre dispostos a dar razão de nossa esperança (1Pd 3,15). Na articulação dessa experiência que queremos transmitir a outros, na purificação crítica de tudo aquilo que a fé cristã não é, em sua comunicação numa linguagem compreensiva aos seres humanos de cada época, a filosofia jogou e continua a jogar um papel fundamental. A fé em comunhão com a razão está em condições de mostrar que o fato do mundo é sensato e que é possível fazê-lo sensato. A filosofia alenta nossa confiança na razão diante de todos os questionamentos teóricos e práticos de nossa situação atual” (CARDOSO, 2012, p. 49).

filosóficos, produzidos na Europa, assim como os demais jesuítas. A Companhia de Jesus fora criada com os objetivos da evangelização missionária e defesa da Igreja Católica dos ataques contra a fé pela cultura moderna. Daí, os jesuítas estarem longe de ser uma instituição fechada.

Embora não se deva [...] admitir a ideia de uma cultura fechada nos limites da escolástica medieval, ainda assim percebe-se que as novas teses e descobertas eram analisadas com cuidado, à luz, sobretudo, dos pressupostos tomistas e de sua hermenêutica moderna, isto é, dos neoescolásticos ibéricos. Tanto os modernos, como os autores clássicos, na versão do humanismo jesuítico, foram rigorosamente enquadrados [...]. É preciso reconhecer que a colônia não acompanhava livremente o debate intelectual contemporâneo, quer por esta condição, quer porque a metrópole se preocupavam com a manutenção de uma estrita ortodoxia religiosa nos dois lados do Atlântico, vista como a base indispensável do poder político. Neste aspecto, portanto, não havia diferença para a metrópole, onde também estava vedado o debate filosófico e científico que pudesse alterar a relação de poder imposta pelo tripé monarquia-jesuítas-Inquisição (WEHLING, 2014, p. 50).

A comunicação religiosa jesuítica se dava por meio de cartas que circulavam por todos os colégios pelo mundo conhecido na época. Isso possibilitava saber das discussões e problemas pessoais, mas também de problemas e conflitos intelectuais e filosóficos, enfrentados pelos seus pares nos diversos colégios, no caso específico, dos colégios europeus. “No início do século XVII, a província da Bahia já era um caldeirão étnico e multicultural” (BULCÃO, 2008, p.12). Isso possibilitava que, de certa forma, a colônia gozasse de um pouco mais de liberdade intelectual, pelos mecanismos de controle e vigilância serem mais enfraquecidos, e os jesuítas tinham consciência disso. Além do mais, para combater os inimigos da fé e da tradição cristãs, era necessário conhecê-los profundamente, visto que “[...] muitos catedráticos de filosofia publicavam suas lições de lógica, física e metafísica, reunidas sob o título de **Cursus philosophicus**, ou outro título semelhante” (ZANFREDINI, 2012, p. 63). Vieira escreveu um **Cursus philosophicus**, quando ministrava aulas de filosofia na Bahia e acompanhava os debates e discussões filosóficas no interior da Companhia. Tais discussões filosóficas colocaram em cheque o sistema aristotélico tomista adotada pelo fundador da Companhia de Jesus para todos os colégios.

Um forte embate veio do cartesianismo. Pelas relações pessoais que ligavam René Descartes com muitos jesuítas franceses, encontrou logo admiradores entre esses. Até fins do século XVII, em muitos colégios da Companhia de Jesus na França eram acolhidas as ideias de Descartes e de Nicolás de Malebranche, Pierre Gassendi, John Locke e Leibniz. Isso preocupava os superiores da Companhia, porque as novas teorias comprometiam teses importantes da teologia e do dogma católico. O Pe. geral Francesco Piccolomini proibiu (1651) que se ensinasse 65 proposições filosóficas de diversa proveniência (ZANFREDINI, 2012, p. 66).

O cartesianismo teve forte influência na Companhia de Jesus no século XVII e o próprio Descartes tinha muita gratidão aos jesuítas, tendo sido aluno no Colégio La Flèche. Há uma carta de Descartes (12 de setembro de 1638), endereçada, provavelmente, a Florimond de Beaune, consultando se era conveniente enviar o filho para estudar no exterior, e que diz: “Eu devo prestar esta honra a meus mestres, de dizer que, no meu entender, não há lugar no mundo onde ela (a filosofia) seja ensinada melhor que em La Flèche” (apud WEBER, 2012, p. 121). As questões ligadas ao Cartesianismo chegaram a entrar na pauta da Congregação Geral¹² VIII (1645-1646) dos Jesuítas, a mais longa das Congregações e que durou 145 dias, tratou do tema e

[...] alertou os jesuítas contra a tendência, contestada em algumas províncias, a adotar novas teorias e a ressuscitar outras já superadas. O aviso foi repetido pela Congregação Geral IX (1649-1650), e o novo Pe. geral Piccolomini, para assegurar a uniformidade e solidez do ensino, ordenou que se prescrevessem na Companhia de Jesus 96 proposições, das quais 65 diziam respeito à filosofia e muitas estavam relacionadas com o cartesianismo (WEBER, 2012, p.120).

Evidentemente que o cartesianismo, antes dessas proibições e orientações, assim como outras correntes filosóficas, estava a todo o momento na pauta das discussões nos colégios, principalmente entre os professores de filosofia da Companhia, espalhados pelo mundo, dentre eles, nesse momento, Vieira, estava na Europa. Caso algum dos professores de filosofia desobedecesse às orientações dos superiores da companhia, era enviado a lecionar teologia. Era o que preconizava o **Ratio Studiorum**.

¹²A Congregação Geral da Companhia de Jesus é o encontro dos representantes de cada província da companhia para eleger o seu Superior Geral, cargo vitalício, eleito por maioria simples, mas o nome só é conhecido depois da consulta ao papa. Em 2016 foi realizada a 36ª Congregação Geral em Roma, e foi eleito Arturo Sosa, o 31º padre geral da companhia nos 476 anos de sua história. Além da eleição para o padre geral são discutidos e estabelecidos os objetivos, prioridades, entre outros assuntos para os anos seguintes.

No ano de 1635, Vieira foi nomeado professor de Teologia no Colégio da Bahia e fez o voto solene na Companhia de Jesus, voto de obediência ao papa¹³.

Enquanto jesuíta professo, Vieira se comprometeu com os dois grandes princípios da Companhia de Jesus. Antes de tudo, o princípio do ataque ou do contra-ataque, que a Igreja de Roma havia estabelecido no Concílio de Trento (1545-63), para fazer frente ao avanço da Reforma protestante, principalmente a luterana e a calvinista (VAINFAS, 2011, p. 39).

Esse princípio da obediência parece que Vieira seguiu menos que os outros votos, principalmente na sua trajetória política no interior da Igreja Católica, de modo especial, nos embates com o Santo Ofício.

De 1636 até o embarque para a Europa em 1641, início as atividades missionárias de Vieira junto aos indígenas na Bahia e o acompanhamento político das batalhas contra os holandeses. Isso não significa que Vieira não havia feito pregações:

O primeiro sermão público de Antônio Vieira foi pregado nesse contexto, em 06 de março 1633, cujo tema foi, uma vez mais, o flagelo holandês no Brasil. [...] Foi pregado na igreja de Nossa Conceição Senhora da Praia, em Salvador, para a elite luso baiana e mais gente de guerra (VAINFAS, 2011, p. 49).

A Bahia era um palco de guerras bélicas e o sermão, com linguagem militar diante da conquista holandesa de Pernambuco, tinha como título: **Sobre a verdadeira coragem**. Um outro sermão, nesse ano, foi destinado aos escravos africanos e foi pregado na capela de um engenho do recôncavo baiano. A estrutura dos mais de 200 sermões não se alteraria no decorrer da existência de Vieira, demonstrando, assim, o domínio teórico desse instrumento de comunicação pedagógica, muito utilizado nas suas atividades.

Nos sermões desse tempo mostra-se já Vieira o orador que mais tarde havia de granjear dos contemporâneos tamanho aplauso. Desde então, pode-se afirmar, foi sempre igual a si mesmo; possuía as qualidades todas que o distinguem; nenhum dos defeitos corrigiu depois. Erudição, estilo grandioso, intimava, número, propriedade notável de linguagem, elegância e pureza de uma parte; de outra o abuso das alegorias, das antíteses, as sutilizas, os trocadilhos, maneirismos, que inflamavam a literatura da época, e sobretudo a eloquência (AZEVEDO, 2008, t. I, p. 49).

¹³Além dos três votos tradicionais que os religiosos faziam de obediência, pobreza e castidade, os Jesuítas faziam um quarto voto: de obediência ao papa, colocando-se a seu serviço, especialmente para as missões.

Vieira testemunhou algumas batalhas contra os holandeses no Brasil, desde a primeira tentativa de invasão holandesa na Bahia, em 1624, até retirada dos holandeses. A segunda tentativa de invasão ocorreu em 1638 na Bahia. Na primeira, ele era noviço e, na segunda, professor de teologia, já com 30 anos de idade. A luta entre portugueses e holandeses não era somente pelo açúcar e escravos, mas pelo comércio.

Estima-se que foram cerca de 27 mil o número total de africanos desembarcados no Brasil entre 1576 e 1600, contra cerca de 100 mil no período de 1601-1625 e outra vez 100 mil entre 1626 e 1650 (VAINFAS, 2011, p. 53).

A escravidão era legitimada pela Igreja como resultante do pecado original.

No ano de 1633, Vieira foi chamado para pregar o segundo sermão público, defendendo e legitimando a escravidão negra na Bahia.

É possível que a iniciativa tenha partido dos senhores escravistas com o apoio do governo colonial, empenhados em aquietar os escravos. É provável, ainda, que Vieira não tenha sido o único a pregar sobre a escravidão nessa época (VAINFAS, 2011, p.55).

Evidentemente que o discurso não agradou completamente os ouvintes, pois Vieira já mostrava como a sua língua era afiada para a mudança de comportamento, quer seja dos escravos, quer seja senhores escravistas.

Esse sermão, do Rosário XIV, pregado no dia de S. João Evangelista a uma confraria de escravos da Bahia, que, portanto, compreendiam claramente o a mensagem, numa capela de um engenho do Recôncavo, sobretudo para legitimar a escravidão, constitui verdadeiramente uma obra-prima, na sua construção argumentativa. Nele Vieira fala de três festas de nascimentos num mesmo dia, antes de entrar na ideia central: primeiro, nascimento de Cristo, segundo, nascimento de São João (o santo dia) e, terceiro, o *nascimento dos pretos*¹⁴ devotos da Maria Santíssima e passa a sua mensagem de aceitação da realidade escravista e acalma os escravos cada vez mais numerosos nos engenhos diante da formação de pequenos quilombos na Bahia no início do século XVII.

¹⁴O termo preto é genérico, visto que era utilizado “negros das terras” para os Indígenas, os escravos africanos eram também chamados “[...] de *etíopes*, expressão usada genericamente para designar os africanos na tradição baixo-medieval, ora de *pretos*, termo que alternava com o de ‘negros da Guiné’ no dia a dia do tráfico africano desde o século XVI” (VAINFAS, 2011, p. 56).

Oh! Se a gente preta, tirada das brenhas da sua Etiópia, e passada ao Brasil, conhecera bem quanto deve a Deus e a sua santíssima Mãe por este que pode parecer desterro, cativo e desgraça, e não é senão milagre, e grande milagre? Dizei-me: vossos pais, que nasceram nas trevas da gentildade, e nela vivem e acabam a vida sem lume da fé nem conhecimento de Deus, aonde vão depois da morte? Todos, como credes e confessais, vão ao inferno, e lá estão ardendo e arderão por toda a eternidade (VIEIRA, 1957, v. IX, p. 253).

Nesse primeiro momento da ideia central do sermão, Vieira deixa claro que os africanos deveriam agradecer a Deus por terem sido retirados da África para serem salvos pela fé. Vejamos que ele usa o termo “tirada”, como se fosse salva e, não, capturado e transformado em escravo à força para servirem de mão de obra. Esse sermão parece estar em um contexto de doutrinação necessária em face da realidade dos senhores de engenho da Bahia. Vieira defende o pressuposto de que os africanos são verdadeiros imitadores de Cristo pelo sofrimento, pela paixão e por serem filhos de Nossa Senhora do Rosário.

Em um engenho sois imitadores de Cristo crucificado: *Imitoribus Christi crucifixi* – porque padeceis em um modo muito semelhante que o mesmo Senhor padeceu na sua paixão. A sua cruz foi composta de dois madeiros, e a vossa em um engenho é de três. Também ali não faltaram as canas, porque duas vezes entraram na Paixão: uma vez servindo para o cetro de escárnio, e outra vez para a esponja em que lhe deram o fel. A Paixão, parte foi de noite sem dormir, parte foi de dia sem descansar, e tais são as vossas noites e os vossos dias. Cristo despido, e vós despidos; Cristo sem comer, e vós famintos; Cristo em tudo maltratado, e vós maltratados em tudo. Os ferros, as prisões, os açoites, as chagas, os nomes, afrontosos, de tudo isto se compõe a vossa imitação, que, se for acompanhada de paciência, também terá merecimento de martírio. Só lhe faltava a cruz para a inteira e perfeita semelhança o nome de engenho: mas este mesmo lhe deu Cristo, não com outro, senão com o próprio vocábulo. *Torcular* se chama o vosso engenho, ou a vossa cruz [...] assim entre todos os pretos os que mais particularmente os devem imitar e meditar são os que servem e trabalham nos engenhos, pela semelhança e rigor do mesmo trabalho. [...] E que há na confusão deste mundo mais semelhante ao inferno que qualquer destes vossos engenhos, e tanto mais quanto de maior fábrica? Por isso foi tão bem recebida aquele breve e discreta definição de quem chamou a um engenho de açúcar doce inferno (VIEIRA, 1957, v. IX, p. 261-270).

Nesse segundo momento do sermão, o uso de metáforas do jovem Vieira, antes de ser ordenado padre, com apenas 25 anos de idade, revela como a vida dos escravos negros no engenho era comparada ao inferno, ao “doce inferno”. Essa sensibilidade e o engajamento de Vieira para a análise e conhecimento claro da realidade escravista nos engenhos da Bahia

ficam visíveis. E, ao mesmo tempo, o discurso para legitimar a escravidão, tendo como argumento a fé e a devoção a Nossa Senhora, era algo de destaque que viria a ser objeto de reflexão em seus 30 sermões, intitulados **Sermões do Rosário**, fora os sermões Mariais¹⁵. A defesa da escravidão negra no Brasil foi bandeira de Vieira desde o início das suas atividades missionárias e políticas até o fim da sua vida, ao contrário da sua posição em relação aos indígenas. “O exprimir-se desse modo era uma forma de Vieira assegurar que também os jesuítas compartiam do sentir geral” (AZEVEDO, 2008, p. 50).

Voltando a 1634, ano da ordenação de Vieira, sob as influências das notícias e panfletos sobre D. Sebastião que advinham de Portugal, durante uma festa de São Sebastião, na igreja do mesmo nome em Acupe, na Bahia, Vieira trata do sebastianismo pela primeira vez. Ele aborda o tema de forma não contundente, como fará nas próximas décadas à estrutura dos sermões. Começa fazendo um resgate histórico de vários personagens na Bíblia que foram encobertos, começando por Deus que está encoberto no mundo e não no céu; passando por Jonas, aquele engolido por uma baleia e que, enquanto não foi descoberto vivo, estava encoberto; José, encoberto no Egito, mas que estava em Canaã; e, por fim, o rei dom Sebastião. “Suposto este fundamento do Evangelho, resumindo o meu discurso só a duas palavras, todo o assunto dele será este: Sebastião, o Encoberto. Para sair bem de tão antigo e tão novo assunto” (VIEIRA, 2015, t. II, v. XI, p. 424). O tema do sebastianismo era algo fomentado pelos jesuítas nas casas e colégios, com Vieira não será diferente, não somente no início das suas atividades político-religiosa, mas em muitos outros momentos.

Eles eram os mais obstinados propugnadores da crença; das suas casas tinham saído muitas das profecias, que mantinham os ânimos em perpétua exaltação, à espera do redentor que viria salvar o reino da opressão estranha. À Companhia pertencera o iluminado Simão Gomes, o *Sapateiro santo*, ao qual somente o Bandarra, o profeta máximo da seita, sobrepujava (AZEVEDO, 2008, p. 53).

No ano de 1638, um ano após a chegada de Maurício de Nassau a Pernambuco e, sob seu comando, em abril, houve o segundo ataque à Bahia pelos holandeses Vieira, mais uma vez, se fez presente, participando ativamente e atribuindo significados à vitória sobre os holandeses, construindo um discurso que seria muito útil como elemento motivador nos anos

¹⁵O conjunto dos sermões foram produzidos ao longa da vida de Vieira de acordo com o Calendário Litúrgico da Igreja Católica, mesmo tendo o mesmo tema, os assuntos recebem abordagens de acordo com a ocasião. Por isso, podem ser reunidos por períodos, por exemplo: Mariais, Quaresmais, Pascais entre outros.

seguintes diante dos colonos. Os sermões produzidos a partir de então têm como pano de fundo a legitimação das ações bélicas a partir de uma leitura religiosa do resultado da guerra vencida pelos portugueses.

[...] Expedição composta por 3600 soldados europeus (mercenários de várias nacionalidades) e 10 mil indígenas, a maioria dos quais potiguaras e tabajaras, embarcados em frota de trinta navios. As tropas desembarcaram sem oposição aparente e lançaram ataque implacável à cidade, em maio de 1638. Mas a Bahia resistiu após longo combate na noite de 17 maio, que terminou em sangrento corpo a corpo. Centenas de mortes de ambos os lados, sem que os holandeses tomassem a cidade. No dia seguinte, fez-se um místico para que os dois lados recolhessem e enterrassem os mortos em combate. Nada indicava que os holandeses desistiriam do assalto, mas Nassau preferiu não arriscar, ordenando o regresso da frota ao Recife, em maio de 1638 [...] Vieira pregou seu primeiro sermão em louvor a Santo Antônio, na Igreja do próprio santo, em Salvador, retomando o triunfalismo da Ânua de 1626 (VAINFAS, 2011, p. 69).

Vieira atribui a vitória portuguesa sobre os holandeses em Salvador à intervenção direta de Santo Antônio. O sermão foi pregado no dia deste santo, na igreja do mesmo nome e com as armas da vitória que estavam em frente ao mesmo templo. A descrição detalhada da vitória bélica portuguesa foi realizada com recursos de analogias com as guerras bíblicas, tais como o Livros dos Reis e Isaías.

Este é o lugar, onde por espaço de quarenta dias e noites, como o dilúvio, sustentou a Bahia, posta em armas, aquelas furiosas tormentas de trovões, relâmpagos e raios marciais, com que a presumida hostilidade do inimigo, assim como tem dominado em grande os membros deste vastíssimo Estado, assim se atreveu a vir combater, e quis também conquistar a cabeça. E neste mesmo lugar – bendita seja a bondade e providência divina – trocados os receios em alegria, as armas em galas, e a guerra em triunfo, vemos junta outra vez a mesma Bahia, para render a Deus as devidas graças pela honrada e tão importante vitória com que, desenganado o mesmo inimigo, ocultou de noite a fuga, e de dia o vimos sair tão humilhado e desairoso, por onde tinha entrado tão orgulhoso e soberbo. [...] Vitória da nossa cidade da Bahia, repartida entre o Salvador e Santo Antônio; entre o Salvador, como Cidade do Salvador, e entre Santo Antônio, como Bahia de Todos os Santos (VIEIRA, Sermão de Santo Antônio, 1638, p. 337-350).

A partir dessa batalha, Vieira utilizará a fé em Santo Antônio, um santo muito popular na religiosidade portuguesa, para veicular suas ideias e projetos em diversos momentos de sua atividade missionária, política e educativa. Longe das cortes, e pouco antes da aclamação

de dom João IV, uma quadrinha popular exprimia a missão do santo português:

Santo Antônio é bom santo,
Que livra o pai dos arganos
Também nos há de livrar
do poder dos castelhanos.

A partir de então, santo Antônio reapareceria em outros momentos marcantes das atividades missionárias e pedagógicas nos discursos de Vieira, além das guerras como a de 1645, em Pernambuco. Santo Antônio foi o padroeiro da restauração portuguesa de 1640.

No ano de 1639 havia duas batalhas a serem enfrentadas por Vieira: a guerra no Brasil colonial diante dos holandeses e a guerra de panfletos na metrópole, diante do descontentamento do governo filipino espanhol. A vitória diante dos holandeses em Salvador ganhou mais força com a notícia da chegada da frota real espanhola para expulsar de vez os holandeses da colônia.

A esquadra partiu de Lisboa no final de 1638, composta de 46 navios, dos quais 26 eram galeões de grande calado, e 5 mil soldados. A armada do conde da Torre sofreu danos irreparáveis na escala em Cabo Verde [...]. O ataque luso-espanhol só começou, para valer, em novembro de 1639, quando 87 navios partiram da Bahia com cerca de 10 mil soldados prontos para desembarcar no Recife. Foi a maior esquadra a navegar pelo litoral do Nordeste. Nassau lançou ao mar uma frota de 41 navios e 2800 soldados a bordo. Apesar de a imensa superioridade militar da esquadra e do exército restaurador, a incompetência do conde da Torre no comando da expedição foi insuperável, agravada por ventos desfavoráveis. O conde hesitou em atacar estando em posição vantajosa e ordenou ataques quando a defesa holandesa estava cerrada. O resultado foi desastroso: perdeu dez navios pequenos e um galeão, enquanto a frota holandesa só perdeu uma nau. A famosa armada do conde da Torre terminou em fiasco, escorraçada pelos navios holandeses em fevereiro de 1640. [...] Antônio Vieira presenciou a todos esses fatos, manifestando-se publicamente através de sermões memoráveis (VAINFAS, 2011, p. 77).

A grande expectativa da restauração de toda a colônia, a partir da vitória em Salvador, foi contrastada com a tamanha decepção por essa derrota em Recife. Foi a última tentativa filipina de retomar totalmente a colônia. Os holandeses, em maio de 1640, se sentiram fortalecidos e partiram para o ataque novamente no litoral baiano. No Sermão do Rosário XII, de 1639, Vieira chegou a afirmar: “Deus não quer a restauração do Brasil”, tamanho o pessimismo de todos. E, a partir dessa concepção pessimista, Vieira pregaria o famoso **Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda** em 1640, na igreja de Nossa Senhora da Ajuda na Bahia. Nele há um diálogo parecido com o personagem

bíblico Jó, chegando ao ponto de desafiar e ameaçar Deus caso este permita a derrota total da cabeça da colônia, a Bahia, aos holandeses.

E na casa da Senhora da Ajuda, que devemos esperar com maior confiança, senão que nos ajudeis: *Ad juva nos?* Não hei de pedir pedindo, senão protestando e argumentando, pois esta é a licença e liberdade que tem quem não pede favor, senão justiça. Se a causa fora só nossa, e eu viera a rogar só por nosso remédio, pedira favor e misericórdia. Mas, como a causa, Senhor, é mais vossa que nossa, e como venho a requerer por parte de vossa honra e glória, e pelo crédito de vosso nome [...]. Que diga o herege – o que treme de o pronunciar a língua – que diga o herege que Deus está holandês? Oh! Não permitas tal, Deus meu, não permitas tal, por quem sois. Não o digo por nós, que pouco em que nos castigásseis; não o digo pelo Brasil, que pouco nem que o destruísseis; por vós digo, e pela honra do vosso santíssimo nome, que tão imprudentemente se vê blasfemado de ser a sua verdadeira, veja ele na roda dessa mesma fortuna, que o desvanece, que parte está a verdade (VIEIRA, 2015, t. II, v. XIII, p. 80).

Vieira, logo no início no sermão apresenta os argumentos, mostrando aos ouvintes que a luta contra os holandeses passa a ser, acima de tudo, uma luta divina e a questão central do discurso é a religiosidade acima de qualquer outro motivo, mas o não dito que na realidade a questão também é o comércio. Em vários momentos Vieira argumenta que os portugueses, mais que os espanhóis, são merecedores da vitória sobre os holandeses para manter o domínio da colônia, por uma questão de justiça.

Olhai Senhor, que vivemos entre gentios, uns que o são, outros que o foram ontem. E estes, que dirão? Que diria o tapuia bárbaro, sem conhecimento de Deus? Que dirá o índio inconstante, a quem falta a pia afeição da nossa fé? Que dirá o etíope boçal, que apenas foi molhado com a água do Batismo, sem mais doutrina? Não há dúvidas que todos estes, como não tem capacidade para sondar o profundo de vossos juízos, beberão o erro pelos olhos. Dirão, pelos efeitos que veem, que a nossa fé é falsa, e a dos holandeses a verdadeira, e crerão que são mais cristãos, sendo como eles. A seita do herege torpe e brutal concorda mais com a brutalidade do bárbaro: a largueza e soltura de vida, que foi a origem e é o fomento da heresia, casa-se mais com os costumes depravados e corrupção do gentilismo; e que paga haverá que se converta à fé que lhe pregamos, ou que novo cristão já convertido, que se não perverta, entendendo e persuadindo-se uns e outros que no herege é premiada a sua lei, e no católico se castiga a nossa? (VIEIRA, 2015, t. II, v. XIII, p. 80).

Nessa luta de deuses portugueses e holandeses ou católicos e protestantes, Vieira aponta as fraquezas e a superficialidade da fé com as atividades missionárias junto aos indígenas e escravos. Além de tudo isso, está em risco a credibilidade dos discursos diante

dos projetos de colonização e cristandade, desenvolvidos na América Portuguesa, ou seja, nessa luta contra os holandeses estava tudo em jogo. A derrota definitiva para os holandeses seria derrota de todo um trabalho de quase um século de colonização.

Mas, deixado isto a parte, tirais estas terras àqueles mesmos portugueses, a quem escolhestes, entre todas as nações do mundo para conquistadores da vossa fé, e a quem destes por armas, como insígnia e divisa singular, vossas próprias chagas. – E será bem, supremo Senhor e Governador do universo, que às sagradas quinas de Portugal, e às armas e chagas de Cristo, sucedam as heréticas listas de Holanda, rebeldes a seu rei e a Deus? [...] Abraçai, destruí, consumi-nos a todos; mas pode ser algum dia queirais espanhóis e portugueses, e que os não acheis. Holanda vos dará os apostólicos conquistadores, que levem pelo mundo os estandartes da cruz; Holanda vos dará os pregadores evangélicos, que semeiam nas terras dos bárbaros a doutrina católica e a reguem com o próprio sangue; Holanda defenderá a verdade de vossos Sacramentos e a autoridade da Igreja Romana; Holanda edificará templos, Holanda levantará altares, Holanda consagrará sacerdotes, e oferecerá o sacrifício de vosso Santíssimo Corpo: Holanda, enfim, vos servirá e venerará tão religiosamente, como em Amesterdão, Magdeburgo e Brisinga, e em todas as outras colônias daquele frio e alagado inferno, se está fazendo todos os dias (VIEIRA, 2015, t. II, v. XIII, p. 82-85).

O entendimento de Vieira sobre o momento histórico e a importância de manter o domínio político e religioso português no Brasil colônia, especialmente quando estabelece relações das conquistas e da grandeza do império português, e quais rumos poderia tomar a derrota em definitivo para os holandeses, é algo que demonstra como tinha muito claro a necessidade de encorajar todos, desde os soldados, os senhores até os religiosos mais fervorosos na luta contra os “hereges”. Em busca do encorajamento de todos os membros da colônia, Vieira faz um discurso que beira o fio da navalha da blasfêmia, demonstrando realmente que estava em condições de ser nomeado mestre de teologia. O domínio do vocabulário teológico e religioso com a realidade política e pedagógica será aperfeiçoado aos poucos ao ponto de impressionar não somente os menos letrados, mas também os intelectuais das cortes europeias.

Do outro lado do Atlântico, estava ocorrendo outra guerra, a guerra de panfletos conspiratória para o fim a União Ibérica, pela insatisfação com o governo do rei Felipe III de Portugal (Felipe IV da Espanha). Essa insatisfação ocorreu devido ao aumento da carga tributária dos impostos e a utilização das tropas portuguesas em questões espanholas que não tinham nada a ver com as questões de Portugal, não cumprimentos de acordos firmados em Tomar (1581). Essas atitudes do governo da dinastia filipina, aos olhos da pequena nobreza

portuguesa, estavam levando a uma “provincialização” de Portugal. Vieira não acompanhava essa guerra, permanecia, grosso modo, fiel ao governo das duas coroas, visto que em alguns momentos e com cuidados fazia críticas à forma como Portugal era governado pela Espanha, mas nada que chamasse a atenção, ou se esquecia de fazer a devida menção aos espanhóis em seus sermões. Assim, como boa parte da Companhia de Jesus, defendia a União Ibérica, visto que o voto de obediência ao papa trazia, junto, a legitimação do governo português, no caso, o rei Felipe IV da Espanha. Apesar disso,

O desconforto dos jesuítas com a dinastia filipina foi atizado, ainda, pelo apoio dos Habsburgo à Inquisição, cuja máquina se viu muito fortalecida nesses anos. Apesar de compartilharem o mesmo propósito de defesa da fé católica, a Companhia de Jesus e o Santo Ofício diferem imensamente quanto às estratégias de evangelização: a primeira apostava na catequese, na pedagogia, enquanto o segundo preferia o castigo e a intimidação geral. A segunda metade do século XVII seria tempo de conflito aberto entre a Companhia de Jesus e o Santo Ofício, em Portugal, Instituições poderosíssimas e rivais em diversos aspectos (VAINFAS, 2011, p. 64).

Após o golpe de 1º de dezembro e a aclamação de dom João IV em 15 de dezembro de 1640, sem saber desses acontecimentos em Portugal, Vieira, com 33 anos de idade, comete a maior gafe política de toda a sua trajetória, segundo Vainfas (2011). No dia 6 de janeiro de 1641, dia de Reis e por ocasião de ação de graças pelos primeiros seis meses do governo de dom Jorge de Mascarenhas, o marquês de Montalvão, nomeado por Felipe IV e membro do grupo político de convivência de Vieira, ele faz a pregação em um dos oito colégios da Companhia de Jesus no Brasil, neste caso, o Colégio da Bahia, no intitulado Sermão do Dia de Reis, fez elogios à União Ibérica. Inicia o sermão fazendo menção a três tributos dos reis Magos ou sábios do Oriente. Relaciona o segundo tributo à memória do rei de Portugal, dom Sebastião, que financiou os colégios dos jesuítas no Brasil e em outras províncias no mundo.

[...] Nossa Companhia, oferece, hoje, este real colégio um círio com as armas de Portugal ao senhor marquês vice-rei em nome de sua majestade Felipe IV, que, com o sangue e com a coroa, herdou juntamente daquele piedosíssimo rei o afeto e particular devoção à nossa Companhia. [...] Viva, pois, o santo e piedoso rei – que já é passado o ano de 40 – viva e reine eternamente com Deus, e sustente-nos desde o céu com suas orações, o reino que com seu demasiado valor nos perdeu na terra (VIEIRA, 1957, v. XXIII, p. 155).

No decorrer desse sermão, Vieira faz um balanço das vitórias do ano de 1640, ou

seja, mais um ano da guerra crônica¹⁶ com os holandeses, como ação de graças pelos resultados, os meses de janeiro, abril, maio e junho foram sombrios. Depois, provavelmente com a atuação do marquês de Montalvão, começaram as conquistas, os meses de agosto, setembro, outubro e, em novembro, uma vitória importante no Espírito Santo. No mês de dezembro, conquistas em Pernambuco.

Nós ontem, tremendo dos holandeses: ele, hoje, a tremer de nós; nós, ontem, a rezear que nos fizessem guerra: ele, hoje, a pedir-nos pazes; os nossos engenhos, ontem queimados, e os seus em pé: os seus hoje em pó e em cinza, e os nossos reedificados, e moendo todos! Donde tanta felicidade? Donde tão notável mudança (VIEIRA, 1957, v. XXIII, p. 184).

Complementa os elogios, chamando de “invictíssimo monarca, Filipe IV, o grande”, fazendo menção a alguns feitos em vitórias pessoais em guerras do governo da União Ibérica.

A notícia da aclamação de dom João IV só chegou ao Brasil, a Salvador, em 15 de fevereiro de 1641, ou seja, pouco mais de um mês da pregação do Sermão do Dia de Reis.

[...] Chegou da Europa uma caravela com a notícia da revolução libertadora e da aclamação do novo rei. Confuso, talvez, igualmente ficou Vieira, recordando as louvaminhas a Filipe IV, em público, quando já na frente lhe tinha resvalado a coroa portuguesa (AZEVEDO, 2008, p. 69).

Na tentativa de tentar reparar o estrago feito dias antes e pela necessidade do vice-rei, para o marquês de Montalvão jurar fidelidade ao novo rei, foi organizada uma comissão para beijar a mão do rei D. João IV e prestar-lhe juramento. O vice-rei escolheu como seu representante o filho, “mas o d. Fernando de Mascarenhas, o mancebo escolhido para a comissão, era de poucos anos; o seu pai assentou de fazer acompanhar por dois homens membros da Companhia cuja capacidade pudesse melhor confiar o cabal desempenho” (LISBOA, 1948, p. 19). Depois disso, o marquês de Montalvão enviou uma carta comunicando aos holandeses no Brasil, em Pernambuco, sobre a aclamação do novo rei português. “A notícia foi recebida no Recife em março de 1641 [...] Nassau negociou com o vice-rei, marquês de Montalvão, o fim das hostilidades entre o Brasil holandês e a Bahia” (MELLO, 2010, p. 215). Essa trégua nos conflitos entre os portugueses no Brasil e holandeses deveria ser por um período de dez anos, mas os holandeses não cumpriram o

¹⁶Nas palavras de Mello (2011, p. 33), em *O negócio do Brasil*, citando W. J. van Hoboken, “[...] por fim ao estado de guerra crônica no Brasil”. Parece-nos apropriado para compreender as vitórias e derrotas dos Portugueses durante esse período de presença dos holandeses no Brasil colonial.

combinado e as suas ações continuaram.

Vieira, como o principal nome da Companhia de Jesus na Bahia, e o padre Simão de Vasconcelos, que ia se tornar procurador da província na congregação dos jesuítas, famoso por ter escrito **Crônicas da Companhia de Jesus**, e dez anos mais velho que Vieira, são convidados ou se auto convidam para integrar a comitiva com destino a Lisboa. A comitiva sai de Salvador dia 27 de fevereiro de 1641 e chega a Peniche¹⁷.

Em 28 de abril, a poucos dias de Lisboa, um temporal quase pôs o navio a pique. O navio escapou, mas teve que lançar fora o batel, os canhões e a aguada para aliviar o peso. Aportou não em Lisboa, mas no pequeno porto de Peniche. Ao desembarcarem, os três delegados enfrentaram grande tumulto, espalhando-se no lugar a notícia que um deles era filho do marquês de Montalvão. Os Montalvão tinham apoiado o rei da Espanha e a própria marquesa, mãe de d. Fernando, estava presa sob suspeita de traição ao nosso rei. Dom Fernando quase foi assassinado, mas acabou preso, juntamente com os jesuítas que o acompanhavam, pelo governador de Peniche. O equívoco foi logo desfeito e a comitiva baiana seguiu para Lisboa, em 30 de abril. Os delegados foram recebidos pelo novo rei no mesmo dia (VAINFAS, 2011, p. 87).

Vieira, com 33 anos de idade e com experiência pedagógica, missionária e política acumulada na Bahia, é recebido pelo rei com a comitiva.

Suposto feitio de Vieira, seu arrojo natural, sua loquacidade, o apreço em que tinha a própria pessoa, não será temerário imaginar que logo tomou a palavra, e que esta, fluente e persuasiva, cativou com seu encanto o monarca (AZEVEDO, 2008, p.70).

Nessa audiência, começa a nascer a firme amizade de Vieira com o rei D. João IV, e as intrigas, invejas e traições resistirão até o fim da vida desse rei em 1656.

1.1.1 A retórica de Vieira e o inimigo da restauração: o Santo Ofício

De volta a Lisboa pela primeira vez desde a sua saída e bem recebido pelo rei dom

¹⁷Este episódio é relatado pelo próprio Vieira: “Aos 28 de abril de 1641 chegamos a Peniche, onde quiseram matar ao Marchal. Aos 29 de abril de 1641 me quiseram matar, e me prenderem e parti para Lisboa aos 30 de abril de 1641; cheguei a Lisboa, e vi S. M” (apud LISBOA, 1948, p. 21. *Fragmento de um Diário do P. Vieira*, citado por André de Barros).

João IV, Vieira começa a sua atividade política como ideólogo¹⁸ para a legitimação da restauração de 1640. Desde a sua chegada a Lisboa no dia 30 de abril de 1641, Vieira inicia a sua ambientação na capital do reino e impressiona as pessoas com os seus sermões. A sua fama como pregador brilhante logo se espalha e a sua aproximação a corte portuguesa é inevitável. Merece destaque o **Sermão dos Bons Anos**, pregado pela primeira vez na Capela Real no dia 01 de janeiro de 1642, com a presença do inseguro Dom João IV, dos nobres, de toda a sua corte e de pessoas ressentidas com o banho de sangue da rebelião contida contra a restauração, inclusive com a presença da rainha dona Luísa de Gusmão, de quem Vieira se tornará em breve confessor. O tema central do sermão foi o rei encoberto das profecias sebastianistas: “[...] ancorados nas trovas do Bandarra e do Frei Gil, previam a volta do rei Encoberto para o ano de 1640” (VAINFAS, 2011, p. 86).

Nesse sermão, Vieira inicia seu projeto de legitimação da monarquia portuguesa, corrigindo as profecias tanto do sapateiro Bandarra quanto de São frei Gil¹⁹ de Santarém, fazendo a substituição de dom Sebastião, o encoberto, para dom João IV, o rei não esperado. Mas essa correção é somente de interpretação a partir dos fatos ocorridos e descritos pelas profecias.

A Lusitânia, o reino de Portugal, morrendo seu último rei sem filho herdeiro, gemerá e suspirará por muito tempo. – *Sed propitius tibi Deus*: Mas lembrar-se-á Deus de vós, ó pátria minha – diz o santo: *Et insperate ab insperato redimeris*: E sereis remida não esperadamente por um rei não esperado. – E, depois de assim remido, depois de assim libertado Portugal, que lhe sucederá? *Africa debellabitur*: Será vencida e conquistada África. – *Imperium Ottomanum ruet*: O Império Otomano cairá sujeito e rendido a seus pés. [...] De propósito reparei nelas, para refutar com suas próprias armas alguma relíquia que dizem que ainda há daquela seita ou desesperação dos que esperavam por el-rei Dom Sebastião, de gloriosa e lamentável memória. Diz a profecia: *Insperate ab insperato redimeris*: Que seria remido Portugal não esperadamente por um rei não esperado. – Segue-se logo, evidentemente que não podia el-rei Dom Sebastião ser o libertador de Portugal, porque o libertador prometido havia de ser rei não

¹⁸Alfredo Bosi, no prefácio da obra: *De Profecia e Inquisição*, destaca o sentido de construção do convencimento do próprio D. João IV, tido como muito inseguro. “Para os ideólogos do nacionalismo agrário, do pendão monárquico e do colonialismo em agonia, os mitos do Esperado eram instrumentos de persuasão, imagens trabalhadas para servirem a fins partidários, figuras coladas ao interesse” (BOSI, 1989, p. 31).

¹⁹Segundo a tradição popular, é um monge sábio, “[...] enganaria o próprio demônio, e o trazia subjugado e medroso às suas ordens, esse mesmo oráculo igualmente acatado, profetizara que Portugal inesperadamente seria remido por um inesperado. Daí concluía o pregador que não podia ser D. Sebastião, porque esse era já de muitos e de há muito esperado” (AZEVEDO, 2008, v. I, p. 80).

esperado: *Inesperato ab insperato* – el-rei Dom Sebastião era tão esperado vulgarmente, como sabemos todos (VIEIRA, 2015, t. II, v. XIII, p. 104).

Percebendo as dificuldades financeiras do reino português restaurado, Vieira, na introdução desse sermão, trata do tema, estabelecendo a relação entre dar bons anos e bens. “Em um mundo tão avarento de bens, onde apenas se encontra com um bom-dia, ter obrigação de dar bons anos, dificultoso empenho! Deus que é autor de todos os bens os dê a Vossas Reais Majestades felicíssimos” (VIEIRA, 2015, t. II, v. XIII, p.359). Mais do que perceber as dificuldades econômicas, Vieira, desde o início das suas atividades políticas na Bahia, já demonstrava o entendimento de que a questão econômica era fundamental para o Império Português e, conseqüentemente, para expansão da fé católica e da cultura europeia pelo mundo.

Uma das ideias mais presentes no seu pensamento foi o desenvolvimento de um plano para o império português, dominar o mundo [...]. Vieira foi pioneiro por perceber que a dominação econômica só seria possível se, ao mesmo tempo, houvesse uma predominância da cultura (BULCÃO, 2008, p.12).

Após a introdução para melhorar um problema emergencial e fundamental, que era o aspecto econômico do reino e que, com certeza, agradou muito D. João IV, Vieira segue a construção ideológica e o convencimento do próprio monarca e de todos os presentes na Capela Real, com o discurso do monarca encoberto, conforme sua leitura dos fatos históricos, comprovados pelas trovas do sapateiro Bandarra²⁰, e esse sebastianismo começa a dar lugar ao joanismo. Vieira começou a elevar o nível das profecias.

Apenas sublinhou que os sebastianistas haviam se enganado em relação ao nome do *Encoberto*. Não era d. Sebastião, que teria 86 anos nessa altura, se vivo fosse, mas d. João. Antônio Vieira foi sem dúvida o maior artífice na transformação política do sebastianismo em joanismo. Não hesitou em sublinhar que o verso que anunciava o nome do rei, nas trovas de 1540, não era d. *Fuão* - expressão correspondente a ‘fulano’, alguém cujo o nome são se sabe -, senão d. João. A troca da letra F pela letra J fazia toda

²⁰Vejam os versos de Bandarra, um sapateiro de Trancoso, que provavelmente em 1540 escreveu um livro de trovas, dedicado ao bispo de Viseu, D. Miguel da Silva, sobre os destinos de Portugal, inclusive, sobre a restauração de 1640, que se confirmaram na história: “Antes que serrem quarenta erguerse ha gram tormenta do que intenta, que logo será amañçada, & tomarão a estrada de callada; não terão quem os affoute. *Vieira aqui vai recapitulando a história dinástica de Portugal desde o reinado de D. João III, quando Bandarra escreveu as suas profecias, até os anos da Restauração*” (BOSI, 1989). Este livro de Bandarra percorria as mãos de crianças mais pobres pelo reino de Portugal que aprendiam ler por meio de trovas.

diferença, segundo Vieira, para decifrar o sentido correto da profecia (VAINFAS, 2011, p. 95).

A linha de raciocínio argumentativa, calcada em fatos históricos, visto que Bandarra e suas trovas nasceram antes de D. Sebastião e D. João, diante disso, não tem argumentos lógicos para contestar ou duvidar das profecias do sapateiro de Trancoso. Essa análise da conjuntura política de Portugal fez com que Vieira andasse a passos largos na ascensão política junto ao rei dom João, ao mesmo tempo, começasse a colecionar inimigos e adversários.

Pouco tempo depois, em março de 1642, no Dia de São José, mesmo dia de aniversário do rei, e com a sua presença, Vieira volta a dar orientação de forma pedagógica para o convencimento do próprio rei de que era realmente o escolhido por Deus e devia aceitar de vez a sua condição de governante do Império Português. O sermão foi pregado na Capela Real e continuava seguindo sua linha de raciocínio no discurso de legitimação política e religiosa da restauração, retomando o tema do sebastianismo, mas agora comparando o rei a Cristo, na figura de São José, ambos sob a proteção de Deus e encobertos.

Estando S. José cuidando nestas coisas, apareceu um anjo em sonhos [...] se sonhava, logo dormia; e se dormia, como cuidava? Dormir e cuidar juntamente, parece que não pode ser. [...] Dormia e mais cuidava S. José, porque era filho de Davi. Esta diferença faz o sono dos príncipes aos dos outros homens – que os reis cuidam dormindo, e dormem cuidando. O sono dos reis é um sono desvelado, é um dormir cuidadoso, um descuidar-se vigiando. Nos outros homens o sono é prisão dos sentidos; nos reis é dissimulação somente. [...] Ora, notai. O reino de Portugal não se perdeu por falta de rei, perdeu-se por falta de anos. Não se perdeu por falta de rei, porque nas mãos de dois reis se perdeu: nas mãos de el-rei D. Sebastião e nas mãos de el-rei D. Henrique. Perdeu-se, porém, por falta de anos, porque el-rei D. Henrique tinha tantos anos que nos não pode deixar sucessor, e el-rei D. Sebastião tinha tão poucos que, sem nos deixar sucessor, se foi matar à África. [...] Anos maduros para o conselho, eficazes para a execução, robustos para o trabalho, fortes e animosos para a guerra, enfim anos que se hão de continuar com muitos e felicíssimos, que debaixo do patrocínio de José não há anos infelizes, ainda que os prometeu o tempo (VIEIRA, 2015, t. II, v. XI, p. 193).

Com o poder retórico de convencimento, calcado em argumentos lógicos e fundamentados nos textos bíblicos e na história da monarquia portuguesa, Vieira começa a ganhar a confiança do rei dom João IV e da rainha dona Luísa de Gusmão, passando a ter trânsito livre no Palácio Real e frequentando-o constantemente.

A partir de 1643, com 35 anos de idade, Vieira já é considerado o principal

conselheiro do rei em todos os assuntos, internos e externos, econômicos e políticos, religiosos e morais. Ele retoma ideias desenvolvidas no ano anterior sobre a necessidade da união do povo com o rei, por exemplo, nos **Sermões de Santo Antônio e São Roque**, pregado em setembro de 1642, mas daí em diante com mais efetividade e objetividade até o final da década de 1640. Seus discursos passam a ser responsáveis pelo convencimento de que Portugal tinha um só rei de todos os portugueses, tentando unificar, inclusive, parte da nobreza fiel à dinastia espanhola e desconfiada sobre a governança do novo monarca português. Esse papel passa a ser reforçado quando Vieira é nomeado para o cargo de pregador régio.

Por ordem régia os tribunais deputavam membros seus a conferenciar com ele, [...] que o nomeava sucessivamente seu pregador, mestre do príncipe herdeiro da coroa, para importantes missões diplomáticas públicas e secretas às diferentes cortes da Europa (LISBOA, 1948, p. 25).

Além disso, a fama como orador brilhante, relatada por bispos e outras pessoas que acompanhavam as pregações, já havia se espalhado pelo reino e facilitou muito a tentativa de cumprimento daquela tarefa.

Desde a primeira vez que pregou teve logo conquistado o favor dos auditórios. Começa a ser moda ir ouvi-lo, e Lisboa em peso concorria aos sermões do jesuíta novato na corte, com escândalo e ciúme dos oradores afeitos de muita à popularidade. [...] Alto e de porte majestoso; na tez o moreno peninsular carregado de um golpe, já distante, de sangue da África; cabelos abundantes e negros, levemente crespos e um tanto em desalinho. A barba, se já então a usava toda, como missionário, espessa e curta, só porém no contorno das faces até o mento, deixando o rosto limpo, menos o bigode caído nas pontas a um e outro lado; maior que um terço do rosto, os olhos grandes, vivíssimos e em que espaços um lance da pupila, distante e vago traía o sonhador. A boca engraçada, fácil ao sorriso que cativa ou malicioso; com um metal de voz rico de inflexões, que abrangia toda a escala da sensibilidade humana; soando ora arrebatada e vibrante, ora insinuante e meiga; grave, persuasiva, suplicante, irônica, piedosa, conforme a natureza do discurso. Acaso também uma ponta do sotaque, que já nesse tempo adoçaria a fala do Brasil; pela novidade um atrativo mais. Compleição de artista hábil em penetrar a vida secreta do vocábulo, erudição vasta, magnetismo pessoal, talento de atrair e dominar, tudo que dele podia fazer um orador raro e triunfador (AZEVEDO, 2008, t. I, p. 87).

A retórica utilizada por Vieira na Capela Real foi a base da sua ascensão política na corte. Com os discursos direcionados a todos por meio dos sermões, Vieira passa a ser o porta-voz das principais decisões da monarquia. “[...] Seus sermões na Capela Real se

tornaram concorridíssimos, e não apenas pelo espetáculo de oratória que Vieira costumava apresentar nessas ocasiões” (VAINFAS, 2011, p.104), mas, também, como forma de saber o que o rei queria e pensava. É nesta capela que Vieira pregará um dos mais famosos sermões de todo a sua parenética: o **Sermão da Sexagésima**, demonstrando como deveria ser composto um bom sermão, uma teoria do sermão. Além dos **Sermões do Mandato**, cujos temas centrais eram o amor divino e os remédios para o amor humano.

Ainda nesse ano, no dia 03 de julho, Vieira recebe o primeiro convite para representar o rei dom João IV nos interesses junto aos mercadores judeus, cristãos-novos portugueses em vários reinos da Europa, Marrocos, Império Otomano e outras diásporas. “A adoção de uma política pró-judaica no reino português foi ideia exclusiva de Antônio Vieira, que vinha observando a correlação de forças políticas na Corte desde que pusera os pés no Paço” (VAINFAS, 2011, p. 105). Vieira estava convicto de que o cabedal econômico dos judeus e cristãos novos, espalhados em outros estados e que conservavam a língua, os costumes e sentiam saudades, e estavam dispostos a investir e voltar a Portugal, era importantíssimo para tirar o país da crise econômica e enfraquecer os inimigos Holanda e Espanha. Vieira logo percebeu que a maior dificuldade em recuperar todo o cabedal econômico dos judeus e cristãos-novos que ajudava a financiar o comércio marítimo holandês encontrava-se dentro da própria corte, o Santo Ofício português.

A partir dessa nomeação, Vieira começa a tentar mover ou superar a grande dificuldade, a ingerência do Santo Ofício nos negócios portugueses. O confronto de Vieira com o Santo Ofício prevalecerá até o breve do papa Clemente X, em 1678, imunizando Vieira contra o Santo Ofício português para o resto da vida. Antes de isso acontecer, a luta contra o Santo Ofício não é só de Antônio Vieira, mas também do rei dom João IV, que demorava a se convencer de que esse era mais um entrave para a restauração completa, ou seja, ter o reconhecimento e bênção da Igreja Católica de Roma. Porque a União Ibérica teve a aprovação da Sé Apostólica e não poderia ser desfeita por um golpe, como ocorreu com dom João IV. O monarca português morre sem ter o reconhecimento pontifício da Igreja de Roma.

Neste intuito despachou D. João IV embaixadores a quase todas as cortes da Europa a solicitar alianças e socorros. Mas ainda no emprego deste recurso encontrou muitas vicissitudes e amargas decepções. A cúria romana, sacrificando nesta ocasião, como em tantas outras, os interesses espirituais aos temporais e políticos, por deferência à Espanha, recusou receber o embaixador português, recusando não menos a confirmação dos bispos nomeados para as dioceses vagas. Do congresso de Münster, ainda

por influência da Espanha, foram igualmente excluídos os representantes de Portugal (LISBOA, 1948, p. 27).

Essa correlação de forças entre Vieira e o Santo Ofício vai ficando mais evidente quando Vieira convence dom João IV a criar as companhias mercantis, seguindo os moldes holandeses. No dia do primeiro aniversário do infante dom Afonso, Vieira prega o **Sermão de São Roque**, em 21 de agosto de 1644, na Capela Real com a presença do rei, da nobreza, da fidalguia, dos membros do Santo Ofício, dos membros da corte e do povo que a frequentava. O sermão, como comunicado oficial do reino, faz duras críticas aos portugueses contrários às políticas do reino e àqueles que têm mais medo do que esperança.

Baste por único fundamento, na suposição e circunstâncias do tempo presente, que em todo o passado, Castela e Portugal juntos não puderam prevalecer, assim no mar, como na terra, contra Holanda; e como poderá agora Portugal só permanecer e conservar-se contra Holanda e contra Castela? [...] Mas que me diz, ou que me dirá alguém, que há perigos que impossíveis, e há remédios que são perigosos. Perigos impossíveis não se hão de aceitar. [...] Andavam os apóstolos na barquinha de S. Pedro lutando com as ondas; parte de terra Cristo a socorrê-los (Mc 6,49): E eles começaram a tremer, cuidando que era fantasma. – Fantasma? Pois, como assim? Não era Cristo que os ia socorrer? Não era Cristo que os ia remediar? Não era Cristo que os ia livrar do perigo? Pois, como lhe pareceu que era fantasma? [...] O remédio temido, ou chamado perigoso, são duas companhias mercantis, oriental uma, e outra ocidental, cujas frotas, poderosamente armadas, tragam seguras contra Holanda as drogas da Índia e do Brasil, e Portugal, com as mesmas drogas, tenha todos os anos cabedais necessários para sustentar a guerra interior de Castela, que não pode deixar de durar alguns (VIEIRA, 1957, v. XX, p. 229).

Com esse sermão, Vieira atingiu diretamente parte dos portugueses medrosos do confronto com a Holanda e a Espanha e, ao mesmo tempo, interferiu nos interesses o Santo Ofício. Os membros do Santo Ofício português eram aqueles que faziam oposição aos comerciantes cristãos-novos, os judeus que abasteciam economicamente a *West-Indische Compagnie* (WIC) holandesa, que foram perseguidos pelos portugueses e espanhóis e tiveram que se refugiar em vários reinos da Europa, especialmente a Holanda. O raciocínio de Vieira era usar o remédio que os holandeses utilizaram para atacar Portugal, contra os próprios holandeses e espanhóis.

As duas companhias, a Oriental e a Ocidental, resolveriam boa parte dos problemas. A companhia Oriental cuidaria das escoltas armadas pelo mar para proteger os transportes das drogas vindas do Brasil e das Índias; a companhia do Ocidente reuniria as forças para

garantir a segurança e proteção contra os espanhóis inconformados com a restauração de 1640. Com a criação das duas companhias, Portugal demonstraria força e pujança enquanto nação perante os estados europeus e o pontificado de Roma, mas, para que tudo isso ocorresse, eram necessários os cabedais dos judeus e cristãos-novos portugueses que desejavam o regresso à terra natal.

Nesse sermão, Vieira faz duras críticas às concepções atrasadas, comparadas às dos outros lugares da Europa. Segundo Bosi, a distinção das origens do dinheiro era algo estranho, comparando com outros reinos. “Só Portugal se propõe nesciamente a distinguir entre dinheiro fiel e infiel, dinheiro pio e ímpio, dinheiro nobre e ignóbil” (BOSI, 1992, p.122). O dinheiro dos cristãos novos, dos judeus poderia até ser perverso, mas expulsá-los de Portugal seria abastecer economicamente os outros reinos da Europa, especialmente os holandeses. “Vieira estabelece o *distinguo* bem escolástico: a santidade dos fins desejados por Deus nada tem a ver com a imperfeição dos meios contingentes que nascem da fraqueza humana” (BOSI, 1992, p.122).

Sob o ponto de vista da educação, havia necessidade de reestruturar a compreensão conceitual dos valores religiosos, sociais, econômicos e culturais dos seus ouvintes, tarefa que Vieira corajosamente começa a fazer nos seus sermões de 1644 e nos seguintes, especialmente na Capela Real, sabendo dos riscos que eram iminentes. Isso era necessário, visto que seus ouvintes eram formados nas concepções medievais que não correspondiam mais ao mundo moderno em franca transição como a forma de financiamento das companhias do comércio dos holandeses, franceses e ingleses.

Essa mudança na compreensão conceitual se fazia por meio da argumentação retórica, minuciosa e detalhadamente construída a partir da lógica e com fundamentação bíblica, na tradição dos santos e na histórica da monarquia portuguesa, como a história de São Roque da França. Os sermões não eram somente os meios oficiais da comunicação social do reino, mas Vieira dava força mental ao rei e, ao mesmo tempo, convenciam muitas pessoas; no entanto, também produzia muitos adversários e inimigos entre os frequentadores da corte.

Como pregador da Corte, o jesuíta tem acesso aos extratos do privilégio. Mas a sua máquina oratória deve, paradoxal e temerária, investir precisamente contra as regalias e as isenções de que gozavam os nobres e os religiosos nessa fase de reerguimento do Império duplamente ameaçado: pela Espanha, no xadrez europeu; pela Holanda, na estratégia atlântica e colonial. O seu problema retórico fundamental é este: como compor um discurso persuasivo, isto é, suficientemente *universal* nos argumentos para mover *particularmente* a fidalguia e o clero a colaborar na reconstrução do

Reino, até então escorado sobretudo pela burguesia e pelos cristãos novos? Em termos ideológicos: como pôr em xeque os preconceitos antimerchantis e antisemitas que, como se sabe, já afloravam nos diálogos morais de um frei Amador Arrais e repontam, entre nós, nas sátiras de Gregório de Matos? (BOSI, 2003, p. 123).

O maior inimigo era o Santo Ofício, que fora recriado no mesmo contexto histórico, o da Contrarreforma. Originariamente o Santo Ofício foi criado no século XIII, e atuou especialmente na França e na Inglaterra, além, é claro, dos reinos italianos. “A rivalidade entre a Inquisição e a Companhia de Jesus vinha de longe — dos primeiros tempos da introdução em Portugal do tribunal da fé” (FREITAS, 1951, p. 307). As divergências estavam nos princípios originários dos dois eficientes institutos, criados a partir da Contrarreforma, ou seja, oficiais do mesmo ofício comungando do mesmo objetivo, mas opostos não princípios, no espírito e nos métodos.

O Tribunal era rígido, severo, cego e fatal, como a triste figura da Justiça que os homens inventaram. Não, decerto, propositadamente cruel. [...] A Companhia de Jesus, internacional e missionária, filosofava, pregava, ensinava, confessava, jamais, ausente, sempre militante. Desse seu espírito aberto a todos os horizontes, dessa sua vida multiforme e ativa, lhe vinha certa tolerância nem sempre cautelosa, uma plasticidade tal que, por vezes, escandalizava, como no caso célebre dos ritos sínicos, e que o jansenista Pascal implacavelmente lhe verberou nas *Provinciales*. O que não excluía, porém, um nacionalismo vibrante. Antes, porque imiscuídos no século, os jesuítas auscultavam, e sentiam, o sofrimento da nação, não só materialmente oprimida, mas moralmente vexada, pelo domínio castelhano. Daí o seu papel na revolução de 1640 (FREITAS, 1951, p. 308).

Uma divergência foi o episódio do lote de maçãs²¹ entre o Santo Ofício e os padres

²¹A rivalidade entre os jesuítas e o Santo Ofício foi ainda mais acirrada a partir deste episódio, que só teve um veredito final depois de três anos, em 1645, depois de um breve do pontífice a favor do Santo Ofício. “Ninguém mais que os jesuítas tinham celebrado a aclamação; eles pareciam ser coluna indispensável do trono recente; contudo a aliança esteve a pique de ser rota, e por motivo, na origem, em extremo frívola. Entre os privilégios dos jesuítas de Évora havia o de ter a universidade mercado seu semanalmente, para nele se prover o colégio e o pessoal da casa; das sobras se fazia venda pública sob a inspeção do almotacé, nomeado pelo reitor. Em terça-feira 9 de dezembro de 1642, na ocasião em que o comprador da Inquisição ajustava certo lote de maçãs, tomou-se para si um da universidade; disputaram os dois; e chamado o almotacé decidiu a favor do estudante, seu companheiro. Do mercado passou o conflito ao tribunal do Santo Ofício; houve processo por desatenção a seu foro; jesuítas presos; reclamações ao rei; apelação à Santa Sé, e tomado D. João IV a parte dos inquisidores, o provincial da Companhia, padre Antônio Mascarenhas, escreveu-lhe em termos acrimoniosos, molestado a parcialidade, recordando-lhes os serviços que à coroa e à casa de Bragança, antes e depois da aclamação, tinha prestado a Ordem (AZEVEDO, 2008, t. I, p.97).

jesuítas da Universidade de Évora, descrito pelo biógrafo de Vieira João Lúcio de Azevedo, que chegou até Roma. O rei D. João IV teve que intervir, tomando partido a favor do Santo Ofício. Do outro lado, “[...] o Padre Antônio Vieira, atacando o Santo Ofício no mais vivo do seu cerne, fazia chegar às mãos de D. João IV [...] o perdão geral dos cristãos novos, a igualdade de direitos para eles e a modificação das formas processuais do Tribunal” (FREITAS, 1951, p. 309). Vieira tentava, também, junto ao Pontífice, mudar as formas do processo de acusação do Santo Ofício. Diante disso, a guerra entre os jesuítas e o Santo Ofício estava declarada, na realidade, uma guerra de hostilidades.

Uma vitória de Vieira se deu diante da oposição do Santo Ofício em 1646, diante da conjuntura econômica desfavorável e de inúmeras perdas de galeões, navios pequenos e velas no transporte marítimo de mercadorias das colônias portuguesas, da concorrência dos rivais no comércio marítimo e, também, fruto da sua teimosia e do seu convencimento diante de pessoas estratégicas no quadro político, como o

[...] embaixador em Paris, Marquês de Niza, e o embaixador em Haia, Francisco de Sousa Coutinho; Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo; o teólogo Fr. Ricardo de S. Victor, que dará parecer favorável, e o próprio confessor do rei, Fr. Dionísia dos Anjos; negocia com os cristãos-novos, faz surgir um projeto preciso, mais modesto, mas mais factível: uma só companhia, para o Brasil, a troco da só isenção do confisco (FREITAS, 1951, p. 323).

A situação econômica do reino estava em ruínas dom João IV assumiu um reino falido, sem nenhuma condição financeira, e a conjuntura política e militar deixava a situação ainda mais grave, pois estava-se em guerra com os holandeses por mar e os espanhóis por terra, na fronteira com Portugal. Defender o reino português sem dinheiro e sem o reconhecimento do papa e dos reinos europeus deixava a situação econômica e política em estado desesperador. A proposta das duas companhias, feita por Vieira, só foi concretizada em 1649, com a criação de apenas uma, a Companhia Geral do Comércio do Brasil.

1.1.2 Vieira: conflitos da atividade diplomática pela Europa

Vieira era considerado um religioso habilidoso na arte do convencimento segundo os seus biógrafos, uma vez entrando em sua lógica e compreendendo-o, era difícil sair, pois, além de ser cativante e sedutor com a sua visão política para a restauração portuguesa,

mantinha longas conversas com o rei dom João IV. Vieira conhecia muito bem o potencial e os cabedais econômicos dos cristãos novos portugueses que foram forçados pelo Santo Ofício, contrários à restauração e defensores dos Habsburgo, a migrar para diversos estados europeus, especialmente para a Holanda. Diante disso, Vieira sugeriu uma política pró-judaica no reino português, como forma de garantia para convencer os judeus a voltarem para a terra mãe, oferecendo-lhes garantias de liberdade de comércio e vida social para os cristãos novos. A sugestão de Vieira era fruto da sua leitura das forças políticas desde o momento em que começou a frequentar a corte portuguesa.

Vieira lembrou que o próprio papa permitia que os judeus vivessem em território pontifício. Se ‘o sumo pontífice, vigário de Cristo’, além de não distinguir cristãos-velhos e cristãos-novos em seus territórios, admitia ‘dentro da mesma Roma, e em outras cidades, sinagogas públicas dos judeus’ por que Portugal haveria de as proibir? (VAINFAS, 2008, p.108).

Nesse contexto, Vieira aparecia como a pessoa ideal para fazer a mediação diplomática entre os interesses do reino, os portugueses e os líderes da comunidade judaica portuguesa ou cristãos-novos, espalhados pela Europa. Esse objetivo ocuparia a maior parte da atividade diplomática de Vieira durante a restauração perante os outros reinos. A primeira viagem diplomática de Vieira aconteceu em 1646 com destino à França e à Holanda, em seguida, para Londres e outros reinos.

Vieira se tornou pessoa de confiança de dom João IV ao ponto de alguns momentos ter funções acima da dos diplomatas de carreira da corte ou para vigiá-los. Em alguns momentos os diplomatas passavam a ser coadjuvantes nas missões diplomáticas com a presença de Vieira, como reclamou o marquês de Nisa numa carta em 1646: “Agora me mandam por pedagogo o padre Antônio Vieira” (apud AZEVEDO, 2008, t. I, p.129). Isso mostra o prestígio de Vieira diante do rei de Portugal. Isso geraria uma crise para a Companhia de Jesus e para o próprio Vieira: obedecer ao papa, que não reconhecia a monarquia e a restauração, ou ao rei dom João IV, legítimo governante de Portugal? O monarca português morre em 1656. Seria excomungado *post mortem* pela Igreja Católica, o reconhecimento da restauração só ocorreria em 1669, pelo papa Clemente IX.

O voto de obediência ao Papa, que não reconhecia o trono português, ou obediência ao rei dom João IV? Por mais que Vieira procurasse conciliar as divergências, não obteve êxito, pois o conflito com o Santo Ofício e com a pressão na Companhia de Jesus, era inevitável. Diante da crise instaurada, Vieira teve que deixar as atividades diplomáticas

contra sua vontade ou seria expulso da Companhia de Jesus, como desejavam alguns dos seus confrades, caso não acatasse a ordem de regressar ao Brasil. O rei dom João IV interveio na decisão da Companhia de Jesus contra a expulsão²², mas conseguiu somente postergar a saída do palácio, enviando Vieira a uma missão diplomática em Roma. Entretanto, em janeiro de 1653, chegou a São Luís do Maranhão para liderar uma missão junto aos indígenas.

A partir daí teve início uma nova etapa da sua vida, a atividade educativa e missionária. Nesse mesmo ano, Vieira foi eleito superior das missões jesuíticas do Maranhão e Grão-Pará, aos 45 anos de idade. No ano seguinte, em 1654, retornou novamente a Portugal para obter apoio do rei dom João IV na luta contra a escravidão indígena pelos colonos do Maranhão e do Brasil em geral. Vieira obteve a assinatura do rei d. João IV contra a escravidão indígena no Brasil, durante o curto período no palácio real, e pregou na Capela Real o famoso **Sermão da Sexagésima**, cujo tema central era a parenética: a arte de pregar, as habilidades necessárias do pregador. Foi a última vez em que se encontrou com o amigo monarca D. João IV, que morreria em 1656. No ano seguinte, em meados de 1655, Vieira estava de volta ao Maranhão na sua nova frente de luta em defesa dos indígenas contra a escravidão dos senhores coloniais.

1.1.3 Vieira: atividade missionária no Maranhão e Grão-Pará

Quando Vieira chegou ao Maranhão em 1653, São Luís tinha em torno de 600 famílias, totalizando cerca de 3 mil habitantes. “A catequese dos nativos ainda era muito incipiente quando Vieira chegou a São Luís” (VAINFAS, 2011, p.193). Tudo precisava ser feito. O desafio era imenso visto o fato de tentativas anteriores terminaram em tragédias para os missionários. As atividades de que Vieira mais gostava, ler tudo que era novidade em

²²Este conflito chegou ao extremo devido às formas como Vieira os conduzia no interior da Companhia, principalmente pelas suas ausências e pouco compartilhamento das suas experiências com os membros vida comunitária religiosa (sai de manhã e só voltava a noite) e as atividades no palácio real, pouco compreendidas e pouco aceitas pelos seus pares. “Extremaram-se a tal ponto as *posições* que, no último ano da década, e depois de uma tentativa de intervenção na reforma administrativa da Província Portuguesa da Companhia de Jesus, recebeu do Superior Geral, Pe. Vicente Caraffa, a intimação para que abandonasse a ordem. A pena era pesadíssima para o jesuíta que sempre quis ser, razão pela qual solicitou a ajuda de D. João IV, não deixando o monarca de intervir no sentido de travar tão gravosa sentença e acabando Vieira por regressar às fileiras da Companhia, onde permaneceu até aos derradeiros dias” (FRANCO, 2015, t. I).

todas as áreas, escrever, pregar e as articulações espinhosas da diplomacia nas cortes europeias, foram substituídas por atividades missionárias durante o dia todo, mas as noites eram dedicadas ao estudo e às interpretações das profecias de Bandarra, o Quinto Império, e de sua obra: **Clavis Prophetarum**, além de outros aprofundamentos. Em 1659, Vieira escreveu o primeiro texto da trilogia, o famoso e polêmico **Esperanças de Portugal e Primeira e Segunda Vida de El-Rei d. João IV**, que o levaria a um processo inquisitorial nos anos seguintes. Os outros textos eram a **História do Futuro** (início da produção, 1649) e **Clavis Prophetarum** (início da produção, 1669), obras inacabadas que foram publicadas depois da sua morte. Vieira morava na casa dos jesuítas, fundada havia 30 anos e ligada ao Colégio de Nossa Senhora da Luz.

Antônio Vieira tinha inegáveis qualidades para organizar a missão dos indígenas do norte, apesar de sua experiência de campo ser modesta, limitada à juventude na Bahia, nos idos de 1625. Vieira não atuava como missionário havia quase um quarto de século. Mas sua capacidade de liderança compensava tudo. Os padres da missão obedeciam às suas ordens sem pestanejar, orgulhosos e maravilhados por ter um comandante daquela estirpe. Vieira atuou sobretudo como supervisor, estrategista da missão, nem tanto como catequista. Concebeu a administração dos aldeamentos, traçou planos de combate contra os colonos escravagistas, preparou o espírito dos padres que traziam os indígenas dos sertões para os aldeamentos (VAINFAS 2011, p.196).

Essa forma de orientação de Vieira dos seus comandados jesuítas resultaria no **Sermão do Espírito Santo** em 1657, que tratava da forma e dificuldades de como ensinar no Brasil em comparação com outras nações, como no Japão e China. O sermão é direcionado aos seus missionários que partiam em uma missão, sob os olhos de Vieira dificultosíssima, pelo interior do Maranhão, demonstrando um profundo conhecimento na arte de ensinar os indígenas do Brasil.

De sorte (se bem advertis) que distingue Deus no ofício de pregar três gêneros de empresas: uma fácil, outra dificultosa, outra dificultosíssima. [...] A dificultosíssima é pregar a gentes não de uma só nação, e de uma só língua diferente, senão de muitas, e diferentes nações, e muitas, e diferentes línguas, desconhecidas, escuras, bárbaras, e que se não podem entender (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 255).

Além das atividades pedagógicas no aldeamento e dos desafios enfrentados com a língua e a cultura indígena, havia ainda a relação com os colonos escravistas dos indígenas que não contribuíam com a catequização destes, sob o ponto de vista dos jesuítas. Vieira,

como superior das missões e, posteriormente, como visitador da Companhia no Maranhão e Grão-Pará e mandatário do rei d. João IV, por meio de carta régia para cuidar das questões indígenas, entrou em confronto com os colonos que desejavam manter a escravidão dos indígenas para a exploração nas denominadas *drogas do sertão*, também conhecidas como “especiarias” da floresta, além do cultivo do tabaco, mantimentos e da criação de gado.

Esse conflito entre Vieira e os colonos diante da questão da exploração indígena perduraria durante os oito anos em que permaneceu no Maranhão e Grão-Pará, só se finalizando com a expulsão dele e dos jesuítas em 1661. Tal conflito com os colonos resultaria na produção de mais dois sermões: o **Sermão das Tentações e o de Santo Antônio aos peixes**. Este último foi pregado três dias antes de embarcar para Lisboa com a finalidade de obter um documento do rei dom João IV para defender os indígenas. “Levou consigo o *Parecer sobre o governo dos indígenas e gentios*, [...] a proposta retirava a jurisdição dos indígenas do governador e capitães-mores, transferindo-a para a Companhia de Jesus” (VAINFAS, 2011, p. 203).

Antes da expulsão do Maranhão, Vieira obteve esse documento junto ao rei dom João IV em 1655 e regressou ao Maranhão com plenos poderes, o que só agravou os conflitos com os colonos. Foi o último encontro com o rei antes do falecimento deste no ano seguinte.

Vieira foi nomeado visitador da Companhia de Jesus em 1658 e, no retorno de suas viagens ao Grão-Pará, foi alvo de todo tipo de intrigas, além dos boatos sobre [...] a cópia de uma carta redigida numa canoa, em viagem pelo rio Amazonas em 1659, dirigida ao bispo eleito do Japão, André Fernandes, a que foi posteriormente dado o título **Esperanças de Portugal, Quinto Império do Mundo**. Sobre a volta do rei D. João IV no ano de 1666. Os colonos buscaram pontos fracos de Vieira e entraram em contato com os seus inimigos na corte portuguesa e as conspirações aumentaram. No início de 1661, a Câmara de Belém enviou uma carta dos colonos afirmando que, sem o trabalho escravo dos indígenas, não era possível manter a produção. Vieira manteve a posição, foi preso por alguns meses, com os padres jesuítas. Isso culminou com expulsão de Vieira e 32 padres jesuítas do Maranhão e Grão-Pará.

1.1.4 Vieira: últimas vitórias e derrotas com o Santo Ofício

De volta a Lisboa no mês de novembro de 1661, e com 53 anos de idade, Vieira redigiu um documento em resposta aos colonos do Maranhão e Grão-Pará contra os jesuítas,

intitulado a **Resposta aos 25 capítulos**. Vieira entrou novamente na política palaciana, agora sob a regência de dona Luísa de Gusmão, enquanto o rei dom Afonso VI não assumia o trono. Este já contava com 18 anos, e Vieira era o seu confessor. A pedido da rainha, Vieira passou a orientar o futuro rei. Assim que Vieira passou a não mais contar com o poder palaciano²³, o Santo Ofício português entrou em ação para puni-lo. Isso ocorreu a partir do golpe liderado pelo conde Castelo Melhor em 1662, e o afastamento da rainha foi o sinal verde para o Santo Ofício iniciar o processo contra Vieira.

Quanto ao texto escrito de forma epistolar, **Esperanças de Portugal**, havia várias cópias circulando no reino. “O mais provável é que o próprio Vieira, desejoso de dar publicidade ao seu texto, teria mandado fazer cópias, que circulavam em Lisboa enquanto missionava na Amazônia” (BOSI, 2011, p. 80). Esse foi o motivo encontrado pelo Santo Ofício para iniciar o processo inquisitório em 1663. Vieira fora transferido para Coimbra, fato provavelmente arquitetado pelo próprio Santo Ofício para afastá-lo do palácio. Vieira ficou doente e, por aconselhamento médico, foi autorizado pelo rei a ser transferido para a residência inaciana de Buarcos, em Figueira da Foz, para se tratar; mas o Santo Ofício exigiu ouvi-lo antes da transferência. Em junho daquele mesmo ano, no antigo Colégio das Artes, que originariamente pertencia aos jesuítas, então pertencente ao Santo Ofício em Coimbra, Vieira foi interrogado e a única heresia encontrada foi a intenção de escrever. Meses depois, curado da tísica (conhecida como doença dos padres, pelo fato de viverem em comunidade), Vieira se apresentou ao tribunal do Santo Ofício e “[...] foi logo informado da censura que os qualificadores de Roma tinham feito ao seu escrito, **Esperanças de Portugal**. Abatido, solicitou cópia das impugnações para tentar explicá-las por escrito [...]” (VAINFAS, 2011, p. 232).

Essa atitude de Vieira provocou a instauração do processo inquisitório do Santo Ofício e ele foi convocado para interrogatórios diversas vezes até a condenação. Respondeu em liberdade e, depois, foi preso no mês outubro de 1665. No final do ano de 1667, depois de desistir de enfrentar o Tribunal do Santo Ofício, Vieira, com 60 anos de idade, assumiu os erros, foi humilhado e derrotado, mas não morto. Nesse ínterim, houve uma reviravolta

²³Ao frequentar o palácio, Vieira não sabia o que estava acontecendo nos bastidores, um plano para retardar a posse do novo regente. E foi acusado de ser um dos envolvidos “[...] na conspiração que visava a retardar a entrega do trono ao legítimo herdeiro, o príncipe d. Afonso, caiu de repente em desgraça com a vitória da facção desde junho de 1662. O seu nome foi um dos primeiros a ser indigitado como *persona non grata* na corte do novo soberano: em julho do mesmo ano era desterrado para o Porto” (BOSI, 2011, p. 80).

no paço; dom Afonso foi destituído e dom Pedro assumiu o trono como regente. Em Roma, novos papas menos hostis a Portugal foram eleitos. Com o novo rei, dom Pedro no poder, Vieira, no ano de 1668, foi reabilitado no paço, passando a ser confessor do regente português, e teve as penas quase todas suspensas pelo Santo Ofício. Vieira, não contente com o desfecho de toda a situação, resolveu ir a Roma conseguir a anulação da sentença inquisitorial.

Com o papa Clemente IX, aquele que reconheceu a dinastia dos Bragança, Vieira não conseguiu o seu objetivo, e no mesmo ano morreu esse papa. O novo papa, Clemente X, foi escolhido, e a relação com esse pontífice foi outra. Vieira reclamou, em 1670, que não era compreendido pelos seus ouvintes nos seus sermões. Vieira aprendeu a língua italiana, pregou os famosos sermões em italiano e frequentou os meios intelectuais, patrocinado pela rainha Cristina da Suécia, a mesma que recebera orientação filosófica de René Descartes, abdicara do trono e financiara as artes e ciências em Roma. Vieira, com seu carisma, impressionava a todos, inclusive o papa Clemente X que o convidou para ser seu confessor, mas Vieira preferiu voltar com o seu objetivo cumprido; um breve papal o tornou imune a todo tipo de perseguição do Santo Ofício no ano de 1675, quer sobre os fatos passados, quer sobre os futuros, além disso conseguiu outro breve papal suspendendo o Santo Ofício português, em 1674.

De volta a Lisboa, com 72 anos de idade, Vieira foi nomeado por dom Pedro membro do Conselho de Estado do Maranhão e Grão-Pará e conseguiu novamente uma lei garantindo a liberdade, proibindo o cativeiro dos indígenas no Maranhão e a instituição da **Junta das Missões**, em 1681. Além disso, “[...] arrancou do Conselho a aprovação da Companhia Geral do Comércio do Maranhão, criada em 1682” (VAINFAS, 2011, p. 253). A criação da companhia sofreria a reação dos colonos, explicitada na Revolta dos Beckman. A vitória de Vieira não foi completa, pois, em 1681, foi restabelecido o Santo Ofício em Portugal, e ele, desanimado, resolveu voltar à Bahia.

1.1.5 Vieira: educação para a escravidão negra sim, indígenas não

O retorno à Bahia aconteceu ainda no ano de 1681, e, com o peso dos 73 anos de idade, foi a 15ª e última viagem marítima de Vieira, tendo por companhia o magistrado proprietário de dois engenhos com mais de 100 escravos, o poeta Gregório de Matos. Ao

desembarcar em Salvador, Vieira iniciou a revisão definitiva e completa dos sermões em língua portuguesa, que ele dizia ser sua língua pátria, não publicados, e dos sermões em forma de panfletos que circulavam na Europa e no México em língua espanhola, sem sua autorização²⁴. O segundo volume dos sermões saiu em 1682; o propósito de Vieira era produzir um volume por ano e às vezes um volume a cada dois anos.

Além dos sermões corrigidos e ampliados, visto que muitos estavam em forma de rascunho e cujo objetivo era a pregação, foram anos de luta de dia e noite, mas principalmente à noite sob a luz de vela para concluí-los, como de fato ocorreu. Os últimos 16 anos de vida foram reservados a outros conflitos quer internos na Companhia de Jesus com os padres João Antônio Andreoni, o Antonil, e Jorge Benci, quer externos, nos conflitos com os colonos sobre a escravidão negra e a indígena nos Estados do Brasil, acumulando vitórias e derrotas até o fim da vida.

Vieira foi coerente com suas posições políticas e educativas em defesa dos indígenas desde o início das suas atividades educativas e políticas até o final de sua vida. Foi uma luta implacável contra o cativo e exploração dessa mão de obra e que dificultavam a catequeses daqueles. Em relação aos negros africanos e nascidos no Brasil, a posição foi ao contrário, Vieira e a Companhia de Jesus como um todo, salvo pouquíssimas exceções, defendiam a escravidão negra e combatiam as propostas contrárias a ela.

[...] Longe de lamentar a escravidão, Vieira encontra nessa relação de trabalho o ‘milagre’ que possibilita a libertação dos negros. Identifica a escravidão ao catolicismo, pois é esta instituição que possibilitaria a ‘salvação’. Sem dúvida, ele reconhece o sofrimento, a violência a que eram submetidos os escravos. Entretanto, mesmo quando constata a violência, o autor não contesta a escravidão. Ao contrário, para Vieira, os escravos nos engenhos são imitadores de Cristo e seu sofrimento aproxima-os ainda mais de Deus (MENEZES, 2006, p. 225).

A utilização do púlpito por Vieira se deu por meio da pregação na Bahia dos **Sermões do Rosário**, ou seja, este conjunto de sermões revelava a orientação educativa para que os

²⁴Segundo José Eduardo Franco, o próprio Vieira, em carta ao marquês de Gouveia em 1683, relata o conhecimento do seu sucesso no México, “[...] recebeu a notícia de que a Universidade do México lhe tinha dedicado as *Conclusões teológicas* e descerrado um retrato em sua homenagem na Faculdade de Teologia. Este reconhecimento em terra estrangeira, subordinada a Castela, contrastava com o desvalor com que o encaravam naquele tempo em Portugal [...] estudantes de Coimbra, instigados pela Inquisição, o tinham queimado em efígie na praça da Universidade, como herege e inimigo da pátria, em ato que lhe causou profunda mágoa” (FRANCO, 2015, t. I, v. I, p. 25).

negros escravos aceitassem a sua condição. O cativo era a melhor solução para a evangelização. Vieira também se posicionou criticamente contra as lutas dos escravos negros e contra a sua organização em quilombos espalhados pelo Brasil. A luta contra a rebelião dos escravos negros teve um capítulo importante em 20 de novembro de 1695, com a destruição do Quilombo dos Palmares e a morte do seu líder, Zumbi, cuja cabeça foi apresentada ao público, no Recife.

Para os seus últimos dias de vida, Vieira escolheu a Bahia, numa casa dos jesuítas denominada Quinta do Tanque e, depois, para o Colégio em Salvador. Reconhecido como grande erudito e com vasta sabedoria, Vieira foi acompanhado pelo seu assistente, padre José Soares. Quase cego, meio surdo e quase inválido por duas quedas ocorridas nas escadas de pedra da sua residência, causadas pela teimosia em não querer usar bengalas, ainda muito lúcido Vieira ditaria a sua última carta uma semana antes de morrer, em 12 de julho de 1697.

Pelas lutas travadas no interior da Companhia de Jesus, Vieira morreu antes de receber a notícia, vinda de Roma, do restabelecimento pleno dos seus direitos na própria companhia que ele brilhantemente representara por mais de 75 anos. E, na manhã do dia 18 de julho de 1697, Vieira foi encontrado morto na sua cela no colégio pelo seu cuidador, chegando ao fim a sua “[...] longa vida entre os cuidados do presente e os sonhos do futuro” (BOSI, 2011, p. 9).

1.2 OS OLHARES DOS LEITORES DAS OBRAS DE VIEIRA NO BRASIL

Muitos são os leitores das obras do padre Antônio Vieira no Brasil nos campos da educação, história, literatura, psicologia, entre outros. Mas temos alguns, sob o nosso ponto de vista, que contribuem com boas reflexões para o entendimento do seu pensamento pedagógico. Dentre estes, destacamos quatro grandes intelectuais com vasta produção literária no Brasil contemporâneo, os professores José Maria de Paiva, Sezinando Luiz de Menezes, João Adolfo Hansen e Alcir Pécora, todos vivos, dois deles são aposentados e os outros continuam pesquisando sobre Vieira.

Por uma questão de tempo e para não tornar o texto muito pesado para o leitor, optamos por torná-lo mais leve. Para evitar muitas citações, optamos por sintetizar o mais possível, evitando, assim, muitas informações que julgamos não estarem em discussão no nosso propósito, e também, muitas citações.

Outro aspecto a considerar e que não abordaremos é o alcance das contribuições desses teóricos, o entendimento da obra e das atividades de Vieira. Primeiro, pela dificuldade de mensurarmos tal alcance, segundo, pelo fato de não ser esse o nosso objetivo com esta revisão bibliográfica. Contudo reforçamos a importância de tais intelectuais para a compreensão correta desse grande e complexo educador luso-brasileiro.

1.2.1 José Maria de Paiva²⁵, olhar do educador

Paiva defendeu o seu olhar sobre Vieira desde a dissertação do mestrado na Universidade Estadual de Campinas-SP, em 1978, publicada com o título *Colonização e catequese*, no ano de 1982²⁶, e, posteriormente, publicou uma obra muito didática sobre Vieira, com os temas fundamentais para a pesquisa sobre esse período da América Portuguesa, intitulada: *Padre Vieira: política, ética, escravidão negra, história, religião e indígenas*, em 2002. De acordo com Paiva, a *religiosidade*, no caso a cristã, desempenhou papel determinante como forma constitutiva das culturas portuguesa e brasileira nesse período do Brasil colonial e “a catequização cumpriu um papel colonial, não como de fora, como uma força simplesmente aliada, mas, mais do que isto, como uma força realmente integrada a todo o processo” (PAIVA, 1982, p. 97).

A categoria *religiosidade* é um instrumental fundamental para compreendermos a produção da *forma de ser* do português/brasileiro no seu agir social, mesmo não sendo religioso praticante. A organização social passava essencialmente pela *religiosidade*, de forma intrínseca, e, na sociedade do Brasil colonial, era praticamente muito difícil alguém se ver fora deste universo, *orbis* (mundo) *christianus*, da moral religiosa católica e de não ser súdito. “O homem individual pode se recusar e negar sua referência total a Deus, mas,

²⁵Nasceu em 1939 no Estado de Minas Gerais, possui graduação em filosofia e pedagogia. Paiva possui mestrado e doutorado em educação, é professor aposentado pela Universidade Metodista de Piracicaba-SP. e coordena o grupo de pesquisa DEHSCUBRA: Educação, História e Cultura: Brasil, séculos XVI a XVIII. Pesquisador profundo no campo educacional, teve seu início com a obra *Civilização e catequese*, publicado em 1982. A partir dessa obra, são inúmeros os trabalhos e pesquisas sobre o padre Antônio Vieira, produzidos por José Maria de Paiva Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4787999J1>>. Acesso em: 7 abr. 2017).

²⁶Esta compreensão da formatação do olhar de Paiva permanecerá até as atuais produções: “O que me ensinou a reflexão, que quero passar a vocês, foi a releitura do meu livro *Colonização e Catequese* escrito de fato no ano de 1978, como dissertação de mestrado” (PAIVA, 2012).

com isto, peca e põe em perigo a própria estrutura da sociedade a que pertence” (PAIVA, 2002, p. 27).

Com isso, a *formatação* da sociedade vai ganhando características com importantes contornos ao ponto de estes serem observados e compreendidos para decifrarem o modo de ser de tal cultura, com

[...] a trama das representações que um povo faz da própria realidade. A religiosidade se põe como matriz fecunda para a interpretação plausível dos gestos praticados nas expressões do viver social. [...] Se a matriz é a religiosidade, encontraremos em todos os gestos sua presença, conformando-os. Essa conformação, porém, não se deve entender conceitualmente, como assinalei, senão segundo a vivência praticada (PAIVA, 2012, p. 11).

O olhar atento ao agir do ser humano português/brasileiro na colônia fez com que Paiva passasse a utilizar, de forma muito apropriada, uma categoria nova, a *formatação* ou a qualidade dessa cultura e seus desdobramentos na explicitação das experiências vivenciadas, e, com isso, podemos mergulhar nas origens para compreender todo o seu processo:

Com efeito, a formatação dos procedimentos sociais não se opera, primeiramente, pelo tipo de ocupação das pessoas ou dos grupos - o político e o econômico parecendo sobressair - e, sim, pelo conjunto de experiências que formam a unidade do sujeito ator. Insisto no caráter de unidade do sujeito: é como totalidade que ele responde ao contexto e se põe para ele (PAIVA, 1982, p. 3).

A partir dos aportes teóricos, fundamentados na documentação desse período, Paiva compreende as ações pedagógicas e missionárias de Vieira, destacando que “os conceitos têm que servir ao entendimento das pessoas” (PAIVA, 2012, p. 261). A catequese desempenhou papel educativo de conservação e sobrevivência dos valores desejados pela sociedade e pela Coroa portuguesa.

Entendemos por catequese toda ação pastoral da Igreja: a doutrinação propriamente dita [...] não pode ser tomada como tarefa de uma Igreja distinta da gente portuguesa que aqui se assentou, senão como uma das expressões mais características de sua cultura (PAIVA, 2006, p. 13).

Os estudos de Paiva contemplam um período de intensas mudanças em que o *orbis christianus*, a imagem cristã medieval do mundo, manifestada pela religiosidade, começava

a ser colocada em cheque com o surgimento da ciência moderna, com os Estados nacionais na Europa e as descobertas de enormes regiões brutas e selvagens, que não conheciam a *orbis christianus*. A grande empresa colonial operou com os fundamentos nesta *orbis*, cujos interesses mercantis se sobrepuseram a ela. “A economia da colônia tinha que favorecer o crescimento mais rápido possível da economia metropolitana. Isto se conseguiu através do plantio e da industrialização da cana de açúcar” (PAIVA, 2006, p. 30).

Os conceitos fundamentais, elaborados por Paiva, passarão a ser tomados de empréstimo para melhor compreensão do tema desta pesquisa, objetivando ampliar o nosso olhar não somente sobre o problema fundamental, enfrentado nesta pesquisa, mas também sobre a educação na catequese nos sermões nas cortes e na dos colonos, propriamente dita.

Acreditamos que olhar de Paiva sob a perspectiva da religiosidade é muito importante para compreendermos a produção e as ações de Vieira. Sob o nosso ponto de vista, a religiosidade deve ser levada mais em consideração pelos estudiosos da produção teórica de Vieira em sua totalidade e na sua atividade religiosa e política na Europa e na América portuguesa. Contudo, o nosso olhar busca um entendimento pedagógico no uso das *representações* que devem conter esse elemento destacado por Paiva. As *representações* como mediações educativas, sob o nosso ponto de vista, avançam um pouco mais na direção de dar conta, além do aspecto religioso, dos elementos que estão *presentes/ausentes* na totalidade dos sermões em todos os lugares em que foram pregados, mas analisaremos somente alguns durante o período da restauração de Portugal.

1.2.2 Sezinando Luiz de Menezes²⁷, olhar do historiador

O olhar defendido por Sezinando L. Menezes é o do predomínio do *econômico*: a produção de riquezas necessárias para a sustentação da restauração do reino português e sua

²⁷Nasceu em 1958 no Estado de São Paulo, possui graduação em história, mestrado e doutorado em histórica econômica pela Universidade de São Paulo. Professor na Universidade Estadual de Maringá no Paraná, atuando nas áreas de história do Império Português da época moderna e história da América Portuguesa. Sezinando coordena o grupo de pesquisa LEIP: Laboratório de Estudos do Império Português. Pesquisador profundo e refinado nos temas colonização, escravidão e cristãos novos e Antônio Vieira. A sua pesquisa teve início com sua dissertação de mestrado, realizada em 1992, publicada em 2000, com o título: *Padre Antônio Vieira, a cruz e a espada*. A partir desta obra são inúmeros os trabalhos e pesquisas sobre o padre Antônio Vieira, produzidos por Sezinando Luiz de Menezes Disponível em: <[http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv do? id=K4703645Y6](http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4703645Y6)>. Acesso em: 26 abr. 2017.

expansão como o Quinto Império e, conseqüentemente, para melhor realização do trabalho de catequização pela Companhia de Jesus, em obediência às ideias desenvolvidas no Concílio de Trento (1540-1563), o concílio da Reforma Católica.

Essa tese teve início com a dissertação de mestrado, realizada em 1992, intitulada **Padre Antônio Vieira, a cruz e a espada**, e mantida nos escritos posteriores de Menezes.

Essa opção não foi pioneira, pois os textos centrados nas questões econômicas já haviam sido analisados anteriormente [...] procurei ir além em nosso estudo, mostrando a forma como Vieira via o mundo material (MENEZES, 2015, p.16).

Com isso, Menezes dá um salto de qualidade em relação aos diversos pesquisadores que tentaram trilhar pelo caminho econômico.

A análise da perspectiva econômica é elemento fundamental para compreendermos o padre Antônio Vieira e as sociedades portuguesa e brasileira no século XVII, nas quais este viveu e interferiu de forma preponderante.

A defesa da produção de uma riqueza que não reduzisse apenas a acumulação monetária e a exploração desenfreada dos meios da riqueza, mas que fosse resultado dos investimentos necessários em relação de trabalho que preservasse e que aperfeiçoasse os instrumentos da produção (COSTA, 2015, p. 9).

A partir desses aspectos, várias questões relevantes no contexto da história. Entre os principais aspectos tratados com destaque na compreensão de Vieira na história do reino, como a restauração, a escravidão negra e a indígena, questões religiosas, questões ligadas à corrupção na metrópole e na colônia, aos tributos e aos cristãos-novos, dentre outras.

Como sabemos, Antônio Vieira foi um personagem complexo. Longevo, viveu e escreveu intensamente. A língua, falada e escrita, foi seu instrumento de luta. Tratou de (quase) tudo em sua vastíssima obra. Embora tivesse como referência e inspiração o mundo sobrenatural [...]. Continuamos lendo Vieira sob a hipótese de que ele era profundamente comprometido com a Coroa portuguesa da época da Restauração e com a produção de riquezas. Segundo suas concepções, era preciso fortalecer econômica, social e politicamente o Reino português para construir o Quinto Império, o Império de Deus na Terra (MENEZES, 2015, p. 19).

A análise de Vieira como uma das figuras mais marcantes do século XVII, não somente no mundo luso-brasileiro, mas na expansão europeia, possibilita percebermos a

constante tensão dialética com seus contemporâneos, quer seja na corte portuguesa, quer seja nas cortes da França, Holanda e Inglaterra. Vieira era um homem de Estado, e Menezes detectou muito bem os diversos conflitos vividos por aquele e por seus estudiosos.

Esta discordância entre os analistas decorre da posição complexa de Vieira, de que, por sua vez, expressa o impasse da própria sociedade portuguesa do século XVII. Na indefinição entre o rompimento e a manutenção das antigas estruturas sociais, Portugal permanece a meio caminho (MENEZES, 2000, p. 11).

Assim que retorna à Portugal no início da década de 1640, mais precisamente no ano seguinte, em 1642, Vieira faz uma pregação do **Sermão de Santo Antônio** cujo tema central era a tributação. E discutir a tributação é discutir a sociedade em si, com seus conflitos e desafios no jogo de poder, inclusive naqueles próprios de uma corte.

Nunca é demais afirmar que em Portugal, no século XVII, a nobreza e o clero eram isentos do pagamento de tributos, recaindo a obrigação de pagá-los ao ‘terceiro estado’, ou seja, ao restante da população. Ao sugerir uma redistribuição da tributação, Vieira propõe que a nobreza e o clero passem a pagar impostos. Ora, como conciliar o fim deste privilégio da nobreza e do clero com a manutenção da sociedade na forma como ela está construída? (MENEZES, 2000, p. 14).

Mesmo propondo uma redistribuição tributária, ou seja, uma transformação social numa sociedade de bases feudais, amplamente fundamentada nos autores clássicos da filosofia e teologia cristã, Vieira não fica livre de começar a colecionar inimigos na corte portuguesa e na sociedade. Essa transformação social, no entendimento de Vieira, não seria radical e definitiva, mas temporária. “[...] Convencer o clero e a nobreza a pagarem impostos devido a uma dificuldade momentânea, após o que vencida, a dificuldade e mantendo sua essência, nobreza e clero voltariam a ser o que eram” (MENEZES, 2000, p. 18).

A análise de Menezes revela os impasses e os diversos conflitos vividos por Vieira pela própria limitação histórica da sociedade seiscentista. A tentativa educativa de Vieira era orientar os integrantes da sociedade para novos critérios, como, por exemplo, ser o novo nobre ou fidalgo; novo olhar sobre o dinheiro; novos critérios para a ação do Santo Ofício, entre outros. A análise exigida pelos novos tempos e a necessidade histórica por que o reino

estava passando constituem elemento chave de Menezes para o decorrer da nossa pesquisa e que utilizaremos a seguir.

As representações como mediações educativas, sob o nosso ponto de vista, foi uma ferramenta de intervenção, utilizada largamente por Vieira. O aspecto econômico foi realmente um problema enfrentado, não somente por Vieira, mas por aqueles que estavam envolvidos na restauração de Portugal. Vieira tratou desse aspecto nos sermões, cartas e documentos escritos com um sentido pedagógico, algumas vezes obteve “vitórias” parciais em suas teses econômicas, diante de Dom João IV, em outras vezes somente contribuiu para chamar atenção para tal aspecto para o bom sucesso de Portugal e da América portuguesa.

Nesse sentido, defendemos que as representações usadas por Vieira conseguem responder às suas multifaces como ser humano em atividade (ação contínua), envolvida nos aspectos como o religioso, econômico, social, político e pedagógico, entre outros, durante o período da restauração de Portugal.

1.2.3 João Adolfo Hansen²⁸, olhar das representações nas letras

O olhar de João Adolfo Hansen sobre Vieira é o das letras no seu tempo, visto que o conceito de literatura²⁹ ainda não existia, só foi construído no século seguinte ao de Vieira, no século XVIII. Seus estudos sobre Vieira tiveram início a partir da tese de doutorado sobre Gregório de Matos e Guerra.

²⁸Nasceu em 1942 no Estado de São Paulo, graduado em Letras, mestrado e doutorado em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo, com a tese intitulada: *Sátira e o Engenho*, no ano de 1988 e publicada no ano seguinte. Professor titular na mesma Universidade. É considerado o maior especialista em Literatura do Brasil colonial do século XVII, especialmente Padre Antônio Vieira e Gregório de Matos e Guerra. Vencedor do prêmio Jabuti na categoria Ensaio em 1990. Coordenou a publicação das Cartas e Sermões do Padre Antônio Vieira. Membro da equipe que organizou a Obra completa do Padre Antônio Vieira em 30 volumes, sob a direção de Jose Eduardo Franco e Pedro Calafate (2015). Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4780068H3>>. Acesso em: 8 maio 2017.

²⁹No século XVII se falava em “belas letras” e até a primeira metade do século XVIII, para indicar o que hoje se chama “literatura”, falava-se em eloquência, poesia, verso. Em 1773, os monges beneditinos de Saint-Maur iniciaram a publicação da História Literária da França. Nesse livro, o adjetivo “literário” significava o estudo “[...] da origem e do progresso, da decadência e da recuperação da ciência entre os gauleses e os franceses” (AGUIAR E SILVA, 1997, p. 3). (http://www.cesadufs.com.br/ORBI/public/uploadCatalogo/16235_715102012_Teoria_da_Literatura_I_Aula_2.pdf). Acesso em: 9 maio 2017).

Para estudar as poesias de Gregório de Matos tive que criar uma linha de pesquisa: práticas de representação no século XVI, XVII e XVIII, sobre os sistemas de representação utilizados no Brasil colonial na produção dos discursos até a expulsão dos Jesuítas, por Pombal. Com objetivo de passar fora das classificações dedutivas, idealistas das nossas histórias literárias, que classificam o tempo com uma linha evolutiva: clássica, maneirista, barroca, neoclássico e romântica. Quando nós vamos à materialidade das práticas de produção das coisas, as práticas são mais complexas e complicadas (HANSEN, 2008, p.10).

Os estudos de Hansen eram sobre os tratados teológicos e políticos, ensinados em Coimbra e no Brasil, nos séculos XVII e XVIII, pelos jesuítas até a sua expulsão em 1759, pelo primeiro ministro do rei D. José I, o Marquês de Pombal. Isso o levou a formular hipóteses sobre definições de pessoas, valores e discursos em tais tratados. Os estudos sobre Vieira surgem como decorrência das pesquisas, ou seja, como complementares ao estudo principal, mas não deixam de ser um trabalho sério e muito rigoroso com as categorias utilizadas.

Como resultado das suas pesquisas, Hansen desenvolve algumas categorias de análises e faz críticas sobre alguns olhares da literatura sobre o pensamento de Vieira. Tais categorias são o tempo, agudeza, engenho na invenção conceitual e, por fim, a mais importante, a representação. A crítica mais importante, sob o nosso ponto de vista, é o uso do termo barroco como anacronismo.

A categoria de tempo possibilitou a Vieira escrever uma obra com um título paradoxal e interessantíssimo para o século XVII, a História do futuro, que começou a redigir em 1649 e que se subordina substancialmente à categoria de representação.

Em Antônio Vieira, o tempo subordina a natureza e a história a si como figuras ou alegorias do divino porque é tempo teologicamente qualificado. É estranha à obra do Padre a ideia iluminista, produzida na segunda metade do século 18, de que a história é o processo apenas humano que subordina o tempo, quantitativamente, como o contínuo de superações progressistas rumo à realização final da razão num futuro utópico (HANSEN, 2015, p.1).

Já a categoria da agudeza é adotada por Hansen mantendo o seu significado original da Retórica (1410 b), de Aristóteles. “Agudas, pois, são expressões do pensamento que permitem um aprendizado rápido” (HANSEN, 2015, p.1). As agudezas nos discursos são formas que conduzem às representações, feitas por Vieira, de forma magistral. Junto com esta categoria, outra também muito importante é desenvolvida por Hansen, trata-se do engenho intelectual nos discursos nos aspectos teológico-políticos.

Para Vieira, Deus existe. A existência faz com que Deus esteja sempre presente em todas as suas ações, na natureza, nas coisas físicas, inclusive na linguagem utilizada nos sermões, livros, cartas e tempo. Em todos os discursos e ações, Vieira teve presente o conceito de representação divina diante de tudo, indistintamente. Segundo Hansen, há o pressuposto: “porque Deus existe que tudo é permitido, sai de baixo, Vieira é uma máquina de guerra”. Esta máquina é visível porque Vieira corresponde fielmente ao padrão determinado pela Companhia de Jesus e pelo Concílio de Trento para as ações missionárias dos seus integrantes.

A categoria da representação é utilizada na sociedade luso-brasileira do século XVII, segundo Hansen, como uma forma específica de identidade numa posição subordinada no corpo místico do Império Português. Especificamente, a representação é entendida por Hansen da seguinte forma, apesar de não priorizar claramente uma dentre as quatro classificadas:

Por ‘representação’, no caso, entendo quatro coisas: 1. O uso particular, em situação, de signos no lugar de outra coisa. Nas representações luso-brasileiras do século XVII, os signos são recortados em uma matéria qualquer como imagens de conceitos produzidos na substância espiritual da alma participada pela substância metafísica de Deus. 2. A aparência ou a presença da coisa ausente produzida na substituição. 3. A forma retórica poética da presença da ausência. 4. A posição hierárquica encenada na forma como tensão e conflito de representações (HANSEN, 2001, p.11).

Apesar de termos uma compreensão diferente das *representações* apresentadas por Hansen, reconhecemos a grandeza e o rigor dos seus trabalhos sobre os sistemas de representação para a compreensão das contribuições de Vieira na cultura luso-brasileira no século XVII. A nossa compreensão sobre o termo *representação* ultrapassa “a aparência ou a presença da coisa ausente produzida pela substituição”, conforme aparece no fragmento acima, ou nos seus demais entendimentos. A nossa compreensão é de que a *representação* é resultado de um processo dialético entre *presença* e *ausência*, ou seja, cada *presença* já traz em si a *ausência*, e vice-versa, tornando possível, a partir daí, a *representação*. Mesmo tendo uma compreensão diferente de Hansen, faremos uso de alguns dos seus entendimentos sobre a representação no decorrer da pesquisa.

Por fim, merece destaque a crítica de Hansen à noção estilística de “barroco” para classificar e unificar as representações no século XVII, utilizada na história da literatura luso-brasileira. Essa noção estilística generalizante é utilizada a partir de usos dedutivos

racionais de classificação não críticos e sem fundamentação documental. Segundo Hansen, a superficialidade do termo consiste no fato de que

O ‘barroco’ nunca existiu historicamente no tempo classificado pelo termo, pois ‘barroco’ é Heinrich Wölfflin e os usos de Wölfflin. Melhor dizendo, a noção só passou a existir formulada *positivamente*, em 1888, na obra admirável de Wölfflin, *Renascimento e Barroco*, como categoria neokantiana apriorística em um esquema ou morfologia de cinco pares de oposições de ‘clássico’ e ‘barroco’ aplicados dedutivamente para apresentar alguns estilos de algumas artes plásticas dos séculos XVI e XVII. Antes de Wölfflin, em 1855, iniciando o crescente interesse pela noção, Jacob Burckhardt havia proposto que o *Barockstyl* era um ‘dialecto selvagem’ da linguagem renascentista. Riegl falou de ‘tátil’ e ‘visual’. E, na crítica ao filisteísmo alemão, Nietzsche afirmava que falar mal do ‘barroco’ era uma atitude de pedantes. Wölfflin retomou a noção, nos *Princípios fundamentais da história da arte*, de 1915, como categoria de uma *Kunstwissenschaft*, uma ciência da arte (HANSEN, 2001, p. 3).

Para Hansen, Vieira não tinha noção alguma do que era “barroco”. Essa concepção de movimento não tinha surgido ainda e o que Vieira conhecia era o termo “barroco” como pérola defeituosa, sem o significado atribuído nos séculos seguintes e que entendemos hoje.

A identificação de ficção e história tem consequências políticas graves e já foi suficientemente questionada. Em usos historiográficos, a aplicação de categorias iluministas e pós-iluministas às representações luso-brasileiras do século XVII é evidentemente anacrônica, supondo-se a irreduzibilidade da diferença histórica das práticas substancialistas de uma monarquia católica absolutista aos esquemas teleológicos e ilustrados da república que todos, suponho, desejamos democrática também quando é república das letras. Críticas às vezes engenhosas. Recentemente, identificando ‘barroco’ com ‘curva’, um crítico do Rio escreveu que as pernas de Garrincha eram ‘barrocas’. [...] ‘O barroco’ entendido nos termos de Wölfflin, também chamado de ‘barroco histórico’, ou seja, as ruínas do século XVII. Por sua vez, ‘barroco histórico’ parece significar duas coisas: a primeira, que houve algo efetivamente histórico, como ‘o barroco’, na chave de Wölfflin; a segunda, que há ‘barrocos’ que não são históricos. Assim, por vezes o termo ‘barroco’ de ‘neobarroco’ também significa uma estrutura intemporal, ‘O Barroco’, entendida segundo a metafísica de D’Ors. Lembrando-se que ‘barroco’ é uma invenção neokantiana e positivista do século XIX e que o século XVII não foi ‘barroco’, o termo ‘neobarroco’, como ‘novo barroco’, também significa —em todos os casos— o futuro de um pretérito que não houve ou pelo menos o futuro do neokantismo de Wölfflin como um neo-neokantismo (HANSEN, 2001, p. 6).

Não entrando no mérito dessa crítica da classificação da história da literatura no Brasil, essa análise de Hansen é importante para que o nosso olhar seja crítico para

evitarmos, o máximo possível, generalizações e anacronismos, que estão ora nos fazendo sombras, ora nos colocando no “fio da navalha” nas análises dos fatos e interpretações que pesquisaremos, ou seja, para não sermos mais um a fazer análises reducionistas que dificultam a compreensão das verdadeiras práticas pedagógicas do padre Antônio Vieira.

1.2.4 Alcir Pécora³⁰, olhar das letras: sacramento

Alcir Pécora defende a tese de que, desde os primeiros sermões de Vieira até o último, existe um tópico recorrente, que é o sacramento, ou seja, há uma unidade teológico-retórico-política dos sermões. “O autor afirma que essa unidade se manifesta na pregação em seu ‘modo sacramental’, sendo o pregador aquele que, em sua fala, reflete a realidade para o outro, mostrando sua dimensão e significado enquanto sinal efetivo de Deus que precisa ser desvelado” (MASSIMI, 2012, p. 163). E não há contradições na atividade de Vieira, mas um Vieira multifacetado pela natureza da matriz sacramental da Igreja Católica, como técnica para produzir discursos pela presença do divino para mover o auditório naquela realidade:

Contrariamente à ideia de um Vieira contraditório, penso que a sua pregação ordena-se sistematicamente segundo uma matriz sacramental, entendida como uma técnica de produção discursiva do que se supõe ser uma ocasião favorável à manifestação da *presença* divina, cuja latência nas palavras do pregador considera-se decisiva para mover o auditório. Movê-lo, aqui, significa basicamente, em termos individuais, reorientá-lo na direção das finalidades cristãs inscritas na natureza divinamente criada; em termos de ação coletiva e institucional, implica dizer que o sermão deve estar apto a formular hipóteses para uma política pragmática e legítima a ser conduzida pelos Estados católicos na história. Nessa perspectiva, não é verossímil postular, como se costuma, haver contradição em Vieira porque ele contempla ou confunde ostensivamente aspectos temporais e espirituais, seja em sua atuação missionária, seja em sua pregação da doutrina cristã. Para o jesuíta, no âmbito da história, aspectos temporais e espirituais, na medida em que são efeitos que, em última instância,

³⁰Antônio Alcir Bernardez Pécora nasceu em 1954, no Estado de São Paulo, possui mestrado em Teoria Literária, pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada, pela Universidade Estadual da São Paulo (USP), tese: “Teatro do Sacramento. A unidade teológico-político-retórica nos sermões de Vieira”, publicada em 1995. É professor titular da área de Teoria Literária, no Departamento de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). A partir da tese de doutoramento vários livros e artigos foram publicados sobre o Padre Antônio Vieira no Brasil e em Portugal. Muitos teóricos da literatura e historiadores consideram Pécora um dos maiores especialistas, se não o maior em Antônio Vieira <http://buscatextual.cnpq.br/busca_textual/viusualizacv.do?id=K4780087H2>. Acesso em: 15 maio 2017.

reportam-se a Deus, não podem ter completa autonomia de ser em relação ao outro. Da mesma maneira, nenhum desses aspectos pode ser absoluto na determinação do gênero do sermão, que contempla justamente a descoberta da articulação entre ambos (PÉCORA, 2003, p. 83).

A tese do *theatrum sacrum* constitui a unidade teológico-retórico-política, além de ser um *theatrum* hierárquico e imperial no sentido de defesa e manutenção da estrutura social vigente. Pécora apresenta um Vieira no aspecto teológico, faz uso de analogias e metáforas com muita inteligência e fundamentadas nas escrituras, com especial destaque para os profetas e os doutores consagrados pela hierarquia da Igreja Católica. E um Vieira retórico, que usa a inteligência com lógica, engenhosidade e agudeza, e é político à medida que sua ação tem a clareza dos elementos que representa: o reino, a Igreja Católica, a Companhia de Jesus e os fundamentos do cristianismo.

Pécora não apresenta um Vieira dividido, mas como uma unidade formando um conjunto indissociável como vontade, inteligência, engenhosidade e ação. Com isso, Pécora faz uma crítica às diversas visões de Vieira: anacrônico, escravista, barroco, político, culpado, defensor dos indígenas, maquiavélico, contraditório, marxista, não marxista, conceptista, sofista, entre outras.

Além de mostrar que há uma unidade pelos sacramentos que perpassa toda a longa existência produtiva intelectual e prática de Vieira, Pécora chama a atenção para as análises ineficazes, incorretas e inócuas, feitas por aqueles que ignoram as propriedades teológico-retórico-políticas. Esse fundamento é identificado no Sermão da Sexagésima, pregado em 1655: “a palavra de Deus, como dizia, é tão poderosa e tão eficaz [...]. Mas se as palavras dos pregadores não são palavras de Deus, que muitos que não tenham a eficácia e os efeitos da palavra de Deus?”. Esse critério apontado por Vieira, era uma preocupação presente nos seus sermões para determinar se a ação ou atividade do cristão é correto ou não e, sendo incorreto, é falso testemunho, sob o ponto de vista da comunicação divina.

Para Vieira, a base articulada de sentido e eficácia dos sermões é dada por sua impregnação do divino, vale dizer, para nomear logo o que julgo essencial, por sua sacramentalidade. Nessa perspectiva, não apenas seria inócuo considerar a qualidade de seus textos fora de sua propriedade retórico político, como ainda mais, não seria possível caracterizar corretamente uma e outra isentando-as de seu peso teológico e, com ele, de seu vetor teleológico. [...] Nesse caso, pensando segundo os termos condicionantes da produção de Vieira, a falta de eficácia de um sermão seria índice certo da distância infeliz entre ele e a verdade mantida pela comunicação divina. Um sermão que fracassa não é apenas uma questão

de engano retórico, mas de erro teológico e de fé: ‘um falso testemunho’ (PÉCORA, 2008, p. 35).

O *sacramento* é o elemento que unifica e perpassa toda a sua atividade como padre jesuíta integrante ativo na união mística do Império Português e também serve para orientar pedagogicamente o seu público em direção “[...] à perfeição da vida cristã, dos exemplos das vidas dos santos, da conveniência política da religião, do desejo humano, e, ainda, da manifestação encoberta da divindade” (PÉCORA, 2008, p. 50). Outro elemento importante na sua tese é que Pécora demonstra o fracasso em fazer demarcações nos sermões e a necessidade de se investigar com abrangência e de forma coesa sua obra.

Ou seja, ainda é preciso reconhecer a grande distância a que se está de uma visada que seja, ao mesmo tempo, coesa, abrangente e pertinente da obra de Antônio Vieira – ou mesmo de parte dessa obra, como é o caso dos sermões -, no sentido de detectar a recorrência complexa e sistemática de alguns de seus elementos essenciais em uma representação articulatória de base. Tem-se tentado, muitas vezes, demarcar sermões mais doutrinários, sermões mais políticos, sermões mais proféticos, mas houve pouca tentativa realmente séria de investigar em que medida as questões doutrinárias incorporavam essas dimensões, a meu ver, inalienáveis entre si, no interior de um movimento axial privilegiado (PÉCORA, 2008, p. 60).

Esse caminho a ser percorrido, apontado no fragmento, é um encorajamento para todos que compreendem a importância de se avançar nas pesquisas sobre os sermões. Primeiro, pela abrangência de sua temática que perpassa por várias vezes toda a temática do ano litúrgico da Igreja Católica, além dos temas de datas comemorativas e eventos sociais e políticos da sociedade em questão. Segundo, pela atualidade e profundidade do olhar refinado e crítico de Antônio Vieira, que ainda é desconhecido não somente no campo da educação, como em outras áreas como psicologia, política, economia, astronomia, entre outras.

Mesmo tendo ressalvas à tese defendida por Alcir Pécora, faremos uso de muitos elementos da sua pesquisa sobre o tema do teatro do sacramento em Vieira, visto que a nossa pesquisa necessita de compreensões dos usos das *representações* na educação nos sermões do Padre Antônio Vieira e, para isso, requer apropriações das contribuições de todos os pesquisadores e especialistas sérios do pensamento deste. As nossas ressalvas estão no fato de que o uso das *representações* como mediações educativas de Vieira ultrapassa essa tese, ou seja, vai além de simplesmente dar uma resposta aos leitores que fazem uma leitura

fracionada dos sermões e da figura de seu autor. Portanto, a nossa tese, sob o nosso ponto de vista, é mais abrangente.

A presente unidade cumpriu a sua finalidade, dar um brevíssimo panorama sobre a biografia e algumas atividades multifacetadas das atividades políticas, econômicas, religiosas, missionárias e educativas ao longo da vida do Padre Antônio Vieira. E os diversos olhares dos pesquisadores brasileiros extremamente refinados sobre o pensamento de Vieira trazem um enriquecimento muito importante para a pesquisa.

2 A PRESENÇA DE VIEIRA NA RESTAURAÇÃO PORTUGUESA E NA AMÉRICA PORTUGUESA

O objeto dessa seção é demonstrar como Vieira se fez presente no processo de legitimação da restauração de Portugal perante as cortes europeias e na Corte portuguesa. Além disso, apresentaremos alguns usos das *representações* educativas a partir dos sermões pregados na Capela Real em Lisboa.

Apresentaremos alguns condicionamentos históricos sob à luz das reflexões de Norbert Elias (1897-1991), a partir da sua obra **A Sociedade de Corte**. Esses condicionantes históricos ajudam a compreender algumas dificuldades de Vieira em ver implantadas as suas propostas tanto na política, quanto na economia do Império Português.

2.1 A PRESENÇA/AUSÊNCIA: RESTAURAÇÃO DE PORTUGAL

A inserção de Vieira nos mais variados problemas do século XVII pode ser medida pela entrega à sua missão como membro ativo da Igreja Católica e integrante da Companhia de Jesus, demonstrando isso na busca diária e incessante pelo conhecimento total, como ele mesmo relata ao Santo Ofício no seu processo inquisitorial, em 1667.

[...] Que quero saber mais que os padres e doutores antigos [...] ensinaram os pilotos portugueses ao mundo, sem saberem ler nem escrever, o que não alcançou Aristóteles, nem S. Agostinho, pela diferença dos tempos; e sendo os tempos, como confessam os mesmos padres, o melhor intérprete (VIEIRA, 2015, t. III, v. IV, p. 439).

Essa busca pelo conhecimento para superar os Padres da Igreja e os doutores antigos fez com que Vieira acompanhasse o tempo todo a produção intelectual da Igreja Católica e da intelectualidade europeia, inclusive a produção nos campos da política, filosofia, astronomia e demais áreas conhecidas. Essa confissão de Vieira se confirma nos diversos sermões pregados e escritos dos mais variados temas religiosos e não religiosos. O seu relato possibilita entender que essa visão abrangente do conhecimento começou no Colégio da Bahia e permaneceria durante toda a sua longa vida, tornando Vieira um ser completo, no enfrentamento dos mais diversos conflitos exigidos pela modernidade, não somente na corte

portuguesa, como nas demais da Europa que ele visitava e dialogava com seus integrantes como diplomata.

Em Portugal continuei os mesmos estudos, com a aplicação que todos sabem, sendo mais morador da livraria, que da cela; não prejudicando em nada aos ditos estudos as peregrinações de Holanda, França, Inglaterra e Itália, onde fui enviado por sua majestade, porque sobre a notícia que tinha muito universal dos livros, sendo sempre bibliotecário em todos os colégios, pude ver as melhores livrarias do mundo, e tratar os homens mais doutos, e consultá-los no estudo primeiro, e estudar todo o gênero de controvérsia, nem só na paz, senão com as armas na mão, ajudando-me, não pouco, o mesmo conhecimento das terras e mares, para a exata cosmografia e inteligência da história profana, eclesiástica e sagrada, para a qual também me apliquei muito à cronologia dos tempos (VIEIRA, 2015, t. III, v. IV, p. 439).

Vieira chegou à corte portuguesa, como visto na seção anterior, logo no ano seguinte ao golpe da nobreza na União Ibérica (1560-1640), encabeçada pelo duque de Bragança, futuro D. João IV, em dezembro de 1640. No ano seguinte ao primeiro encontro com o rei, em 1642, por sua fama de pregador no Brasil, Vieira foi convidado a pregar na Capela Real e enfrentou pela primeira vez os opositores da Restauração: alguns membros da nobreza, uma parte do clero, dentre estes, os representantes do Santo Ofício, e parte do povo, que ainda não estava convencido da restauração e tinha alguns laços de fidelidade aos Habsburgos. Ao entrar em relação, e às vezes relação de confronto com esses grupos de forma direta e indireta, de forma explícita e sutil, mas principalmente de forma discreta³¹, Vieira também se tornou um participante de algumas atividades da corte, pois “[...] os seres humanos individuais ligam-se uns aos outros numa pluralidade, isto é, numa sociedade” (ELIAS, 1994, p. 8).

Essa ligação entre indivíduo e sociedade, no caso da sociedade de corte, merece ser observada com cuidado, visto que relações estabelecidas no primeiro momento são simplesmente de inserção e, depois, de interação, interferência e interdependência. A interdependência gera conflitos de amor e ódio, visíveis e invisíveis, e muitos desses

³¹Ser discreto na cultura portuguesa colonial é um dos comportamentos em fazer-se de pessoa simples sem conhecimento e riquezas ou desprovido de cabedais, para não ser percebido pelo mundo dos olhares pouco refinados, mas no momento oportuno, se houver necessidade, apresenta as suas credenciais de muitos conhecimentos para ser respeitado. Muito saber pode levar à morte. Isso possibilita fugir das invejas e despertar nos outros as paixões. “Por isso Sêneca conclui que arrependido do primeiro instituto da sua vida, e de se ter mostrado ao mundo” (VIEIRA, 2015, t. II, v. III, p. 295).

conflitos ficam latentes, mas em determinado momento afloram de forma visível. De pronto, Vieira apresenta seu cabedal intelectual, político e retórico, manifestado por meio dos sermões, pela sua clareza e postura em defesa explícita da restauração que aparece logo na primeira pregação na Capela Real. “[...] Principais obrigações, que tem um o verdadeiro pregador Evangélico, é ensinar a seu, digo, pregar a seus ouvintes” (VIEIRA, 2015, t. III, v. IV, p. 401). Esse fragmento, revela o entendimento de Vieira da função e da responsabilidade pedagógica dos sermões. A pregação, ou atividade pedagógica, é a forma mais utilizada por Vieira para instruir os seus ouvintes na corte.

Antes de ser convidado para ser pregador régio de dom João IV, na Capela Real em Lisboa, em janeiro de 1642, no **Sermão dos Bons Anos**, Vieira manifesta a sua posição explícita em defesa da restauração encabeçada pelo rei. “[...] Que o bem da Fé Católica deseja, que a Monarquia de Portugal há mister, e que eu hoje quisera prometer, e ainda assegurar” (VIEIRA, 2015, t. II, v. XVIII, p. 96). Aqui ele começa a fazer o primeiro uso das *representações* de forma educativa, esclarecendo o sentido dos termos utilizados. O termo assegurar aqui tem como sentido ter como certo, diferentemente do desejar um bom ano, ou seja, Vieira está absolutamente convencido da luta pela legitimação e sucesso da restauração portuguesa. A essa luta do rei dom João IV e outros na corte Vieira se incorporava com todas as suas forças e inteligência. Esse sermão foi o primeiro sinal de clareza da *presença* da restauração no entendimento de Vieira. No decorrer dos enfrentamentos essa clareza foi se ampliando e tornando-se necessária para o reino e para Portugal.

Nesse sermão na Capela Real, Vieira teve como público os integrantes da corte a favor e contra o novo monarca, membros do Santo Ofício a favor e contra, parte do povo a favor e contra e, especialmente, com *presença* de D. João IV, conforme relata o próprio Vieira: “E, por grandes ocupações que tivesse, nunca perdeu sermão na capela, nem deixou de ouvir missa, e Vésperas cantadas em todos os dias santos. [...] E não se assentava senão no chão” (VIEIRA, 1957, v. XXIV, p. 224). Fica claro que Vieira tinha ciência do jogo de poder na corte. Todos que tinham alguma dúvida sobre a postura de Vieira em relação ao novo governo do império português então já não tinham mais, e os adversários já podiam identificá-lo com clareza. Além do mais, Vieira respondia às primeiras calúnias enfrentadas, vindas dos seus inimigos, das suas posições passadas em defesa do governo anterior. “Mas vejo que estão caluniando, e arguindo, porque não provei o que prometi. Prometi fazer neste Sermão um juízo dos anos que vêm, e eu não fiz mais que referir os sucessos dos anos passados” (VIEIRA, 2015, t. II, v. XIII, p.113). A partir disso, os sermões seriam sempre

instrumento de convencimento e orientação a favor da restauração e da educação para a evangelização.

No entendimento de Vieira, a diferença entre desejar bons anos e assegurar os bons anos demonstra claramente as posições políticas dele e dos adversários ali sentados e em pé. E, também mostra a importância do mediador para os ouvintes.

Em todo tempo é dificultosa coisa assegurar anos felizes; mas muito mais em tempo de guerras, e em tempo de felicidades. Se o dia dos bens é véspera dos males [...]. Se a campanha é uma mesa de jogo onde se ganha, e se perde (VIEIRA, 2015, t. II, v. XIII, p. 96).

Essa separação mostra bem como era o ambiente da corte que dava sinais de *ausências* já percebido por Vieira. Desejar bons anos uns aos outros e, de modo especial, ao rei, claramente se fazia por uma questão de etiqueta, não por convicção. Na realidade, muitos estavam ali acompanhando o rei a contragosto.

[...] Os parâmetros da etiqueta, esta passou a ser mantida apenas pela competição dos indivíduos envolvidos em tal dinâmica, privilegiados por ela e compreensivelmente preocupados em preservar cada um dos seus pequenos privilégios e o poder que eles conferiam. Era algo que se reproduzia como um espectro sem conteúdo, autônomo, assim como se reproduziria uma economia completamente desprovida de propósito (ELIAS, 2001, p. 103).

Em outro aspecto, esse mesmo sermão merece a nossa atenção, pois Vieira toca nas crenças das pessoas na nova monarquia. “Por duas razões se persuadem mal os homens a crer algumas coisas, ou por muito dificultosas, ou por muito desejadas: o desejo e a dificuldade fazem as coisas pouco críveis” (VIEIRA, 2015, t. II, v. XIII, p. 100). No caso de Portugal, a restauração foi muito mais dificultosa do que desejada, tanto que demorou 60 anos e os portugueses souberam esperar, segundo Vieira. A busca pelo convencimento dos que não acreditavam no sucesso da mesma e, ao mesmo tempo, o fortalecimento da crença daqueles que acreditavam, como Vieira, na Bíblia e nas profecias dos portugueses, neste caso, específico frei Gil de Santarém (1190?-1265). Quanto maior a dificuldade³², maior a crença. Os fundamentos religiosos e bíblicos constituíam os mais fortes argumentos

³²As dificuldades apareceram nas diversas revoltas contra as altas taxas os tributos do governo filipino espanhol, por exemplo: o manifesto dos vereadores de Évora em 1637 e outros princípios de rebelião popular, que no caso foi violentamente reprimida pelo Conde-duque de Olivares (VIEIRA, 2015, t. II, v. XVIII, p. 106).

possíveis para aquela sociedade de corte e extremamente religiosa, demonstrando que a restauração ocorreu no seu tempo. A conjuntura de guerra em que a Espanha estava envolvida em 1640 fez com que aquele momento fosse favorável, ou seja, a Espanha estava de mãos atadas, como reafirmava Vieira.

Evidentemente, apesar de todos os argumentos favoráveis, permaneciam as desconfianças no novo reinado português, ainda não era possível mudar o comportamento dos contrários, visto que cada um ali presente estava defendendo os seus interesses.

2.2 A PRESENÇA/AUSÊNCIA DE VIEIRA E A IGUALDADE NOS TRIBUTOS NA RESTAURAÇÃO

Ainda nesse mesmo ano, Vieira tenta interferir no governo de dom João IV, de modo mais específico nas finanças do reino português. Isso aconteceu por meio do **Sermão de Santo Antônio**, no dia 14 de setembro 1642, na véspera da reunião das cortes, com a presença do rei e das cortes convocadas para serem ouvidas por ele. Conforme bem destacou Menezes (2000, p. 13): “Perante a escassez de recursos, a monarquia portuguesa convoca as cortes a se reunirem e coloca em pauta a necessidade do aumento da tributação”. A reunião das cortes era uma forma de governo utilizada por dom João IV e, diferente do governo anterior, eram os procuradores das cidades do reino: “[...] São Cidades pelo poder, são Cidades pela representação; e assim dizemos que vêm as Cortes às Cidades do Reino, e não vêm elas senão seus Procuradores. E como os Procuradores de Cortes são Cidades por essa maneira” (VIEIRA, 2015, t. II, v. X, p. 98).

Essa foi a segunda vez em que Vieira fez uso das *representações*, de forma bem didática para mudar o comportamento de parte dos seus ouvintes, revelando claramente o seu entendimento sobre as mesmas, ou seja, substituir ou colocar um conceito no lugar de algo que está *ausente* e torná-lo claramente *presente* aos olhos e entendimento de todos aqueles que estavam ali naquele momento.

Nesse sermão o tema central era a conservação do reino, tendo por base os tributos. Os tributos, fixados anteriormente, não eram suficientes para a manutenção do reino e, por isso, Vieira propõe uma revisão da tributação e não um aumento. Para fazer a revisão tributária, precisava convencer os procuradores, e os argumentos eram utilizados da seguinte forma:

As qualidades, que constituem um perfeito Procurador de Cortes, são duas: ser fiel, e ser estadista. [...] O sal é remédio da corrupção, mas remédio preservativo: não remedeia o que se perdeu, mas conserva o que se pudera perder; que é o que temos necessidade (VIEIRA, 2015, t. II, v. X, p. 100).

Vieira convocava os procuradores a decidirem, no dia seguinte, com qualidade, para serem sal, no sentido de conservar o reino, assim como o sal conserva os alimentos quando eles estão bons, ou seja, os procuradores deveriam fazer a diferença dando qualidade como o sal que conserva e dá sabor aos alimentos. Isso aconteceria se todos estivessem pensando no bem do reino, sendo fiéis aos interesses de todos os portugueses.

A tese tributária, defendida por Vieira, depois de uma longa introdução, fundamentada nos princípios bíblicos, é a seguinte: “Se queremos que sejam leves, se queremos que sejam suaves, repartam por todos. Não tributo há mais pesado que a morte, contudo todos pagam, e ninguém se queixa; porque é tributo de todos” (VIEIRA, 2015, t. II, v. X, p. 106).

Vieira ainda cita o pensamento de um político, Cassiodoro: “Porque ninguém toma pesadamente o peso, que se lhe distribuiu com igualdade” (VIEIRA, 2015, t. II, v. X, p. 106). Isso porque naquela época só o povo pagava impostos, como bem lembra o próprio Vieira: “Quem compõe os três estados do Reino é a desigualdade das pessoas. Pois como se hão de igualar os três estados, se são estados porque são desiguais?” (VIEIRA, 2015, t. II, v. X, p. 107). Nesse texto, aparece uma visão moderna sobre a justificativa do pagamento dos tributos, algo que só seria fortalecido nas teorias políticas econômicas burguesas, consolidadas nos séculos seguintes ao de Vieira. Além disso, segundo Menezes (2000, p. 14), Vieira propõe subversão jurídica da sociedade: “Convém ressaltar ainda que a desigualdade entre os homens não é para Vieira natural, é ‘social’”.

O estado Eclesiástico deixe de ser o que é por imunidade, e anime-se a assistir com o que não deve. O estado da Nobreza deixe de ser o que é por privilégios, e alente-se a concorrer com o que não usa. O estado do Povo deixe de ser o que é por possibilidade, e esforce-se a contribuir com o que poder: desta maneira deixando cada um de ser o que foi, alcançarão todos juntos a ser o que devem; sendo esta concorde união dos três elementos eficaz conservadora do quarto. *Vos estis sal terrae* [Vós sois o sal da terra] (VIEIRA, 2015, t. II, v. X, p. 109).

Esse quarto elemento é o sal, produto transformado da união do ar, água e fogo. Ao comparar os três estados ao sal, Vieira classifica cada um dos três estados representando os

seguintes elementos: o ar, a nobreza; a água, o povo; e o fogo, o eclesiástico. Para que haja igualdade nos pagamentos dos tributos, cada estado deve deixar de ser aquilo que em essência lhe é próprio. Vieira justifica a existência de cada um e dos seus direitos sociais adquiridos: no estado eclesiástico as pessoas são isentas pelo direito divino e porque receberam do reino os bens e recursos nos anos anteriores. Agora é hora de disponibilizar temporariamente ao reino pelo fato de estar em tempos de guerra. Os templos religiosos são armazéns para serem socorridos em tempos de socorros. “Deixe Pedro, por representação de ser o que é, e torne por representação a ser o que foi; deixe de ser Eclesiástico, e torne a ser Pescador; e então pague por obrigação do ofício o que não deve pagar por privilégio da dignidade” (VIEIRA, 2015, t. II, v. X, p. 110).

No estado de nobreza as pessoas também são isentas de pagar tributos, Vieira utiliza como argumentação a fundamentação bíblica para demonstrar o direito divino: “[...] porque as comendas, e rendas da Coroa, os fidalgos deste Reino são o que as logram, e lograram sempre; e é justo que os que se sustentam dos bens da Coroa não falem à mesma Coroa com seus próprios bens” (VIEIRA, 2015, t. II, v. X, p. 114).

Outro argumento, agora de ordem lógica política, utilizado por Vieira, foi o fato de que a nobreza foi quem deu o golpe, colocando d. João IV no poder: “[...] A Nobreza de Portugal deve servir com sua fazenda a El-Rei nosso Senhor, que Deus guarde, mais que nenhuma outra Nobreza a outro Rei, é porque ela o fez” (VIEIRA, 2015, t. II, v. X, p.115).

Por fim, o terceiro estado que sempre pagou os tributos, o povo, tem a obrigação absoluta de continuar pagando. E, para tal, Vieira novamente recorre a argumentos bíblicos para legitimar os tributos, mas estabelecendo uma relação direta entre o rei e o povo. Nessa relação não seriam três estados, mas apenas dois, a nobreza e o eclesiástico. O povo é visto por ele como o Príncipe, um e o outro se confundem, tornando uma só nessa configuração social.

Não há dúvida que no corpo político de qualquer Monarquia, os pés, como parte inferior, significam o Povo. Pois se o Esposo louva o Povo da Monarquia da Igreja, com que pensamento, ou com que energia lhe chama neste louvor ‘filha de Príncipe’ [...]. E Povo que oferece com vontade, e liberalidade, não é Povo, é Príncipe (VIEIRA, 2015, t. II, v. X, p.116).

A tese de Vieira para a reorganização dos tributos, tirando os privilégios dos eclesiásticos e da nobreza, é porque, a seus olhos, seria uma injustiça se eles não pagassem os tributos naquele momento, visto que o povo era o que menos tinha condições e o único a

pagar. “Sobre os oficiais, sobre os que menos podem, caem de ordinário os tributos; não sei se por lei, se por infelicidade; e melhor é não saber porque” (VIEIRA, 2015, t. II, v. X, p.116). Essa coragem de propor a reforma tributária faz com que Vieira toque em um ponto fundamental na possibilidade de uma nova organização da sociedade portuguesa. Mesmo com uma argumentação fundamentada na religião e na lógica da razoabilidade da vida social, a aceitação da tese de Vieira era muito difícil.

Assim sendo, as propostas de Vieira extrapolam os limites da forma como estava organizada a sociedade portuguesa naquele momento histórico, pois são possíveis somente em uma nova forma de sociedade (MENEZES, 2000, p.15).

Essa nova organização da sociedade portuguesa dificilmente acontece somente a partir de um golpe de Estado, como foi o novo governo de dom João IV.

As preocupações de Vieira não eram com uma nova organização social ou com a exploração do povo, o terceiro estado, mas em conservar o reino naquele momento histórico. Por isso, a sua tese de reorganização tributária era temporária, para aquele momento somente, depois tudo voltaria a ser como era antes. “Deixem todos de ser o que eram, para se fazerem o que devem; desfaçam-se todos como devem, tornarão a ser o que eram” (VIEIRA, 2015, t. II, v. X, p.117). Para Menezes (2000, p. 18), essa visão social mostra o comprometimento de Vieira com a organização de sociedade antiga, a sociedade medieval.

Vieira parece pregar o conformismo como norma de conduta social; assim como os animais, os homens devem se contentar em ser aquilo que são. Nada impede que se transformem. O limite desta transformação, todavia, é o ‘estado’ em que nasceram.

A tese de Vieira, por mais que seja de manutenção da ordem social como estava, apresenta a possibilidade de diminuição da carga tributária do terceiro estado. “Para ele, diminuir a carga de tributos deste segmento social significaria manter nas mãos de setores deste ‘estado’ uma quantidade maior de riquezas que poderia ser transformada em capital” (MENEZES, 2000, p. 16). Com isso, ele toca num ponto gerador de muitos conflitos sociais, modificar direitos e interesses de grupos que se opõem. Era a tese da igualdade na cobrança de tributos para os estados jurídica e politicamente desiguais, para que se tornem iguais. Por mais que os argumentos estivessem fundamentados no divino, em passagens bíblicas, com

uma explicação lógica e pedagogicamente convincente, era esperar demais a adesão desses estados com fortes amarras medievais.

As reflexões de Elias ajudam a elucidar as dificuldades de mudanças ou reformas nessa figuração na corte. As tensões sociais e diversos interesses revelam os limites a serem rompidos pelos seus integrantes, alguns só podem por uma revolução e não por reformas. Portanto, Vieira deseja mudanças que estavam aparentemente além das condições sociais objetivas.

A consciência da necessidade de uma reforma tornava-se mais urgente quanto mais forte era a pressão de grupos não-privilegiados contra as elites privilegiadas. Assim, para compreender a situação corretamente, não podemos esquecer o quanto era grande, em uma figuração como a do Ancien Regime, a distância social entre os grupos de elite privilegiados e aqueles que eles mesmos designavam como o ‘povo’, a massa dos não-privilegiados [...]. A grande maioria dos privilegiados ainda vivia em um mundo relativamente exclusivo — tanto mais hermético quanto mais elevado o seu nível. A noção de que seria possível desenvolver o país e elevar os padrões de vida do povo era estranha à maior parte desses homens. Ela não correspondia a seus valores. A conservação de sua própria existência social privilegiada continuava sendo um valor autossuficiente. O que acontecia com o grosso da população se passava bem além de seu horizonte e não interessava à maioria dos privilegiados [...]. Essa imobilização das elites privilegiadas do Ancien Regime em um *clinch*, um equilíbrio travado das tensões do qual ninguém podia se desvencilhar de maneira pacífica apesar de todas as injustiças evidentes, certamente foi uma das causas do movimento revolucionário que subverteu brutalmente o quadro legal e institucional, instalando, depois de muitas hesitações, uma estrutura de dominação com outra distribuição de poder e outro equilíbrio das tensões sociais (ELIAS, 2001, p. 213).

No ano seguinte, em 1643, Vieira é nomeado o pregador principal do reino e tenta interferir para resolver o problema econômico com outra proposta, já que a reforma tributária não foi possível. Apresenta uma nova proposta intitulada *Proposta feita a el-Rei dom João IV em que representava o miserável estado do Reino e a necessidade que tinha de admitir os homens de nação mercadores*.

Vieira percebe a fragilidade em conservar a nova monarquia portuguesa no poder, por diversos fatores, entre eles, o aspecto político. Isso se deve pelo fato de que vários estados não reconheciam a nova monarquia, e, principalmente, a estagnação sob o aspecto econômico e sem perspectiva de melhora. Sem contar a iminente ameaça do reino pelas invasões das nações inimigas.

O reino de Portugal, senhor, não melhorando do estado em que de presente vemos, parece que tem duvidosa sua conservação, porque, ou consideremos fundada no poder próprio, ou no alheio, um e outro estão prometendo pouca firmeza [...]. Os sucessos da guerra são muito vários; e como as armadas de França estão hoje vitoriosas, o podem estar amanhã as de Castela (VIEIRA, 2015, t. IV, v. II, 33).

Além desse elemento no contexto político europeu, Vieira apresenta um documento sobre as situações econômicas atuais das colônias. As perspectivas não eram boas e com possibilidade de piorar ainda mais, caso não fosse tomada uma medida ativa para aumentar o cabedal naquele momento de “paz”, pois em tempos de guerra a situação ficaria muito difícil e o comércio e as lavouras eram comprometidos.

O Brasil, que é só que sustenta o comércio e alfândegas, e chama aos poucos portos esses poucos navios de estrangeiros que neles vemos, com a desunião do Rio da Prata, não tem dinheiro; e com a falta de Angola, cedo não <terá> açúcar; porque este ano se não recolheu mais que meia safra e, nos anos seguintes, será forçosamente cada vez mais que meia safra; porque a falta de negros de Angola não se pode suprir com escravos de outra parte, por serem incapazes de aturarem o trabalho dos canaviais e engenhos, como a experiência mostra (VIEIRA, 2015, t. IV, v. II, 37).

A argumentação apresentada para sustentar a tese de Vieira parte de uma constatação: “Por todos os reinos e províncias de Europa está espalhado grande número de mercadores portugueses, homens de grossíssimos cabedais, que trazem em suas mãos a maior parte do comércio e riquezas do mundo” (VIEIRA, 2015, t. IV, v. II, p. 37).

Essa constatação possibilita estabelecer políticas de repatriação sem investimento algum por parte do novo governante português. Outro argumento convincente para estabelecer tais políticas são os desejos desses portugueses de retornar à “terrinha”.

Todos estes, pelo amor que tem a Portugal como pátria sua, e a Vossa Majestade como seu rei natural, estão desejosos de poderem tornar para este reino [...] e servirem a Vossa majestade com suas fazendas, como fazem aos reis estranhos. Se Vossa Majestade for servido de os favorecer e chamar, alentando o comércio como rei que se intitula dele, será Lisboa o maior império do mundo, crescerá brevemente todo o reino a grande opulência, e seguir-se-ão infinitas comodidades a Portugal, juntas com a primeira, e principal de todas, que é a sua conservação (VIEIRA, 2015, t. IV, v. II, p. 39).

Uma consequência importantíssima que decorre dessa política de repatriação desses portugueses espalhados pelas províncias e reinos da Europa, apresentada por Vieira, é o enfraquecimento dos financiadores das bolsas de comércio europeus e das companhias de comércio dos holandeses, que estavam tomando as colônias portuguesas espalhadas pela África, Índia e América Portuguesa. Além de enfraquecer os seus adversários e inimigos, esses portugueses repatriados, vindos da Holanda, Castela, França, Flandes, Itália, Alemanha, Veneza, Índias Ocidentais e muitos outros, tornariam o reino poderosíssimo e sua conservação facilitada:

[...] crescerão os direitos das alfândegas de maneira que eles bastem a sustentar os gastos da guerra, sem tributos nem opressão dos povos, com que cessarão clamores e descontentamentos; poder-se-ão pagar os juros, as tenças, os salários, que as rendas reais hoje não chegam, e terão os vassallos com que ir servir; pois a impossibilidade retira a muitos da campanha. Crescendo o comércio, abaterá o preço das mercadorias estrangeiras; subirão a maior valor as drogas do reino, e de nossas conquistas; crescerá a gente, que é uma grande parte do poder; estará o reino provido e abundante de mantimentos (VIEIRA, 2015, t. IV, v. II, p. 40).

Essa política de repatriação dos portugueses, que eram os chamados gente de nação, os judeus, trariam outros inúmeros benefícios ao fortalecimento e à questão fundamental naquele momento, que era a conservação do reino de D. João IV. No documento, Vieira apresenta as duas contrapartidas para atrair os judeus de volta a Portugal: primeiro, mudar o estilo (modo de proceder) do Tribunal do Santo Ofício em Portugal e

[...] o perdão que eles alcançarem do Papa acerca do passado; e para o futuro, a moderação do estilo que Sua Santidade julgar ser mais conveniente se guarde nas inquisições deste reino, como se tem feito em todos da Cristandade onde há inquisições (VIEIRA, 2015, t. IV, v. II, 42).

A implementação imediata dessa política, por sua contrapartida, passará a ser o grande obstáculo a ser superado por Vieira e pelo novo monarca, D. João IV, com a sociedade de corte portuguesa. As relações da corte impõem limitações e tensões entre os seus integrantes, numa relação de interdependências, no caso do rei para com os súditos e dos súditos para com o rei. Nesse sentido, Elias (2001) nos ajuda a compreender as dificuldades enfrentadas naquela sociedade: uma delas está naquilo que ele denomina de configurações numa complexa sociedade como a portuguesa, naquele período, visto que, nas relações de poder no interior das configurações, ninguém governa sozinho, ninguém faz tudo o que quer,

mesmo sendo um rei absolutista, não possui todo o poder que imaginamos que tivesse. “No seio das configurações mutáveis [...] há um equilíbrio flutuante e elástico e um equilíbrio de poder, que se move para diante e para trás, inclinando-se primeiro para um lado e depois para o outro” (ELIAS, 1980, p.143). O poder é compartilhado e suas relações estão condicionadas aos diversos interesses em questão, alguns explícitos e outros implícitos, impedindo determinadas ações, mesmo havendo a possibilidade de tomá-las. Ter a possibilidade de tomar determinadas ações não significa necessariamente tomá-las. A tomada de posição política acontece quando há simultaneamente interesses comuns entre os integrantes daquela configuração.

O rei dom João IV recebe a **Proposta** de Vieira, mas ainda não toma nenhuma decisão naquele momento, somente tomará a decisão de algo parecido anos depois. A partir desse momento, Vieira passa a ser o principal articulador político do reino até o final da década, homem da maior confiança do monarca. Mas levantam-se contra ele os opositores aos sefardistas dentro da corte, incluindo o Santo Ofício e alguns setores na própria Companhia de Jesus. Contudo, Vieira mantém a sua atividade política com presença de destaque e tentando interferir de forma direta no governo para a conservação da monarquia, utilizando como instrumento os sermões.

No ano seguinte, Vieira é nomeado Pregador Régio da Capela Real, título de alto prestígio na sociedade de corte e em todo o reino, que, uma vez conferido, não é retirado, a não ser por um motivo grave aos olhos do monarca. Em agosto de 1644, no **Sermão de São Roque**, pregado na Capela Real e com presença do monarca e de toda a sua corte e opositores, Vieira propõe a criação das duas Companhias Marítimas, do Ocidente e do Oriente, nos moldes do modelo holandês. Mas, como já mostrado no capítulo anterior, dom João IV só criará uma companhia cinco anos mais tarde, em 1649. Outro aspecto que nos interessa demonstrar é como Vieira faz uso das *representações* para presentificar o seu entendimento de conservação da restauração naquele momento, tentando convencer seu público a aceitar mais uma proposta, intimamente ligada à anterior.

Nesse **Sermão de São Roque**, cujo tema central é a apologia da conservação do reino, Vieira diz: “[...] folgo de fazer doutrina da ocasião. E já que São Roque veio a cair neste dia tão particular [...] hoje nos ensinará a os conservar. Roques a Reis, peças são que se ajudam” (VIEIRA, 2015, t. II, v. XI, p. 352). Vieira faz uso das *representações* de forma *comparativa* e de forma direta, objetiva como forma de argumentação para a conservação do Evangelho como documento, o santo (no caso específico São Roque) como exemplo.

Estes são os grandes modelos, paradigmas da argumentação. Os termos de *comparações* diretos e precisos são os remédios, o medo e o temor e, por fim, o amor. Todos esses argumentos *comparativos* são para justificar e convencer sobre a criação das duas Companhias Marítimas para o Comércio para o Oriente e Ocidente.

Os remédios já estão prescritos no documento, no Evangelho. “A causa Deus sabe; a conjuntura eu a direi” (VIEIRA, 2015, t. II, v. XI, p. 360). A causa é a escolha de Deus pela monarquia portuguesa, a conjuntura apresenta as dificuldades financeiras, o receio da criação das duas companhias e o temor iminente do ataque dos holandeses, franceses e espanhóis na luta para a conservação do reino. “[...] Em todo o passado, Castela e Portugal, juntos, não puderam prevalecer assim no mar, como na terra contra Holanda [...] poderá agora Portugal só permanecer, e conservar-se contra Holanda, e contra Castela?” (VIEIRA, 2015, t. II, v. XI, p. 363). E, por outro lado, havia os portugueses, integrantes da Corte, que não estavam convencidos da proposta de Vieira: “a nossa apologia contra os juízos Portugueses (se é que verdadeiramente o são) tão confiados, e bizarros, que impugnam como descrédito os que supõem a necessidades, e representam o remédio” (VIEIRA, 2015, t. II, v. XI, p. 363).

Para enfrentar os males do medo, cuja causa é a ignorância dos seus concidadãos adversários, Vieira denomina o remédio como *representação*. Se o remédio, a *representação*, for compreendido verdadeiramente, boa parte da apologia terá êxito. “Os remédios, dizem, supõem perigos, os perigos causam temores, os temores arguem desconfianças, e ânimos desconfiados nem são bens, nem são ânimos” (VIEIRA, 2015, t. II, v. XI, p. 363). Para suportar a vida que sempre é cheia de perigos e temores, ele recorre àquilo que denomina documento, o Evangelho como fundamentação, cujos pressupostos já estão presentes na visão de mundo dos seus adversários; mas, às vezes, os seus ouvintes esquecem, e, portanto, é necessário trazer à memória e estabelecer as relações necessárias para aquela conjuntura.

Todo o Evangelho, que hoje nos propõe a Igreja, está fundado em temores, e em esperanças; porque trata da salvação, que é incerta, a esperança anima, o temor acautela. Mas ainda que estes dois afetos ambos são necessários para obrar o futuro; eu contudo sem ser muito apaixonado do medo acho melhores raízes ao temor, que é esperança (VIEIRA, 2015, t. II, v. XI, p. 363).

Com o objetivo de fortalecer o seu argumento em relação à *comparação* entre a doença (ignorância) e o remédio (a sua tese), Vieira mostra que o documento (o Evangelho) também faz *comparações* para enfrentar a mesma doença. “[...] Todos os homens a que

vigiem sobre sua salvação, e num lugar compara-os aos criados, noutra lugar compara-os ao pai de famílias. Mas noto eu que quando manda vigiar como criados diz que esperem, quando os manda vigiar como pai, diz que temam” (VIEIRA, 2015, t. II, v. XI, p. 364). A conclusão, apresentada acima, *compara* a relação entre interesse e amor. O criado vigia por interesse das coisas do senhor (no caso, o pai) e os filhos vigiam por amor (no caso, o amor gera temor). “Espera quem serve, teme quem ama” (VIEIRA, 2015, t. II, v. XI, p. 364). Neste caso, Cristo manda vigiar como criados, ou seja, por interesse. Cumprida a missão de vigiarem os interesses do reino, os criados (integrantes da corte) receberão o seu prêmio, assim como os criados o recebem. Porque todo aquele que serve tem direito ao prêmio, que é estar na mesa com o rei, ou seja, continuar com a vida na corte, ao passo que quem serve por amor tem por prêmio o cuidado.

Os remédios são sempre perigosos e estão em todos os lugares. “Leia-se o nosso Evangelho, e em todo ele não se achará outra coisa senão perigos, e mais perigos, remédios, e mais remédios” (VIEIRA, 2015, t. II, v. XI, p. 364). Vieira agora se compara a um amigo, e os amigos precisam falar de perigos, de perigosos remédios. “[...] É Cristo: e o fiel, e verdadeiro amigo, em matérias que não importam menos que a salvação, não sabe imaginar senão perigos, não sabe falar senão em remédios” (VIEIRA, 2015, t. II, v. XI, p. 365). O amigo é aquele que ama verdadeiramente, é aquele que, mesmo sabendo que os seus são predestinados, os amam por isso, para quem é impossível não temer os perigos. “Temê-los-á o amor, que é um cego; mas não os temerá a razão, que tem os olhos bem abertos” (VIEIRA, 2015, t. II, v. XI, p. 365). Temer os perigos é estar acutelado, mesmo vindo de pessoas amadas. “O melhor meio de conservar a segurança é temê-la. [...] Nem receio é descrédito do amor, nem a cautela é descrédito do poder” (VIEIRA, 2015, t. II, v. XI, p. 366). Isso deixa claro que vivemos temendo os perigos em todos e por todos os lados, a todo momento, mesmo quando estamos juntos daqueles que mais amamos. Portanto, faz parte da natureza de todos os viventes conviver com os perigos, assim como faz parte da natureza buscarmos os remédios, por piores que sejam. Mas, às vezes, tememos os próprios remédios.

Agora Vieira utiliza do exemplo de São Roque na França na sua apologia. São Roque, mesmo sendo um zeloso francês aos olhos de todos, quando estava retornando da Itália em tempos de guerras e vindo para ajudar a sua pátria, foi confundido como espião, por mais que ele tivesse se dedicado e mostrado amor à sua terra. Ele era o remédio e foi confundido com o perigo. Depois da sua morte foi canonizado, ou seja, os mesmos que mataram São Roque foram os que o consagraram, por meio do Papa.

Os Franceses também zelosos, porque o zelo da pátria os fez maltratar a São Roque. Terem todos o mesmo entendimento não é obrigação; mas terem todos o mesmo zelo, ainda que em pareceres encontrados, é grande ventura. [...] Os Franceses cuidavam uma coisa, e era outra: cuidavam que em São Roque lhe vinha o perigo, e em São Roque vinha-lhes o remédio (VIEIRA, 2015, t. II, v. XI, p. 367).

A narrativa desse episódio ajudou muito os seus ouvintes a prestarem atenção ao remédio apresentado por Vieira para a crise financeira e política que o reino estava vivendo. E os obstáculos apresentados naquela conjuntura poderiam ser curados com o seu remédio. “O remédio temido, ou chamado perigoso, são duas companhias mercantis, Oriental uma, e outra Ocidental, cujas frotas poderosamente armadas tragam seguras contra Holanda as drogas da Índia, e do Brasil” (VIEIRA, 2015, t. II, v. XI, p. 368).

Depois da defesa diante dos medos e temores dos adversários da restauração portuguesa, Vieira fecha a argumentação com um pensamento agudo e de impacto, com efeito pedagógico no processo de instruir seus ouvintes naquele momento. “Tirar as armas ao inimigo, e convertê-las contra ele, é fazer de um mal dois bens: um bem porque diminui o poder contrário; outro bem, porque se acrescenta o poder próprio” (VIEIRA, 2015, t. II, v. XI, p. 368). Ou seja, tirar o cabedal dos judeus portugueses financiadores das Companhias holandesas e utilizá-lo contra eles.

2.3 A PRESENÇA/AUSÊNCIA DE VIEIRA E A *ORBIS CHRISTIANUS*: RELIGIOSIDADE

A sociedade do século XVII, em que Vieira estava inserido e atuando, ainda estava ligada ao Antigo Regime, antes que a crítica das luzes começasse a arranhar a metafísica social, enraizada nas divisões sociais. E os seus sermões estavam direcionados a um público com alguns pressupostos: “[...] falava a um auditório para o qual o nobre era ontologicamente nobre; o clero, clero *in aeternum* [...]. Assim o quisera a vontade divina, assim o estabelecia a natureza das coisas” (BOSI, 1989, p. 31).

Essa inserção vai se tornando mais clara sob o ponto de vista teórico, à medida que Vieira vai para o confronto direto com os seus opositores, aqueles que estão ali sentados e ouvindo atentamente a sua orientação, por meio dos sermões, dentre os quais estão os

integrantes opositores como o Santo Ofício, contrário à restauração e a serviço do papa e que não reconhecia o novo monarca. O rei dom João IV sabia de tudo isso e não poderia romper com eles, visto que tinha esperança do reconhecimento da Santa Sé, ou seja, tinha que suportar a Santa Inquisição, com poder de polícia e vigilância da fé no reino. Para que a nova monarquia, num Estado Católico afinado com Roma, ganhasse legitimidade necessitava da justificativa divina, ter a aprovação do maior representante de Deus na terra, significava ter a aprovação de Deus. Ou seja, era uma questão teológica e política ao mesmo tempo. Esse era o maior trunfo do Santo Ofício no jogo político e religioso com o rei e seus aliados.

A religiosidade sempre foi um elemento fortíssimo na cultura portuguesa desde a sua origem. “O modo de ser português se distingue, com efeito, pela afirmação da *religiosidade* enquanto significante relevante do social” (PAIVA, 2007, p. 11). As pregações de Vieira procuravam alimentar a religiosidade e ao mesmo tempo corrigir, sob o seu ponto de vista, os possíveis desvios da fé “verdadeira”, ou seja, aquela pregada pela Igreja Católica pós Concílio de Trento. “Sua ação se regia pela visão do *orbis christianus*, que era a visão de todos os homens do seu tempo” (PAIVA, 2006, p. 21). E, ao mesmo tempo, interviam politicamente e de forma muito pedagógica nos seus auditórios, quer fosse na Capela Real, quer fosse nas igrejas de toda a região de Lisboa, ou em qualquer lugar onde houvesse algum público para ouvi-lo.

A presença desse *orbis* (mundo) *christianus* não estava somente no povo, mas também de forma profunda e letrada em Vieira, que movia as suas ações, as lutas, os seus embates teóricos nos campos político, mercantil, religioso e educativo pela pregação dos sermões. Por mais que Vieira fosse um homem que acompanhava as mudanças no seu tempo, nos diversos campos do saber produzidos na Europa, trazia ainda a visão cristã, traduzida na religiosidade ainda muito forte nos seres humanos daquele século. As mudanças ocorrem de forma muito lenta e Vieira contribuía para a reprodução desta visão de mundo e de sociedade.

Cada instituição é o produto de uma bem determinada distribuição de poder no equilíbrio das tensões entre grupos humanos interdependentes. Uma instituição não é produzida apenas *uma vez*, mas produz-se durante certo período muitas vezes, repetidamente, como uma figuração que dura mais do que muitos indivíduos. Assim, podemos formular acerca da corte do *Ancien Regime* a questão da *produção e reprodução social da distribuição de poder* (ELIAS, 2001, p. 171, destaque do autor).

Tendo por pressuposto a religiosidade dos presentes, Vieira faz a terceira utilização das *representações* como *classificação* dos presentes, seu público que constitui ali a totalidade dos componentes do reino português. Para isso, o sermão da vez é o da *Primeira Oitava da Páscoa*, pregado na Capela Real em 1647, cujo tema central era a “[...] história vos não enfastie por antiga e mui sabida [...] eu farei que pareça a história de nossos tempos” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 94). O exemplo utilizado por Vieira é o descontentamento dos discípulos de Emaús. No último uso das *representações* analisadas foram feitas *comparações*, nesta terceira foi acrescida a *classificação* dos integrantes da sua plateia a partir dos seus descontentamentos.

Essa *classificação* é feita a partir do tema do descontentamento diante dos momentos históricos que as pessoas estavam vivendo, no caso, os discípulos de Emaús e parte dos integrantes da corte de Portugal. “Mas vindo à prática desta doutrina, vejo que me dizem que é muito fácil dizer que se enxuguem as lágrimas de todos; mas como hão de enxugar?” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 98). Antes de apresentar o remédio, o enxugar das lágrimas, é preciso descobrir as causas. A forma de descobrir é perguntar: por que choram, ou por que estão tristes? Descobrendo quais são as causas, o remédio fica fácil de ser aplicado à enfermidade.

Eu dissera que as lágrimas que não têm causa não hão mister cura. Se as lágrimas têm causa, dê-se-lhes remédio, e enxuguem-se; se as lágrimas não têm causa, elas se enxugarão por si, não hão mister remédio. Examine o Príncipe exatamente donde nascem as lágrimas dos Vassalos: se têm causa, ponha-lhe remédio; se não têm causa, não lhe deem cuidado. E basta isto não haver descontentamentos? Não basta que o Príncipe imite a Cristo, é necessário que os Vassalos imitem aos Discípulos (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 99).

Vieira faz uso da *representação* da *classificação* para levar a reflexão a todos aqueles que estão ali. Toda *classificação*, de uma forma ou de outra, incomoda todos, gerando confrontos entre os classificados. Mas a referência é o que ele denomina de documento, o Evangelho, que é algo incontestável, sob o ponto de vista da *religiosidade, orbis christianus*. Depois da ressurreição, Jesus apareceu para quatro gêneros de discípulos. “Nestas quatro aparições estão representados quatro gêneros de Vassalos, ou quatro gêneros de condições de Vassalos” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 100). Apareceu aos vassalos descontentes que podem ser *classificados* de São Pedro, aos vassalos classificados de Madalena, aos vassalos *classificados* de São Tomé e aos vassalos *classificados* de discípulos de Emaús. Todos esses

personagens estão presentes de forma positiva no *orbis christianus* de todos os presentes. Vejamos que a *representação* é utilizada de forma direta, como gênero ou condição, portanto, sujeita à mobilidade pelas circunstâncias políticas do momento ou da história recente da nova monarquia.

Os vassalos *representados* por “[...] São Pedro: com verem a seu Rei, com lhes aparecer o seu Rei, se dão por contentes” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 100). Estes vassalos, segundo Vieira, só com o ver já são finos. São os partidários, defensores e a favor da restauração e veneram o rei. Os vassalos que *representam* Madalena são aqueles que “[...] não lhes basta o ver, nem o aparecer; contudo se o Rei chama pelo seu nome, [...] não hão mister mais para verem consolados, e satisfeitos” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 100). Estes são aqueles vassalos que se contentam só pelo fato de o rei saber seus nomes ou, ao chamá-los pelo nome, já se sentem honrados. São aqueles que só querem prestígio e reconhecimento do rei e dos demais integrantes da corte. Os vassalos que *representam* São Tomé, ou vice-versa, são aqueles que não se contentam, “[...] se o Rei lhes não entrega as mãos, e o lado, se não manejam o coração do Rei, se não se lhes abrem os arcanos mais interiores do Estado (ainda que sejam daqueles que duvidaram e dos vieram ao cabo dos 08 dias, como Tomé), não se dão por bem livrados” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 100).

Estes vassalos são aqueles ambiciosos que não se contentam, são interesseiros. Vieira os classifica como sendo os portugueses que não estão contentes com tudo aquilo que é possível lhes dar. “Verdadeiramente, que se os Portugueses se contentaram, como os Discípulos, não houvera Reino mais contentes que Portugal. Eu já me contentara que fôramos menos delgado” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 100). Por fim, os que *representam* os Discípulos de Emaús, como se tivessem no lugar ou “fossem os discípulos simbolicamente” de Emaús, “[...] Profecias que se lhes declarem, por mais razões que se lhes deem, enquanto se lhes não dá o pão, estão com os olhos, e com os corações fechados, nem conhecem, nem reconhecem” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 100). Estes são aqueles vassalos que precisam ser convencidos a conhecer e a reconhecer a nova monarquia e os seus projetos para lhes garantir a sustentação da restauração. Dentre estes devem estar inclusos os integrantes do Santo Ofício, que eram contrários à monarquia, mas também *representavam* a Santa Sé e eram adversários da Companhia de Jesus, cujo maior nome naquele momento era o pregador régio, Vieira. Estes discípulos, no caso estes portugueses, não são classificados como finos. “Os Portugueses não se contentam com se lhes dar o pão partido; há-se lhes de dar todo o pão,

sob pena de não ficarem contentes. Daqui se segue que nunca é possível que o estejam” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 101).

Ao estabelecer essas censuras aos quatro gêneros ou *representantes* daqueles que integram a corte portuguesa, Vieira torna-se o porta-voz nova monarquia e um dos principais defensores de D. João IV. Isso possibilita atacar aqueles que pouco colaboram ou defendem o rei. “Nunca tantas mercês se fizeram em Portugal, como neste tempo; e são mais os queixosos, que os contentes. Porquê? Porque cada um quer tudo. Nos outros Reinos com uma mercê ganha-se um homem; em Portugal com uma mercê, perdem-se muitos” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 101). E continua atacando ainda mais a atitude de determinados grupos dentro da corte e que dificultavam imensamente o governo do então monarca. Aí volta aquela máxima de que ninguém governa do jeito que quer, mesmo sendo rei, mas dentro das possibilidades impostas pela realidade daquela sociedade específica.

Conquistar a terra das três partes do mundo a nações estranhas foi empresa que os Reis de Portugal conseguiram muito fácil, e muito felizmente; mas repartir três palmos de terra em Portugal aos vassallos com satisfação deles foi impossível, que nenhum Rei pôde acomodar, nem com facilidade, nem com felicidade jamais. Mais fácil era antigamente conquistar dez Reinos na Índia, que repartir duas Comendas em Portugal. Isto foi, e isto há de ser sempre: esta na minha opinião é a maior dificuldade que tem o governo do nosso Reino (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 102).

Essa *representação* da *classificação*, utilizada por Vieira, mostra a *presentificação* dos conflitos diante de todos os que ali estão e que, envolvidos de alguma maneira, são forçados a se deparar com os desejos de sua alma, pela sua religiosidade, com as suas convicções, seus interesses pessoais, seus projetos de vida e a incapacidade de sair de si para pensar enquanto nação. E mais do que isso, Vieira toca em outro ponto que mexe com a vida na corte, que é decorrência das vantagens ou benefícios que recebem: dar benefícios ou premiar aqueles que participam do reino?

Dar aos que merecem, ou não merecem é dar; dar só aos que merecem é premiar. Não fazerem mercês os Reis seria não serem Reis: mas hão de fazê-las de maneira, que as mercês não sejam dádivas, sejam prêmios. Deem os Reis só aos beneméritos, e fecharão as bocas a todos. Quando os prêmios se dão aos que merecem, os mesmos que os murmuram com a boca os aprovam com o coração. Murmurais do que está dado? Apelo da vossa língua para vossa consciência. Este é o único remédio que têm os reis para salvarem a opinião naquele tribunal, onde só neste mundo podem ser julgados, que é o coração dos vassallos (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 102).

Evidentemente que o objetivo de Vieira, nesse caso, é o descontentamento do povo português e, como isso é o principal obstáculo para o novo governo, não pode ser atingido plenamente somente a partir de um sermão, visto que as mudanças sociais acontecem a partir de um conjunto de elementos que se convergem na mesma direção. Mas o que nos interessou neste momento foi entender como as tentativas de Vieira na mudança de comportamento pelo conhecimento, por meio de orientações educativas diretas ao seu interlocutor aconteceram e como ele as realizou.

2.4 A PRESENÇA/AUSÊNCIA DE VIEIRA NA POLÍTICA DA RESTAURAÇÃO

No ano de 1649, depois da criação da Companhia Geral do Comércio do Brasil por sua influência política, e após a sua chegada da segunda viagem diplomática às cortes europeias da França, Inglaterra e Holanda, Vieira sofre pressão para abandonar a Companhia de Jesus, mas é defendido pelo rei, e nela permanecerá até sua morte. Nesse período, iniciam-se as primeiras páginas da sua obra **História do Futuro**. Surgem as primeiras denúncias ao Santo Ofício contra ele, mas a sua atividade de orientador político e de principal porta-voz perante a corte e o povo do rei de Portugal continua a todo vapor e aumentando cada vez mais a sua popularidade.

Um dos eventos, nesse ano de orientação educativa do povo, ocorre na Igreja da Sé de Lisboa, numa pregação intitulada **Sermão da Dominga Vigésima Segunda Post Pentecosten**, cuja matéria “[...] será todo este Sermão o Sermão dos escrúpulos. É doutrina, que toca a todos, e mais aos grandes, que aos pequenos, mas por isso receio que lhes seja pouco agradável” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 325). Esse sermão também é chamado de sermão das consciências. Vieira começa a fazer o uso da quarta *representação* a partir de “[...] um caso de consciência, que vieram perguntar a Cristo” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 325). Era este o caso: se era lícito os judeus pagarem o tributo a César.

Quem colocou esse problema a Cristo foram os fariseus (religiosos dos judeus) e os escribas (doutores da Lei Judaica, aqueles que escreviam o texto sagrado). Naquele momento, todos deveriam obedecer aos romanos. Este caso é de consciência, ou político, e não de tributo ou econômico. “[...] Quem pagava os dízimos, a nenhum poder humano era obrigado a pagar tributo; sobre esta presunção se fundava o escrúpulo dos Escribas, e

Fariseus, e sobre este escrúpulo o caso de consciência, em que vieram consulta a Cristo” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 324).

Os fariseus e os escribas, pelos seus escrúpulos, ou necessitavam de um parecer de outrem ou queriam um motivo para acusar Jesus, visto que os seus escrúpulos diante de tamanha força, não por vontade própria, poderiam livrá-los do pecado e, assim, estariam com as consciências livres.

A *representação* do termo *escrúpulo* passa a ser objeto de uso como forma de orientação pedagógica com alguns significados: primeiro, o termo *escrúpulos* só aparece uma vez na Bíblia, no livro dos Reis (1Rs 25, 31), porque nos demais episódios bíblicos este significado foi substituído por lícito.

[...] A única vez, que se nomeou na Escritura; e posto que os Escribas e Fariseus não declarassem o seu escrúpulo com o mesmo nome, nas palavras da sua proposta o significaram ainda mais expressivamente; porque nelas definiram: *Licet census dare Caesari, on non?* [É lícito pagar tributo a Cesar? (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 325).

Ser lícito ou não lícito modifica o sentido original do termo escrúpulo. A licitude tem um significado com conotação jurídica: conforme a lei ou os princípios jurídicos e justos, já escrúpulos tem um significado mais objetivo: a consciência. O termo *escrúpulo* é uma contribuição dos egípcios para o latim, literalmente *scrupulum*, que significa pedrinha. O termo originalmente vem do Egito.

Que significa jeroglificamente aquela pedrinha? Com toda propriedade do nome, e da etimologia significa o escrúpulo, porque escrúpulo quer dizer ‘pedrinha’. E porque basta uma pedrinha metida entre o sapato, e pé, para que o pique, e magoe de modo, que não possa dar passo sem moléstias; daqui se tomou a metáfora, a etimologia de se chamarem escrúpulos aqueles estímulos, a moléstia da consciência, com que se afligem e inquietam os escrupulosos (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 347).

O *escrúpulo*, como uma ‘pedrinha na consciência’ que perturba, que a deixa indecisa, podendo torná-la uma ‘consciência boa’, uma ‘consciência cuidadosa’ diante das ações ou dos erros (pecados), não deixa de ser uma doença. “Todo escrupuloso pois, que verdadeiramente quiser sarar desta tão molesta enfermidade [...] eu não lhes receito o remédio, senão o médico” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 349). Há, também, o uso da palavra *escrúpulo* em outro sentido, ou seja, com o mesmo nome para *pesos* e *medidas* estabelecidas pela própria consciência. Vejamos que *pesos* e *medidas* pela consciência são relativos aos

princípios e valores de cada pessoa, formados na sua trajetória de vida educativa e suas relações sociais. O que é peso para uns é muito ou pouco pesado para outros; a medida para uns, como grande e pequeno para outros, dependendo do referencial adotado. Tomaremos, no primeiro momento de nossa análise, o sentido de escrúpulo como uma ‘pedrinha’ na consciência e, no final, escrúpulo como *peso e medida* para a consciência, diante de determinadas coisas ou ações.

Na demonstração do quarto sentido do uso das *representações*: é o uso do método *analítico* cartesiano, aplicado ao termo *escrúpulo*. Vieira revela ser profundo conhecedor do racionalismo cartesiano³³, tanto que o utiliza, contrariando o método antigo escolástico tomista, cuja base era a dedução aristotélica. “Já dissemos a sua definição, vamos agora à divisão, que é o melhor método, e o mais claro” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 326). As divisões dos escrúpulos para melhor compreensão são feitas em quatro gêneros, que se seguem: a) os que têm escrúpulos; b) os que têm escrúpulos das coisas grandes, e não das pequenas ações; c) os que têm das pequenas, e não das grandes ações; e, por fim, d) os que não têm escrúpulos, mas que se apresentam como se os tivessem.

O primeiro gênero, os que têm escrúpulos, tem uma consciência boa porque em tudo tem escrúpulo. Porém, isso pode levar a um risco: ter medo onde não há do que ter.

O virtuoso confiado na sua virtude tem medo dos vícios; o escrúpulo desconfiado de si tem medo até das suas virtudes [...] andava tendo medo a todas as suas obras, porque sabia que Deus nenhum pecado deixa sem castigo (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 326).

O indivíduo não errou, mas o medo de errar é o suficiente para aquele sentir culpa. Neste caso, ainda, aparece aquele que sente que errou, mas na realidade sente que não cometeu erro algum. “Umás vezes olhando para a mesma ação sua, cuida, crê que é pecado, e outra vez como se não fora a mesma, nem os mesmos olhos, com que a via, cuida, e crê que não é pecado” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 327). Essa questão às vezes acontece invertida totalmente. Esse tipo de escrupuloso é o que sente que faz e desfaz a ação. Este é um labirinto de uma consciência duvidosa como se estivesse suspensa entre o céu e o inferno. É o exemplo do rei Davi, este escrupuloso não entende que o mesmo temor de errar ou de

³³Na disputa entre os intelectuais da Companhia de Jesus e a adoção do pensamento cartesiano em substituição da *Ratio Studiorum*. Vieira acabara de chegar da França e faz uso em sua análise da corrente racionalista nesse sermão.

ofender a Deus é o que o torna bem-aventurado. Por isso este tipo escrupuloso pode ser classificado como uma consciência boa, porque sempre guarda o temor.

O segundo gênero são os que têm escrúpulos nas coisas grandes e não as têm nas coisas pequenas. “A consciência destes digo que é muito perigosa, e arriscada; porque não pode faltar a verdade daquela sentença [...] despreza, e não faz caso, nem escrúpulo das coisas pequenas, pouco a pouco descairá” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 329). O perigo está em que as grandes construções e as grandes ações ou feitos são realizados a partir de pequenas ações ou feitos. As pequenas ações ou feitos, somados, se tornam grandes, o perigo está no fato de parecerem estar encobertos aos olhos de alguns, inclusive de quem os faz, mas não estão daqueles que têm um olhar refinado e conhecem a natureza humana e a divina. Os teólogos responderam se no paraíso poderia haver pecados veniais (perdoados ou menores) e pecados mortais (por atingir a alma ou maiores)? A resposta é não.

Porque o Paraíso era um estado felicíssimo, incapaz de toda a infelicidade, e miséria; e como repugna, e implica que um estado incapaz de toda a infelicidade, e miséria seria se conservasse, admitindo em si uma tal miséria, e infelicidade, qual é a do pecado venial [...]. O homem podia perder a felicidade do Paraíso, e por isso podia cometer pecado mortal; mas o Paraíso não podia perder a felicidade do seu estado; sem que o mesmo Paraíso se perdesse: e por isso não admitia pecado venial (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 330).

As pequenas ações (veniais) comprometem as grandes ações e, aos poucos, vão se tornando um hábito. “Os pecados veniais como os seus atos enfraquecem os hábitos das virtudes; e as virtudes enfraquecidas como não de resistir aos vícios? Isto ensina com evidência a Filosofia. [...] E as grandes tentações não se podem vencer sem grandes auxílios” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 332). Esses grandes auxílios são aqueles conferidos aos padres e bispos com o poder de perdoar os pecados veniais e mortais, visto que as consciências destes escrupulosos estão equivocadas, foram mal orientadas, como Vieira acabara de demonstrar. Aqueles que estavam presentes ali no auditório recebem uma orientação religiosa e política, ou seja, estão dentro do controle estabelecido pela religiosidade, visto que Vieira atendia à confissão dos fiéis antes das cerimônias e era confessor de dom João IV, da rainha e de grande parte daqueles que pertenciam à corte com seus pecados veniais e mortais.

Esse poder religioso, necessário naquela sociedade, era exercido por Vieira e pelos outros membros da Igreja. Este poder religioso acabava sendo ao mesmo tempo um poder

político. Isso não significa que Vieira se colocava com um poder acima dos demais membros daquela corte, mas, também, não o colocava abaixo, ocupava um espaço e uma função dentro do equilíbrio de poder naquela sociedade. Este só era possível, segundo Elias, porque a sociedade lhe conferia tal poder ou

[...] lhe atribuem qualquer tipo de valor. No caso contrário, perde o seu poder. [...] As oportunidades de poder são distribuídas muito desigualmente. Porém, sejam grandes ou pequenas as diferenças de poder, o equilíbrio de poder está sempre presente onde quer que haja uma interdependência funcional entre pessoas (ELIAS, 1980, p. 81).

O terceiro gênero são os que têm escrúpulos nas coisas pequenas e não nas coisas grandes. “Eram tão escrupulosos os Escribas, e Fariseus em tempo de Cristo na matéria de pagar o dízimo a Deus, que até o pagavam das hortaliças mais vis, de que o Rendeiro do verde não faz conta” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 335). Tais escrupulosos tinham atenção nas coisas e ações de menor valor, faziam questão de parecer aos olhos de todos e para chamar a atenção de um possível zelo, mas nas grandes coisas ou ações não tinham o menor escrúpulo. “Homens sem misericórdia, homens sem justiça, homens sem fê; e no cabo muito escrupulosos em coisas tão miúdas, tão baixas, e tão vis, que se envergonha a língua de as pronunciar” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 336).

Vieira, depois da reflexão fundamentada no exemplo dos fariseus e escritas, utiliza como *representação* a comparação com grandes ações e coisas que estavam ocorrendo em Lisboa, alguns cobradores de impostos, para provar ou parecerem fiéis ao monarca, cobrando tributos injustos e indevidos do povo.

Oh Jerusalém! Ó Lisboa! Quantas casas se vem hoje em pé nessas grandes ruas, e praças devoradas, e engolidas sem nenhum escrúpulo? Esta engoliu o amigo fiel, que ficou por tutor do órfão; aquela engoliu o parente esquecido do sangue, que ficou por testamento; a outra engoliu o acreedor fingido por dívidas falsas; a outra, e muitas, engoliram os trapaceiros por demandas injustas. E por estes, e por tanto outros modos tantas casas engolidas, tantas viúvas desamparadas, tantos órfãos deserdados, tantas pobrezas, tantas misérias, tantas lágrimas sem compaixão, sem piedade, sem remédio. E também sem nenhum escrúpulo? Isso não: com escrúpulo, e com muitos escrúpulos: com escrúpulo da hortelã, com escrúpulo do endro, e com escrúpulo dos cominhos (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 336).

A posição política divergente de Vieira com a cobrança de impostos chega a ser uma denúncia quanto à forma da cobrança, fazendo uma distinção entre o engolir e o comer.

Comer é levar pouco a pouco, devagar, e devorar é tragar e engolir de uma vez, ou seja, os pobres de Lisboa estavam sendo engolidos por tais cobradores. Atitudes que revelavam a hipocrisia dos escribas e fariseus de Jerusalém e dos funcionários da corte em Lisboa, “[...] clima tão fecundo de escrúpulos como de hipocrisias, porque ambas estas más plantas nascem da mesma raiz, que é o engano, e a mentira” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 338).

Neste gênero de escrupulosos há ainda dois casos particulares que devem ser analisados: o masculino e o feminino. No masculino é tomada como exemplo a prisão de Cristo, que fora levado a dois palácios, os de Anás e Caifás, pelos hebreus, antes de o levarem a Pilatos. Como Pilatos era gentio e eles eram judeus, ao entrarem na casa de um gentio, segundo a sua lei, já estavam cometendo grande pecado. “Mas estes são os escrúpulos, e estas as consciências Farisaicas. Grandes escrúpulos de entrar em casa de um Gentio, e nenhum escrúpulo de crucificar ao Filho de Deus entre dois ladrões” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 336). Os chamados príncipes dos sacerdotes judeus tramaram a morte de um inocente, manipularam os clamores do povo, negociaram a absolvição e liberdade de Barrabás e intimidaram o juiz com a amizade ao imperador. Esses homens fizeram tudo isso por inveja, ódio, vingança, interesse e ambição desatinada e cega. “Tais são os escrúpulos dos que só o fazem das coisas pequenas, e não das grandes, ainda que a sua grandeza seja tão imensa, e infinita. Este é o escrúpulo que eu chamei do gênero masculino” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 337).

Os escrúpulos do gênero feminino são menos cruéis e muito mais delicados. O exemplo a ser analisado é o contato de Cristo com uma mulher samaritana à beira do poço de água, o que seria um crime perante a Lei Judaica. Ela sabia e deu água a um judeu, Jesus. Mas não o fez sem pensar, tinha consciência do que estava fazendo, tanto que o questionaria.

Não só teve escrúpulo de Lhe dar a água, mas O arguiu de pouco escrupuloso em Lhe pedir. ‘Como Vós, sendo Judeu, me pedis de beber a mim, sendo eu Samaritana?’ Tão delicada, mimosa era a sua consciência, que não só a picavam os escrúpulos próprios, senão também os alheios. [...] Mas ela, como se fora mais doutora que o Doutor, e mais Cristã que o mesmo Cristo, especulou no seu caso não um, senão dois escrúpulos (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 339).

O questionamento da mulher samaritana pode ser visto como um alibi, caso ela tivesse que responder por este ato perante os homens. Por mais que ela, como mulher, não pudesse questionar um homem judeu puro, por outro lado, como viera de outra região, Samaria, pertencente à Assíria, já estava acostumada a ter dois deuses, mas ali agia como

judia e conhecia plenamente as Leis Judaicas, apesar de ser considerada judia impura, de classe inferior, por ser mulher e samaritana. Ela demonstrou uma consciência diante do seu delito, dar água, uma esmola a um homem que tinha sede, conforme prescrevia a lei. A resposta de Jesus ao seu questionamento forçou a samaritana a revelar os seus escrúpulos, quando ele pediu para ela buscar o seu marido ou o seu homem, ela respondeu que não o tinha.

‘Assim é’, lhe disse, ‘porque cinco homens, que já tiveste, não eram teus maridos, nem é teu marido o que agora tens’. E esta era a santinha dos escrúpulos. De sorte que o escrúpulo de se dar a seis homens, que não eram seus maridos, esse bebia ela como um púcaro [caneco] de água; e sobre dar um púcaro de água a um homem morto à sede, não só arguia um grande escrúpulo, senão dois: um, com que ela a não podia dar, outro, com que Ele a não podia pedir (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 340).

O quarto e último gênero são os que não têm escrúpulos, mas que se apresentam como se o tivessem, ou seja, há uma *ausência presente*. “[...] Porque o pretexto do escrúpulo era fingido, e debaixo desta ficção vinha dissimulada, e encoberta uma tal maldade, e traçada, e armada uma tal traição, e aleivosia, que se Cristo não fora Deus, não pudera escapar dela como homem” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 340).

O exemplo a ser analisado era sobre ser lícito ou não pagar imposto a César. Esse, para Vieira, é o pior e mais perigoso de todos os outros gêneros acima analisados. Quem coloca o dilema já está mal-intencionado.

Se Jesus respondesse que era lícito, o povo ficaria revoltado, por estar contrariando, desprezando, a lei religiosa judaica. Se Ele dissesse que era ilícito, seria pego pelos romanos, por estar defendendo ideias contrárias aos interesses do imperador. A resposta dada por Jesus foi a seguinte: dar a Deus o que é Deus, e a César o que é de César. A resposta atendeu a todos, segundo os seus próprios pressupostos.

Os outros escrúpulos, maiores, ou menores só fazem mal à consciência própria; este dos Escribas, e Fariseus, desprezada a própria consciência, e a própria condenação, todo se armava contra a vida, contra a honra, e também contra a consciência alheia; com tal aparência, porém de virtude, e santidade, que sendo forjado no inferno, parecia Céu (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 341).

Dessa *representação* dos escrúpulos três são em palácios, uma das características desta quarta é o fingimento que encobre a maldade, é muito pior que os anteriores. O

exemplo a ser analisado foi a sedução de Herodes no dia do seu aniversário, no banquete com a dança da menina, exclusiva para o aniversariante, que depois da dança todos manifestaram sinais de alegria e aprovação, todos fingindo.

E o Rei para encarecer o extremo do seu agrado disse na última mesura à menina que pedisse, confirmando com juramento, que ainda que fosse metade do seu Reino cumpriria a promessa. Por não parecer a petição ensaiada, entrou a dançante a consultar a mãe do que pediria; tornou a sair, e pediu a cabeça do Batista em um prato. [...] E por escrúpulo de não quebrar juramento, mandou cortar a cabeça ao maior dos nascidos (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 342).

Por mais que ficou consternado com o pedido, Herodes por covardia fica a obrigação por ofício, já tinha jurado. “Quantas vezes respondeu às instâncias dos acusadores que nenhum mal tinha feito” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 343). A análise feita por Vieira poderia estar direcionada tanto aos membros Santo Ofício quanto aos desembargadores do reino. Ao Santo Ofício pelas suas práticas de confisco de bens sem direito ao contraditório, principalmente dos mais pobres e gente de nação, e também pelos seus comportamentos diante da religião. Aos juristas do reino pelos seus comportamentos e julgamentos para com o povo, ou seja, pela estrutura jurídica, visto que faz uso do termo “tenções”, o voto fundamentado dos desembargadores.

Ó julgadores, que caminhais para lá com almas envoltas em tantos, e tão graves escrúpulos de fazendas, de vidas, de honras; cuidais, cegos, e estúpidos que essas mãos, com que escrevais as tenções, e com que firmais as sentenças, se podem lavar com uma pouca de água! Não há água, que tenha tal virtude, [...] mas nem a água, que corre dos olhos, que é a mais poderosa de todas, pode lavar destes escrúpulos; porque sem restituição dos danos que causais, não pode haver contrição verdadeira (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 344).

Das análises feitas dos escrúpulos, Vieira classifica a primeira como boa, por ser temente a Deus; a segunda como perigosa e arriscada; a terceira como péssima; e a pior, maldita e infernal, a última, a dos fariseus e escribas. Feita a análise dos escrúpulos, resta agora complementarmos com o exame dos remédios para tal enfermidade e qualificá-lo como o mais verdadeiro. A relação comparativa tanto do mal dos escrúpulos quanto dos remédios sempre remete à política de então a ser refletida no interior da corte. Vieira aponta as dificuldades apresentadas pelo governante português com os seus governados e súditos.

Agora vamos aos remédios que servem para acalmar, aliviar as consciências enfermas e que são os seguintes: a água, o vinho, um bom sábio e discreto confessor. Só para ressaltar, não é a cura, apenas um meio de aliviar, acalmar a consciência sofredora, perturbada.

Vejam os primeiros remédios: a água. O exemplo deste escrúpulo foi Pilatos ao dizer que não havia encontrado nenhum pecado naquele homem, mas teve de julgar, obrigação de ofício, ou seja, por medo de enfrentar o povo. A condenação de um inocente fez com que Pilatos precisasse acalmar os seus escrúpulos. “Eu estou inocente no sangue deste justo”. [...] O escrúpulo era o sangue justo e o purificador da consciência do juiz lavar as mãos com um pouco de água” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 344). A água não tem poder sobre a consciência, assim como a água benta para lavar os pecados veniais, ou a água do batismo, ou a água que corre sobre o rosto, as lágrimas. A água não tem o poder de restituir os danos causados a outrem, serve apenas para aliviar, acalmar, tranquilizar a consciência para se seguir a vida, ou até o próximo delito. Portanto, este remédio para curar escrúpulo está reprovado.

O segundo remédio contra os escrúpulos é o vinho. O exemplo a ser analisado é a vingança de Matinho Lutero. Ao se rebelar contra a Igreja, os contínuos escrúpulos de Lutero fizeram com que o peso na sua consciência o forçasse a se bater e combater as aflições e tristezas na alma. “O que fazia Lutero era fazer-se Calvino. Tinha sempre presto muito, e bom vinho; bebia valente e alegremente, perturbava-se-lhe o juízo, e posto desta maneira fora de si, tinha paz consigo” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 344). Lutero sempre tinha o vinho por perto, mesmo quando resolvia as suas dúvidas, logo, brindava o sucesso aliviando ou comemorando para sua consciência.

A partir do exemplo posto, Vieira analisa o comportamento dos presentes na sociedade e grandes produtores de vinho, mostrando que os escrúpulos de consciência não levam as pessoas à perturbação, ou ao incômodo, não há nenhuma ‘pedrinha’ em suas consciências, pelo contrário, parecem estar muito leves com os pequenos delitos, ou seja, estão agindo como se não tivessem escrúpulos das suas ações.

Do escrúpulo, porque todos somos fidelíssimos filhos da Santa Madre Igreja sem heresia: e do remédio, porque os Portugueses as fontes são as que nos matam a sede, e não as vides. Contudo em outras matérias não poucas, nem pouco graves vejo entre nós viver muito leves, e muito alegres sem nenhum escrúpulo [...] têm obrado assim no Reino, como fora dele, deveriam andar muito tristes, e muito escrupulosas. Aquelas dívidas que se não pagam, aquelas violências, e os danos delas, aqueles votos injustos, e suas consequências, aquelas informações falsas antepostas ao merecimento verdadeiro, aquelas riquezas adquiridas não sei como, ou como todos sabem, não são matérias bastantes para causas grandes escrúpulos? (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 345).

O vinho, assim como todo o remédio, tem que ser na dose certa, se passar da medida, embriaga, apesar de não ser somente ele que embriaga as consciências, os vícios também fazem cumprir esta função. “Embebeda a soberba, embebeda a ambição, embebeda a cobiça, embebeda a luxúria, embebeda a inveja, e até aos que não tem invejar embebeda a sua mesma fortuna” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 346). Mas, é importante observar que o vinho, o beber, ajuda a justificar muitas ações ou omissões das pessoas.

A bebida utilizada para aliviar, tranquilizador dos escrúpulos, serve tanto para se compreender muitas omissões e ações que levam à perturbação da consciência, dentre estas podemos destacar ações equivocadas, ou mal-intencionadas mesmo, e diversas causas, resultado das relações sociais: ora por falta de orientação (educação), ora por falta de conhecimento, ora por falta de dúvida, gerando omissões. Muitos vícios são resultados da falta de orientação e acaba-se buscando alívio na bebida. Portanto, a bebida ou o vinho é um remédio para aliviar, mas não curar as enfermidades da consciência. Assim como a água, o vinho não tem o poder de restituir os danos causados a outrem ou a si mesmo, serve apenas para aliviar, acalmar a consciência para seguir a vida ou para comprometê-la parcial ou totalmente. Este segundo remédio receitado, o vinho, como o primeiro, a água, está reprovado.

O terceiro remédio é um bom sábio e discreto confessor, ou orientador (educador) espiritual para resolver os seus escrúpulos. “Digo que o único remédio que têm, ou podem ter os escrúpulos de todos os três primeiros gêneros, e também o quarto, é fazermos com sinceridade, e verdade o que os Escribas, e Fariseus fizeram com fingimento” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 346). Duas coisas devemos observar nos escribas e fariseus: a primeira, querer resolver por si mesmo; a segunda, buscar alguém com maior sabedoria, virtude e independência.

No primeiro caso, por maior e mais inteligente que seja a pessoa, “[...] se deve fazer juiz dos seus escrúpulos da sua consciência, pelo grande perigo, a que se expõe a errar” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 346). Toda pessoa possui inteligência, contudo, não tem inteligência que não cometa um erro por inocência, ora consigo mesmo, ora com alguém. Na consciência da própria pessoa estão os pesos e medidas, também denominados escrúpulos, que são relativos, portanto, podendo levar os juízos ao engano ou erro no julgamento dos próprios escrúpulos.

E como neste medir, e pesar, ou acrescentando, ou diminuindo não só os juízos, e afetos, mas até os olhos próprios erram, e se enganam tanto; se a tenção dos Escribas, e Fariseus não foram tão perversa, e fingida, é sem dúvida, que o ditame era muito verdadeiro, acertado, e prudente, em não querem eles, posto que Letrados, ser os árbitros, e juízes do seu escrúpulo: *Licet censum dare Caesari, an non?* (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 348).

No segundo caso, faz-se necessário escolher uma pessoa para orientação das consciências sinceras e bem-intencionadas diante dos seus escrúpulos. A escolha dessa pessoa sábia e discreta deve seguir algumas condições: a primeira é que seja uma pessoa com sabedoria, com ciência, teologia sólida e bem fundada em opiniões bem seguras, que não deixe a salvação e eternidade em dúvida. “Segunda condição: que não seja verdadeiro só pela verdade, senão pela veracidade; isto é, que não só saiba a verdade para a conhecer, e distinguir, senão que tenha valor, e constância para dizer claramente, e não a dissimular” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 349). Terceira condição: que não só creia, mas ensine que o Céu só tem um caminho, e o outro é o caminho do Inferno. Quarta condição: que não tenha dependências ou pretensões de agradar a outrem. Quinta e última condição: não olhe para quem é a pessoa que o consulte, que está buscando a orientação, buscando a verdade, seja um César, ou um Tibério, ou um justo, ou injusto, ou um cruel. Essas condições demonstram que a pessoa se faz presente mas faz ausente, ou passa ser uma ausência presente no meio dos ouvintes, que deve ser identificada.

Este último remédio, diferentemente dos anteriores, é aprovado, é apresentado como verdadeiro. A boa escolha do seu confessor, ou médico espiritual, a quem possa confessar os seus escrúpulos verdadeiramente, ou seja, sem encobrir, ou dissimular circunstâncias algumas, “[...] se aquiete de tal sorte na consciência, como se por revelação do Céu fora certificado de estar seguro” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 350). O confessor, ou orientador

espiritual, passa a ser condição necessária para curar as enfermidades, ou melhor, ele ajudará a remover a ‘pedrinha’ da consciência sem cuidado, perturbada e inquieta.

Esse sermão dos escrúpulos tem uma ação de manutenção das estruturas sociais e políticas daquela sociedade, em que os padres e os bispos têm um papel de equilíbrio dentro daquela configuração, não somente dentro da corte, propriamente dita, mas de todos os súditos e vassalos, ou seja, a função dos integrantes da Igreja Católica tinha um alcance muito maior que as atividades estritamente ligadas às questões da fé. Dentro desse cenário, esse sermão mantém a *orbis christianus* funcionando como se deve aos olhos da Igreja, e esta é justificada plenamente com a participação da religiosidade em todos os setores, nesse caso, eram os sacerdotes os confessores.

2.5 A PRESENÇA/AUSÊNCIA DE VIEIRA: PADROADO RÉGIO NO REINO PORTUGUÊS

Assim como em outros períodos da história, a Igreja Católica em muitos momentos esteve ligada aos governos, ora uma ligação mais forte, ora mais fraca. No século XVII a Igreja detinha enorme influência em muitos países, dentre estes, o reino português, de forma mais específica, com o Padroado régio. O Padroado era um instituto jurídico eclesiástico que teve início com o papa Calisto III, com a bula *Inter caetera*, de 1456, com os reinos de Portugal e Espanha. No decorrer da história sofreu modificações, mas com o Concílio de Trento assumiu o valor jurídico e contribuiu para a expansão ultramarina da fé católica. Por meio do padroado régio, a Igreja Católica delegava aos monarcas católicos a administração e organização das igrejas locais em seus domínios conquistados e por conquistar. Em contrapartida, o rei padroeiro, que arrecadava os dízimos eclesiásticos, deveria construir e prover as Igrejas, nomear os párocos e bispos, sendo estes depois formalmente confirmados pelo papa. Com isso, a estrutura dos reinos de Portugal e Espanha tinha uma dimensão político-administrativa e religiosa. Com a criação do padroado, muitas das atividades características da Igreja Católica eram, na verdade, funções do poder político.

Padres e não padres, todos viviam em sociedade, compreendendo seus gestos como gestos referidos a Deus, o que lhes imprimia o caráter de validade. A prática social, tanto na sua essência quanto na sua exteriorização estava marcada pela referência a Deus. Isto explica por que cabia aos governantes cuidar das coisas da fé em toda a sua extensão (PAIVA, 2007, p.13).

Esse acordo dava ao rei um poder muito grande nos assuntos religiosos, não só controlava as cobranças de doações e das taxas do dízimo da população, mas, também, pagava os salários dos sacerdotes, fazendo deles praticamente funcionários da Coroa. Vieira, quando deixou a corte portuguesa em direção ao Maranhão, designado ao Brasil como superior dos missionários jesuítas do Maranhão e Pará, saiu com despacho do rei aos seus superiores para a missão. “[...] Sua Majestade despachou na mesma forma em que lho apresentamos, ordenando que nos dessem trezentos e cinquenta mil réis para dez sujeitos, à razão de trinta e cinco para um, pagos a metade nos dízimos da Bahia, e a outra no contrato do tabaco desta cidade” (VIEIRA, 1957, v. XXIV, p. 372).

Além desses recursos, Vieira solicitou outros em nome da nova missão junto aos indígenas. A comunicação do acordo feito com o rei e a nova solicitação foi feita por meio de uma carta ao provincial dos jesuítas no Brasil, foi escrita no meio do caminho, em novembro de 1652. Ela tratavam exclusivamente dos recursos para o empreendimento e sugeria remanejamento dos mesmos, advindos dos dízimos e colheitas, revelando, inclusive, o valor do seu salário e a forma como eles seriam organizados para o novo empreendimento. A carta revelava a situação econômica da colônia naquele momento, como o Padroado acontecia no dia a dia dos jesuítas e como eram organizados e divididos os recursos advindos do reino, revelando, assim, como o empreendimento missionário era de interesse de ambas as partes, o reino e a Igreja para a catequização.

Alcançamos, primeiramente, que em cada uma das ditas capitâneas se nos desse uma aldeia para termos indígenas, e que nos acompanhem e sirvam nas missões, independentes dos governadores, de que levamos provisões de Sua Majestade, [...] que montaram quatrocentos e vinte mil réis, [...] setecentos e cinquenta mil réis para provimentos das igrejas, de que logo se arrecadaram mil cruzados, com as quais duas esmolas [...] mais os cinquenta mil réis do meu ordenado, com que nos remediaremos dois; e como a renda se nos há de pagar na Bahia e Rio de Janeiro (VIEIRA, 1957, v. XXIV, p. 372).

O valor do ordenado de Vieira para desempenhar as suas funções sacerdotais³⁴ era o dobro do que uma pessoa necessitava para viver no Maranhão e Grão-Pará, naquele período: “[...] o padre Francisco Ribeiro e eu, se resolveu entre todos que, para sustentar no Maranhão um sujeito bastavam vinte ou vinte e cinco mil reis” (VIEIRA, 1957, v. XXIV, p. 275). Mesmo estando 12 anos ausente da América Portuguesa, Vieira demonstra, na carta, que sabia com relativa precisão a situação da infraestrutura das comunidades e colégios da Companhia de Jesus no Maranhão. Isso era possível pela forma de comunicação por meio de cartas entre todas as suas comunidades e colégios espalhados pelo mundo. Nestas cartas apareciam de forma resumida os feitos, nos campos intelectuais, moral dos seus integrantes, e, também, os sucessos, fracassos e dificuldades das atividades missionárias, além das aquisições feitas pela Companhia de Jesus naquele local.

No Maranhão, como de lá nos avisam, também temos ainda alguns escravos, e criação de vacas, de que se poderão ajudar os daquela casa; e se nas outras, e nas missões, se fizer o fruto que se espera, logo Sua Majestade, como tem prometido, acrescentará mais renda, e não faltarão pessoas particulares e devotas que nos ajudem com suas esmolos. E quando não haja outras, resolver-me-ei a imprimir os borrões de meus papelinhos, que segundo se tem enganado com eles, cuida o padre procurador geral que poderá tirar a impressão com que sustentar mais dos que agora vão; assim que por falta de sustentação não deixe V. Rev., de mandar o número dos sujeitos que Sua Majestade pede; nesta confiança, como digo, resolvemos que de cá fossem logo doze (VIEIRA, 1957, v. XXIV, p. 276).

Esta carta mostra bem os tipos de informações compartilhadas, de foro particular. No caso dos “papelinhos” para a impressão eram os sermões, que já circulavam pela Holanda, Espanha e México, impressos de forma autorizada, e outros de forma clandestina e apócrifos. Isso motivou Vieira a decidir imprimi-los de forma oficial. E, também, outras de interesse exclusivo da companhia, cabendo ao provincial fazer a filtragem das informações a serem compartilhadas com os demais em outras casas e colégios.

Além das obrigações expressas na carta do Rei com a atividade missionária, aparecem todo o planejamento da ação missionária e as perspectivas, inclusive o que os integrantes da missão comeriam e vestiriam: “[...] não reparam em comodidades próprias; um punhado de farinha e um caranguejo nunca nos pode faltar no Brasil; e enquanto lá houver algodão e tujucos, também não nos faltará de que fazer uma roupeta da Companhia”

³⁴Comparando com os dias de hoje no Brasil, com as devidas proporções, não mudou muito, os padres recebem em média dois salários mínimos, livres de despesas (habitação, alimentação, locomoção e tributos para aposentadoria, entre outros) para desempenhar as suas funções sacerdotais.

(VIEIRA, 1957, v. XXIV, p.275). Vieira tinha consciência de que estava saindo das comodidades e conforto da corte, para iniciar uma atividade missionária na selva amazônica, com todas as dificuldades possíveis. Isso mostra o seu espírito inquieto e apaixonado por desafios.

2.6 A PRESENÇA/AUSÊNCIA DE VIEIRA DEFENDENDO O REI ATÉ DEPOIS DA MORTE

A decisão de deixar a corte portuguesa foi muito difícil, conforme o seu relato na carta de 14 de novembro de 1652 ao provincial da Companhia do Brasil. Essa decisão de saída da corte ocorreu pelos conflitos envolvendo não somente a política do reino, mas com a Companhia de Jesus. Muitos dos seus integrantes não concordavam com a postura e posição política de Vieira, que, por voto de obediência aos seus superiores, aceitou a designação de voltar ao Brasil. O rei e a rainha não concordavam com a decisão da companhia de afastamento de Vieira da corte, pois se tratava de um fortíssimo aliado, conselheiro de confiança, porta-voz do reino.

Logo após todo o planejamento logístico para a missão no Maranhão e Grão-Pará, no momento da partida, começaram as dificuldades do embarque. Talvez, porque o rei tivesse subestimado a personalidade tão decidida, de Vieira, acreditando que este voltaria atrás e não deixaria a vida na corte. “[...] Os encantos das cortes, que tantos enfeitiça, soube ter sempre isento o ânimo, livres os afetos, e superiores a tudo o que os homens tem por felicidade” (BARROS, 1957, v. XXIV, p. 271).

A primeira atitude do rei foi ordenar ao Conselho Ultramarino que deixasse a embarcação para o Maranhão por último no dia da partida de Vieira, e a justificativa foi por conta de alguns despachos burocráticos. Desconfiado dessa atitude, Vieira começou a sua luta para embarcar.

Torno a Lisboa, ao conde Odemira, dou-lhe a notícia da nova ordem de el-rei, e conforme a ela se mandou aos capitães-mores que aquela noite se embarcassem para darem vela pela manhã, [...] em amanhecendo, me veio recado para que fosse falar a Sua Alteza; fui, e porque estavam para o sangrar, tudo a fim de me deter; mas eu me saí, e me fui embarcar a toda pressa. Chegando ao navio, soube que el-rei tinha mandado chamar o mestre [...] tomei mulas em Belém, e me parti a Lisboa; à porta do Paço achei o mestre do navio do Maranhão, que me disse o mandara chamar el-rei para lhe dizer que o havia de mandar enforçar, se em o seu navio fosse o padre Antônio Vieira (VIEIRA, 1957, v. XXIV, p. 278).

Tudo confirmado e declarado, Vieira foi conversar com o rei e, chegando lá, Sua Alteza estava fazendo uma refeição. Vieira aguardou e, depois do descanso, foi recebido e apresentou todos os argumentos e dores da partida. Não convenceu o rei, mas conseguiu que este não revogasse a sua licença (de pregador da Capela Real), assim, poderia fugir de forma honrosa. Depois de se aconselhar com os amigos padres da viagem, Vieira manteve firme a sua decisão de ir para o Maranhão. Quando tudo estava pronto novamente, o tempo não era favorável, a equipe e mais de 60 pessoas da embarcação tivera que aguardar o dia seguinte. O rei, no entanto, enviou três ministros com decretos assinados por ele, proibindo os navios de transportar Vieira até o Maranhão.

A nova tentativa de viagem em curso, agora como fuga, ou seja, toda uma organização para tentar escapar dos olhares, mas não adiantou. Novamente foram encontrados e Vieira teve que regressar à corte.

Ao amanhecer, íamos já navegando por São Gião fora, quando chegou a nós um correedor, o qual, subindo à nau, me meteu na mão um decreto assinado por Sua Majestade, no qual lhe mandava me dissesse da sua parte que lhe fosse falar, porque importava, e que em caso que eu dificultasse o ir, notificasse ao capitão e mestre do navio que sob pena de caso maior desse logo fundo, e não partisse. [...] Mas ainda assim nos abraçamos e choramos, ratificando lhes eu a promessa que aos outros padres tinha também feito, de muito cedo ser com eles por qualquer via (VIEIRA, 1957, v. XXIV, p. 280).

Chegando ao Paço, encontrou Sua Alteza e Majestade que acharam graça da tentativa de Vieira fugir. Ele relata que conseguiu demonstrar os seus profundos sentimentos, o que os tocou muito. No dia seguinte, motivado pelos seus amigos padres, Vieira apresentou os seus argumentos religiosos apelando para as suas consciências: “[...] Sua Alteza e Majestade a condenação ou conversão de muitas almas, que de eu ir ou ficar se poderia seguir. Sua Alteza estava doente, e nestes dias com suspeita de perigo, e foi mais fácil de persuadir” (VIEIRA, 1957, v. XXIV, p. 281). Depois de muita luta, Vieira e os seus conseguiram

autorização para partirem para o Maranhão e Grão-Pará para a nova missão junto aos indígenas.

Depois de tal episódio, fica claro que nem sempre a vontade dos reis é realizada e, por muitas vezes, é contrariado. A vontade de Sua Alteza e Majestade não prevaleceram sobre as forças das contingências, ou seja, os reis não estavam acima das circunstâncias e das redes de interdependências humana, nas figurações sociais que participam.

Certamente existe forte tentação de considerar os reis como indivíduos que se encontram acima das contingências e interdependências sociais, porque não parecem pertencer diretamente a uma das camadas sociais de seus povos. No mínimo, somos inclinados a compreender os motivos e os rumos de seu comportamento e de seus feitos essencialmente a partir de suas personalidades, por exemplo a partir de suas predisposições naturais. É claro que sua inserção no campo social, suas chances de realizar suas inclinações pessoais, ou seja, a maneira de seu desenvolvimento no todo social, costumava ser algo bastante peculiar. Todavia eles também faziam parte, a seu modo, da rede de interdependências humana (ELIAS, 2001, p. 161).

Em janeiro de 1653, Vieira e seus confrades chegaram ao seu destino e, iniciando o grande desafio de: sair da corte para a selva, do palácio para choupana da selva, de educar gente letrada para educar gente iletrada. Vieira retorna à Corte em 1655 e teve somente mais um contato com o grande amigo, o rei d. João IV. Nesse encontro pregara, na Capela Real em Lisboa, alguns sermões com a *presença* do rei: o **Sermão da Sexagésima**, **Sermão do Mandato** entre outros.

Ao receber, no ano seguinte, a notícia da morte do Rei no Maranhão, Vieira prega o **Sermão das Exéquias de dom João IV**.

Devo à memória do senhor rei d. João o IV maiores obrigações que as de rei, porque lhe devi muitas vezes nos olhos de sua Majestade todas as piedades de pai. [...] Que nem a nova da não esperada morte de Sua Majestade me pode entristecer, nem esta mesma representação funeral, que ainda em casos ordinários costuma entristecer os ânimos por simpatia da natureza, me pode causar sentimento (VIEIRA, 2015, t. II, v. XIV, p. 217).

Esse sermão manifesta a intenção de Vieira fazer um discurso da ressurreição do rei dom João IV, que será objeto de investigação do Tribunal do Santo Ofício português. O sermão é das exéquias, mas Vieira faz questão de tratá-lo como se não o fosse, usa este para falar das ações do rei. “Suposto pois que o meu Rei, [...] se não quer representar morto, senão vivo, puguem-lhe outros as Exéquias de defunto, que eu não quero, nem posso. O que só

farei hoje será uma narração panegirica das Reais ações de sua vida” (VIEIRA, 2015, t. II, v. XIV, p. 217).

As narrativas apresentadas no **Sermão das Exéquias de dom João IV** revelam as ações testemunhadas por Vieira e o seu conhecimento profundo da história das monarquias portuguesas, desde sua origem até aspectos particulares do cotidiano de Sua Majestade. Comparando o reino de Portugal com outros da Europa, afirmava: “só em Portugal reinava El-Rei: *Regnabit Rex*; e assim como reinava sobre todos, também sabia tudo: assinava os papéis por sua mão [...] como ei lhe vi, e ouvi por muitas vezes” (VIEIRA, 2015, t. II, v. XIV, p. 227).

Depois dos despachos pelo período da manhã, de forma sistemática e organizada, o rei deixava momentos para sua pessoa descansar, uma hora à sesta, e semanalmente passeava, por vezes sozinho, pelos rios, de barco, remando e caçava nos bosques da cidade. O rei separava a administração do reino da vida pessoal.

Parecia-lhes a todos os estrangeiros de Itália, França, Inglaterra, Alemanha, com muitos dos quais falei nestes tempos, que seria grande o desvelo, e contínuo sobressalto de um Príncipe, que dentro em sua própria terra tinha tomado um Reino a um Monarca por sobrenome ‘o Grande’: cuidavam que não poderia dormir, nem aquietar, nem ter um momento de gosto, ou de sossego; e quando ouviam dizer que El-Rei de Portugal tinha todas as semanas um dia de caça, e todos os dias duas horas de música, pasmavam, e ficavam assombrados (VIEIRA, 2015, t. II, v. XIV, p. 231).

Outro aspecto era o zelo e obediência com os preceitos da religião, o rei era um servo de Deus na pureza da fé, além de financiar atividades religiosas, abastecendo e ampliando as ordens religiosas, mesmo em tempos de extremas dificuldades financeiras. Era prerrogativa dos reis e de muitos doutores do reino insistir para fazer bispos em Portugal, como determinava o acordo, denominado de padroado, mas dom João IV nunca o fez sem autorização da Sé Apostólica.

Quanto ao aumento da Fé, ele foi o primeiro de todos os reis de Portugal, e ainda dos de Espanha, e de toda Europa, que em seu Reino levantou tribunal, e Conselho próprio da Propagação da Fé; ele instituiu renda particular para Viáticos de Missionários de todas as Conquistas; e aumentou as Missões da Índia, as da China, as de Guiné, as de Congo, as de Angola, e esta do Maranhão [...]. Cada alma é uma pedra preciosa: oh que rica Coroa tem El-Rei Dom João IV de tantas almas! (VIEIRA, 2015, t. II, v. XIV, p. 223).

Ainda sobre a obediência aos preceitos da Igreja, o rei se fazia presente em todas as atividades religiosas e festas, “[...] lhe receitaram os Médicos que comesse carne pela Quaresma; mas nunca o puderam acabar com Sua Majestade. Eu lhe ouvi dizer que não sabia como se tinham por Cristãos os que na Quaresma comiam carne” (VIEIRA, 2015, t. II, v. XIV, p. 222).

As palavras narradas por Vieira sobre o rei eram um instrumento importante para manter a fé daqueles que participavam da comunidade. Porque a fé católica sempre se pautou pelo exemplo, quer fosse dos santos e profetas, quer fosse de grandes pessoas consideradas devotas pela comunidade ou autoridade religiosa, que no caso era representada por Vieira, pregador da Capela Real. Esse comportamento do rei reforçava a orientação apresentada pelos missionários aos fiéis moradores do Maranhão.

Outro destaque é a *presença* do rei nas festividades do calendário litúrgico da Igreja Católica, isso pelos diversos sermões pregados por Vieira no tempo em que estava atuando como conselheiro, diplomata e pregador da Capela Real. “Nunca faltava à Missa todos os dias. E por grandes ocupações, que tivesse, nunca perdeu Sermão na Capela [...] sempre acompanhando o Senhor, e não se assentava, senão no chão. Em todas as Procissões do Santíssimo Sacramento” (VIEIRA, 2015, t. II, v. XIV, p. 222). O rei, fazendo parte do auditório e humildemente “sentado no chão”, para ouvir a Palavra de Deus, proferida por seu portavoz oficial, no caso, Vieira, obrigava os demais integrantes da corte a fazerem o mesmo, ou seja, fazia com que o objetivo de orientação, quer fosse no campo da educação da fé, quer fosse no campo político para a restauração do reino, pudesse potencialmente ser atingido.

O rei tinha uma missão divina para conduzir o reino, sob o ponto de vista de Vieira. A missão do rei e a de Vieira tinham em comum os mesmos objetivos: a fé e a política eram vistas como coisas inseparáveis. Mas cada uma com as suas peculiaridades: uma como rei e a outra como padre jesuíta; um extremamente ligado a corte e à nobreza, o outro ligado à Companhia de Jesus e à Igreja Católica. Essa simbiose era percebida por Vieira como se o rei tivesse sido convocado por Deus para uma missão, assim como os padres.

Inveni: ‘Achei’, Foi El-Rei Dom João um rei buscado, e achado por Deus. Há Reis, que parece que os fez a fortuna a olhos fechados, sem buscar, nem achar, senão acaso. Destes estão cheias as Histórias, como estiveram vazias as Coras. El-Rei Dom João não só foi buscado, e achado, senão buscado, e achado por Deus. Mas onde o buscou Deus, e o achou? O que Deus buscou era um Príncipe, que pudesse ser Rei, e Restaurador de Portugal; buscou-o entre os Príncipes pretenses do Reino, e achou-o na Casa de Bragança, e achou-o na Pessoa del-Rei Dom João (VIEIRA, 2015, t. II, v. XIV, p. 218).

Essa identificação entre missão religiosa e política aumentou muito a amizade entre o rei e Vieira. A amizade era tamanha ao ponto de Vieira sentir que poderia ter feito mais enquanto confessor, conselheiro e diplomata, e que o rei fizera mais do que devia por ele. “Grande é a minha ingratidão (Sacra, e Real, e defunta Majestade). Grande é a minha ingratidão; que a quero confessar assim, por não dizer que é grande a minha fé. [...] Maiores obrigações, que as de Rei” (VIEIRA, 2015, t. II, v. XIV, p. 215). Essa amizade com o monarca português chegava quase a uma veneração, ou seja, o rei era quase um “santo” para Vieira. Talvez esteja aqui uma das características que levava Vieira a acreditar na ressurreição do rei para liderar o quinto império da história da humanidade.

Ainda sobre “santificação” do rei, Vieira o compara ao personagem bíblico, presente na mente das pessoas, na *orbis christianus*: o rei Davi. Essa comparação é feita a partir da fé do monarca, mas também Vieira argumenta sobre as semelhanças dos dois reis com os seus momentos de lazer. Ambos os reis estavam protegidos pelo “braço de Deus”.

O que fez o braço de Deus foi fortalecer o coração del-Rei, o qual coração verdadeiramente foi entre tantos milagres o maior milagre. Aclamado El-Rei em Lisboa, parte-se de Vila Viçosa em um coche, acompanhado só de dois Fidalgos com a mesma segurança [...]. El-Rei não só vivia nos Paços da Ribeira, deixando os do Castelo, senão que até Lisboa se saía, passando os Verões em Alcântara, e os Invernos em Almeirim. Estava o Tejo fervendo em navios, e chalupas estrangeiras de todas as Nações; e El-Rei metia-se em uma gôndola só pelo Rio abaixo, quando fora muito fácil sair dos navios quem o levasse pela Barra fora. Na caça, quantas vezes se apartava dos monteiros, e dos Fidalgos, que o seguiam, e andava só pelos bosques, e pelos campos, como, se com se levar a si, levasse toda a sua guarda consigo; e assim era; porque levava o braço de Deus, que o esforçava. [...] Ah, que se me perde aqui minha semelhança de Davi! [...] Mas o nosso Davi metia-se pelos mais arriscados, não desprezando os perigos, mas sabendo que não periga quem é defendido do braço de Deus (VIEIRA, 2015, t. II, v. XIV, p. 230).

Outro aspecto que merece destaque, é o fato de que o Rei tinha pulso e determinação na hora de agir e com o uso da força, deixando o seu coração de lado, pois estava com “o braço de Deus” protegendo-o, sob o ponto de vista de Vieira. Contrariando parte da historiografia que adjetiva o Rei como indeciso em determinados momentos. Ele cita como exemplo, o que presenciou: o episódio da degola dos inimigos da restauração em 1641.

Naquele fatal dia de 19 de Agosto de 41, em que no Rossio de Lisboa se cortaram juntas as maiores cabeças, que em muitos séculos se viram cortar em Espanha, estando ainda o Reino tão em mantinhas, e estando empenhadas na conjuração tantas Casas grandes, por não dar Audiências, e evitar, deitou-se El-Rei na cama. Tão desassustado estava o seu coração, e tão sem cuidado, nem receio. [...] E mostrando a todo o Mundo que era, e estava tão Rei de Portugal, que para cortar as maiores Cabeças dele não tinha necessidade de socorros de armas estranhas, nem ainda da assistência das suas: mas que muito, se estava assistido do braço de Deus (VIEIRA, 2015, t. II, v. XIV, p. 231).

Todos os feitos de dom João IV, apresentados por Vieira no *Sermão das Exéquias*, não eram aleatórios e nem gratuitos, sinalizavam as batalhas que seriam enfrentadas nos anos seguintes e por toda a sua vida, quer fosse no Brasil, quer fosse em Portugal. Algumas dessas batalhas levantadas por Vieira foram perdidas totalmente, ora por resultarem de divagações, ora por não terem condições objetivas para a sua realização. Por exemplo, a ressurreição do Rei para governar o Império Português e transformá-lo no quinto império da humanidade. A prova disso é que essas batalhas e teses de Vieira não se confirmaram pela história.

Mas nem toda luta foi perdida, Vieira conseguiu algumas vitórias e derrotas como é natural no processo pedagógico, que é sempre cheio de idas e vindas para o desenvolvimento educacional, além de ser dinâmico e dependente de outros fatores sociais correlatos e de forma objetiva. Propor teses e projetos por melhores que sejam não significam melhora na qualidade e interferência no processo. As teses e projetos precisam ser efetivados para serem completamente absorvidos pelo processo pedagógico, no caso de Vieira ocorreram implantação, quer seja da Companhia do Comércio do Brasil em 1649, quer seja a lei assinada por dom João IV, que impedia a escravização dos indígenas no Brasil em 1655, mesmo que tempos depois foram revogadas, tanto a Companhia quanto a lei contra a escravidão dos indígenas, contudo houve contribuições para o processo de mudanças no reino.

2.7 A PRESENÇA/AUSÊNCIA DE VIEIRA NA CORTE PORTUGUESA TRAZ RISCOS

O tempo em que Vieira esteve junto ao rei e com a corte em Portugal (1641-1656), direta e indiretamente, possibilitou estabelecer relações sociais e afetivas, ou seja, ele era parte desta configuração participando do jogo de poder inerente a mesma. Nesse jogo a corte dependia do rei e o rei dependia da corte, Vieira e a Companhia de Jesus, também dependiam

do rei, e o rei dependia deles. O rei teria instrumentalizado Vieira numa relação de poder pelas suas funções ou o rei foi instrumentalizado por Vieira, devido a sua grande capacidade de sedução e retórica para convencimento de suas teses e projetos?

Além de todas as dependências específicas que foram questionadas ao longo deste estudo (por exemplo, a dependência tradicional oriunda da relação entre os suseranos e seus vassallos), da necessidade de convívio com a sociedade a que ele próprio pertencia e de cujos costumes. [...] por meio dos serviços daquele estado que estava acima de todos os outros, em termos de nível e de prestígio — além de tudo isso, o rei necessitava da nobreza para assegurar o equilíbrio de tensões entre as camadas em que ele se apoiava. É um equívoco ver o rei *apenas* como o opressor da nobreza; é igualmente um equívoco vê-lo *apenas* como o provedor da nobreza. Ele era ambas as coisas. Também seria errôneo destacar apenas a dependência da nobreza em relação ao rei. Até certo ponto, o rei também era dependente da nobreza [...]. Entretanto, embora o rei dependesse em grande parte da existência da nobreza para consolidar e conservar as chances de poder de sua posição social, a dependência de cada nobre em relação ao rei era extraordinariamente maior do que a dependência do rei em relação a cada nobre em particular (ELIAS, 2001, p. 212).

No caso específico das funções exercidas por Vieira, acreditamos que essa relação é diferenciada pelos aspectos extraordinários das suas habilidades intelectuais e retóricas tanto na política quanto na religiosidade, que muito interessava a qualquer monarca. Dom João IV logo no primeiro contato com Vieira, como já mencionamos, viu nele algo que seria útil ao governo. Apesar de que muitos estudiosos e biógrafos de Vieira, já mencionados anteriormente, destacassem as suas habilidades pessoais para cativar o rei sob o ponto de vista da “amizade”. O próprio Vieira relata no **Sermão das Exéquias de dom João IV**, o comprometimento do monarca com a necessidade de responder as obrigações como governante.

Que seria Rei pela necessidade do povo, e não por vontade própria. E que mais? *Non recuso laborem*. Não disse que aceitava a dignidade, senão que não recusava o trabalho. No ser Rei são duas coisas muito distintas a dignidade, e o trabalho: a dignidade é muito para apetercer, o trabalho é muito para reear; por isso os Reis ordinariamente a dignidade tomam-na para si, o trabalho encomendam-no a outros. Não assim E-Rei: ofereceu-se a Deus para o trabalho, e não para a dignidade da Coroa (VIEIRA, 2015, t. II, v. XIV, p. 226).

Ao contrário da visão sobre a amizade, que não aparece nos escritos de forma destacada por Vieira, o dever é demasiadamente destacado e justificado sob o ponto de vista

teológico. O monarca de forma geral, deveria agir por dever, por obrigação que era o que se esperava dele dentro das configurações e interdependências sociais. Além do mais, os laços de amizade visivelmente expostos poderiam enfraquecer as relações na corte, explicitando ciúmes, invejas e comentários. Apesar de Vieira ter relatado inúmeras vezes, como já expusemos anteriormente, ser vítima de calúnias e comentários por seus adversários e inimigos. Portanto, as relações de amizade com o rei eram secundárias na configuração e sob o ponto de vista de Vieira, ou seja, *presente* como conselheiro e *ausente* como amigo.

Já demonstramos como existia, dentro da corte, um estado peculiar de tensão, sobretudo entre os grupos e pessoas que o rei havia distinguido e aqueles que se destacavam com base em seus próprios títulos de nobreza; era manipulando essa tensão que o rei governava sua corte. Demonstramos ainda como fazia parte das condições de dominação do rei um equilíbrio de tensões específico no reino (ELIAS, 2001, p. 209).

Para manter o equilíbrio de tensões no governo, o rei como líder não podia demonstrar, sob o ponto de vista da corte, que alguém era mais influente ou mais importante para o seu governo que outros, sempre deveria demonstrar estar no controle de todos e de tudo. Quando aparecia uma boa sugestão não acatava de imediato independente de quem quer que fosse, por mais fundamentada no raciocínio lógico, com argumentos sólidos, para não demonstrar imprudência ou ser controlado por outrem. Um exemplo foi a tese da criação das Companhias do Comércio: uma Ocidental e outra Oriental, apresentadas por Vieira em 1644, só atendida e parcialmente cinco anos depois, ou seja, o rei só criou uma companhia em 1649. Os laços afetivos com todos os integrantes da corte seguiam no mesmo sentido de equilíbrio de tensões no governo. Os laços afetivos de dom João IV para com Vieira eram fortes, mas a demora nesse processo, em específico das companhias, corrobora a tese que o governo foi pautado pelo dever, demonstrando quem estava no controle, mesmo não estando totalmente.

As relações afetivas, no caso de amizade, dentro dessa figuração podem ser compreendidas pela “cultura de corte”, que exige determinados comportamentos próprios que, no decorrer do tempo, foram alterados pelos processos sociais.

Existiram formas prévias dessa cultura cortesã do comportamento, da maneira de falar e de amar, do gosto — para designar apenas esses aspectos — já na Idade Média, não só nas cortes reais, mas também nas cortes de senhores feudais, e muitas vezes especialmente nessas últimas. Fazendo o esforço necessário, é possível acompanhar com precisão o modo como isso que podemos denominar ‘cultura de corte’ desdobra-se paulatinamente, constituindo um aspecto do desenvolvimento da sociedade de corte, formação de elite claramente destacada do campo social como um todo. [...] Hoje em dia, o termo ‘cultura’ é empregado frequentemente como se designasse um fenômeno livre e independente, pairando acima dos homens e não em conexão com o desenvolvimento social de associações humanas, dentro das quais é possível esclarecer e estudar de fato os fenômenos culturais — ou, para usar outras palavras, as tradições sociais. A cultura de corte foi se tornando uma cultura dominante no decorrer dos séculos XVI e XVII (ELIAS, 2001, p. 194).

A introdução do **Sermão da Exéquias de Dom João IV** pregado por Vieira em 1657, nos dá uma pista para compreender os contornos dessa amizade dele para com o monarca. “Grande é a minha ingratidão; que a quero confessar assim. Por não dizer que é grande a minha fé. Devo à memória do senhor Rei Dom João IV maiores obrigações, que as de Rei; porque lhe devi muitas vezes nos olhos de Sua Majestade todas as piedades de Pai” (VIEIRA, 2015, t. II, v. XIV, p.217). A diferença de idade entre Vieira (nascido em 1608) e dom João IV (nascido em 1604) era de apenas quatro anos, a relação de amizade deveria ser mais próxima de dois irmãos, e não de pai para com o filho. Essa relação do rei como um pai, por mais que o rei seja entendido como um representante de Deus na terra, apresenta aspectos de submissão de servo.

Mais adiante no sermão, Vieira revela seus escrúpulos na relação com o monarca.

Mas sou tão ingrato (sem estar, nem poder estar esquecido), que nem a nova da não esperada morte de Sua Majestade me pode entristecer [...] costuma entristecer os ânimos por simpatia da natureza, me pode causar sentimento. [...] sempre dou o rosto com a vida (VIEIRA, 2015, t. II, v. XIV, p. 217).

Percebemos que o fato de não ficar mais triste do que deveria com a morte do “amigo” surpreendeu o próprio Vieira. Por isso a expressão “grande ingratidão” sob o seu ponto de vista, por sua não tristeza profunda. Mas ele justifica com a expressão “sempre dou o rosto com a vida”, ou seja, sempre enfrentando as adversidades de todos os tipos, inclusive a de sentimento de perda.

Diante disso, estamos finalizando este momento acreditando que ele cumpriu a sua finalidade de apresentar a *presença* de Vieira na Restauração de Portugal, em seus vários

aspectos. Além de apresentar alguns usos de *representações* educativas nos sermões utilizados por Vieira. No próximo momento, continuaremos fazendo análises de outros sermões em outros episódios desse mesmo período delimitado para a pesquisa.

3 AUSÊNCIA/PRESENÇA/REPRESENTAÇÕES COMO MEDIAÇÕES

Os sermões, conforme definimos anteriormente, foram publicados a partir das sugestões dos ouvintes (dentre eles, os membros da nobreza) e seus superiores a partir de 1652, pelo impacto que as suas *representações* provocaram, como diz João Mendes, em sua obra a **Literatura Portuguesa** (1979), uma estética do espelho, fundamentada nas imagens bíblicas, sabedoria divina e história humana (MARQUES, 2015). E, para isso, as *representações* são usadas como *mediação*, aquilo que coloca o conhecimento adquirido, do próprio do educando, entre o conhecimento possível ou novo conhecimento: entre a *presença*, o adquirido e a *ausência*, o novo conhecimento, posto como *representação* ou novo sentido para se fazerem presentes o objeto, ou imagem ou termo para os ouvintes. A compreensão desse jogo de linguagem, realizado por Vieira nos sermões, são as *representações* com o objetivo de educar.

As *representações* como *mediações* são os recursos educativos utilizados para veicular um novo entendimento e, com isso, mudar (converter) o comportamento dos ouvintes diante das dificuldades encontradas nos seus contextos. Para isso, utilizaremos dois sermões de Vieira, um pregado em Lisboa e outro, no Maranhão, mas os dois dentro do recorte histórico do período que escolhemos para análise: o **Sermão da Sexagésima**, de 1655, e o **Sermão do Espírito Santo**, de 1657.

No primeiro caso, analisaremos o **Sermão da Sexagésima**, que trata da arte de pregar de forma objetiva para que os ouvintes compreendam o que foi dito ou ensinado. Além de apresentar um roteiro para a preparação, a organização lógica e didática de um sermão e as formas *representativas* de como vencer as circunstâncias adversas durante o ato de ensinar, Vieira diz o que não fazer. “No curto período em que estive em Lisboa, voltou a pregar na Capela Real, pregou sobre a parenética, isto é, sobre a arte de pregar, as habilidades necessárias [...]. Uma aula sobre a construção do discurso” (VAINFAS, 2011, p. 190).

Nesse sermão Vieira faz uso, de forma direta das *representações* sempre como *mediação*, conforme apresentamos no início desta tese: *palavras, exemplo, classificação e voz*, e, de forma indireta, de outras *mediações* que são percebidas no decorrer do texto. *Comparação, intenção, exemplo, classificação, língua, figura, arte e medo*.

No segundo caso, analisaremos o **Sermão do Espírito Santo**, que trata do ensino propriamente dito e como enfrentar a falta de resultados da educação. Nesse sermão o que

chama mais atenção, além da classificação dos tipos de ouvintes, são as formas de *representações* de como superar as dificuldades do ensino. Tais dificuldades educacionais poderiam ser superadas diante da grande autoridade de Vieira, perante os seus comandados para a missão no interior da floresta subindo o rio Amazonas, tratava-se do mais renomado jesuíta português de que se tinha notícia e que sabia organizar e liderar um grupo como ninguém. “Os padres da missão obedeciam às suas ordens sem pestanejar, orgulhosos e maravilhados por ter um comandante daquela estirpe. Vieira atuou sobretudo como supervisor, estrategista da missionação, nem tanto como catequista” (VAINFAS, 2011, p. 196).

Nos dois sermões o destaque é o ensinar e como superar as dificuldades do ensinar diante do mundo vivido, mas, para que isso ocorra, é necessário modificar o mundo concebido dos ouvintes, esse é o objetivo de Vieira. Esses sermões constituem uma verdadeira obra-prima de como refletir e evitar determinados erros no processo educativo, o que ainda constitui um grande desafio para os educadores, onde quer que estejam com a intenção de ensinar, assim como ele fez e compreendeu essa atividade modificadora de comportamentos.

3.1 AUSÊNCIA/PRESENÇA/REPRESENTAÇÃO NO SERMÃO DA SEXAGÉSIMA

Depois de uma missão diplomática fracassada em Roma no ano de 1650, Vieira não teve outra saída a não ser deixar Portugal e, por ordem superior da Companhia de Jesus, regressar à América portuguesa. Ele chegou ao Maranhão em janeiro de 1653, no mesmo ano foi nomeado superior das missões jesuíticas do Maranhão e Grão-Pará. Foi o início das suas atividades missionárias, mas no ano seguinte teve que retornar a Lisboa para solicitar uma lei contra o cativo dos indígenas. É nesse retorno a Portugal que Vieira prega o **Sermão da Sexagésima**, como forma de demonstrar que ainda tinha muito prestígio e influência como pregador régio, diante dos seus inimigos palacianos.

O **Sermão da Sexagésima**, cujo termo refere-se aos 60 dias que antecedem a Páscoa, pode ser considerado o mais importante de todo o sermonário (mais de 200 sermões) de Vieira e por ser o prólogo de todos. A articulação entre *presença/ausência/representação* nesse sermão se faz presente por estar dentro de uma lógica estabelecida por Vieira para todos. Ele parte do presente, que constitui um problema de ensino, e menciona aspectos

daquilo que está ausente no mundo vivido e que precisa ser superado. As *representações* são postas como síntese da presença/ausência para resolver o problema e atingir o objetivo desejado. “Mas para que possais ir desenganados com o Sermão, tratarei nele uma matéria de grande peso, e importância. Servirá como de prólogo aos Sermões, que vos hei de pregar” (VIEIRA, 2015, t. II, v. II, p. 48).

Essa expressão que “vos hei de pregar” demonstra que os sermões são escritos primeiro ou rascunhados nos, chamados por ele, “borrões” ou “papelinhos”, decorados, para depois chegar ao púlpito. Nos “borrões” estavam as sínteses, as estruturas dos sermões e as anotações de forma geral de tudo o que Vieira pensava e pretendia fazer sob o ponto de vista intelectual, que sempre o acompanhavam em todos os lugares, mas muitos destes “borrões e papelinhos” se perderam nos mais de sete naufrágios nos mares, nos rios do Maranhão e Grão-Pará e nos assaltos que Vieira sofreu no decorrer da sua vida na Europa e na América portuguesa.

Alguns desses sermões não foram pregados, mas da repetição por escrito dos mesmos não temos notícias. Isso revela a preocupação educativa e a forma como devem ser compreendidos os sermões de Vieira, diferenciando-se dos demais pregados por padres de outras ordens religiosas, como, por exemplo, os dominicanos, inclusive na Capela Real em Lisboa. Vieira fez a revisão e, talvez por isso, manteve a estrutura organizacional dos sermões sem alterações durante toda a sua obra, mas essa atenção pode ser justificada com a intenção de diferenciar a sua forma e estilo dos demais, algo que não era exclusivo da sua obra, “[...] um conjunto de recomendações e censuras que encontramos noutros livros da época, sejam eles artes retóricas, instruções de pregadores, ou os próprios sermões publicados em sermonários assim como os seus prólogos” (LEMOS, 2015, t. II, v. II, p. 15). No caso específico dos seus sermões, o prólogo favorece muito a compreensão da complexa e multifacetada produção intelectual de Vieira.

O **Sermão da Sexagésima** foi proferido pelo pregador régio em 31 de janeiro de 1655, na Capela Real em Lisboa, e gerou muita discussão por sua forma de instrução na maneira de como fazer uma pregação. Esse aspecto didático denuncia as formas equivocadas de muitos pregadores, sob o ponto de vista de Vieira, inclusive os pregadores régios, perante toda a corte e a elite do Império Português. No seu entendimento, o sermão deve ser um todo formado de mais ou menos dez pequenos capítulos, como forma de levar os ouvintes a prestarem atenção.

O autor deve se aproximar do auditório, dirigindo-lhe perguntas a que ele mesmo, o autor, responde como forma de instigar o ouvinte.

No caso do **Sermão da Sexagésima**, o tema é a “Parábola do sementeiro”, tirada do Evangelho segundo São Lucas: *Semen est verbum Dei* (A semente é a palavra de Deus). O ensinar, ou o pregar, ou o semear, são *representações* em que Vieira faz paralelos entre a parábola bíblica sobre o sementeiro que semeou nas pedras, nos espinhos, na estrada e na terra. Vieira critica o estilo de outros pregadores contemporâneos seus, como os do cultismo, e examina os fracassos pela falta de resultados, de frutos da pregação e culpa os pregadores, considerando cinco circunstâncias: sua pessoa, sua ciência, a matéria, o estilo de seus sermões e sua voz. “O sermão há de ser duma só cor, há de ter um só objeto, um só assunto, uma só matéria” (VIEIRA, 2015, t. II, v. II, p. 60).

Essa é a regra da unidade do discurso persuasivo. Um olhar mais profundo mostra que o autor vai além do objetivo da catequese, adotando atitude crítica da codificação da palavra e expõe o método que adotava nos seus sermões: 1. definir a matéria a ser utilizada no discurso; 2. dividi-la em partes para melhor compreensão; 3. confirmá-la com a Escritura para falar com autoridade argumentativa; 4. confirmá-la com a razão, demonstrá-la como acontece em cada caso; 5. amplificá-la, fazendo *representações* por meio de exemplos e respondendo às objeções, aos "argumentos contrários"; e 6. tirar uma conclusão e persuadir, aconselhar, com orientação de ações. Essa organização é um “manual” didático a ser seguido pelos pregadores.

A instrução e a fórmula para a correção de comportamentos apontados por Vieira para os pregadores, os príncipes nos púlpitos e demais integrantes da corte que eram assíduos frequentadores das suas celebrações foram as razões desse impacto. “Durou meses nos púlpitos lisboetas a controvérsia levantada, na qual Vieira, prudentemente, de *motu próprio* ou por aconselhamento de amigos, ou talvez por ordem dos superiores, não se imiscuiu” (MARQUES, 2015, t. II, v. I, p. 20). Cópias manuscritas desse sermão foram produzidas e circulavam pelo reino. O impacto desse sermão foi tão grande que os superiores de Vieira sugeriram a sua publicação.

Em carta ao P. João Paulo Oliva, Vigário Geral da Companhia de Jesus, de 26 de novembro de 1655, o P. Simão de Vasconcelos, Provincial do Brasil, falando do pregador escrevia: ‘Tem este Padre feito na Corte de Lx.^a [Lisboa] grande abalo com suas pregações; pedem todos os de maior nobreza daquela cidade, e ainda os Religiosos das Sagradas Religiões que lhe imprimam seus sermões (MARQUES, 2015, t. II, v. I, p. 34).

Nesse sermão Vieira faz a crítica ao uso da *palavra* como descolamento da coisa ou da realidade, por muitos pregadores. Esse jeito de utilizar as *palavras* é classificado por muitos da literatura portuguesa e brasileira como “conceptista”, contrário àqueles que o classificam como “barroco”. Vieira é claro e convincente, utilizando as *palavras* e os *exemplos* de forma direta ao referir ao mundo vivido. O seu discurso provoca um choque, um abalo na consciência dos ouvintes de acordo com a sua intencionalidade de modificar ou corrigir o comportamento do auditório: príncipes, nobreza, cortesãos, clero, entre outros.

[...] Constituindo uma defesa convicta da parénesis apostólica e o repúdio do modo de pregar de oradores coevos, como o dominicano Fr. Domingos de São Tomás, que se faziam ouvir na corte [...]. A análise-resposta que deu no púlpito da Capela Real, para que ‘tão ilustre e tão numeroso auditório saísse hoje desenganado da pregação’ [...]. Daí as considerações tecidas recaírem sobre a pessoa do pregador (MARQUES, 2015, t. II, v. I, p. 21).

Esse sermão atingiu, entre outros, os frades dominicanos que também utilizaram o púlpito da Capela Real para responder aos ataques e críticas quanto à forma de pregar deles. Mas Vieira, nas pregações seguintes, não respondeu aos ataques ou réplicas dos frades dominicanos, membros do Santo Ofício, para a decepção de muitos que queriam ver uma resposta. A resposta tão esperada, Vieira já havia dado no próprio **Sermão da Sexagésima** e que muitos já tinham em mãos (cópias ou impressão), quando disse:

[...] Eis aqui o que devemos pretender nos nossos sermões, não que os homens saiam contentes de nós, senão que saiam muito descontentes de si; não que lhes pareçam bem os nossos conceitos, mas que lhes pareçam mal os seus costumes, as suas vidas, os seus passatempos, as suas ambições, e enfim todos os seus pecados. Contanto que se descontentem de si, descontentem-se embora de nós (VIEIRA, 2015, t. II, v. II, p.76).

Esse descontentamento provocado pelo pregador (educador) durante a pregação (educação) é o motor-gerador da mudança (conversão) dos ouvintes, de acordo com a visão de mundo de Vieira. O descontentamento nos ouvintes deve ocorrer pela Palavra de Deus, no sentido próprio, verdadeiro e não no sentido que nós desejamos. A pregação que queremos pode distorcer a palavra, transformando-a em *palavra* do demônio e não de Deus. “[...] Cristo tomava as palavras da Escritura em seu verdadeiro sentido, e o Diabo usava as palavras da Escritura em sentido alheio e torcido” (VIEIRA, 2015, t. II, v. II, p. 67). Por isso,

a pregação deve ser feita com objetividade e atenção para obter o resultado desejado, atingir a alma para provocar a mudança, ou seja, mudança de dentro para fora. Nesse caso, a palavra pode ser distorcida, ou seja, ter a objetividade também.

Antigamente pregavam bradando, hoje pregam conversando. [...] falará com uma voz moderada, que se não possa ouvir fora. E não há dúvida que o praticar familiarmente, e o falar mais ao ouvido, que aos ouvidos, não só concilia maior atenção, mas naturalmente, e sem força se insinua, entra, penetra, e se mete na alma (VIEIRA, 2015, t. II, v. II, p. 66).

A *palavra* divina pode ser utilizada no sentido verdadeiro ou falso. “De sorte que Cristo defendeu-Se do Diabo com a Escritura, e o Diabo tentou a Cristo com a Escritura”. (VIEIRA, 2015, t. II, v. II, p. 67). Para Vieira, de todas as *palavras*, de modo geral, inclusive a divina, pode-se fazer mau uso. Os pregadores fazem isso quando distorcem o sentido delas, e Vieira *classifica-os* de pregadores indignos verdadeiramente. Eles distorcem os sentidos das *palavras* para “ [...] adular-lhes as orelhas, fecharão os ouvidos à verdade, e abri-lo-ão às fábulas. Fábulas possuem duas significações: quer dizer ‘fingimento’, e quer dizer ‘comédia’; e tudo são muitas pregações ao mesmo tempo” (VIEIRA, 2015, t. II, v. II, p. 70). São consideradas fingimento por usar de ‘sutilizas aéreas’ do pensamento e sem fundamentação para a verdade, e são consideradas comédias porque os ouvintes vejam as pregações engraçadas e há pregadores que se veem como comediantes. Percebemos que esse desejo de ver a pregação (educação) e o pregador (educar) como comédia ainda se faz *presente* em nossa sociedade, e poucos são aqueles que percebem a superficialidade, a falta de fundamentos para a verdade na atividade educacional que a tornam uma farsa educativa.

3.1.1 Sermão da Sexagésima e o problema a ser superado para ensinar

Com o objetivo de demonstrar melhor essa ideia, Vieira começa o **Sermão da Sexagésima** apresentando o seu tema central, retirado do Evangelho de São Mateus, cap. 8. “Saiu o semeador a semear”. Podemos substituir os termos da seguinte forma: sai o educador a educar, ou o pregador a pregar. A substituição de termos é uma forma de representação, segundo Hansen³⁵, apesar de não ser a que privilegiamos. O texto bíblico apresenta as três

³⁵Esse sentido de representação de Hansen foi apresentado na seção sobre os olhares dos brasileiros nas obras de Antônio Vieira.

dificuldades para educar, para a semente de trigo germinar e crescer. A semente de trigo pode ser substituída pelo conhecimento de que o educando deve apropriar-se, tendo alguém como *mediador*, no caso, o educador ou pregador. Cada uma das três dificuldades, espinhos, pedras, caminhos, corresponde às contradições e dificuldades no educar. “Todos estes contrários, que digo, e todas estas contradições experimentou o semeador do nosso Evangelho” (VIEIRA, 2015, t. II, v. II, p. 45). O educador está destinado a enfrentar os quatro gêneros de pessoas ou os momentos que elas estão vivendo no processo de educação.

[...] Criaturas racionais, como os homens; criaturas sensitivas, como os animais; criaturas vegetativas, como as plantas; criaturas insensíveis, como as pedras; e não há mais. [...] Disse-lhes desta maneira: ‘Ide, e pregai a toda criatura’: como assim, senhor? Os animais não são criaturas? As árvores não são criaturas? As pedras não são criaturas? Pois não os Apóstolos de pregar às pedras? Não de pregar aos troncos? [...] Porque como os Apóstolos iam pregar a todas as nações do mundo, muitas delas bárbaras, e incultas, haviam de achar os homens degenerados em todas as espécies de criaturas: haviam de achar homens homens; haviam de achar homens pedras. E quando os Pregadores Evangélicos vão pregar a toda a criatura, que se armem contra eles todas as criaturas? Grande desgraça! (VIEIRA, 2015, t. II, v. II, p. 46).

O educador encontra, no processo educativo, esses gêneros que reagem diante da atividade educativa, ora resistindo, ora desistindo, mas há muitos que sabem como enfrentar tais diversidades e permanecem até o fim. A resistência dos educandos é vencida pela insistência dos educadores.

Não o desanimou, nem a primeira, nem a segunda, nem a terceira perda ou dificuldades; continuou por diante a semear, e foi com tanta felicidade, que nesta quarta, e última parte o trigo, se restauraram com vantagem as perdas das demais (VIEIRA, 2015, t. II, v. II, p. 47).

É inestimável e imensurável a influência do educador para que a sementeira (educação) floresça na vida dos educandos. E, para superar essas dificuldades e contradições, Vieira faz uso de cinco *representações*, sob o nosso ponto de vista, e que desenvolveremos a seguir.

Antes, porém, ao *comparar* as dificuldades de entendimento com os espinhos para receber o conhecimento (no caso, o Evangelho), mas antes de o embaraço dos espinhos afogar a semente, ela nasce e só depois é sufocada e morre sem dar frutos, ou seja, para Vieira, o educando sempre aprende e só depois pode deixar de produzir resultados esperados.

O educando só não aprende se não ouvir ou não entender o que está sendo dito ou escrito. “De maneira que o trigo, que caiu na boa terra, nasceu e frutificou; o trigo, que caiu na má terra, não frutificou, mas nasceu” (VIEIRA, 2015, t. II, v. II, p. 51). Portanto, todo educando por princípio aprende e, se houver uma *mediação* adequada ao seu momento de aprendizagem, aprende mais ainda. “Os espinhos são os corações embaraçados com cuidados, com riquezas, com delícias; e nestes afoga-se a palavra de Deus” (VIEIRA, 2015, t. II, v. II, p. 48). Por má orientação dos mediadores aos educandos, podendo aqueles ser a sociedade ou os educadores, os espinhos, como riquezas e delícias, fazem com que a apropriação do conhecimento se torne algo muito difícil, assim como é difícil sair da ignorância sem uma mediação. Colocando os espinhos como dificuldades na aprendizagem, Vieira está presentificando, para os seus ouvintes na Capela Real, que a fuga dos sofrimentos por meios de promessas de facilidades do mundo vivido não corresponde à realidade, ou que culpar os ouvintes pelos seus corações embaraçados não é verdadeiro. Evidentemente que não havia a preocupação com o conhecimento, propriamente dito, mas sim com o direcionamento do conhecimento aos ouvintes.

Os espinhos são pontiagudos e classificados por Vieira como os piores que há, porque selecionam o que querem ouvir: sutilezas, avaliar pensamentos e a picar quem não os pica. Esse entendimento só é utilizado depois que acontece a apropriação do conhecimento. E isso não está no controle do educador ou da educação, são decisões tomadas e que por vezes ocorrem antes de o educando entrar no processo educativo institucionalizado, uma vez que a educação também acontece fora das instituições formais, pois a sociedade é toda educativa. Portanto, o educador possui limitações no processo educativo e culpá-lo pelo fracasso educacional pode ser uma injustiça.

Os piores ouvintes são as pedras, e os espinhos. E porquê? Os espinhos por agudos, as pedras por duras. Ouvintes de entendimento agudos, ouvintes de vontades endurecidas, são os piores que há. Ouvintes de entendimentos agudos são maus ouvintes, porque vêm só a ouvir sutilezas, a esperar galantarias, a avaliar pensamentos, e as vezes também a picar a quem os não pica [...]. Cuidais que o Sermão vos picou a vós, e não é assim; vós sois o que picais o Sermão. Por isto são maus ouvintes os de entendimentos agudos. Mas os de vontades endurecidas ainda são piores; porque um entendimento agudo pode-se ferir pelos mesmos fios, e vencer-se uma agudeza com outra maior; mas contra vontades endurecidas nenhuma coisa aproveita a agudeza, antes dana mais, porque quanto as setas são mais agudas, tanto mais facilmente se despontam na pedra (VIEIRA, 2015, t. II, v. II, p. 51).

Os maus ouvintes possuem sensibilidade afiada e não boa vontade, e, mesmo com entendimentos agudos e vontades endurecidos, o conhecimento nasce. Para Vieira, a resistência ao conhecimento pode ser quebrada e superada com o tempo. “[...] Mas virá o tempo, em que essas mesmas pedras O aclamem, e esses mesmos espinhos O coroem” (VIEIRA, 2015, t. II, v. II, p. 52). Essa aposta na mudança de comportamento faz com que Vieira demonstre a sua capacidade de acreditar no ser humano como um ser bom, ou seja, a má vontade pode ser mudada para boa vontade. Quem tem a responsabilidade por essa mudança é o *mediador*, no caso, o educador. Por princípio o conhecimento nasce em todos os quatro gêneros humanos que existem: “[...] criaturas racionais, como os homens; criaturas sensitivas, como os animais; criaturas vegetativas, como as plantas; criaturas insensíveis, como as pedras; e não há mais” (VIEIRA, 2015, t. II, v. II, p. 45).

O trigo que caiu sobre as pedras significa os corações insensíveis. Os seres humanos de corações insensíveis são os cínicos, incapazes de se colocar no lugar do outro, de compadecer-se com o sofrimento alheio e, portanto, não agem e podem impedir as ações dos outros. “Quais vos parece que são as pedras, sobre que caiu parte do trigo do Evangelho? Explicando Cristo a Parábola diz que as pedras são aquelas que ouvem a pregação com gosto” (VIEIRA, 2015, t. II, v. II, p. 72). O gostar da pregação não significa que mudará o comportamento dos ouvintes, pois, ao se falar o que querem ouvir, pode-se gerar apenas uma satisfação na alma, mas não levar à ação alguma. “De maneira que o frutificar não se ajunta com o gostar” (VIEIRA, 2015, t. II, v. II, p. 72).

Para que haja frutos, na mudança de comportamento as pedras devem ser quebradas no coração dos ouvintes, a insensibilidade deve ser substituída pela sensibilidade. Cabe ao pregador a tarefa de transformar tais corações, visto que ninguém nasce insensível, a insensibilidade é uma construção no seio da sociedade que educa. As pedras nos corações dos ouvintes são quebradas com impactos de ideias e *exemplos* de ações, quer seja do pregador, quer seja dos outros em sua volta em quem o pregador tem enorme influência. Por isso, o pregador é o principal responsável no processo educativo dos ouvintes diante no púlpito, no entender de Vieira.

Por fim, o trigo que caiu no caminho e foi comido pelas aves são os corações sensíveis dos ouvintes. “Outra parte caiu no caminho, e pisaram-no os homens, e comeram as aves [...]. Ora vede como todas as criaturas do mundo, se armaram contra a sementeira” (VIEIRA, 2015, t. II, v. II, p. 45). O caminho é um meio por onde passam todos os tipos de coisas: coisas boas e más, salvação e danação, libertação e opressão, entre outras. A doutrina

pode ser entendida como um tipo conhecimento que muitos desejam, mas que muitos desprezam por ignorância. Aqueles que sabem o valor do conhecimento (como doutrina) o temem e o valorizam na mesma proporção, só os ignorantes desprezam os dois, mas sofrem os seus efeitos.

Estas aves, como explicou o mesmo Cristo, são os Demônios, que tiram a palavra de Deus dos corações dos homens: *Venit Diabolus, et tollit verbum de corde eorum*. Pois porque não comeu o Diabo o trigo, que caiu entre os espinhos? Ou o trigo que caiu nas pedras, senão o trigo que caiu no caminho? Porque o trigo, que caiu nas pedras, senão o trigo que caiu no caminho? Porque o trigo que caiu no caminho [...] ‘pisaram-no os homens’; e a doutrina, que os homens pisam, a doutrina que os homens desprezam, essa é a de que o Diabo se teme. Dessoutros conceitos, dessoutros pensamentos, dessoutras subtilizas que os homens estimam, e prezam, dessas não se teme, nem se acautela o Diabo; porque sabe que não são essas as pregações que lhe hão de tirar as almas das unhas. Mas daquela doutrina que cai: *Secus viam*; daquela doutrina que parece comum a: *Secus viam*; daquela doutrina que parece trilhada: *Secus viam*; daquela doutrina que nos põe em caminho, e em via da nossa salvação (que é a que os homens pisam, e a que os homens desprezam), essa é a de que o Demônio se receia, e se acautela; essa é a que procura comer, e tirar do mundo (VIEIRA, 2015, t. II, v. II, p. 72).

A doutrina ou conhecimento que o diabo teme é a de tirar a ignorância dos seres humanos, conduzindo-os à liberdade para enfrentar e lutar contra todas as crenças (inclusive a crença em diabos), os perigos, os medos, as superstições, ou seja, todas as coisas que enfraquecem e tiram a essência do ser humano diante do mundo. O conhecimento tem o poder de devolver ao ser humano o controle sobre o mundo vivido. Os pregadores, no entender de Vieira, são os responsáveis pela ignorância dos ouvintes. Cabe aos pregadores fazer com que o conhecimento frutifique nos ouvintes, movendo-os à ação.

Os ouvintes não têm culpa pela sua má vontade ou sua agudeza diante do conhecimento: a culpa está em quem quer a sua mudança e não consegue mudá-los para agirem. “Por culpa dos pregadores. Sabeis, pregadores, porque não faz o fruto a palavra de Deus? Por nossa culpa” (VIEIRA, 2015, t. II, v. II, p. 52). Com isso, Vieira espeta e coloca uma pedra na sandália dos pregadores com o seu modo de pregar, considerando-os responsáveis pelos maus resultados de suas atividades como educadores.

3.1.2 As *representações* como mediadoras para o ensino no Sermão da Sexagésima

Ao responsabilizar os pregadores pelo fracasso dos resultados ou falta de frutos, Vieira destaca as variantes no processo de educar. “No pregador podem-se considerar cinco circunstâncias: a Pessoa, a Ciência, a Matéria, o Estilo, a Voz” (VIEIRA, 2015, t. II, v. II, p. 53). Para enfrentar essas dificuldades do pregador, denominadas por Vieira de circunstâncias, este faz uso das *representações* como *mediações* e, de forma clara e detalhada, examina cada uma dessas dificuldades diante dos seus ouvintes.

Na primeira *representação*, Vieira faz uso como *mediação* a *pessoa* do pregador. A *pessoa* do pregador no processo educativo é presentificada diante de ausências, das incompetências dos educadores. Vieira destaca o *exemplo pessoal* e o modo de ser daquele que semeia (educa), mas não é o semeador (educador). “Entre o semeador, e o que semeia há muita diferença: uma coisa é o soldado, e outra coisa o que peleja; uma coisa é o governador, e outra o que governa” (VIEIRA, 2015, t. II, v. II, p. 53). O semeador (educador) é o nome, e o que semeia (educa) é a ação. A ação é o que caracterizará o ser do educador.

A razão disto é: porque as palavras ouvem-se, as obras veem-se; as palavras entram pelos ouvidos, as obras entram pelos olhos: e a nossa alma rende-se muito mais pelos olhos, que pelos ouvidos. [...] E o que entra pelos ouvidos crê-se, o que entra pelos olhos necessitam. Viram os ouvintes em nós o que nos ouvem a nós, e o abalo, e os efeitos do Sermão seriam muitos outros (VIEIRA, 2015, t. II, v. II, p. 53).

Essa distinção entre a *pessoa* que educa e o educador, segundo Vieira, é uma maneira de fazer com que os ouvintes observem os comportamentos coerentes ou não com os ensinamentos de Cristo e da Igreja, os *exemplos* de vida por parte daqueles que querem ensinar. Os *exemplos*, os comportamentos da pessoa dos pregadores eram *mediações* como *representações* diante da sociedade de corte que era muito importante, visto que os pregadores frades dominicanos pertenciam e dirigiam o Santo Ofício português. O pregador é um modelo para os ouvintes. “Se a minha vida é apologia contra a minha doutrina; se as minhas palavras vão já refutadas nas minhas obras; se uma coisa é o semeador, e outra o que semeia: como se há de fazer frutos?” (VIEIRA, 2015, t. II, v. II, p. 56). Além desse aspecto, é enfrentada a relação dialética entre *palavras* e *ações*; e ouvir e olhar ajuda a esclarecer para os ouvintes as vantagens de utilizar adequadamente as *representações* visuais.

[...] A relação do pregador entrava pelos ouvidos; a representação daquela figura entra pelos olhos. Sabem, Padres Pregadores, porque fazem pouco abalo os nossos sermões? Porque não pregamos aos olhos, pregamos só aos ouvidos (VIEIRA, 2015, t. II, v. II, p. 55).

Esse pregar com os olhos é mostrar às pessoas atitudes coerentes com a fé e incentivá-las a fazer sacrifícios e penitências (a quaresma católica era um momento oportuno para isso) aos olhos de todos, além das *representações* teatrais dos principais momentos do calendário religioso católico. Educar com os olhos é utilizar *exemplos* claros com relação direta com o tema proposto, ou problema apresentado pelo mundo vivido para a compreensão dos ouvintes.

Na segunda *representação*, Vieira faz uso como *mediação* da *ciência* (o conhecimento). A *ciência* deve ser a sua e não a de outro. O conhecimento do pregador deve ser produzido por ele próprio para que os educandos possam compreender adequadamente, se for somente transmissão de outro, for somente um repassador de conhecimento, não haverá frutos, ou seja, o educador deve ser produtor de conhecimento assim como a terra produz fruto, ser educativo. Caso contrário, é apenas informação que cairá no esquecimento e não se transformará em ação.

O pregador há de pregar o seu, e não o alheio. [...] Porque o alheio, e o furtado não é bom para semear, ainda que o furto seja de ciência. Comeu Eva o pomo da ciência, e queixava-me eu antigamente desta nossa Mãe [...]. Porque o pomo era furtado; e o alheio é bom para comer, mas não é bom para semear: é bom para comer, porque dizem que é saboroso; não é bom para semear, porque não nasce (VIEIRA, 2015, t. II, v. II, p. 63).

Caso esse conhecimento em forma de informação não seja esquecido, não se firmará porque lhe faltam raízes, profundidade, porque a luta do educador é contra os vícios e os maus hábitos adquiridos pelos educandos, não por culpa deles somente, mas por culpa de toda a sociedade educativa, conforme descrevemos anteriormente.

O pregar é entrar em batalha com os vícios; e armas alheias, ainda que sejam as de Aquiles, a ninguém deram vitória. Quando Davi saiu a campo com o Gigante, ofereceu-lhe Saul as suas armas, mas ele não as quis aceitar (VIEIRA, 2015, t. II, v. II, p. 63).

A luta do educador contra as más orientações dos educandos deve ser travada com o conhecimento produzido pela experiência teórica, de vida e de reflexão, produzida por ele como autoconhecimento. Porque o educar acontece com a troca de conhecimentos entre

educador e ouvinte. A luta sempre é do conhecimento do educador com rigor, sólido, com raízes contra o conhecimento superficial ou informação dos ouvintes, advindos das más orientações.

Desta maneira eram as redes suas: e porque desta maneira eram suas, por isso eram redes de pescadores, que haviam de pescar homens. Com redes alheias, ou feitas por mão alheia, podem-se pescar peixes; homens não se podem pescar. A razão disto é: porque nesta pesca de entendimentos, só quem sabe fazer a rede sabe fazer o lanço. Como se faz uma rede? Do fio, e do nó se compõe a malha: quem não enfia, nem ata, como há de fazer rede? [...] A rede tem chumbada que vai ao fundo, e tem cortiça que nada em cima da água. A pregação tem umas coisas de mais peso, e de mais fundo; e tem outras mais superficiais, e mais leves: e governar o leve, e o pesado, só o sabe fazer quem faz a rede. Na boca de quem não faz a pregação, até o chumbo é cortiça. As razões não hão de ser enxertadas, hão de ser nascidas. O pregar não é recitar. As razões próprias nascem do entendimento; as alheias vão pegadas à memória: e os homens não se convencem pela memória, senão pelo entendimento (VIEIRA, 2015, t. II, v. II, p. 64).

O convencimento feito pelo entendimento acontece à medida que os ouvintes percebem os nós feitos e desfeitos pelo educador. Os nós são as rupturas, as cisões no interior do entendimento dos ouvintes, e somente são percebidos quando são desfeitos diante dos seus olhos. Esses nós desfeitos diante dos olhos do entendimento possibilitam que os ouvintes compreendam os problemas e as possíveis soluções no mundo vivido por eles. E assim os interlocutores podem aprender que com o conhecimento possibilita atar e desatar os nós (problemas) no mundo vivido. O conhecimento (ciência) faz com que os juízos (capacidade de juntar dois ou mais conceitos para afirmar ou negar algo) dos ouvintes possibilitem saber o momento para resolver os problemas. “Porque o que há de dizer o pregador não lhe há de sair só da boca, há-lhe de sair pela boca, mas da cabeça. O que sai só da boca para nos ouvidos; o que nasce do juízo penetra, e convence o entendimento” (VIEIRA, 2015, t. II, v. II, p. 64).

Na terceira *representação*, Vieira faz uso, como *mediação*, da *matéria* (conteúdo). “O sermão há de ser de uma só cor, há de ter um só objeto, um só assunto, uma só matéria” (VIEIRA, 2015, t. II, v. II, p. 61). Se o semeador utilizar várias sementes ou gêneros de sementes para a mesma terra, nascerão todas juntas, impossibilitando a colheita e, portanto, comprometendo a produtividade. No entendimento de Vieira, ao se utilizar de vários assuntos no mesmo sermão, denominado de apostilar, isso gera confusão na mente dos ouvintes. “Usa-se hoje o modo, que chamam de apostilar o Evangelho, em que tomam muitas

matérias, levantam muitos assuntos” (VIEIRA, 2015, t. II, v. II, p. 60). Tratar de muitas *matérias* no mesmo sermão gera confusão ou dúvida do que devem fazer os ouvintes ao sair da pregação, daí a falta de resultados da atividade educativa dos pregadores.

Há de tomar o pregador uma só matéria; há de defini-la, para que se conheça; há de dividi-la, para que se distinga; há de prová-la com a Escritura; há de declará-la com a razão; há de confirmá-la com o exemplo; há de amplificá-la com as causas, com os efeitos, com as circunstâncias, com as conveniências, que se hão de seguir, com os inconvenientes, que se devem evitar; há de responder às dúvidas; há de satisfazer as dificuldades; há de impugnar, e refutar com toda a força da eloquência os argumentos contrários; e depois disto há de colher, há de apertar, há de concluir, há de persuadir, há de acabar. Isto é sermão, isto é pregar; e o que não é isto é falar de mais alto. Não nego, nem quero dizer, que o sermão não haja de ter variedade de discursos; mas esses hão de nascer todos da mesma matéria, e continuar, e acabar nela (VIEIRA, 2015, t. II, v. II, p. 61).

A partir dessa orientação e sistematização pedagógica objetiva do procedimento de como organizar uma *matéria* na pregação para garantir o convencimento, Vieira distingue a sua forma de orientar os ouvintes das dos demais pregadores do Império Português. Além do mais, ele cobra a necessidade de se obter frutos, atingir os objetivos com essa atividade educativa, caso contrário, a atividade é inútil, sem convencimento algum. E, naquele momento, Vieira entende que é necessário persuadir os integrantes da Corte de Lisboa para a mudança de comportamento diante dos episódios políticos e econômicos, conforme mencionamos anteriormente. “[...] Uma coisa é expor, e outra pregar; uma ensinar, e outra persuadir. E desta última é que eu falo [...]. Mas nem por isso entendo que seja ainda esta a verdadeira causa, que busco” (VIEIRA, 2015, t. II, v. II, p. 62). Os objetivos que Vieira busca ultrapassam a simples persuasão dos seus ouvintes.

Na quarta *representação*, Vieira faz uso, como *mediação*, do *estilo*. O *estilo* do pregador faz com que a sua presença seja visível, procure ser compreendido e flua naturalmente no seu ato de educar. O ato de educar é uma arte sem arte ou união de todas as artes. “Por isso Cristo comparou o pregar ao semear [...]. Porque o semear é uma arte, que tem mais de natureza, que de arte. Nas outras artes tudo é arte [...]. O semear não é assim. É uma arte sem arte: caia onde cair” (VIEIRA, 2015, t. II, v. II, p. 56). Ao ser lançada a semente (conhecimento) pelo semeador (educador), ela cairá nos diferentes gêneros de pessoas e nascerá de alguma maneira, mas pode não dar fruto algum. O *estilo* é a forma como a semente cairá, e Vieira aponta três tipos de estilos de esta cair. “Há de cair com queda, há

de cair com cadência, há de cair com caso. A queda é para as coisas, a cadência para as palavras, o caso para a disposição” (VIEIRA, 2015, t. II, v. II, p. 57).

A disposição é a atitude de se estar posicionado duas vezes diante da exigência da tarefa ou problema a ser resolvido. O estar disposto faz com que a execução da tarefa ocorra como fosse algo natural, quando na realidade é uma atitude (é uma ação continua) intencionada e pedagógica. Essa intenção é outra *mediação* educativa. “[...] O caso é para a disposição, porque há de ser tão natural, e tão desafetada, que pareça caso, e não estudo. *Cecidit, cecidit, cecidit*” (VIEIRA, 2015, t. II, v. II, p. 57). Essa circunstância do *estilo* do caso é, para a disposição, aquilo que faz com que o dever de organizar o sermão seja algo incorporado na maneira de ser do pregador. Esse *estilo* está longe de ser culto, mas busca clareza e distinção na compreensão dos conceitos para facilitar o entendimento dos ouvintes durante e depois do sermão.

Sim, Padre: porém esse estilo de pregar não é pregar culto. Mas fosse! Este desventurado estilo, que hoje se usa, os que o querem honrar chamam-lhe culto; os que o condenam chamam-lhe escuro [...]. O estilo culto não é escuro, é negro, e negro boçal, e muito cerrado. É possível que somos Portugueses, e havemos de ouvir um pregador em Português, e não havemos de entender o que diz? (VIEIRA, 2015, t. II, v. II, p. 59).

O pregador deve fazer com que os ouvintes *visualizem* o que ele está dizendo por meio de *representações* e não somente pela sua voz. Essa é a matéria que deve ser transmitida. “[...] E agora é *Ecce Homo* visto: a relação do pregador entrava pelos ouvidos; a representação daquela figura entra pelos olhos” (VIEIRA, 2015, t. II, v. II, p. 55). O *ver* como forma de entendimento necessita, novamente, do *exemplo* direto para a circunstância em questão, mas Vieira não menciona, em nenhum momento, o uso de muitos *exemplos*. Por isso, o educador deve refletir, com muita calma, na escolha do *exemplo* a ser utilizado para o tema selecionado para a educação dos ouvintes. As *representações* como *exemplo* devem fazer parte do *estilo* como forma de fazer com que haja a união da palavra com a ação, ou seja, a pregação deve corresponder a palavras com ações. “Verbo Divino é palavra Divina; mas importa pouco que as nossas palavras sejam divinas, forem desacompanhadas de obras” (VIEIRA, 2015, t. II, v. II, p. 54).

Esse *estilo* de pregar como uma composição, no entender de Vieira, aprendemos com Cristo, e não é inferior a nenhum outro. “O estilo pode ser muito claro, e muito alto: tão claro, que o entendam os que não sabem; e tão alto, que tenham muito a entender nele os

que sabem” (VIEIRA, 2015, t. II, v. II, p. 58). O domínio do conhecimento é do pregador tanto para aqueles que não sabem, tanto para aqueles já dominam o assunto. Outro meio para a corroboração dos fundamentos desse estilo Vieira busca nos santos padres medievais: Nazianzeno, Ambrósio, Tertuliano, Santo Agostinho e São Jerônimo, entre outros.

Por fim, na quinta *representação*, Vieira faz uso, como *mediação*, da *voz*. A *voz* é um instrumento que presentifica e se coloca entre as intenções, as ideias do pregador e sua forma de ver o mundo e a forma de ver dos ouvintes. Ela pode ser veiculada por meio de brados, de gritos ou de conversa no tom suficiente para que chegue aos ouvidos.

Antigamente pregavam bradando, hoje pregam conversando. Antigamente a primeira parte do pregador era boa voz, e bom peito. E verdadeiramente, como o mundo se governa tanto pelos sentidos, podem às vezes mais os brados, que a razão (VIEIRA, 2015, t. II, v. II, p. 65).

A *voz* é uma *mediação* importante ao ponto de que sem ela não há comunicação oral, mas Vieira entende que o uso dos sentidos ajudam o desenvolvimento da razão no processo educativo dos ouvintes.

Assim há de ser a voz do pregador: um trovão do Céu, que assombre, e faça tremer o mundo. [...] E não há dúvida que o prazer familiarmente, e o falar mais ao ouvido, que aos ouvidos, não só concilia maior atenção, mas naturalmente, e sem força se insinua, entra, penetra, e se mete na alma (VIEIRA, 2015, t. II, v. II, p. 66).

A *voz* ser um trovão do céu não quer dizer na altura, no entendimento de Vieira, mas nos efeitos nas almas dos ouvintes, modificando os comportamentos destes de dentro para fora. A *voz*, quando chega aos ouvidos e entra na alma, pode provocar crise, ruptura, cisão na visão de mundo dos ouvintes, forçando-os a reorganizar a forma de ver os problemas que os atingem. A orientação educativa tem seu início como verdadeiro conhecimento à medida que as rupturas acontecem nos ouvintes.

Dir-me-eis o que a mim me dizem, e o que já tenho experimentado, que se pregamos assim, zombam de nós os ouvintes e não gostam de ouvir [...]. A doutrina de que eles zombam, a doutrina que eles desistiram, essa é a que lhes devemos pregar e por isso mesmo: porque é a mais proveitosa, e a mais hão mister (VIEIRA, 2015, t. II, v. II, p. 71).

No processo de provocar rupturas, às vezes muitos ouvintes não querem ouvir a *voz* perturbadora do pregador, de modo especial, quando ele diz aquilo que lhes perturba o

entendimento com ideias de uma visão contrária às suas ou que contrarie os seus desejos e objetivos. “ [...] Cada palavra sua havia de ser um raio para os corações, que havia de pregar com o zelo, e com o fervor de um Elias, que com a voz, com o gesto, e com as ações havia de fazer em pó, e em cinza os vícios” (VIEIRA, 2015, t. II, v. II, p. 70).

Por meio da *voz* as *palavras* devem vir acompanhadas de ações, essa é a característica principal do pregador, apontada por Vieira. Mas o não gostar de ouvir é o que produz frutos.

A pregação que frutifica, a pregação que aproveita, não é aquela que dá gosto ao ouvinte; é aquela que lhe dá pena. Quando o ouvinte a cada palavra do pregador treme; quando cada palavra do pregador é um torcedor para o coração do ouvinte; quando o ouvinte vai do sermão para casa confuso, e atônito, em saber de si, então é a pregação qual convém, então se pode esperar que faça fruto: *Et fructum afferunt in patientia* (VIEIRA, 2015, t. II, v. II, p. 72).

De acordo com relatos dos testemunhos, esse sermão na Capela Real em Lisboa, em 1655, gerou muitos frutos, no entender de Vieira, porque foi exatamente o que aconteceu. A quaresma que em breve se iniciará de acordo com o calendário litúrgico é o momento próprio para a mudança de comportamento, e Vieira intencionalmente organiza o sermão detalhadamente e de acordo com a sua estrutura lógica para todos os sermões a partir do seu sermão modelo: o **Sermão da Sexagésima**.

3.2 AS REPRESENTAÇÕES DO ENSINO NO SERMÃO DO ESPÍRITO SANTO

O problema fundamental do **Sermão do Espírito Santo** são as dificuldades do ensino, identificadas por Vieira na sua atividade missionária no Maranhão, no ano de 1657. Esse sermão foi pregado na véspera do envio de alguns religiosos para o interior da floresta Amazônica, junto com colonizadores portugueses e outros auxiliares para capturar indígenas, para orientar os religiosos sobre as dificuldades que encontrariam na atividade na educação da fé e como poderiam superá-las.

No primeiro momento ele faz um relato das dificuldades do ensino nesse sermão, enfrentadas pelos religiosos e que eram comuns sob o ponto de vista pedagógico com os indígenas. Na introdução do sermão, após a leitura do Evangelho do dia, Vieira faz uma lamentação das dificuldades nas atividades de ensino comuns naquela região. “A sexta vez

é hoje, que no ano presente, e nos dois passados me ouvis pregar este mesmo ministério. Mas não será esta somente a sexta vez, em que vós, e eu experimentamos o pouco fruto, com que esta terra responde” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 244).

A dificuldade do ensino na América portuguesa era compartilhada por diversas vezes pelos religiosos ao público, portanto, era assunto muito discutido por todos que frequentavam as atividades da Igreja Católica, e não somente no interior dos colégios. Portanto, esse sermão responde a diversas perguntas e inquietações por parte dos ouvintes, ou seja, por meio dele Vieira comunica a sua forma de ver o ensino e demonstra o quanto é informado sobre a região em que se encontravam.

O mar Mediterrâneo no mais largo da boca tem sete léguas, e o Rio das Amazonas oitenta; o mar Mediterrâneo do Estreito de Gibraltar até as praias da Síria, que é maior longitude, tem mil léguas de comprido, e o Rio Amazonas da Cidade de Belém para cima já se lhe tem contado mais de três mil, e ainda se lhe não sabe princípio (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 256).

Ainda na introdução do sermão, Vieira faz uso do argumento de autoridade destacando que o autor do sermão não é pregador, pelo menos naquele lugar, e sim Cristo. “Os Sermões, as verdades, a doutrina, que pregamos, não é nossa, é de Cristo. [...] O ‘Espírito Santo’ (diz Cristo) ‘vos ensinará tudo o que Eu vos tenho dito” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 244). Vieira (2015) afirma e repete várias vezes que quem ensina a todos é o Espírito Santo, mas nem todos aprendem. “Porque para aprender, não basta só ouvir por fora, é necessário entender por dentro. Se a luz de dentro é muita, aprende-se muito; se pouca, pouco; se nenhuma, nada” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 245). Vieira destaca que a aprendizagem acontece de dentro para fora e necessita de palavras e luz (entendimento). As *palavras* são proferidas pelo pregador (mediador), mas a luz vem do Espírito Santo. A luz é o entendimento racional que vem dos sentidos, Vieira segue a tradição racionalista que vem desde Aristóteles, Santo Tomás de Aquino e está, neste momento num ambiente, fortemente influenciado pelas teses racionalistas cartesianas dentro da Companhia de Jesus.

3.2.1 Sermão do Espírito Santo e os problemas a serem superados para ensinar

No processo do ensino, de modo geral, Vieira *classifica* dois tipos de educandos: um de nações fiéis e políticas e outro de nações infiéis: bárbaras e incultas. Para o ensino de nações fiéis e políticas, é necessária maior sabedoria do que amor. Já para o ensino de nações bárbaras e incultas é necessário maior amor que sabedoria. Para o ensino sempre são necessárias as duas coisas: amor e sabedoria. “[...] Porque quem não ama não quer, e quem não sabe não pode; mas esta necessidade de sabedoria, e amor são sempre com a mesma igualdade” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 246). Cabe ao educador fazer a dosagem de acordo com as circunstâncias em que está inserido, e Vieira entende que, no caso das nações bárbaras e incultas do Maranhão e Grão-Pará, era necessário muito amor.

A missão do Filho foi só a uma nação fiel, e política, porque foi só aos filhos de Israel [...]. A missão do Espírito Santo foi principalmente às nações incultas e bárbaras; porque foi para todas as nações do mundo que por isso desceu, e apareceu em tanta diversidade de línguas: *Apparuent dispertitae linguae* [At 2, 3]. E como a primeira missão era uma nação política, e a segunda para todas as nações bárbaras (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 246).

O amor move as disposições para as ações em direção ao outro. Toda atenção e preocupação são direcionadas para o fora de si. O amor faz com o egoísmo dê lugar à alteridade. A pedagogia é, na sua essência, uma relação de alteridade, caso contrário, pode ser causa de muito sofrimento para o educador e educando. O querer é a disposição necessária para o ensino, mas o que move o querer vem do amor. Para o ensino de pessoas incultas e bárbaras, como os indígenas da América portuguesa, era necessário muito amor diante das enormes dificuldades apresentadas nessa realidade, segundo Vieira (2015, t. II, v. V, p. 248)

[...] É necessário amor, e muito amor; que será para ir tirar das brenhas feras, para as amansar, e afeiçoar aos novos pastos, para as acostumar à voz do pastor, e à obediência do cajado, e sobretudo para desprezar os perigos de se confiar de suas garras, e dentes, enquanto são ainda feras, e não ovelhas? Se é necessário amor para ser pastor de ovelhas que comem no prado, e bebem no rio; que amor será necessário para ser pastor de ovelhas que talvez comem os pastores, e lhes bebem o sangue?

Na ordem bíblica, “Ide por todo mundo, e pregai a toda criatura” (Mt. 16,15), estão inclusas as pessoas incultas e bárbaras na América portuguesa, com necessidade de muito amor como nunca se viu no mundo. Por dois motivos, o primeiro pela qualidade das pessoas e o segundo, pela dificuldade das línguas. “Primeiramente, pela qualidade da gente: porque destas terras é mais bruta, a mais ingrata, a mais inconstante, e a mais avessa, a mais trabalhosa de ensinar de quantas há no mundo” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 249). Esse problema obrigará os religiosos, entre eles, Vieira, a buscar formas diferentes de como orientar os indígenas para que compreendam e mudem o comportamento, mas dificuldades não param por aqui.

Não há Gentios no mundo que menos repugnem à doutrina da Fé, e mais facilmente a aceitem, e recebam, que os Brasis; [...] mas porque essa mesma facilidade, com que creem, faz que o seu crer em certo modo seja como o não crer. Outros Gentios são incrédulos até crer, os Brasis ainda depois de crer são incrédulos; em outros Gentios a incredulidade é incredulidade, e a Fé é Fé; nos Brasis a mesma Fé, ou é, ou parece incredulidade (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 250).

Essa aceitação e a não aceitação da fé ao mesmo tempo foram identificadas por Vieira. Essa característica da cultura Indígena foi passada para as próximas gerações, e a religiosidade muito marcante no ser humano na América portuguesa apresenta essa característica num grau maior ou menor, dependendo da doutrina religiosa, até hoje. Tal característica constitui um aspecto da aculturação dos indígenas e compromete as atividades, passando a ser vista como uma relação contraditória com a doutrina religiosa. A fé nos indígenas está *presente* e ao mesmo tempo se faz *ausente*.

Tal é a fé dos Brasis: é fé, que parece incredulidade, e é incredulidade, que parece fé: e fé, porque creem sem dúvida, e confessam sem repugnância tudo o que lhes ensinam, e parece incredulidade, porque com a mesma facilidade, com que aprenderam; e com a mesma facilidade, com que creram, descreem (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 251).

Após essa constatação, Vieira vê a conversão dos indígenas muito comprometida e muito trabalhosa, caso se queira revertê-la porque o trabalho de orientação para a conversão necessita de continuidade. “Há-se de estar sempre ensinando o que já está aprendido, e há-se de estar sempre plantando o que está nascido, sob pena de perder o trabalho, e mais o fruto” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 251). Contrário aos outros gentios pelo mundo, os do Brasil são muito diferentes, Vieira *compara-os*, utilizando-se de *figuras* em forma de estátua:

a estátua de mármore, simbolizando os japoneses ou os orientais, e a estátua de murta, simbolizando os indígenas da América portuguesa.

A *comparação* deve ser feita de um único *exemplo* e deve-se demorar nele para que não reste dúvida, cuja finalidade é tornar presente o problema na mente dos ouvintes e de *representação em representação* o entendimento vai ficando mais claro.

A Estátua de mármore custa muito a fazer, pela dureza, e resistência da matéria; mas depois de feita uma vez, não é necessário que lhe ponham mais a mão, sempre conserva, e sustenta a mesma figura; a Estátua de murta é mais fácil de formar, pela facilidade com que dobram os ramos; mas é necessário andar sempre reformando, e trabalhando nela, para que se conserve. Se deixa o jardineiro de assistir, em quatro dias sai um ramo, que lhe atravessa os olhos, sai outro, que lhe descompõe as orelhas, saem dois, que de cinco dedos lhe fazem sete; e o pouco antes era homem já é uma confusão verde de murtas. Eis aqui a diferença que há entre umas nações, e outras na doutrina da fé. Há umas nações naturalmente duras, tenazes, e constantes, as quais dificultosamente recebem a fé, e deixam os erros de seus antepassados; resistem com as armas, duvidam com o entendimento, repugnam com a vontade, cerram-se, teimam, argumentam, replicam, dão grande trabalho até se renderem; mas uma vez rendidos, uma vez que recebem a Fé, ficam nela firmes, e constantes como Estátua de mármore, não é necessário trabalhar mais com eles. Há outras nações pelo contrário (e estas são as do Brasil) que recebem tudo o que lhes ensinam, com grande docilidade, e facilidade, sem argumentar, sem replicar, sem duvidar, sem resistir; mas são Estátuas de murta, que em levantando a mão, e a tesoura o jardineiro, logo perdem a nova figura, e tornam à bruteza antiga, e natural, e a ser mato como dantes eram (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 252).

Essa *representação* da primeira dificuldade mostra claramente que o processo educativo dos indígenas não constitui algo fácil, Vieira o *classifica* como o mais difícil do mundo por sempre ter de ensinar o ensinado, ou seja, algo nunca visto em lugar algum. Essa *classificação* estava embasada nas informações trocadas por meio das correspondências que a Companhia de Jesus fazia entre todos os colégios e missões espalhas pelo mundo, além de ser algo nunca relatado pela literatura da história da Igreja Católica e nem pelos santos padres estudados por Vieira.

A outra dificuldade na educação dos indígenas do Brasil, denominada por Vieira de segunda circunstância, as *línguas*. “Se o Espírito Santo descera hoje em línguas milagrosas, como antigamente, não tinha tanta dificuldade o pregar aos Gentios; mas haverem-se de aprender essas línguas [...], é uma empresa muito dificultosa” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 254).

Para vencer essa dificuldade de ensino, é necessário muito amor à educação e aos educandos. Para a *classificação* das dificuldades com as *línguas* entre fácil, difícil e

difícilima, Vieira encontra o seu fundamento na Bíblia, que constitui a base para se superar os problemas.

[...] Deus no ofício de pregar três gêneros de empresas: uma fácil, outra dificultosa, outra dificultosíssima. A fácil é pregar a gente da própria nação, e da própria língua: *Vade ad filios Israel*; a dificultosa é pregar a uma gente de diferente língua, e diferente nação: *Ad populum profundi sermonis, et ignotae linguae*: a dificultosíssima é pregar a gentes não de uma só nação, e uma só língua diferente, senão de muitas, e diferentes nações, e muitas, e diferentes línguas, desconhecidas, escuras, bárbaras, e que se não podem entender (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 255).

O entendimento dessa dificultosíssima tarefa a ser superada não está somente na *língua*, mas principalmente na quantidade de *línguas* a serem aprendidas, sem base gramatical alguma ou dicionário com o mínimo de descrição das letras que sirvam de algum suporte para o aprendizado. Tudo nesse universo linguístico está por ser feito, tudo tem que começar do zero em toda a sua estrutura para a compreensão.

Porém os Missionários, que Portugal manda ao Maranhão, posto que não tenha nome de Império, nem de Reino, são verdadeiramente aqueles que Deus reservou para a terceira, última, e dificultosíssima empresa, porque vêm pregar a gentes de tantas e diversas, e tão incógnitas línguas, que só uma coisa se sabe delas, que é não terem número [...]. Pela muita variedade das línguas houve quem chamou ao Rio Amazonas ‘Rio Babel’. [...] As conhecidas até o ano de 639 no descobrimento do Rio Quito eram cento e cinquenta. Depois se descobriram muitas mais, e a menor parte do Rio, de seus imensos braços, e das nações, que os habitam, é o que está descoberto. Tantos são os povos, tantas, e tão ocultas as línguas (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 256).

As dificuldades com as *línguas* dos indígenas eram tantas que fica difícil entendermos tamanha complexidade, Vieira descreve-as começando pelo “ouvir”, que significa “entender”, mas nesse caso não é possível nem “ouvir”, e o mesmo acontece na identificação das vogais e consoantes, na pronúncia das *palavras* e, mais ainda, na forma de dicção por dicção, vocábulos por vocábulos, ou seja, é um conjunto de complexidades as inúmeras *línguas* praticadas no Brasil, tornando o trabalho educativo o mais difícil do mundo conhecido até então.

Por vezes me aconteceu estar com o ouvido aplicado à boca do bárbaro, e ainda do intérprete, sem poder distinguir as sílabas, nem perceber as vogais, ou consoantes, de que se formavam, equivocando-se a mesma letra com duas, três semelhantes, ou compondo-se (o que é mais certo) com mistura de todas elas: umas tão delgadas, e sutis, outra tão duras, e escabrosas, outras tão interiores, e escuras, e mais afogadas na garganta, que pronunciadas na língua; outras curtas, e subidas, outras tão estendidas, e multiplicadas, que não percebem os ouvidos mais que a confusão; sendo certo em todo rigor que as tais línguas não se ouvem, pois não se ouve delas mais que o som, e não palavras dearticuladas, e humanas (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 257).

Com todas as complexidades encontradas com os idiomas, Vieira não poupou esforços para compor uma gramática (que se perdeu em um dos vários naufrágios nos rios e nos mares e aos quais Vieira sobreviveu) e dicionários sem mestres, ou guias, sem papéis, sem ter que separar verbos, advérbios, proposições, nomes, tempos verbais, entre outros, para o aprendizado de algumas *línguas* e, assim, facilitar o aprendizado da doutrina. “O primeiro trabalho é ouvi-la; o segundo percebê-la; o terceiro reduzi-la a gramática, e a preceitos; o quarto estudá-la; o quinto (e não o menor, e que obrigou a São Jerônimo a limar os dentes) o pronunciar-la” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 257).

Apesar de todas as dificuldades, mas muito esforço, muitos religiosos, além de Vieira, aprenderam as *línguas* com o amor necessário para o processo educativo.

3.2.2 As representações como mediadoras para o ensino no Sermão do Espírito Santo

Para superar os dois problemas, a “qualidade” dos indígenas e o domínio das *línguas*, Vieira apresenta e faz uso de quatro *representações* que servem como *mediações* para que os missionários as tenham em mente, durante a missão para o interior do Maranhão, a partir do dia seguinte: todos educam; educação como arte; educar é deixar a ser o que era e, por fim, educar é ofício. Ao *presentificar* os dois problemas que estavam *ausentes* na mente dos ouvintes, principalmente, os integrantes da missão do dia seguinte, Vieira mobiliza a equipe com as tais *representações* para que saibam como agir diante das dificuldades que encontrarão.

A primeira *representação* como *mediação* é que *todos educam*, desde os soldados, os capitães e ajudantes até os missionários. A sociedade religiosa e seus integrantes fazem a mediação entre a educação com suas crenças desejadas pela maioria e os educandos. No entendimento de Vieira, *todos* são ministros do Evangelho. A palavra ministro vem do latim,

minus, que significa ‘menos’, ou seja, representam o Cristo de forma menor, mas o *representam* de certa maneira. “Quando ouvis os prêmios, que Cristo promete a Seus Ministros, não cuideis que só os Bispos, e os Clérigos são Ministros Seus: também vós por vosso modo não só podeis, mas deveis ser Ministros de Cristo” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 260). Com isso, mesmo se um capitão que vai à missão somente com a *intenção* de capturar os indígenas para escravizá-los, está participando dos ministérios de Cristo, porque, ao educar, está levando a água e o sangue. “O sangue significa o preço da Redenção, e a água a água do Batismo; e saiu o sangue junto com a água [...]. Abriu-o um soldado com uma lança, [...] os soldados concorrem para a formação da Igreja? Sim” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 261).

Outros integrantes da sociedade ou do grupo de missionários, como um capitão do mato, participam do processo educativo, no entender de Vieira, que dirá os pais de famílias. “[...] Em sua casa por amor de Cristo, e por amor da vida eterna ensine a todos os seus o que devem saber, encaminhe-os, exorte-os, repreenda-os, castigue-os [...] vivam conforme a Lei de Cristo” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 260). Um homem leigo tem o dever de fazer da sua casa um lugar em que o ministério de Cristo seja o maior entre todos os ministérios, ou seja, a casa deve ser o lugar por obrigação, mais do que qualquer outro, de ensinar a fé aos seus, para que a missão possa garantir o prêmio eterno.

A mulher é parte fundamental no processo de ensino da doutrina da fé ao ponto de Vieira equipará-la aos homens, diante da necessidade de uma educação continuada.

Apóstolas dos Apóstolos’: e por que? Porque lhes anunciaram o mistério da Ressurreição de Cristo, e Discípulos de Cristo um só mistério, merecem nome de Apóstolas; aquelas que anunciam, e ensinam a seus escravos Gentios (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 261).

As mulheres têm a obrigação, por ministério de ofício dado por Deus, de ensinar por amor, não somente os seus filhos e filhas, mas também os filhos e filhas dos escravos de origem africana e dos indígenas. Além de serem as governantas das casas, as mulheres, segundo Vieira, são apóstolas mestre nesse ofício educativo, ou seja, são *mediadoras* assim como os homens. Essa visão está fundamentada nas parábolas: a da ovelha perdida e da mulher que perdeu a dracma ou moeda de prata.

Esta ovelha, e esta moeda perdidas, e achadas, são as Almas desencaminhadas, e erradas, que se convertera [...]. Para nos ensinar Cristo que assim homens, como mulheres todos podem salvar Almas: os homens no campo com o cajado, e as mulheres em casa com a candeia; os homens no campo entrando pelos matos com as armas, e as mulheres em casa alumando, e ensinando a doutrina. [...] Porque não só os homens, senão os homens, e também as mulheres também, e devem, e hão de pregar, e ‘dilatar a fé’, cada um conforme seu estado: *Et prophetabunt* (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 262).

Essa equiparação das mulheres aos homens no ensino constitui elemento importante numa sociedade ainda com traços marcadamente das tradições medievais. Os argumentos usados por Vieira para essa equiparação é uma questão de justiça e de fé para o cumprimento do dever de cristão não somente em relação aos escravos, como também em relação aos novos cristãos: os indígenas e escravos africanos. “[...] Não só aos homens, senão também às mulheres pertencem, ou de caridade, ou de justiça, ou de ambas estas obrigações ensinar a Fé, a Lei de Cristo aos Gentios, e novos Cristãos naturais destas terras” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 263). Ao colocar as mulheres como *mediadoras* do ensino, Vieira está mobilizando, de forma *intencionada*, todos os integrantes da sociedade para vencer a primeira dificuldade, garantindo a continuidade do processo educativo dos novos convertidos. Tudo indica que essa mobilização de Vieira foi só para esse caso e nada mais.

A segunda *representação* como *mediadora* é ver a educação como uma arte capaz de polir uma pedra rude, selvagem e bárbara.

Concedo-vos que esse Índio bárbaro, e rude seja uma pedra: vede o que faz em uma pedra a arte. Arranca o Estatutário uma pedra dessas montanhas tosca, bruta, dura, informe, [...] e começa a formar um homem (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 263).

A *classificação* dos indígenas é pedras, homens de coração duro, que precisam de atenção e trabalho com muita persistência para transformá-los em cristãos, quem sabe, santos.

[...] Primeiro membro a membro, e depois feição por feição até a mais miúda: ondeia-lhes os cabelos, alisa-lhe a testa, rasga-lhe os olhos, afila-lhe o nariz, abre-lhe a boca, avulta-lhe as faces, torneia-lhe o pescoço, estende-lhe os braços, espalma-lhes as mãos, divide-lhe os dedos, lança-lhe os vestidos; aqui desprega, ali arruga, acolá recama: e fica um homem perfeito, e talvez um Santo, que se pode pôr no Altar. O mesmo será cá, se a vossa indústria não faltar à graça divina. É uma pedra, como dizeis, esse Índio rude? Pois trabalhai, e continuai com ele (que nada se faz sem trabalho, e perseverança), aplicai o cinzel um dia, e outro dia, dá uma martelada, e outra martelada, e vós vereis como dessa pedra tosca, e informe, fazeis não só um homem, senão um Cristão, e pode ser que um Santo. [...] Ensinai, e doutrinai estas pedras, e fareis de pedras não estátuas de homens, senão verdadeiros homens, e verdadeiros filhos de Abraão por meio da Fé verdadeira. (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 264).

Essa descrição dos passos pedagógicos da conversão de um indígena, essas ações detalhadas mostram como é necessário ter paciência e ir aos poucos com os conhecimentos da doutrina. Além do trabalho cuidadoso, que é o mais difícil do ensino com o indígena, semelhante a uma obra de arte, que é de passo a passo, deve-se continuar com ele para que possa ir mudando a sua aparência (com vestimentas) e com o tempo ele vai mudando por dentro, tornando-se homem de fé. O que chama atenção nessa descrição de Vieira é o “continuai com ele”, que representa o aspecto artístico, que exige uma técnica, um jeito de como fazer o processo de conversão, ou seja, o conhecimento não acontece como um passo de mágica, mas com *mediação*. No conhecimento não tem mágica, tem trabalho e persistência, paciência e técnica para mudar o comportamento de dentro para fora. Caso contrário, a mudança será de aparência e não essência, será somente por fora, assim como acontece com a informação, denominada de primeiro conhecimento, sem ser verdadeiramente interiorizada.

No entendimento de Vieira, a *arte* é uma *representação* que funciona somente como uma *mediação*, não tem poder algum ou habilidade alguma visto que é uma técnica. “Só para fazer de animais homens, não tem poder, nem habilidade a arte, mas a natureza sim; e é maravilhosa, que por ordinário o não parece” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 264). Nesse caso a natureza é o indígena, que possui poder, e poder imprevisível, mas maravilhoso. Pode continuar pedra ou pode se tornar um santo, expressão máxima da doutrina cristã a ser atingida, reservada aos crentes de máxima grandeza. A *arte* é um aspecto que serve de *mediação* do conhecimento ou doutrina passada pelo educador, mas é somente um mecanismo que pode ajudar a interferir no entendimento do indígena para ele veja algo que até então não via.

Com isso, Viera toca num ponto fundamental do processo educativo em que muitos acreditam que a educação tem poder, quando na realidade o poder verdadeiro encontra-se em quem ouve e só depende dele aceitar o conhecimento e mudar o seu comportamento a partir do conhecimento. A educação pode usar somente as diversas *representações* como *mediação*, algo além disso é fazer com que o mundo concebido prevaleça sobre o mundo vivido.

A terceira *representação* como *mediação* é deixar de ser o que era. No processo educativo isso parece constituir a base do ponto central da mudança de comportamento, e Vieira demonstra preocupação com esse aspecto: mudança sempre de dentro para fora na perspectiva do destinador da mensagem, para que seja definitiva. E, para isso, novamente Vieira faz uso da *comparação* da caça de animais, muito comum na floresta, em que o caçador (educador) caça, mata e divide as partes, e só depois é que vai comer.

[...] Converter feras em homens é matando-as, e comendo-as; e não há coisa mais parecida ao ensinar, e doutrinar, que o matar, e o comer. Para uma fera se converter em homem, há de deixar de ser o que era e começar a ser o que não era (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 265).

Aqui há uma distinção importante entre ensinar e doutrinar que merece a nossa atenção.

O ensinar é o matar. Matar é o separar e o dividir em partes, deixando assim, de ser o que era. Matar a fera em forma de indígena pode fazer com que os valores e as visões de mundo sejam separadas, divididas em partes, com isso ele mesmo não se reconheça diante da situação posta. Esse matar pode ser entendido como levar o indivíduo à contradição do seu entendimento e convicções. A contradição faz com que a dúvida, a divisão abram um espaço privilegiado para a introdução de novos conhecimentos, novos valores, novas visões no educando. Essa dúvida no ensino é provocada por argumentos lógicos para o convencimento das “verdades” cristãs diante dos indígenas.

Primeiro haviam de morrer, porque haviam de deixar de ser Gentios [...]. Ensinastes o Gentio bárbaro, e rude que cuidais que faz aquela doutrina? Mata nele a fereza, e introduz a humanidade; mata a ignorância, e introduz o conhecimento; mata a bruteza, e introduz a razão; mata a infidelidade, e introduz a Fé: e deste modo por uma conversão admirável o que era fera fica homem; o que era Gentio fica Cristão; o que era despojo do pecado fica membro de Cristo, e de São Pedro: *Occide, et manduca*. [...] Melhor que a arte, e melhor que a natureza, de pedras, e de animais sabe fazer homens; ainda que as conquistas fossem verdadeiramente, ou

tão irracionais como os brutos, ou tão insensíveis como as pedras, não era bastante dificuldade esta, nem para desculpar o descuido, nem para tirar a obrigação de os ensinar: *Ille vos docebit* (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 266).

O ensino, de alguma forma, é uma morte das verdades anteriores, uma vez que os argumentos novos do educador pode convencer e passar a prevalecer sobre os antigos. As visões e argumentos superados, que estavam *presentes* na mente dos ouvintes, em muitas vezes são esquecidos e ficam para trás como se tivessem sido “mortos”, passam a estar *ausentes*. O ensino sempre é um morrer (ausentar) e um renascer (presentificar) a todo momento, visto que os conceitos que formavam os argumentos anteriores são reorganizados numa nova ordem conceitual, formando uma nova visão do mundo vivido (*representação*), que passa a se juntar a outras *representações* como os *sacramentos*.

O doutrinar é o comer. Comer é fazer com que a substância do ser caçado, anterior à sua morte, seja incorporada em outra substância, a do caçador que o digeriu. “Dali a oito horas, ou menos [...] o Lagarto, o Crocodilo, todos estão convertidos em homens: já é carne de homem o que pouco antes era carne de feras” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 264). Quando a fera, no caso, o indígena, se deixa ser doutrinado, ele deixa de ser o que era e passa a ser cristão. A doutrinação está fundamentada na imposição das “verdades” sem muita justificativa, é o aceitar por bem ou na força das ações do doutrinador para com o doutrinado.

[...] Comendo-a começa a ser o que não era, porque comida, já é homem.
[...] E o que se come converte-se na substância, e nos membros de quem o come. E ambos estes efeitos havia de obrar a doutrina de São Pedro naqueles Gentios feros, e bárbaros. Primeiro haviam de morrer, porque haviam de deixar de ser Gentios, e logo haviam de ser comidos, e convertidos em membros de São Pedro, porque haviam de ficar Cristãos, e membros da Igreja (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 266).

A doutrinação é um processo educativo em que o indígena passa a aderir àquelas verdades postas por outrem, no caso, os religiosos da América portuguesa. Essa adesão é também um processo lento de aculturação do indígena às “verdades” da cultura cristã europeia, um pouco modificada no Maranhão. Depois de “descidos”, ou seja, o termo usado na época, que significa capturados no seu ambiente natural, os indígenas são levados para os aldeamentos, onde começa o processo de doutrinação propriamente dito.

Os Indígenas são, por ordem divina, beneficiários de um direito anterior a qualquer outro ‘direito humano’ (como seja a liberdade, a moradia, o casamento etc.): é o direito à salvação. Portugal está obrigado, não só por

caridade, mas também por justiça, a procurar efetivamente a conversão dos pagãos, pois estes, por incapacidade ou por ignorância invencível, não têm essa obrigação. [...] O direito dos índios à salvação relega todos os demais direitos a um segundo plano. Assim compreendemos que Vieira, de um lado, combate a escravização dos índios pelos moradores do Maranhão, pelo motivo que existe a alternativa missionária dos aldeamentos (HOORNAERT, 1981, p. 66).

Com a missionação realizada pelos jesuítas, além da catequização, os indígenas eram forçados ao trabalho de repartição, justificado por Vieira. Ele justifica o sistema do trabalho forçado de repartição dos índios nos aldeamentos, embora seja este concretamente muito pior do que os serviços nas casas dos moradores em São Luís ou Belém (HOORNAERT, 1981, p. 67).

Esse trabalho em repartição ocorria de seis meses a um ou dois anos de aldeamento, muitos deles morriam de tanto trabalho ou por doenças, contaminados pelos europeus.

Contra o argumento de que muitos índios morrem nestas repartições, Vieira responde que lhes é garantia aqui na terra uma ‘salvação oculta’, lá no céu uma salvação aberta. Mesmo raciocínio se aplica aos africanos [...], muito pior a escravidão do corpo é a escravidão da alma (HOORNAERT, 1981, p. 67).

A teologia sempre fundamentada nos textos bíblicos, desenvolvida por Vieira para a justificação do trabalho indígena, vem acompanhada da história de Portugal, como o episódio do milagre de Ourique em 1139, que originou a monarquia portuguesa, destinada a levar a palavra de Deus a terras estranhas, e, muitas vezes, uma coincide com a outra.

O direito dos portugueses é fundamentalmente idêntico ao dos indígenas, embora em sentido contrário. Ambos os direitos são condicionados pela mesma hierarquia entre o direito primordial (salvação-evangelização) e os demais ‘direitos humanos’, todos secundários. Assim Jesus elegeu os doze apóstolos e os enviou para pregar o evangelho por todo o mundo a partir da Galiléia, assim também ele elege o povo português e o envia a evangelização do mundo imenso a partir de Ourique. A jurisdição concedida pelo papa Calixto III em 1456 aos reis católicos e a doação de terras feitas por Alexandre VI aos mesmos reis em 1493, assim como o direito do padroado são concretizações históricas e decorrências práticas deste direito missionário absoluta e supremo (HOORNAERT, 1981, p. 68).

Nesse processo de doutrinação houve resistência por parte de alguns indígenas, entre *estes* um nome se destaca na literatura e nos escritos do próprio Vieira.

[...] Emerge um protagonista índio, chamado Guaquaiba (ou Guarapaúba, Copauába, Acapaúba). Ele se revolta contra a vida nos aldeamentos e se recusa a convidar os padres para celebrarem as missas ou administrarem os sacramentos (HOORNAERT, 1981, p. 69).

Contudo, essa revolta desse indígena não obtém muito sucesso e este acaba sendo preso por ordem de Vieira, por uma questão política com os moradores de São Luís, e, por fim, é morto. O discurso fundamentado na ordem divina, “levanta mata e come” (At 10,13), passa a ser interpretado como algo comum naquele ambiente de doutrinação cristã, portanto, longe de ser algo desumano para com os indígenas e negros africanos.

A quarta e última *representação* como *mediação* é a obrigação dos apóstolos de pregar, ensinar, doutrinar, batizar e converter a almas. “O ofício, e obrigação dos Apóstolos era pregar a Fé, e salvar Almas; a ordem que Cristo lhes tinha dado” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 267). Os deveres dos cristãos para com a sua fé já estavam cravados na *orbis christianus* dos ouvintes, mas o uso dos termos de forma imperativa por Vieira produz, na coletividade, mecanismos de cobrança mútua desde a criança até o velho, fazendo com que toda a sociedade seja responsável e com medo da infrutífera colheita da *palavra* de Deus na América portuguesa.

Vede, vede vós, e vós (com todos, e com todas falo) quão grande serviço fazeis a Deus, quando ensinais os vossos escravos, quando para isso aprendeis as línguas, quando escreveis, e estudais o Catecismo, quando buscais intérprete, ou o mestre, e quando talvez só para este fim o pagais, e o sustentais. Oh ditoso dispêndio! Oh ditoso estudo! Oh ditoso trabalho! Oh ditoso merecimento, e sem igual diante de Deus! Em suma Cristão, que é maior bem, e maior serviço de Deus, e maior glória Sua estar ensinando um negrinho da terra, que se estivéreis enlevados, e arrebatados no Céu (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 268).

Essa *representação* da obrigação por ofício por parte de todos os cristãos que habitavam o Maranhão e Belém do Grão-Pará de ensinar a fé cristã vem em força de ameaça divina no juízo final, gerando medo. O *medo* da condenação divina, alimentado por Vieira, é uma forma de mover a mudança de comportamento de todos, ou seja, o trabalho pedagógico é direcionado a todos os ouvintes para que deem os frutos objetivados por ele.

Ameaçam os Anjos aos Apóstolos com o dia do Juízo, e reparam-lhes em momentos do Monte Olivete. Porquê? Porque eram homens, que tinham à sua conta Almas alheias; e quem tem Almas alheias à sua conta, até de um momento, que não cuidar delas, há de pedir Deus no dia do Juízo a todos os que vivemos neste Estado, porque todos temos Almas à nossa conta! Os

Pregadores todas; os Pastores as das suas Igrejas; os leigos as das suas famílias. Se é tão dificultoso dar boa conta de uma só Alma, que será de tantas? (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 268).

Os argumentos que justificavam as ameaças aos ouvintes, por não cumprir o ofício de ensinar os indígenas, negros africanos e seus filhos, vinham da teologia de Vieira e dos personagens da história da Igreja Católica. “Pois se os Jerónimos, se os Hilarões, se as maiores colunas das Igreja temem de dar conta de uma Alma depois de vidas tão santas, vós depois das vossas vidas, que é certo não foram tão ajustadas com a Lei de Deus” (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 268). Os argumentos para o convencimento, baseados nos *medos* e ameaças, utilizados por Vieira, também se faziam desqualificando os ouvintes com a sua conduta nada compatível com os ensinamentos cristãos, tendo por *exemplos* os santos e santas da Igreja.

Certo que eu antes quisera dar conta pela sua parte, que pela vossa. O escravo escusar-se-á com o seu Senhor; mas o Senhor com quem se há de escusar? O escravo poder-se-á escusar com o seu pouco entendimento, com a sua ignorância; mas o Senhor com que se escusará? Com a sua muita cobiça? Com a sua muita cegueira? Com faltar à piedade? Com faltar à humanidade? Com faltar à cristandade? Com faltar à Fé? Oh Deus justo, Ó Deus misericordioso, que nem em Vossa justiça, nem em Vossa misericórdia acho caminho para saírem estas Almas tão intrincado labirinto! Se a Justiça divina acha por onde condenar um Gentio, porque não foi batizado, como achará a Misericórdia divina por onde salvar um Cristão, que foi causa de ele se não batizar? (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 269).

Essa pedagogia e teologia do *medo*, cujas bases estão no castigo e na punição, geram ou alimentam uma sociedade insegura. A insegurança dificulta as pessoas a terem uma vida normal e aprender com os próprios, uma vez que a insegurança impede a tomada de decisão e, conseqüentemente, a assumir os próprios erros, e em muitos casos, acabam transferindo as responsabilidades a outrem. Querendo obter os frutos com o ensino a todo custo, Vieira, de certa forma, contribuiu para a manutenção de uma sociedade na América portuguesa insegura e aterrorizada pelos seus *medos* e acreditando em punições divinas. Apesar disso, o clamor de Vieira parece compreensível, tendo em vista o fato de que a preocupação com o ensino é admirável diante dos seus projetos de evangelização.

O Espírito Santo, [...] os ensinou, para que eles ensinassem ao mundo, desça sobre vós, e vos ensine a querer ensinar, ou deixar ensinar aqueles a quem deveis a doutrina: para que eles por vós, e vós com eles conseguindo nesta vida (VIEIRA, 2015, t. II, v. V, p. 270).

O ensino como *mediação* contribui, tanto para o ensinado como para quem ensina, com melhoria na sua forma de vida para melhor, tornando-os, assim, pessoas melhores do que eram. O ensino *mediado* nem sempre tornará as pessoas melhores, pode ocorrer de tornar as pessoas piores enquanto seres humanos, dependendo das intenções e dos objetivos não legítimos. O ensino dos jesuítas objetivava a mudança de comportamento pelo conhecimento das verdades cristãs e dos sacramentos da Igreja, seguindo uma ordem divina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao momento de fazer uma pausa nessa etapa da pesquisa, mas será retomada em breve, pois, as *representações* como mediações estão sempre presentes no dia a dia dos educadores compromissados com a alteridade no processo educativo. A pesquisa continuará se estendendo devido as atividades educativas e também com outras *representações* não analisadas aqui.

Analisamos pouco mais de dezessete *representações* como mediações educativas utilizadas por Vieira nestes Sermões citados, como palavras, comparações, classificações, exemplos, voz, remédios, língua, figura, arte, ciência, matéria, estilo, voz, todos educam, deixar de ser o era e, por fim, todos são obrigados a ensinar. Essas *representações* educativas corroboram a tese levantada no início da pesquisa.

A importância dessa pesquisa está no fato de que sem as *representações* como *mediação*, corremos o risco de estar, a todo momento, iniciando do mesmo ponto de vista e não dando oportunidade para que os educandos possam desenvolver sua autonomia como seres humanos, ou não ajudamos a desenvolver suas potencialidades para o exercício da liberdade. O mundo concebido deve, a todo momento, ser revisto para ser mais bem compreendido. O conjunto de informações apresentadas na pesquisa desse momento da atividade política e religiosa de Vieira nos ajuda a reativar os mecanismos de leitura e releitura para atribuímos significados diante daquilo que ele fez. Vieira é uma fonte para aperfeiçoarmos a educação mediadora no mundo vivido de hoje. “Assim, a mediação contribui para o senso de passado e futuro, além do presente” (FEUERSTEIN, 2014, p. 116).

A tese foi uma conexão com o passado para ajudar a compreender o nosso agir como povo no presente, uma vez que podemos, de alguma maneira, modificar o entendimento ao entrar em contato com esse passado. Isso de fato aconteceu com o pesquisador, que teve as suas questões pedagógicas sobre o entendimento dos educandos respondidas a contento, portanto, o caminho percorrido até aqui atingiu o seu objetivo.

A ausência de mediação afeta não apenas o conhecimento da criança, mas também as dimensões de existência que não são possíveis a não ser que uma pessoa se relacione com o passado. O filósofo Henry Bergson ligou o passado e o futuro muito bem quando os comparou ao processo de lançar uma flecha: quando mais esticada para trás estiver a corda, mais longe será o voo da flecha (FEUERSTEIN, 2014, p. 115).

A importância e o sentido do passado precisam, a todo momento, ser vistos e revistos para que continuem sendo fontes de conhecimento e reconhecimento das atividades de ensino. Esses olhares sobre o passado servem de referências para que outros educadores possam fazer uso de novas *representações* mediadas. Assim como Henri Lefebvre, Norbert Elias, Ludwig Wittgenstein e Reuven Feuerstein, entre outros, devemos buscar sempre as experiências de representações educativas mediadas para melhor medirmos as nossas ações educativas no nosso mundo vivido.

A escolha de dois Sermões de referências para análises colocam em evidência como demonstramos os problemas da educação e a difícil tarefa de orientar às ações das pessoas, quer seja na corte, quer seja na selva amazônica. O **Sermão da Sexagésima** nos ajudam a preparar de forma lógica e didática o tema a ser utilizado no processo educacional para os letrados ou civilizados em Lisboa, além de tomar cuidado com o *exemplo* a ser escolhido para ilustrar o mesmo. Já o **Sermão do Espírito Santo** nos ajudam a recordar como é arduo o trabalho do ensino para aqueles em que a civilização ainda não tinha chegado. A civilidade dos Indígenas era o primeiro para superar as dificuldades educativas. “Não era, portanto, a atuação sobrenatural do Espírito Santo que garantiria o sucesso da missão, mas o trabalho árduo e contínuo dos missionários contra aquelas almas brutas e inconstantes” (LIMA, 2008, p. 114).

A inconstância no caráter dos indígenas constitui uma das raízes da formação do ethos da civilização brasileira até os dias de hoje. As *representações* foi a maneira de comunicar com um certo êxito, por mais que em alguns momentos tenha feito uma avaliação contrária, aos missionários e ao povo presente, no caso do **Sermão do Espírito Santo**, e a ordenação adequada das ideias e procedimentos do educador, no caso do **Sermão da Sexagésima**, para os cultos e douts na sociedade de corte.

As resistências dos seres humanos nos dois ambientes e nos dois sermões analisados, retratam como o processo de ensino e atividade pedagógica são complexos e exigem em qualquer ambiente, ou em qualquer momento histórico atitudes de *intencionalidade*, de cuidado carinhoso, de atividade de continuidade ou *presença*, de aperfeiçoamento dos métodos e técnicas, de atenção para escutar o que outro tem a dizer, e por fim, da capacidade de identificar os mais variados tipos de dificuldades encontradas nos diversos lugares. Encontradas as dificuldades educativas sempre haverá alternativas para superá-las, porque a semente que cai (que chega até o educando) germina (o educando sempre aprende) e só

depois que aparece as resistências ao conhecimento, à orientação educacional, que devem ser removidas dos corações dos ouvintes.

Retomamos um entendimento de Vieira sobre o educar que concordamos. O ensinar é o matar. Matar é o separar e o dividir em partes, deixando assim, de ser o que era. Matar a fera em forma de educando pode fazer com que os valores e as visões de mundo sejam separadas, divididas em partes, com isso ele mesmo não se reconheça diante da situação posta. Esse matar pode ser entendido como levar o indivíduo à contradição do seu entendimento e convicções. A contradição faz com a dúvida, a divisão abram um espaço privilegiado para a introdução de novos conhecimentos, novos valores, novas visões no educando. Essa dúvida no ensino é provocada por argumentos lógicos para o convencimento das “verdades”.

O ensino, de alguma forma, é uma morte das verdades anteriores, uma vez que os argumentos novos do educador pode convencer e passar a prevalecer sobre os antigos. As visões e argumentos superados, que estavam *presentes* na mente dos ouvintes, em muitas vezes são esquecidos e ficam para trás como se tivessem sido “mortos”, passam a estar *ausentes*. O ensino sempre é um morrer (ausentar) e um renascer (presentificar) a todo momento, visto que os conceitos que formavam os argumentos anteriores são reorganizados numa nova ordem conceitual, formando uma nova visão do mundo vivido (*representação*), que passa a se juntar a outras *representações* novas, ou com outro sentido.

Por fim, aproveito a oportunidade para indicar algumas possibilidades de continuidade desta pesquisa das *representações educativas* em Vieira. A primeira é a análise da produção dos sermões após a Restauração de Portugal, ou seja, a partir de 1656 até a sua chegada em Roma. A segunda as análises dos sermões italianos que possibilitaram o reconhecimento perante a Sé Apostólica que lhe garantiu o Indulto para não ser perseguido pelo Tribunal do Santo Ofício. A terceira, a produção dos sermões após a última viagem à Europa. Em solo na América portuguesa, Vieira trata de assuntos locais nos aspectos sociais, econômicos, religiosos, políticos entre outros. Com isso, defendemos a necessidade do bom uso das *representações* como mediações no processo de aprendizagem buscando a mudança de comportamento pelo conhecimento.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

VIEIRA, Padre Antônio. **Obra completa**: tomos - I epistolografia, II parenética, III profética, IV vária. Direção de José Eduardo Franco; Pedro Calafate. São Paulo: Loyola, 2015. 30 v.

VIEIRA, Padre Antônio. **Sermões**. Revisto por Frederico Ozanam Pessoa de Barros, sob a supervisão do Padre Antônio Charbel e do prof. A. Della Nina. Com ortografia atualizada, com textos segundo a Ed. Seiscentista. São Paulo: Ed. das Américas, 1957. 24 v.

Fontes secundárias e literatura de apoio

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel. **Teoria da literatura**. 8. ed. Coimbra: Almedina, 1997.

ARISTÓTELES. **Obras completas de Aristóteles**: retórica. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 2005. v. VIII, t. I.

AZEVEDO, João Lucio. **História de Antônio Vieira**. São Paulo: Alameda, 2008. Tomo I e II.

BOSI, Alfredo. **Essencial Padre Antônio Vieira**. São Paulo: Companhia de Letras, 2011.

BOSI, Alfredo. Vieira ou a cruz da desigualdade. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 25, p. 31, out. 1989. Disponível em: <www. http://novosestudios.org.br/v1/files/uploads/contents/59/20080623_vieira_ou_a_cruz.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2017.

BULCÃO, Clóvis. **Padre Antônio Vieira**: um esboço biográfico. Rio de Janeiro: J.

Olympio, 2008.

CARDOSO, Delmar (Org.). Motivações para que a Companhia de Jesus promova estudos filosóficos e para que os nossos estudem filosofia. In: _____. **Jesuítas e filosofias**. São Paulo: Loyola, 2012. p. 50.

COSTA, Célio J. Prefácio. In: MENEZES, Sezinando L. **Antônio Vieira: o império do outro mundo e o império deste mundo**. Maringá: Eduem, 2015. p. 9.

COSTA, Célio; MENEZES, Sezinando L. Norbert Elias e a teoria dos processos civilizadores. **Revista HISTEDBR online**, Campinas, SP, n. 53, p. 238-262, out. 2013.

DÜRKHEIM, Émile. **Sociologia**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1990.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1980.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. v. 1.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**, Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.

ESPINOSA, B. **Pensamentos metafísicos; Tratado da correção do intelecto; Ética; Tratado político; Correspondência**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

FALCON, F. J. História e representação. In: CARDOSO, C. F.; MALERBA, J. (Org.). **Representações: contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas, SP: Papyrus, 2000. p. 104-120.

FERREIRA, Antônio G. A educação no Portugal barroco: séculos XVI a XVIII. In: STEPHANOU, Maria Helena Câmara Bastos (Org.). **Histórias e memórias da educação**

no **Brasil**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. v. I: séculos XVI-XVIII. p. 62.

FEUERSTEIN, Reuven et al. **Além da inteligência**: aprendizagem mediada e a capacidade de mudança do cérebro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FRANCO, José Eduardo (Dir.). **Obra completa Padre Antônio Vieira**: tomos I, epistolografia, II parenética, III profética, IV vária. São Paulo: Loyola, 2015.

FREITAS, Gustavo. A companhia geral do comércio do Brasil (1649-1720): subsídios para a História Econômica de Portugal e do Brasil. **Revista de História do Brasil 1951**, São Paulo, n. 7, v. 3, p. 307-328, 1951. Disponível em: <<http://revhistoria.usp.br/index.php/br/edicoes/226-rh-07p.310>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

GAMBARATO, Renira Rampazzo. Signo, significação, representação. **Revista Contemporânea 2005**, Rio de Janeiro, n. 4, 2005. Disponível em: <<http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed04/comtemporanean0418ReniraRam.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2017.

HANSEN, João Adolfo. Barroco, neobarroco e outras ruínas. **Teresa**: Revista de Literatura Brasileira, São Paulo, ano 2, n. 2, 2001. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/teresa/article/viewFile/116560/114160>>. Acesso em: 15 maio 2017.

HANSEN, João Adolfo. Ler & ver: pressupostos da representação colonial, **Vereadas**: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas, Coimbra, n. 3, p. 75-90, dez. 2000. Disponível em: <<https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos.URI:http://hdl.handle.net/10316.2/33922>>. Acesso em: 4 out. 2017.

HANSEN, João Adolfo. **Metafísica contra reformada do teólogo subordina a história ao tempo**: o profeta da luz. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fof/brasil500/histpadre8.htm>>. Acesso em: 28 set. 2015.

HANSEN, João Adolfo. Sistemas doutrinários da representação nas obras de Antônio Vieira. In: **VIEIRA**: vida e palavra. São Paulo: Loyola, 2008. p. 157.

HOORNAERT, Eduardo. Teologia e ação pastoral em Antônio Vieira SJ: 1652-1661. In: _____. **História da teologia na América Latina**. São Paulo: Edições Paulinas, 1981. p. 34-56.

LEFEBVRE, Henri. **La presencia y la ausencia**: contribución a la teoría de las representaciones. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 2006.

LEMOS, Aida. Introdução. In: FRANCO, José Eduardo (Dir.). **Obra completa Padre Antônio Vieira**: tomos I, epistolografia, II parenética, III profética, IV vária. São Paulo: Loyola, 2015. 30 -45.

LIMA, Filipe Silvério. Sonho e missão em padre Vieira. In: AZEVEDO, S. M. et al. (Org.). **Vieira**: vida e palavra. São Paulo: Loyola, 2008. p. 103-115..

LISBOA, João Francisco. **Vida do Padre Antônio Vieira**. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1948.

MARQUES, João Francisco. Introdução geral à parenética. In: FRANCO, José Eduardo; CALAFATE, Pedro (Dir.). **Obra completa Padre Antônio Vieira. Tomos I epistolografia, II parenética, III profética, IV vária**. São Paulo: Edições Loyola, 2015. 30 v.

MASSINI, Marina. O conceito de memória nos sermões do Pe. Antônio Vieira. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 64, n. 3, p. 163-182, 2012. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arp/v64n3/v64n3a11.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2017.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Brasil holandês**. São Paulo: Penguin Classics, 2010.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O negócio do Brasil**: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste 1641-1669. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

MENEZES, Sezinando Luiz. **Antônio Vieira**: o império do outro mundo e o império deste mundo. Maringá: Eduem, 2015.

MENEZES, Sezinando Luiz. Escravidão e educação nos escritos de Antônio Vieira e Jorge Benci. **Revista Diálogos**, Maringá, v. 10, n. 3, p. 215-228, 2006. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3055/305526866012/>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

MENEZES, Sezinando Luiz. **Padre Antônio Vieira, a cruz e a espada**. Maringá: Eduem, 2000.

PAIVA, José Maria de. **Após 25 anos depois da colonização e catequese**. Piracicaba, 1982. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Jose_Maria_de_Paiva_artigo.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2017

PAIVA, José Maria de. **Colonização e catequese**. São Paulo: Arké, 2006.

PAIVA, José Maria de. Religiosidade e cultura brasileira – Brasil século XVI: uma introdução metodológica. In: PAIVA, J. M. de; ASSUNÇÃO, Paulo; BITTAR, Maria (Org.). **Educação, cultura no Brasil colonial**. São Paulo: Arké, 2007. p. 7 – 28.

PAIVA, José Maria. **Padre Vieira**. São Paulo: Ícone, 2002.

PAIVA, José Maria. **Religiosidade e cultura brasileira: séculos XVI e XVII**. Maringá: Eduem, 2012.

PÉCORA, Alcir. Para ler Vieira: as 3 pontas das analogias nos sermões. **Revista de Filologia Portuguesa**, Salamanca, v. 25, p. 83-91, jan. 2003. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/floema/article/viewFile/52/46>>. Acesso em: 15 out. 2017.

PÉCORA, Alcir. **Teatro do sacramento: a unidade teológica-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira**. 2. ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp; São Paulo: Edusp, 2008.

VAINFAS, Ronaldo. **Antônio Vieira: jesuíta do rei**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WEBER, Fritz. Cartesianismo. In: CARDOSO, Delmar (Org.). **Jesuítas e filosofias: perspectivas, histórias e atitudes**. São Paulo: Loyola, 2012. p. 112-129.

WEHLING, Arno. A incorporação do Brasil ao mundo moderno. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. v. I: séculos XVI-XVIII.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os pensadores).

ZANFREDINI, Mário. A filosofia nos centros da Companhia de Jesus. In: CARDOSO, Delmar (Org.). **Jesuítas e filosofias: perspectivas, histórias e atitudes**. São Paulo: Loyola, 2012. p. 124-136.